

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**PORTAIS DA JUVENTUDE E REDES SOCIAIS: INICIATIVAS DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO MEIO DE ENGAJAMENTO E
PARTICIPAÇÃO**

KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI

BAURU

2019

KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI

**PORTAIS DA JUVENTUDE E REDES SOCIAIS: INICIATIVAS DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO MEIO DE ENGAJAMENTO E
PARTICIPAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Danilo Rothberg.

BAURU

2019

Vanzini, Kátia Viviane da Silva.

Portais da Juventude e redes sociais:
iniciativas de comunicação pública como meio de
engajamento e participação/ Kátia Viviane da Silva
Vanzini, 2019

221 f.: tab.

Orientador: Danilo Rothberg

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2019

1. Comunicação Pública. 2. Juventude. 3.
Portais e Redes Sociais. 4. Engajamento e
Participação. 5. Direito à Informação e à
Comunicação. I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II.
Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 09 dias do mês de abril do ano de 2019, às 08:30 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Doutor DANILO ROTHBERG - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP/Bauru, Professora Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO do(a) Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Comunicação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, Professor Doutor, CARLO JOSE NAPOLITANO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor, THALES HADDAD NOVAES DE ANDRADE do(a) Departamento de Ciências Sociais / Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Professora Doutora DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE do(a) Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia / Universidade Federal do Pará, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI, intitulada *Portais da juventude e redes sociais: iniciativas de comunicação pública como meio de engajamento e participação*. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

PROF. DR. DANILO ROTHBERG

PROFA. DRA. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

PROF. DR. CARLO JOSE NAPOLITANO

PROF. DR. THALES HADDAD NOVAES DE ANDRADE

PROF. DR. DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE

“Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas. O arqueiro mira o alvo na senda do infinito e vos estica com toda a sua força, para que suas flechas se projetem, rápidas e para longe. Que vosso encurvamento na mão do arqueiro seja vossa alegria: pois assim como ele ama a flecha que voa, ama também o arco que permanece estático”.

Khalil Gibran

Dedico a presente tese aos meus pais.

Se algum dia em minha vida decidi seguir a carreira acadêmica foi por ter tido como exemplo meu pai, Roni Antônio Garcia da Silva, que me ensinou o amor pelo estudo e pela docência, dos dois lados da lousa.

As flechas que meus pais lançaram foram tão longes porque minha mãe, Lenira Maria da Silva, também foi o arco em nossas vidas, representando a segurança de que a flecha sempre alcançaria o destino traçado.

Dedico também à minha família.

Encerro esta etapa acadêmica também como arqueira. Minhas flechas estão indo mais longe do que nossos sonhos poderiam almejar. Mas nesse processo conto sempre com apoio que garante firmeza ao arco, meu marido Luís Fernando Vanzini.

E às flechas, Fernanda e Pedro Henrique, dedico esses quatro anos de estudo, pedindo perdão pelas ausências, falta de paciência e falhas que tenha cometido nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

“É só isso, não tem mais jeito. Acabou. Boa sorte” (Vanessa da Mata)

Agradeço a Deus por ter colocado as pessoas certas auxiliando meus passos na carreira acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Danilo Rothberg, que mesmo conhecendo minhas falhas e minhas ausências, soube acreditar no meu potencial de aprimoramento.

Aos professores que me acolheram desde o início da vida acadêmica no programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp Bauru. Iniciar a carreira acadêmica com quase quarenta anos de idade e mais de 20 anos de profissão pode ser gratificante, mas dolorido também. Guardarei com carinho todas as contribuições obtidas no convívio com vocês e levarei para exemplo na minha futura carreira na docência.

Aos funcionários da seção de pós-graduação da FAAC-Unesp, principalmente Silvio Carlos Decimone, que sempre atendeu prontamente minhas reivindicações com paciência e dedicação.

Aos amigos e familiares que sempre torceram por mim, por vezes me substituindo nas “tarefas” de mãe. Ao meu marido e aos meus filhos, que compreenderam cada ausência, cada distração e cada “crise” sem perder o bom humor. Foi muito mais leve completar esses quatro anos com o apoio de cada um de vocês.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp (processo 2016/09134-8) por ter concedido a bolsa de doutorado para a pesquisa que hoje se conclui com a tese de doutoramento. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Narciso e Narciso

*“Se Narciso se encontra com Narciso
e um deles finge
que ao outro admira
(para sentir-se admirado),
o outro
pela mesma razão finge também
e ambos acreditam na mentira”.*

(Ferreira Gullar)

RESUMO

A despeito da multiplicação de realizações de comunicação pública digital dirigidas ao público jovem, nota-se a escassez de pesquisas que avaliem sistematicamente sua performance na disseminação de informações relevantes e seu potencial para promover participação e engajamento. Esta pesquisa traz uma contribuição para preencher essa lacuna, ao trazer respostas para a seguinte questão de pesquisa: as tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para que o jovem possa exercer seu direito à informação e comunicação sobre políticas públicas, provendo oportunidades para assimilar informações relevantes, participar e interagir em fluxos de comunicação democrática? O objetivo geral da pesquisa foi produzir conhecimento científico sobre a adequação de estratégias de gestão da comunicação pública governamental em portais web de governo e redes sociais oficiais em relação a seu potencial de atendimento do direito à informação e comunicação sobre gestão pública. Os objetivos específicos incluíram: a) avaliar a qualidade da informação sobre políticas públicas da juventude em portais web de governo e verificar se os conteúdos disponíveis oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação; b) verificar se processos e estratégias de comunicação pública empregados em redes sociais oficiais apresentam potencial para favorecer o diálogo entre jovens e governos; c) analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favorecem qualidades desejáveis à deliberação pública; d) a partir dos resultados obtidos e interpretados à luz da literatura especializada, refletir se as realizações de comunicação pública digital apresentaram potencial para favorecer a participação democrática e o engajamento social dos jovens, além de sugerir sugestões de aperfeiçoamento. Os resultados indicam insuficiências e oportunidades de aperfeiçoamento em portais web de governo e páginas oficiais de governos e partidos políticos em redes sociais.

Palavras-chave: juventude, comunicação pública, páginas web e redes sociais.

ABSTRACT

In spite of the multiplication of digital public communication actions targeting young people, there is a shortage of research that systematically evaluates their performance in the dissemination of relevant information and their potential to promote participation and engagement. This research contributes to fill this gap by providing answers to the following question: have information and communication technologies contributed so that the young ones may be able to exercise their right to information and communication about public policies, providing opportunities to assimilate relevant information, participate and interact in democratic communication flows? The general aim of this research was to produce scientific knowledge about the adequacy of management strategies of governmental public communication in government websites and official social networks in relation to their potential to fulfill the right to information and communication on public management. Specific goals included: a) assessing the quality of youth public policy information on government websites and verifying whether the available content provides comprehensive subsidies according to specific categories of information; b) verifying if public communication processes and strategies employed in official social networks have the potential to favor dialogue between youth and governments; c) analyzing whether the existing spaces of conversation in the official social networks favor desirable qualities to public deliberation; d) from the results obtained and interpreted in the light of the specialized literature, reflecting whether the actions of digital public communication had the potential to favor democratic participation and the social engagement of the youngsters, besides suggesting improvement ideas. The results indicate insufficiency and opportunities for improvement in government web portals as well as in government and political parties official websites on social networks.

Key-words: youth, public communication, websites and social networks.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 25 anos 2000 a 2010	82
Gráfico 2: Comparativo da proporção da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo 2000 e 2010	82
Gráfico 3: Número de jovens eleitores em % entre 16 e 17 anos com registro no TSE no período compreendido entre 1998 a 2018 - eleições majoritárias	94
Gráfico 4: Número de jovens eleitores em % com 16 e 17 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições para prefeitos e vereadores	95
Gráfico 5: Número de jovens eleitores em % com 18 a 24 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições majoritárias	95
Gráfico 6: Número de jovens eleitores em % com 18 a 24 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições municipais	96
Gráfico 7: Número de páginas web disponíveis em cada um dos 16 portais de governo de capitais e Estados brasileiros com informações de políticas públicas de juventude existentes em setembro de 2016	120
Gráfico 8: Número de páginas web disponíveis com informações sobre políticas públicas postadas em 16 páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook no período de setembro de 2016 a agosto de 2017	126
Gráfico 9: Número de comentários distribuídos por páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook no período de março de 2017 a fevereiro de 2018	129
Gráfico 10: Índice de Qualidade de Informação de portais web com informações sobre políticas públicas de juventude	136
Gráfico 11: Percentuais de informação por categorias de análise de conteúdo observados em 16 portais web com informações sobre políticas públicas de juventude	137
Gráfico 12: Classificação das postagens publicadas em 22 páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook conforme categorias de análise	139
Gráfico 13: Índice de Qualidade da Informação de páginas web disponíveis em portais web de governo oficiais de governo com informações sobre políticas públicas de juventude acessadas por meio de páginas do Facebook voltadas ao jovem	143
Gráfico 14: Percentuais de informação por categorias de análise de conteúdo observados em 76 páginas web disponíveis em portais web de governo oficiais de governo com informações sobre políticas públicas de juventude acessadas por meio de páginas do Facebook voltadas ao jovem	144

Gráfico 15: Comparativo dos Índices de Qualidade da Informação obtidos por amostras de análise: portais web oficiais com informações sobre políticas públicas de juventude e páginas web oficiais acessadas por meio de postagens nas páginas oficiais do Facebook	146
Gráfico 16: Classificação das postagens de páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook conforme categorias de análise	147
Gráfico 17: Distribuição dos resultados obtidos na categoria “justificação” nos comentários das postagens nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook	148
Gráfico 18 - Classificação dos comentários registrados em postagens nas páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de portais de governos estaduais cujas páginas web com informações sobre políticas públicas foram analisadas na Etapa 1 – Informações em portais web	111
Quadro 2: Relação de portais de governos municipais cujas páginas web com informações sobre políticas públicas foram analisadas na Etapa 1 – Informações em portais web	112
Quadro 3: Relação das páginas oficiais de Facebook voltadas ao jovem de governos estaduais avaliadas na Etapa 2 – Informações em rede social	114
Quadro 4: Relação das páginas oficiais de Facebook voltadas ao jovem de governos municipais avaliadas na Etapa 2 – Informações em rede social	117
Quadro 5: Relação das páginas voltadas ao jovem dos partidos políticos analisadas na Etapa 3 – conversação em rede social	119
Quadro 6: Resultados das informações relacionadas às categorias de informações investigadas e dos Índices de Qualidade de Informação - IQI obtidos na Etapa 1 – Informação em portais web	134
Quadro 7 Quadro demonstrativo dos dados coletados referentes às categorias de informações utilizadas na Etapa 1 – Informações em portal web	138
Quadro 8: Resultados das informações relacionadas às categorias de informações investigadas e dos Índices de Qualidade de Informação - IQI obtidos na Etapa 2 – Informações em rede social, Técnica 1.2	141
Quadro 9: Demonstrativo dos comentários coletados em espaços de conversação mantidos em postagens de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook	145
Quadro 10: Demonstrativo dos comentários coletados em espaços de conversação mantidos em postagens de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade	75
Tabela 2: Taxa de desocupação dos jovens entre 18 a 24 anos nos anos de 2016/2017	80
Tabela 3: Categorias de análise dos conteúdos textuais de páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude utilizadas na Etapa 1- Informações em portais web	121
Tabela 4: Categorias de análise dos conteúdos textuais publicados em páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook na Etapa 2 – Informações em rede social.	125
Tabela 5: Categorias de análise de conteúdos publicados nas páginas oficiais de partidos políticos destinadas ao jovem no Facebook	129
Tabela 6: Categorias e subcategorias de análise para avaliação dos comentários apresentados nas postagens no Facebook em páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem, conforme Técnica 2.2 da Etapa 3- Conversação em rede social	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAPÍTULO 1 - COMUNICAÇÃO PÚBLICA, RECONHECIMENTO E CAPITAL SOCIAL.....	20
1.1 Comunicação pública, comunicação pública governamental e políticas públicas de comunicação	21
1.2 Comunicação pública, estímulo à participação do cidadão em esferas públicas, reconhecimento e geração de capital social.....	28
2 CAPÍTULO 2 - DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO.....	38
2.1 Direito à informação – da cultura do sigilo aos avanços em prol da transparência ..	39
2.2 Direito à Comunicação – avanços e desafios	48
3 CAPÍTULO 3 - DEMOCRACIA, DELIBERAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRACIA DIGITAL E JUVENTUDE.....	56
3.1 Democracia e democracia deliberativa.....	57
3.2 Páginas web e sites de redes sociais – novos espaços para deliberação pública?	62
4 CAPÍTULO 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	74
4.1 Jovem, juventude ou juventudes	74
4.2 Políticas públicas, políticas públicas de juventude no Brasil e no mundo	83
5 CAPÍTULO 5 - JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ENGAJAMENTO SOCIAL.....	93
5.1 Participação política dos jovens	94
5.2 Sites de redes sociais – novas plataformas de divulgação ou novas formas de ativismo?	104
6 CAPÍTULO 6 – MATERIAIS E MÉTODOS.....	110
6.1 Os portais e páginas oficiais no Facebook	110
6.2 Etapa 1 – Informações em Portais Web	119
6.3 Etapa 2 – Informações em rede social	124
6.4 Etapa 3 – Conversação em rede social.....	127
6.5 Etapa 4 – Entrevistas com gestores.....	130
7 CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	134
7.1 Resultados Etapa 1 – Informações em portais web	134
7.2 Resultados Etapa 2 – Informações em rede social.....	139
7.3 Resultados Etapa 3 – Conversação em rede social	147
8 CAPÍTULO 8 – ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	151
8.1 Predomínio valores-notícia das mídias industriais.....	152
8.2 Predomínio de ações de comunicação governamental	164
8.3 Uso de sites de redes sociais como prótese sociotécnica de inspiração narcisística....	175
CONCLUSÕES.....	186
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	214

INTRODUÇÃO

Pesquisas sugerem a existência de um possível quadro de apatia e distanciamento do jovem brasileiro das instituições políticas formais, como parlamentos e partidos políticos, ao passo que indicam o crescimento de sua participação em outras formas de engajamento social, como mobilizações coletivas de reivindicação por direitos de mobilidade urbana, saúde e educação; movimentos identitários de gênero e raça; associações religiosas, esportivas e culturais.

A comunicação pública realizada por governos na internet pode ter reconhecido esse fenômeno, ou ao menos assim sugere o número crescente de seções de portais web de governo destinadas à disseminação de informações sobre políticas públicas que afetam, sobretudo, o público jovem, e também buscam incentivar o engajamento do jovem no diálogo com as instituições políticas formais. Também tem crescido o investimento de iniciativas de comunicação pública voltadas à juventude em sites de redes sociais, notadamente o Facebook.

No entanto, a despeito da multiplicação de realizações de comunicação pública digital dirigidas ao público jovem, nota-se a escassez de pesquisas que avaliem sistematicamente sua performance na disseminação de informações relevantes e seu potencial para promover participação e engajamento.

A partir dessa realidade, apresentamos a questão de pesquisa que procuramos responder: as tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para que o jovem possa exercer seu direito à informação e comunicação sobre políticas públicas, provendo oportunidades para assimilar informações relevantes, participar e interagir em fluxos de comunicação democrática?

Esta pesquisa foi contemplada por bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2016/09134-8. Agradecemos ao apoio imprescindível que nos permitiu conduzir com dedicação e afinho todas as etapas propostas para a concretização da presente tese.

O objetivo geral da pesquisa foi produzir conhecimento científico sobre a adequação de estratégias de gestão da comunicação pública governamental em portais web de governo e redes sociais oficiais em relação a seu potencial de atendimento do direito à informação e comunicação sobre gestão pública.

Os objetivos específicos foram: a) avaliar a qualidade da informação sobre políticas públicas da juventude em portais web de governo e verificar se os conteúdos disponíveis

oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação; b) verificar se processos e estratégias de comunicação pública empregados em redes sociais oficiais apresentaram potencial para favorecer o diálogo entre jovens e governos; c) analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favoreceram qualidades desejáveis à deliberação pública; d) diante dos resultados obtidos em função dos três objetivos específicos anteriores, interpretados à luz da literatura especializada, refletir se as realizações de comunicação digital apresentaram potencial para favorecer a participação democrática e o engajamento social dos jovens, além de sugerir recomendações para seu aperfeiçoamento.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que nos proporcionou subsídios para a construção do referencial teórico. Empregamos análise de conteúdo para a avaliação dos dados em páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude, páginas oficiais de governo e páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook. Adicionalmente, aplicamos uma sondagem por meio de formulário online para assessores de comunicação responsáveis pela elaboração dos conteúdos analisados, o que auxiliou a elaboração de chaves de interpretação dos resultados.

As questões de pesquisa as quais buscamos responder correspondem às etapas a seguir descritas.

A Etapa 1, aqui denominada Informações em portais web, está relacionada ao **objetivo específico (a)**. O que buscamos foi responder às seguintes questões: as informações disponibilizadas nos portais são apresentadas com abrangência e profundidade, de forma a esclarecer os diversos desafios enfrentados pelas políticas públicas que buscam atender, em particular, direitos sociais da faixa entre 15 e 24 anos de idade? Os diversos mecanismos e planos de ação estabelecidos por aquelas políticas são comunicados adequadamente?

A Etapa 2, aqui denominada Informações em rede social, procurou atender ao **objetivo específico (b)**. A proposta foi responder às seguintes questões de pesquisa: as estratégias e processos de comunicação pública empregados pelas redes sociais oficiais têm o potencial de incentivar o diálogo entre jovens e governos? Os processos oficiais de escuta são consequentes, incluindo o mapeamento das questões em jogo e a adoção de formas de feedback?

A Etapa 3, aqui denominada conversação em rede social, analisou os espaços de conversação em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook,

para atendermos ao **objetivo específico (c)**. Buscamos responder à seguinte pergunta: os espaços de conversação encontrados em redes sociais apresentam qualidades desejáveis à deliberação pública?

A estrutura da presente tese está dividida da seguinte forma: introdução, capítulos 1 a 8, conclusão e referências bibliográficas.

No Capítulo 1, buscamos reunir por meio da pesquisa bibliográfica pesquisas e autores que se debruçam sobre a temática de comunicação pública. Os autores que se dedicam à comunicação pública partem da concepção que as ações deveriam promover processos e estratégias que capacitem o cidadão com informações de seu interesse, oferecendo oportunidades de diálogo e debate e incentivando processos de engajamento social e deliberação. Também foi discutida nesse capítulo a influência das práticas do jornalismo das mídias industriais nos conteúdos analisados e o papel das políticas públicas de comunicação como norteadoras de propostas de comunicação pública democrática.

No Capítulo 2, apresentamos o debate sobre dois pressupostos que deveriam ser atendidos pelas iniciativas de comunicação pública democrática: o atendimento ao direito informação e à comunicação. Se a retrospectiva histórica reunida no capítulo indica o avanço de diversos dispositivos legais como a Lei de Acesso à Informação e o Estatuto da Juventude, por exemplo, há diversos obstáculos que impediriam ao jovem cidadão o amplo exercício do seu direito de informar, ser informado, de falar e ser ouvido.

No Capítulo 3, estabelecemos a relação entre democracia, democracia digital e processos de deliberação, bem com a influência das tecnologias de informação e comunicação, que poderiam conduzir propostas de interlocução entre cidadão e governos. Reunimos no presente capítulo o debate que questiona se as tecnologias de informação e comunicação apresentariam potencialidade para o fortalecimento de experiências democráticas online.

No Capítulo 4, debatemos aspectos relacionados à definição de juventude, que parece ser tarefa cada vez mais complexa devido às mudanças vividas pela sociedade. Desenvolvemos ainda uma retrospectiva das políticas públicas de juventude que colocaram o jovem brasileiro como beneficiário das ações de governos e os aspectos que envolvem a implantação, execução, gestão e avaliação de políticas públicas.

No Capítulo 5, a partir de uma quadro que indicaria o afastamento do jovem das instituições políticas formais e de pesquisas que apontam o crescimento de seu interesse por outras formas de participação, refletiremos se as tecnologias de informação e comunicação

representariam apenas novas plataformas e ferramentas para a mobilização ou se estariam sendo utilizadas para o desenvolvimento do engajamento social e participação política.

Na Etapa 2 – Informações em rede social, para atender ao objetivo específico (b), foram avaliadas postagens de 22 páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook mantidas por governos estaduais e capitais, investigando se as publicações favorecem o diálogo entre jovens e governos. Ainda na Etapa 2 – Informações em rede social, as postagens sobre políticas públicas foram submetidas à análise de conteúdo conforme categorias determinadas para investigar se os conteúdos disponíveis oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação.

Na Etapa 3 – Conversações em rede social, analisamos espaços de conversação em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook, para atendermos ao objetivo específico (c). As postagens das oito páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook também foram investigadas buscando analisar se os processos e estratégias de comunicação pública empregados nas redes sociais oficiais favorecem o diálogo entre jovens e partidos políticos.

Realizamos ainda uma sondagem entre os assessores de comunicação responsáveis pela elaboração dos conteúdos publicados em páginas web com informações sobre políticas públicas e postagens em páginas oficiais no Facebook para auxiliar na interpretação dos dados coletados nas Etapas 1 a 3.

No Capítulo 7, são apresentados os resultados da investigação de 86 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude provenientes de 16 portais de governos municipais e estaduais (Etapa 1), 76 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude publicadas por meio de links em postagens de 16 páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook (Etapa 2 – Técnica 1.2); análise de publicações de 22 páginas oficiais de governos voltadas ao jovem no Facebook também avaliadas no período de um ano (Etapa 2 – Técnica 1.1); análise de publicações de 8 páginas de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook no período de um ano; e, finalmente, avaliamos espaços de conversação mantidos durante um ano em oito páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook, cobrindo um total de 977 comentários. No Capítulo 8, procedemos à tarefa de análise e interpretação dos resultados diante do referencial teórico reunido.

Ao procurarmos responder à questão de pesquisa - se as tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para que o jovem possa exercer seu direito à informação e comunicação sobre políticas públicas, provendo oportunidades para assimilar informações

relevantes, participar e interagir em fluxos de comunicação democrática – apresentamos a tese de que as estratégias e processos de comunicação pública empregados em portais web de governo, páginas oficiais de governos e de partidos políticos voltadas ao jovem nas redes sociais online devem ser aperfeiçoados para que o jovem possa exercer seu direito à informação e à comunicação democrática.

Como contribuições resultantes da presente investigação podemos afirmar que os resultados obtidos trazem considerações sobre o papel das políticas públicas de comunicação de juventude para a condução de processos e estratégias empregados visando ao atendimento ao direito à informação e comunicação; a necessidade da oferta de informações com abrangência e qualidade de forma a municiar amplamente o cidadão com informações sobre políticas públicas de juventude; a premência na capacitação e formação dos profissionais que atuam em estruturas de assessorias de comunicação para que estejam aptos a atender os pressupostos da comunicação pública democrática e a ponderação se e como os espaços de conversação mantidos em sites de redes sociais poderiam apresentar qualidades desejáveis ao diálogo, ao debate e à deliberação.

1 CAPÍTULO 1 - COMUNICAÇÃO PÚBLICA, RECONHECIMENTO E CAPITAL SOCIAL

O distanciamento e a ausência de confiança dos jovens nas instituições públicas formais e seus respectivos representantes não são uma realidade apenas brasileira. Em várias partes do mundo, pesquisas apontam o crescimento da apatia e da falta de credibilidade nas instituições democráticas entre jovens de diversas idades.

A partir desse quadro, o presente capítulo debate a relação entre comunicação pública governamental, reconhecimento e capital social e reflete como as iniciativas de comunicação pública poderiam atuar para que o jovem, distante e descrente das instituições políticas e do próprio papel ativo na sociedade, sinta-se reconhecido como parte integrante da vida democrática e seja estimulado ao engajamento político e à participação social.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, delimitamos o tema da comunicação pública, que abrange áreas diversas de atuação, entre elas a que será abordada com mais atenção nesse capítulo, a comunicação pública governamental. As estratégias e processos de comunicação pública empregados e os profissionais poderiam ser beneficiados por políticas públicas de comunicação, também abordadas na primeira seção.

Na segunda seção, refletimos sobre a influência das teorizações sobre a esfera pública de Habermas no desenvolvimento dos estudos da comunicação pública e sobre o papel que ela pode exercer para a garantia do reconhecimento dos jovens cidadãos na sociedade. Para isso, são debatidas as formas de reconhecimento, quem é esse sujeito que deseja ser reconhecido e por quem quer ser reconhecido, quais são as tensões que envolvem os sujeitos nos processos de reconhecimento e no que resultam. Na sequência, apresentamos a discussão sobre capital social a partir da ideia de que o jovem cidadão poderia ser incentivado a exercer papel mais ativo nas decisões públicas que lhe dizem respeito por meio de estratégias e ações voltadas a aumentar a confiança nas instituições democráticas.

O objetivo do presente capítulo é debater como as políticas de comunicação podem nortear as ações colocadas em prática em instituições públicas potencializando processos e estratégias que valorizem práticas de comunicação pública democrática, incentivando o reconhecimento do jovem como cidadão possuidor de direitos e deveres.

1.1 Comunicação pública, comunicação pública governamental e políticas públicas de comunicação

A diversidade de áreas que podem ser abarcadas pelo conceito de comunicação pública envolve uma multiplicidade de públicos nas relações entre Estado e sociedade. Brandão (2012) estabelece cinco áreas de atividade profissional e conhecimento relacionados à comunicação pública: a comunicação organizacional, considerada como a área que analisa a comunicação no interior das organizações e das organizações com seus públicos, visando criar relacionamentos, construir a identidade e difundir a imagem das instituições; a comunicação científica, a qual teria por objetivo despertar a atenção e o interesse do público pela ciência, divulgando e compartilhando conhecimentos; a comunicação do Estado ou governamental, que teria por objetivo estabelecer fluxos de informação e comunicação entre cidadãos e governos, colaborando para a construção de uma agenda pública de assuntos do interesse da população, prestando contas e estimulando o debate sobre as ações adotadas; a comunicação política, cujo objetivo seria tornar públicas ideias, crenças e posicionamentos de partidos políticos e governos; e, a comunicação da sociedade civil organizada, que utilizaria formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades ou representantes do terceiro setor que se dedicam a assuntos de interesse público.

Nós utilizaremos o conceito de comunicação pública governamental, que pode ser definida como a atuação por meio de ações de comunicação realizadas por instituições públicas que teriam por objetivo estabelecer fluxos de informação e de comunicação entre governos e cidadãos, promovendo a transparência de suas ações e reconhecendo o cidadão como integrante ativo, apto a participar em igualdades de condições de debates sobre decisões públicas que sejam de seu interesse (KUNSCH, 2012; DUARTE, 2011).

Para Gil e Matos (2012, p. 159), a comunicação governamental tem por objetivo desenvolver ações e atividades que procurem legitimar a gestão pública. A comunicação política é aquela que participa das disputas partidárias, dividindo espaço com o marketing eleitoral, divulgando campanhas, programas de governos e perfis de futuros representantes políticos. Já a comunicação pública deveria ser voltada à esfera pública de forma a “permitir à sociedade a interpelação do Estado e o direcionamento da política conforme o interesse coletivo, recuperando as demandas esquecidas, reconhecendo as exclusões para superá-las”.

Numa sociedade democrática que pretenda reunir e dar voz a um número cada vez maior de atores, as estratégias de comunicação pública governamental deveriam assumir a perspectiva da coletividade, cujo o protagonista seria o cidadão. Para isso, seria necessário o estabelecimento de estratégias, canais e ações que possam incentivar o público a estar envolvido nessa comunicação que se diz pública, objetivando o bem comum da sociedade. Considerando que o público pretendido é o jovem, ainda é necessário considerar características específicas desse público e o maior investimento de informações buscando municiá-lo com dados que o estimulem a participar dos canais de diálogo. Ao jovem cidadão deveriam ser oferecidas informações de seu interesse, além de ações que possam estimular a participação em debates sobre propostas de políticas públicas do interesse da comunidade onde vive, assim como estimular o conhecimento de leis, a abertura de espaço para expressar suas opiniões e perceber que suas sugestões podem ser consideradas pelo poder público. O que se quer, segundo Duarte (2011) é uma comunicação menos voltada à relação entre emissor – instituição pública – e receptor – cidadão. “Gerar comunicação de qualidade implica diversificar e coordenar instrumentos, adaptar mensagens aos interessados, valorizar aspectos didáticos e estimular a interlocução” (DUARTE, 2011, p. 130).

Conforme citado por Duarte (2011; 2012), tem crescido o investimento das instituições públicas em estruturas de assessoria de comunicação, assim como o desenvolvimento de ações nas diversas plataformas disponibilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Trata-se de uma área que tem atraído diversos profissionais da área de comunicação, entre os quais jornalistas vindos das universidades ou das mídias tradicionais. Os jornalistas podem estar aptos a atuar em diversos setores das assessorias, principalmente na elaboração e gestão dos conteúdos publicados nas diversas plataformas online que têm sido amplamente utilizadas pelas iniciativas de comunicação pública governamental.

Segundo Torquato (2004) as organizações e as instituições públicas estão profissionalizando cada vez mais as estruturas de assessoria de comunicação, atendendo a demanda da sociedade por mais transparência. A partir da realidade marcada pelas tecnologias de informação e comunicação, as estratégias e processos empregados exigem profissionais multifacetados aptos a atuarem em diversas mídias. Essa realidade demandaria das estruturas de comunicação o investimento em profissionais e produtos de comunicação – jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas e marketing. As estruturas de

comunicação das instituições públicas devem “se reorganizar em função da evolução dos conceitos e das novas demandas sociais” (TORQUATO, 2004, p. 121).

A atuação expressiva de jornalistas e profissionais das mídias industriais em assessorias de comunicação pode contribuir para que os conteúdos elaborados por esses profissionais sejam influenciados pelos valores notícia do jornalismo, critérios de noticiabilidade e pelos enquadramentos episódicos e imediatos das informações. Critérios de noticiabilidade podem ser definidos como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias, podemos definir os valores/notícia (*news values*) como uma componente da noticiabilidade” (WOLF, 2003, 178). Esses valores notícia, que funcionariam como regras práticas aplicadas no dia-a-dia profissional, também podem influenciar a produção de conteúdos das redações das assessorias de comunicação.

Os jornalistas compartilham valores como liberdade, independência e autonomia, credibilidade, verdade, objetividade. Valores que também deveriam ser caros aos profissionais que atuam na comunicação pública governamental. Esses valores, somados às experiências profissionais anteriormente obtidas, poderiam estimular o processo de socialização das práticas profissionais nos espaços compreendidos na comunicação pública. No entanto, tais práticas podem representar lacunas na oferta de informações públicas, que requer ações que podem ser “dirigidas a outras dimensões da cidadania; em especial, cabe à CPD proporcionar aos cidadãos oportunidades igualitárias de participar do jogo democrático” (ROTHBERG, VANZINI, 2013, p. 109). Há que se considerar ainda que muito profissionais centram seus esforços na divulgação das atividades dos representantes políticos, o que por si só vai de encontro aos princípios da comunicação pública, interesse geral e utilidade pública (BRANDÃO, 2012) e também contrariam o princípio da impessoalidade da administração pública.

A influência das práticas das mídias industriais também pode ocorrer em outras formas de comunicação pública, como a realizada em organizações não governamentais. Comfort e Blankenship (2018, p.1), em estudo que investigou as práticas dos profissionais responsáveis pelos conteúdos de organizações não governamentais voltadas às questões ambientais, relatam que os jornalistas responsáveis usualmente utilizam “normas e práticas do jornalismo comercial tradicional do que o campo das Ongs”. Tal prática, segundo os autores, poderia prejudicar os resultados esperados com as ações e estratégias estabelecidas pelas organizações, pois consideram o campo jornalístico “mais poderoso”. Os

pesquisadores entrevistaram 46 jornalistas, que descreveram os diversos aspectos que envolvem elaboração dos artigos publicados, como a seleção das histórias a serem contadas, o processo de reportagem e de redação final. Os autores também consideram outros critérios das práticas jornalísticas, como precisão, equilíbrio, transparência e objetividade. “Os resultados indicam que as práticas dos jornalistas que escrevem para veículos que defendem pautas ambientais apresentam mais características comuns às práticas do jornalismo comercial tradicional” (COMFORT, BLANKENSHIP, 2018, p. 13).

Outro desafio apresentado aos profissionais que atuam na área de comunicação pública governamental são as tecnologias de informação e comunicação e as novas demandas do público, que tem a seu dispor ferramentas de compartilhamento, produção e divulgação ao seu dispor.

Os profissionais que atuam na área de comunicação pública governamental também deveriam estar atentos aos diferentes perfis do público pretendido, principalmente quando suas ações são voltadas ao jovem. Trata-se de uma coletividade que está cada vez mais apta a exercer um papel atuante na produção de conteúdos e na cobrança de ações por parte dos administradores públicos. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, as ações exigem profissionais que estejam preparados para trabalhar com diversas ferramentas, como vídeos, áudios, sites, redes sociais, games, etc, criando uma nova modalidade, a comunicação pública digital, que também deveria propiciar canais de informação, prestação de contas, divulgação de serviços, promoção de instituições públicas, estimulação do debate e participação pública de cidadãos em temas de interesse da coletividade (ZÉMOR, 2012; ROLANDO, 2011).

As atribuições e ações relacionadas à comunicação pública governamental são vastas, complexas e exigiriam dos profissionais amplo conhecimento não apenas de sua prática, mas também da gestão da coisa pública, normas, leis, regulamentos, assim como também das responsabilidades de sua atuação.

Embora a migração dos jornalistas para áreas de assessoria de imprensa e jornalismo institucional seja uma realidade no país, segundo Sólio (2008), os currículos dos cursos de graduação em jornalismo pouco abrangem a área. No entanto, algumas mudanças parecem representar avanços expressivos. Nas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em jornalismo colocadas em prática a partir de 2014, está prevista a inclusão de rotinas de trabalho da área de assessoria de imprensa na formação do futuro jornalista.

O artigo 5º detalha que os graduandos em jornalismo deverão ser preparados para “elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa” (MEC, 2013). Segundo Scherer (2016, não paginado), o papel do jornalista que atua em assessoria de comunicação pública deveria ser o de “passar o maior número de informações sobre a questão abordada, apresentando fontes variadas ou não, mas sempre com uma mesma direção”.

Para Rothberg (2012), também existem lacunas na formação do futuro profissional com relação a temas que exigiriam um maior poder analítico e a utilização e domínio de ferramentas para o fornecimento de informações mais amplas e abrangentes, pois, “de acordo com alguns críticos, os cursos superiores respondiam principalmente a necessidades da indústria da formação jornalística e não às exigências do fortalecimento da democracia” (ROTHBERG, 2012, p. 218). A formação e capacitação dos profissionais que atuam em assessorias de comunicação deveria ser pautada para o compromisso com a vitalidade democrática e com a cidadania. Segundo a Unesco (2010, p. 6) o objetivo básico da função do jornalismo seria o de “servir à sociedade, informando ao público, fiscalizando o exercício do poder, estimulando o debate democrático”. Essa formação ainda é mais necessária visto que as atividades de jornalismo se ampliaram, como já observamos aqui, o que levaria à necessidade que os cursos de graduação “levassem em conta as mudanças nos ramos de atuação ocorridas nos últimos 30 anos, especialmente o crescimento do número de funções trazido pelas novas tecnologias de informação e comunicação” (ROTHBERG, 2012, p. 225). Nesse rol de novas funções proporcionadas pelas TIC também deveriam ser consideradas ações, atividades e responsabilidades dos profissionais que pretendem atuar em assessorias de comunicação pública governamental.

Sob a perspectiva de uma comunicação pública democrática, cujas ações e estratégias deveriam ser voltadas à recuperação da esfera pública, permitindo a relação entre o jovem cidadão e o Estado a fim de atender o interesse coletivo, reconhecendo as demandas apresentadas e incentivando o engajamento social e a participação, a formação dos futuros profissionais e a capacitação daqueles que já atuam em estruturas de comunicação governamental deveriam afastar-se das práticas das mídias industriais.

O conteúdo das informações elaboradas e apresentadas nas diversas plataformas que hoje fazem parte do rol de produtos das assessorias de comunicação institucionais deveria primar pelos aspectos normativos da comunicação pública, estabelecidos por políticas públicas de comunicação que atendam aos princípios do interesse geral e a utilidade pública, e assim busquem promover a interlocução entre Estado e sociedade por meio de mecanismos que incentivem espaços democráticos de diálogo.

Políticas públicas de comunicação podem ser definidas como documentos norteadores que deveriam estabelecer princípios de atuação e normas que irão direcionar as ações de comunicação, buscando garantir o amplo acesso à informação, à expressão e à participação (DUARTE, 2011). Tais políticas, para atingirem maior eficiência, poderiam ser segmentadas em temas específicos e voltadas para o atendimento de quatro eixos centrais para a comunicação pública: a transparência, o acesso, a interação e a responsividade. “Políticas de comunicação facilitadoras do entendimento em processos deliberativos são fundamentais e se aproximariam mais das relações públicas comunitárias do que da comunicação governamental tradicional” (LÓPEZ, 2011, p.64). Segundo Alfonso (1998, p.24) políticas públicas de comunicação são “conjunto integrado de orientações de práticas comunicacionais em harmonia com um conjunto coerente de princípios e normas direcionados a guiar a conduta das instituições”. Esses princípios e normas deveriam fazer parte das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas de comunicação de juventude, considerando formas de promover processos horizontais de comunicação, o compartilhamento de informações entre jovens e governos e a participação em ambientes livres de coerção, com trocas democráticas entre seus participantes (BELTRÁN, 1995; DUARTE, 2011; LÓPEZ, 2011).

Gil e Matos (2012) defendem a elaboração de políticas públicas de comunicação de longo prazo, visando defender o que é público e buscando integrar todos os atores da sociedade de forma democrática. Para Kunsch (2012, p.27), as políticas de comunicação devem priorizar a abertura de canais de comunicação, estabelecendo planos estratégicos que visem “a prática de uma comunicação integrada, que capitalize eficaz e eficientemente a sinergia das distintas subáreas de comunicação social”.

O estabelecimento de políticas de comunicação parece ser ainda mais necessário dada a prevalência das novas tecnologias de comunicação (CAETANO, 2012). Embora apresentem características aptas a promover maior horizontalidade nas relações dialógicas,

as experiências indicam que há ainda muito avançar na sua utilização de formas de promoção do diálogo, da participação e da comunicação simétrica.

As políticas públicas de comunicação deveriam estabelecer planos a partir dos quais seriam estabelecidos os objetivos das instituições, as metas a serem alcançadas por meio de estratégias e ações, os recursos financeiros e humanos disponíveis e estabelecer perspectivas de atuação visando também ações de longo prazo. “Além disso, a busca por uma postura mais transparente deve pautar a comunicação das organizações que pretendem contribuir com a construção de uma esfera pública mais democrática e participativa” (NASCIMENTO, 2012, p. 306).

Também seria necessário considerar o estabelecimento de estratégias de comunicação, levando em conta a condição humana do público pretendido – no nosso caso o jovem – e a forma como as ações pode agregar valor às instituições – ou seja, aproximar mais a juventude das instituições públicas formais estimulando a credibilidade e a legitimidade de suas ações. Para isso, seria necessário que as estratégias estabelecidas considerassem também que o público pretendido não deseja mais ser receptor passivo de mensagens institucionais. Ao contrário, as propostas deveriam ser voltadas à interatividade entre governos e jovens.

Para definirmos estratégia, recorreremos a Kunsch (2018, p. 19) que apresenta dois enfoques relacionados ao termo e que apresentam relação como a comunicação: “O primeiro se baseia numa visão mais conservadora e racional, centrada nos resultados; e o segundo, em uma perspectiva mais complexa, que leva em conta as incertezas e busca novas alternativas para repensar a comunicação estratégica”. A comunicação estratégica tem por objetivo obter eficácia das ações empreendidas e atingir os resultados esperados, alinhando-se aos objetivos, princípios, missão, visão e valores estabelecidos nos planos de comunicação. A comunicação pública voltada ao jovem visando ao atendimento ao direito à informação deveria estabelecer ações que possam construir “uma imagem e identidade positiva perante a opinião pública, culminam na necessidade de uma comunicação estratégica” (KUNSCH, 2018, p. 21).

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação propiciou novos formatos para a potencialização da oferta de canais aptos a aprimorar a interatividade, o diálogo e oportunidades para a prestação de contas para o cidadão, espaços que têm recebido investimento e ações nos últimos anos dado o crescimento de perfis e páginas oficiais das diversas esferas de governo nas redes sociais, com destaque, é claro, para iniciativas voltadas

ao jovem. Para aproveitar tais canais com toda a potencialidade, as estratégias deveriam considerar o público, a linguagem e os instrumentos característicos de tais ambientes (NASCIMENTO, 2012). E são justamente os canais potencializados pelas TIC que poderiam atrair o público jovem para assuntos de interesse público.

As novas plataformas e os novos formatos de conteúdos que podem ser divulgados pelas estratégias e processos de comunicação pública governamental também deveriam ser levados em conta na comunicação estratégica das organizações públicas, nos planos de comunicação e na elaboração de políticas públicas de comunicação de juventude que viabilizem a prática da comunicação pública democrática.

1.2 Comunicação pública, estímulo à participação do cidadão em esferas públicas, reconhecimento e geração de capital social

Apesar dos avanços e do investimento em profissionais e em tecnologias para a divulgação das informações nas diversas plataformas digitais, o modelo dominante de atuação das equipes responsáveis pela condução das estratégias de comunicação pública governamental ainda parece estar focado em obter espaços na mídia, prestar serviços ou dar visibilidade ao gestor responsável pela pasta, sendo escassas as iniciativas que visam promover o relacionamento e o diálogo com o cidadão.

No entanto, ações de comunicação pública democrática que procuram incentivar o diálogo e o relacionamento do Estado com o cidadão parecem dominar a agenda de pesquisa, influenciando também a própria evolução na elaboração dos conceitos da área. Os pesquisadores que se dedicam à temática convergem sobre a necessidade de iniciativas que considerem o cidadão personagem ativo nos negócios públicos, por meio da criação de espaços de diálogo; da divulgação das instituições para que sejam amplamente conhecidas e para que possam ser solicitadas quando necessário; do incentivo ao debate e à participação da sociedade em processos decisórios; da transparência das ações da administração pública, propiciando mecanismos para a garantia do direito à informação e à comunicação (ZÉMOR, 2012; DUARTE, 2012 e KUNSCH, 2012).

Nesse exame rápido dos pressupostos que devem nortear a comunicação pública evidencia-se a articulação conceitual sobre a esfera pública de Habermas (1997; 2004), que pode ser entendida como “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997,

p. 92). A partir de tais preceitos, o estabelecimento de condições deliberativas permitiria a realização de comunicação pública apta a atender aos preceitos democráticos e estimular a participação em espaços formalizados pelo Estado.

Pesquisadores brasileiros que se dedicam à área avaliam a presença da multiplicidade de vozes que podem envolver o tema esfera ou esferas públicas. Conforme Matos (2012), as esferas públicas possibilitariam espaços para que cidadãos participem de processos de comunicação pública, desde que as ações permitam a esse cidadão participar em igualdade de condições, capacitando-o a comunicar-se, e garantindo que tais trocas atendam ao interesse geral e não privilegiem determinados grupos ou argumentos em detrimentos de outros.

A operacionalização de espaços que incentivem ações de comunicação pública voltadas ao incentivo da cidadania, ao atendimento do interesse público, ao acesso à informação e a potencialização de espaços de diálogo e participação são formas apontadas por Duarte (2012) e Brandão (2012) para a viabilização de processos comunicacionais mantidos na esfera pública entre Estado e sociedade, onde seja possível a negociação entre os interesses do cidadão e as políticas implementadas pelos governos, em especial aquelas de interesse dos jovens, público particularmente sensível ao estímulo online (RABIN e BACICH, 2018; SILVA e NUNES, 2017; ALTHEMAN; MARQUES e MARTINO, 2017).

Embora as abordagens da comunicação pública a partir da noção de esfera pública habermasiana sejam bastante promissoras no sentido de pensar estratégias com potencial de proporcionar voz ativa ao cidadão em temas de seu interesse, também são vários os autores que avaliam tal potencial de forma crítica.

A partir da definição de esfera pública discutida por Fraser (1992, p.110), a qual a conceitua como um espaço nas sociedades modernas onde a participação política ocorreria por meio de conversações sobre temas em comum, em uma “uma arena institucionalizada de interação discursiva”, é necessário examinar o quão ampla pode ser essa esfera pública e suas limitações. Para a autora, princípios como a ampla publicidade e transparência do Estado, igualdade entre as partes e amplo acesso à esfera pública por variados segmentos da sociedade tornariam difícil a sua efetivação. Fraser (1992) acredita em uma multiplicidade de arenas públicas, onde podem atuar associações e outras formas de organização que teriam por objetivo ocupar e atender as demandas ignoradas pelo Estado. Nesse caso, essas múltiplas esferas públicas poderiam ter a potencialidade para promover a igualdade

participativa, a autonomia, a independência e a legitimidade de suas ações, desde que corretamente delimitados os limites entre Estado, mercado e sociedade.

Marques (2015, p. 80) também indica lacunas ao se avaliar o papel da comunicação pública como mobilizadora de espaços públicos, onde os debates fossem pautados “pela troca argumentativa paritária e pela justificação recíproca entre diferentes instâncias, atores e instituições” (MARQUES, 2015, p.89). Existiriam limitações como coerções, assimetrias e conflitos, que trazem a exigência de “assumir temporariamente o lugar do outro buscando entender suas demandas, interesses e sentimentos a partir de uma identificação baseada na empatia e na solidariedade” (MARQUES, 2015, p. 89).

Na tarefa de assumir o lugar do outro, de entender o que o outro espera das instituições, de tentar estabelecer a empatia e o sentimento de solidariedade comentado por Marques (2015), é necessário avaliarmos a contribuição que os debates sobre reconhecimento social podem oferecer, ou seja, o indivíduo reconhecer-se e reconhecer no outro um participante ativo, cidadão detentor de direitos e deveres. Também podemos refletir com as ações e estratégias de comunicação pública governamental poderiam contribuir para o estabelecimento propostas onde o jovem se reconheça como indivíduo detentor de direitos e deveres.

O reconhecimento do jovem como sujeito de direitos é algo em progresso no Brasil, o que requer ainda mais atenção das ações de comunicação pública governamental no sentido de promover o empoderamento do jovem cidadão, ou seja, seu reconhecimento. Se a comunicação pública teria potencial para oferecer espaços de participação e engajamento, suas estratégias e ações deveriam, a princípio, promover o reconhecimento do cidadão como parte integrante e apto a exercer papel ativo nos processos de discussão e, ao mesmo tempo, reconhecer-se como tal.

Reconhecer-se como sujeito detentor de direitos e deveres é um processo de duas mãos: quando sabemos quais são nossos direitos e como exigí-los, assim como os nossos deveres, passamos a reconhecer no outro um sujeito que possui os mesmos direitos e os mesmos deveres, o que gera a solidariedade ou estima social. Para Honneth (2003), quando se fala em solidariedade estamos reconhecendo o valor das realizações dos indivíduos pela sociedade, grupo ou coletividade onde interage, independente de que forma essas contribuições foram realizadas e que resultados foram obtidos a partir delas.

As relações sociais estabelecidas nesse processo de solidariedade devem seguir uma perspectiva de simetria, ou seja, os sujeitos devem considerar-se reciprocamente, o que

levaria não apenas ao despertar do sentimento de ser solidário ao outro, mas também exigiria que o sujeito entenda a razão do outro e tenha interesse por seu argumento.

A partir das reflexões de Honneth (2003) sobre reconhecimento, Caillé (2011, p. 27) apresenta os seguintes questionamentos: “quem deve ser reconhecido? por quem? o que deve ser reconhecido? o que significa a ideia do reconhecimento?”. Sobre a primeira pergunta, há um embate entre indivíduos e comunidade, pois “por todo lado vemos lutas pela emancipação de indivíduos que parecem se desenvolver efetivamente em nome de uma comunidade de pertencimento, mais ou menos real ou imaginada” (CAILLÉE, 2011, p. 28). A segunda pergunta, *reconhecidos por quem*, envolve outra questão: quem é essa pessoa que queremos que nos reconheça?, pois “quando desejamos ser reconhecidos por um sujeito reconhecido e capaz de reconhecer, ou, ao contrário, quando, ao contestar os títulos de um sujeito tido como reconhecedor instituído, pretendemos mudar as regras do jogo para nos tornarmos, nós mesmos, sujeitos capazes de reconhecer” (CAILLÉE, 2011, p. 28). O que queremos que seja reconhecido é a terceira pergunta proposta por Caillé (2011, p. 29), sobre o “respeito ao qual aspiramos na esfera política e judiciária; e a estima que desejamos alcançar por nossa contribuição dentro da divisão social do trabalho”. E, finalmente, a quarta questão, o reconhecimento de que é preciso se perguntar o “que deve ser reconhecido e o de que deve ser tornar objeto de reconhecimento para que os sujeitos sejam capazes de reconhecê-lo, questão que se relaciona àquilo que compõe o valor dos sujeitos, o valor que eles desejam seja reconhecido” (CAILLÉE, 2011, p. 29).

Os questionamentos apresentados demonstram como o reconhecimento é uma tarefa complexa e, na maioria das vezes, não ocorre de forma espontânea. O que parece claro é a dependência da relação com o outro no processo de reconhecimento, já que o indivíduo necessita do outro para constituir sua identidade. Tal fator gera constante tensão pela busca do autorespeito, autoconfiança e autoestima, tanto de forma individual, com em grupos. Essa tensão proveniente da falta de reconhecimento do outro origina movimentos, manifestações e mobilizações sociais, através dos quais o cidadão procura realizar coletivamente o que individualmente é impedido de fazer, ou seja, dar visibilidade às suas demandas, o que levaria pessoas com mesmo interesse se unirem em atividades que procuram garantir a visibilidade e o reconhecimento de suas demandas. Ao conseguir e manter tal visibilidade, os integrantes do grupo reconhecido passam a crer que são aptos a realizar objetivos comuns a partir do grupo social de que fazem parte.

Conforme Mendonça (2011), sendo o reconhecimento algo muitas vezes a ser conquistado e uma vez obtido não tem garantia de permanência, até mesmo quando se dá pelo estabelecimento de políticas públicas, as lutas por reconhecimento ganham tanta relevância, pois podem ou não gerar políticas públicas que visam contribuir para o reconhecimento de minorias, como garantia de renda mínima, acesso por quotas às universidades, subsídios para o transporte público de estudantes, isenção de impostos a portadores de determinadas doenças, por exemplo. Tais políticas também comprovam a relação entre o reconhecimento e questões econômicas, sociais e políticas.

O reconhecimento social pode advir da rede de cultura cívica e participação popular; por meio de coletivos que envolvem jovens militantes, representantes de governos ou de instituições, organizações não governamentais, associações e sindicatos de classe; por exemplo, que se unem em busca do respeito social, cultural, pela luta para redução de desigualdade social, por demandas específicas ou contra determinadas políticas públicas.

Diálogo e ações comunicativas que procuram valorizar o reconhecimento intersubjetivo são parte essencial do processo de estabelecimento de uma solidariedade social, no que impõe-se a necessidade da abertura de canais de diálogo que viabilizem o exercício de escutar os diferentes atores que fazem parte dos processos, incentivar o debate em igualdade de condições e estimular que os resultados atendam ao interesse geral (SALOMÃO, 2011).

São áreas onde as ações de comunicação pública governamental podem implementar propostas que visem promover o reconhecimento, proporcionando ao jovem que se sinta integrado. As ações vão desde o fornecimento de informações de forma variada, diversa e com múltiplos pontos de vista até uma perspectiva mais ampla, que envolva processos de deliberação e de engajamento, o quais também podem contribuir para que o indivíduo se sinta reconhecido em seus direitos e deveres. A cooperação deliberativa pode ter espaço na internet caso os participantes “se vejam como parceiros igualmente relevantes e moralmente dignos de respeito, tendo seus pontos de vista considerados e encampados pelo processo deliberativo” (MALVA, 2011, p. 227).

O reconhecimento do jovem como sujeito de direitos e deveres é algo em progresso na sociedade brasileira. Este é um aspecto com consequências importantes para a comunicação pública dirigida a esse público, objeto da tese em elaboração. As políticas

públicas de comunicação dirigida a esse pública poderiam ser elaboradas para desenvolver estratégias de encorajamento de atitudes de engajamento político operadas pelo reconhecimento do protagonismo jovem.

Segundo Ribeiro e Macedo (2018), o período importante de políticas públicas que tem como protagonista o jovem compreende os anos de 2005 a 2015, pois nesse período foram criados órgãos voltados à implementação de programas e projetos de governo direcionados ao jovem em diversas esferas da administração pública, resultando em avanços expressivos na legislação e realização de diversas pesquisas que tem o jovem como objeto principal. “Assim, programas e ações dirigidas aos jovens brasileiros, de alguma forma, passam a apreciar ou se aproximar de um conjunto de demandas, que ao ganharem a cena pública, explicitaram uma recente condição juvenil” (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 109).

A partir da reflexão sobre o papel da comunicação pública para o incentivo ao reconhecimento, torna-se necessário apresentarmos o debate sobre capital social. Para Coleman (1998), o capital social ocorre quando determinadas estruturas sociais facilitam as ações dos atores que se unem por objetivos comuns. Trata-se de uma situação inerente à vida em sociedade e os laços estabelecidos entre seus grupos podem ser fortes, como o estabelecido entre familiares ou grupos étnicos ou de comunidades pequenas; ou fracos, quando motivados para determinados objetivos, como por exemplo uma manifestação pedindo a redução da tarifa de serviços públicos. Nesse último caso, com o advento das mídias digitais, não haveria sequer a necessidade que os integrantes de tais redes se conheçam pessoalmente, desde que encontrem formas de organização e mobilização que acabem por gerar capital social.

Um dos ingredientes que podem mobilizar o capital social são as informações, as quais podem oferecer mecanismos, motivações e incentivar ações e estabelecimento de relações sociais para se atingir a um objetivo. Também é por meio das próprias redes que os indivíduos podem adquirir informações que não seriam de fácil acesso, numa troca recíproca de compartilhamento (COLEMAN, 1998).

Putnam (1995) define capital social como produto de redes sociais estabelecidas a partir de normas e confiança, as quais capacitam os seus participantes a atingir objetivos comuns de maneira mais efetiva. Ele lembra que embora usualmente ligado à participação política, o capital social não é o seu sinônimo, visto que aquela aborda a relação do cidadão com as instituições políticas e este, às relações estabelecidas entre os próprios

cidadãos, em uma relação de associativismo horizontal, onde as condições de debate e engajamento seriam mais igualitárias.

Os críticos à visão de Putnam apontam diversas influências que podem afetar os resultados do capital social, cujas pressões podem impedir o desenvolvimento e engajamento cívico, minando a confiança e solidariedade de seus participantes. Para impedir tais interferências, ABU-EL-HAJ (1999) indica a necessidade de intervenção institucional para aglutinar formas de capital social e impedir a dispersão dos grupos. O associativismo horizontal sugerido por Putnam (1995) também poderia ser um dos fatores a contribuir para o sucesso do capital social se utilizado como facilitador de iniciativas de engajamento cívico. Essas iniciativas se caracterizam pela presença maior de sentimentos como confiança, solidariedade e cooperação, resultante da horizontalidade de suas ações, desde que tais associações fossem autônomas, garantissem certa igualdade de condições de participação a seus membros e incentivassem o engajamento visando uma missão comum (ABU-EL-HAJ, 1999).

Outra questão presente nas críticas aos defensores das potencialidades de grupos gerarem capital social a partir de objetivos comuns é a dependência da confiança. Para que se estabeleça uma relação de solidariedade entre membros de um mesmo grupo seria necessário que a relação estabelecida ocorra em clima de confiança, não apenas interpessoal, mas também a confiança política e a confiança nas instituições públicas.

Moisés (2005a; 2005b) enumera cinco níveis de confiança política, quais sejam: na própria comunidade política, ou seja, onde estão inseridos, o país, o território ao qual o cidadão pertence; nos princípios do regime democrático, que inclui valores como igualdade, liberdade, entre outros; nos resultados desse regime, que aborda o que as normas e o que de fato ocorre; nas instituições, que avaliam o papel dos partidos, dos parlamentos, dos poderes constituídos; e nos atores, que são os líderes e representantes das classes políticas. O cidadão pode ter confiança em um ou dois dos aspectos citados acima e confiar em apenas um não significa confiança nos demais. O nível de confiança também pode depender do nível de relação e de conhecimento que o cidadão tem sobre as instituições (MOISÉS, 2005a).

Outras questões também podem contribuir para que a relação de confiança entre cidadão e instituição: o conhecimento sobre as motivações e interesses de quem coordena as ações e o atendimento a anseios públicos, normas e regras pelas quais foram estabelecidas, seus princípios éticos e normativos, uma espécie de compromisso moral. Também podem auxiliar no entendimento dos aspectos responsáveis pela geração da confiança política critérios psicológicos, culturais, econômicos, institucionais.

Evidencia-se a importância da confiança social – aquela depositada em amigos e familiares e política, como acima exposto, para atingir objetivos coletivos. A confiança atuaria como recurso facilitador para a realização das atividades em conjunto visando objetivos comuns, gerando, dessa forma, capital social, que além da confiança, dependeria da articulação de fatores como compromisso moral, condições de emergência da sociedade civil e o sistema de normas e regras que estrutura as esferas públicas (MOISÉS, 2005b).

O investimento em ações que estimulam a formação de capital social tem despertado o interesse de pesquisas, notadamente as realizadas na área de juventude. Silveira (2006, p.166) investigou as relações entre capital social, juventude e empoderamento. A autora procurou aferir o que os jovens acham sobre a participação, sendo que 79% dos entrevistados consideram importante participar de atividades associativas. Ao serem questionados se participariam de atividades, 59% responderam que sim, dependendo do tipo de proposta realizada, ou seja, caso tivessem algum tipo de retorno. Segundo a pesquisa, os processos de socialização política podem estar falhando, sendo necessário rever os mecanismos de participação e revitalizar valores democráticos como confiança, reciprocidade, cooperação e solidariedade.

Nazzari (2005) avaliou os avanços e as transformações no quadro de socialização política dos jovens num ambiente midiático, com a finalidade de identificar índices de capital social. Segundo dados da pesquisa feita com jovens das cidades de Curitiba e Cascavel (Paraná), 75,8% dos entrevistados reconhecem que a participação em associações pode contribuir para a mudança do país. No entanto, ao serem questionados sobre a possibilidade de participar, 61,4% responderam que depende, o que revelaria insegurança sobre o potencial da participação. A autora conclui que os obstáculos e a realidade econômica do país fazem com que os jovens tenham dificuldade em desenvolver confiança, cooperação e reciprocidade, o que prejudicaria a formação de capital social. Um dos desafios das iniciativas de comunicação pública voltadas ao jovem seria a promoção de ações que busquem diminuir a apatia e a indiferença dos jovens com relação às instituições públicas formais, estimulando formas alternativas de associativismo, cooperação e participação que pudessem estimular os sentidos da confiança, cooperação e solidariedade.

Entre os estudos sobre a potencialidade das redes sociais em gerar capital social, um dos focos está no papel do Estado na modificação das relações entre Estado e sociedade (DURSTON, 2001; 2003; SUNKEL, 2003; BAQUERO e BAQUERO, 2011; 2007; FERNANDES, 2011; MATOS, 2011).

Ao comparar os resultados de investigação realizadas em outros países com os resultados dos jovens brasileiros, Nazarrí (2006) concluiu que o jovem brasileiro parece estar mais focado na sua inserção no mercado de trabalho do que em atividades de cunho associativo e solidário, propícias ao desenvolvimento de capital social, o que decorreria em baixos índices de confiança, cooperação e participação na vida cotidiana, evidenciando baixos estoques de capital social. “As variáveis principais do capital social confiança, cooperação e participação grupal não estão sendo favorecidas pelo processo de socialização política vigente o que, por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença” (NAZZARI, 2006, p. 137).

Ao investigar a experiência de participação de jovens na Pastoral da Juventude Estudantil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Rede Em Busca da Paz, Silveira (2006, p.165) sugere que a participação dos jovens em grupos como os avaliados pode colaborar para o desenvolvimento pessoal e comunitário, que a autora considera fundamentais para a construção do capital social. “Para renovar seu capital humano e social, a prática da participação e do trabalho em equipe em associações constitui-se em espaço privilegiado

No entanto, a participação da sociedade que seja apta a gerar capital social demandaria a promoção do reconhecimento dos cidadãos como participantes iguais e com iguais condições de envolvimento em debates de assunto do seu interesse. O reconhecimento social dos cidadãos pode estar entrelaçado ao fomento do capital social, pois a partir desse entrelaçamento seria possível desenvolver formas de “inclusão da sociedade civil no processo de tomada de decisões, o que envolve uma prática política de natureza empoderadora que vai além dos canais convencionais de política institucionalizada” (BAQUERO; BAQUERO, 2011, p. 251).

O que podemos concluir no presente capítulo é que a agenda de pesquisas busca verificar como têm sido aplicados os princípios da área: a comunicação pública deveria criar espaços de negociação da vida pública; promover o diálogo, a relação entre Estado e sociedade; deveria incentivar o debate público sobre assuntos de interesse da comunidade; deveria tratar o cidadão como personagem principal, com o participante ativo e protagonista em processos que visam a construção de sua cidadania.

A literatura parece convergir sobre o papel das estratégias de comunicação pública como agente impulsionador das interações políticas que podem ocorrer entre diversos grupos em uma sociedade, exercendo um papel central no estabelecimento de confiança e, capital social.

A reflexão que se desenvolveu nesse capítulo põe em questão como a comunicação pública poderia atuar para incentivar a troca de informações de interesse público em espaços elaborados conforme os princípios da administração pública, servindo ao interesse público e à cidadania e como tais ações poderiam atuar como facilitadoras dos processos de estabelecimento de espaços públicos e de formas de reconhecimento social.

A primeira dificuldade encontrada para se atingir esse objetivo parte do estabelecimento de políticas de comunicação pública. O que se percebe na prática é que as ações e estratégias atualmente estabelecidas visam muito mais dar visibilidade às instituições e seus representantes do que propostas que visam estabelecer laços entre instituições e cidadãos.

Evidencia-se a necessidade de elaboração de políticas públicas de comunicação governamental que contemplem ações de reconhecimento dos jovens não apenas como receptores das informações produzidas por assessorias de comunicação, mas também como integrantes ativos dos processos, sendo considerados também sujeitos aptos a produzir ou solicitar conteúdo de seu interesse. Esse reconhecimento seria concretizado por ações que visam promover trocas discursivas que tornam indivíduos aptos a fazerem valer seus direitos, a participarem de debates desde que bem orientados, a se colocarem no lugar do outro, a estimarem a demanda do outro.

O papel do Estado por meio de estratégias de comunicação pública seria o de fomentar espaços aptos a viabilizar a esfera pública, em formatos que possibilitem a troca igualitárias de informações, a transparência dos atos da administração pública e o amplo acesso a dados quando necessários e a garantia do direito à informação, à expressão e à comunicação.

2 CAPÍTULO 2 - DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

No Capítulo 1, discutimos as potencialidades das ações de comunicação pública no sentido de incentivar o reconhecimento do jovem cidadão como sujeito de direitos, para que, por meio da oferta de informações com qualidade e abrangência, esteja apto a participar do debate sobre decisões públicas, exercendo a cidadania e estimulando a geração de capital social. Nesse processo, o livre acesso às informações e a possibilidade de participar de trocas dialógicas em igualdade de condições podem ser essenciais para incentivar o protagonismo do cidadão em assuntos que são do seu interesse e da coletividade.

O objetivo do presente capítulo é refletir sobre dois aspectos que podem ser considerados fundamentais no debate do reconhecimento do jovem cidadão na sociedade e na elaboração do que seriam os aspectos normativos das estratégias e processos de comunicação pública democrática: o direito à informação e o direito à comunicação.

O capítulo é dividido em duas partes. Na primeira, abordaremos o direito à informação, partindo de conceitos sobre informação e informação pública e o papel do Estado como agente a exercer a disseminação de dados. São abordadas as contribuições trazidas pelos tratados internacionais que visaram reverter o quadro de falta de acesso e promover a evolução da temática em muitos países. Debateremos o direito à informação no Brasil, desde os dispositivos constitucionais, às leis subsequentes que normatizam aspectos previstos pela Carta Magna e, finalmente, a Lei de Acesso à Informação.

Na segunda parte, abordamos o direito à comunicação, que ainda tem um caminho longo a percorrer no sentido de efetividade de suas possibilidades. Embora previsto na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, só foi debatido de forma mais ampla com a criação da Comissão MacBride na década de 1980, o que gerou o relatório com o mesmo nome. Também nesse capítulo se apresenta como o direito à comunicação foi normatizado pelos tratados internacionais e, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988, que embora não tenha deixado explícito o termo “direito à comunicação” possui um rol amplo de dispositivos para a sua garantia.

Dado o protagonismo do jovem nas políticas públicas entre 2005 a 2015, buscamos apresentar ainda no presente capítulo os dispositivos legais que visam garantir o direito à informação e comunicação do jovem, como o Estatuto da Juventude.

2.1 Direito à informação – da cultura do sigilo aos avanços em prol da transparência

O êxito de experiências democráticas que estimulam a participação do jovem dependeria de espaços legítimos de manifestação de opinião, de trocas argumentativas e do engajamento nas decisões públicas, em um exercício ativo da cidadania. As administrações públicas deveriam possibilitar canais de comunicação com a sociedade para que o jovem possa se engajar em dinâmicas subjacentes aos processos formais de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. Para isso, seria necessário estar municiado com o maior número de informações possíveis sobre as propostas colocadas em debate, o que traz à tona o papel do direito à informação.

Para Capurro e Hjørland (2007), informação é o “conhecimento comunicado”, ou seja, a informação gera conhecimento, que após ser processado e explicado, poderia propiciar novas informações. Buckland (1991) retoma três usos principais para a palavra informação: informação como um processo por meio do qual uma pessoa é informada sobre algo; informação como conhecimento, quando algo novo é compreendido ou apreendido; e, informação sob a perspectiva de objetos, como dados ou documentos aptos a transmitir conhecimento.

Se o direito à informação abrange as informações de caráter público, é necessário delimitar o que é informação pública. São dados, documentos, arquivos, estatísticas, certidões, atestados, entre outros, que, por serem produzidos, guardados e organizados pelo Estado passam a ter o status de bem público ou seja, “a informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em caso específico” (CGU, 2011, p. 8).

Informação pública pode ser definida ainda como “um bem público, tangível ou intangível, como forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas”, ou seja, informações de origem da própria administração ou sob responsabilidade dela (BATISTA, 2010, p. 40).

O direito à informação está previsto na Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Entre seus 13 princípios, estabelece que é direito do cidadão de receber, divulgar ou buscar informações que sejam do seu interesse, bem como o direito ao acesso às informações sobre si mesmo em bancos de dados

públicos. A primeira menção ao direito à informação como direito fundamental ocorreu na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, artigo XIX).

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) afirma que “toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (...)” (BRASIL, 1992).

Convenção das Nações Unidas (ONU, 2009) explicita a obrigatoriedade dos Estados em tomar medidas para garantir a transparência, oferecendo mecanismos que garantam o acesso às informações da administração pública.

A Suécia foi o primeiro país a regulamentar o acesso à informação, o que ocorreu em 1766 (MENDEL, 2009). Nos Estados Unidos, a legislação da área data de 1966, quando foi aprovada a Lei de Liberdade de Informação. Na América Latina, a Colômbia, em 1888, foi a precursora, estabelecendo o Código de Organização Política e Municipal, o qual “permitia aos indivíduos solicitarem documentos sob o controle de órgãos governamentais ou contidos em arquivos do governo” (MENDEL, 2009, p. 26). Chile e Uruguai também já colocaram em prática leis similares. Atualmente mais de 100 países no mundo apresentam leis que regulamentam o direito à informação.

A Unesco procurou determinar princípios que devem ser seguidos por seus países membros no momento da elaboração das leis de acesso à informação. São eles: princípio da divulgação máxima, o qual prevê que o direito à informação deve ser amplo com relação às informações fornecidas, pessoas que podem solicitar dados e os órgãos abrangidos; princípio da obrigação de publicar, que prevê a atuação ativa dos órgãos e instituições públicas, que devem divulgar informações não apenas por demanda, mas principalmente por iniciativa própria; princípio do governo aberto, que objetiva o fim da cultura do sigilo, principalmente entre os servidores e representantes de governos; princípio da limitação da abrangência das exceções, que tenta dificultar os empecilhos colocados para dificultar o acesso à informação; princípio da oferta de procedimentos, que objetiva facilitar ao usuário comum o acesso às informações, eliminando barreiras burocráticas, financeiras e tecnológicas; princípio que prevê que o valor cobrado para o acesso às informações não imponha dificuldades ou impedimentos a quem necessitar delas; princípio que determina a obrigatoriedade de todos os atos públicos serem abertos, inclusive reuniões das instituições, conselhos, etc; princípio

da precedência da divulgação, que propõe revisar legislações e normas estabelecidas que possam dificultar o cumprimento da lei de acesso às informações e, finalmente, o nono princípios, que prevê proteção ao cidadão que oferecer denúncias sobre a atuação de instituições públicas ou seus representantes (MENDEL, 2009).

O Brasil faz parte de diversos acordos internacionais voltados à garantia do direito à informação, entre os quais a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966); a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (2000); a Declaração de Atlanta (2008); Convenção das Nações Unidas contra a corrupção (2009). São tratados que “promulgam garantias de liberdade de expressão e pensamento aos cidadãos que impõem barreiras à atuação do Estado, impedindo-o de cercear ou indevidamente restringir essas liberdades” (MARTINS, 2011, p. 235).

O acesso à informação é previsto desde a Constituição Federal de 1988, nos seguintes artigos:

- a) Artigo 5º, inciso XIV: assegura a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- b) Artigo 5º, inciso XXXIII: estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- c) Artigo 5º, inciso XXXIV: assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição e de obtenção de certidão;
- d) Artigo 5º, inciso LXXII: garante o conhecimento de informações, relativas à pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- e) Artigo 5º, inciso LXXVII: garante a gratuidade de ações de “habeas corpus” e “habeas data”, e os atos necessários ao exercício da cidadania;
- f) Artigo 216: dispõe sobre gestão documental e consulta aos acervos pela sociedade (BRASIL, 1988).

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da administração pública, entre os quais o princípio da publicidade, que determina a ampla divulgação oficial dos atos praticados pela administração pública para que sejam considerados válidos, e que

deve ser atendido pela administração direta, indireta e até mesmo fundações que recebam recursos públicos. A publicidade é relevante com relação ao direito à informação por garantir a eficácia e moralidade dos atos públicos, tornando mais transparente a conduta dos negócios públicos e das ações praticadas por seus agentes.

Apesar dos dispositivos constitucionais acima citados representarem avanços, a falta de normas regulamentadoras dificultou a disciplina e a legitimação do direito à informação no Brasil. Algumas leis foram promulgadas com o objetivo de preencher tais lacunas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal, estabelecendo normas para o controle das finanças públicas, aprimorando “a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas” (CGU, 2012, p. 10). A Lei do Processo Administrativo (Lei 9.784/99) estabelece que a divulgação oficial dos atos administrativos deve ser a regra e nunca a exceção (inciso V); a Lei do Habeas Data (Lei 9.507/97) que regulamenta dispositivo constitucional que prevê a sua invocação para “a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo” (BRASIL, 1988); a Lei de Arquivos (Lei 8.159/91) dispõe, em seu artigo 4º, que todos têm direito a receber de órgãos públicos informações de interesse geral ou coletivo.

O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br), implantado em 2004 pelo governo federal, foi outra ação voltada à garantia do direito ao acesso às informações, com o objetivo de oferecer ao cidadão a possibilidade de “acompanhar informações atualizadas diariamente sobre a execução do orçamento; obter informações sobre recursos públicos transferidos e sua aplicação direta (origens, valores, favorecidos)” (CGU, 2012, p. 11).

Apesar de tais avanços, não havia no país uma lei voltada exclusivamente para normatizar o acesso à informação. Em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.228/2009, fruto dos debates no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão vinculado à CGU. A Lei foi discutida e votada pelo Congresso Nacional entre 2009 e 2011, através do Projeto de Lei 5.228/2009, que foi convertido na Lei 12.527, que passou a ser conhecida como LAI – Lei de Acesso à Informação. A LAI determina que o princípio da transparência seja estendido:

aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo as Cortes e Contas) e Judiciário, além do Ministério Público – e, por fim, a aplicação se estendeu às autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federados (SILVA; HOCH e RIGHI, 2013, p. 494).

A Lei de Acesso à Informação considera informação pública, segundo o artigo 4º, “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (BRASIL, 2011) e ainda prevê como diretrizes para assegurar o direito à informação que a publicidade seja regra e o sigilo, exceção; que seja ampla a divulgação de assuntos de interesse público, independente da demanda; que sejam utilizados os meios e tecnologias possíveis para facilitar o acesso à informação; o incentivo da cultura da transparência por órgãos e agentes da administração pública; e, finalmente, a partir de uma administração mais transparente e acessível a todos, a possibilidade de maior controle social sobre as ações públicas.

Dois desses aspectos chamam a atenção: primeiramente, o fato de a legislação considerar a importância das tecnologias de informação e comunicação para garantir o acesso às informações públicas, pois a efetividade da legislação requer aos órgãos da administração pública “organizarem seus arquivos, tanto em meio físico como no virtual; divulgarem esses espaços e seus serviços; e possibilitarem, à sociedade, por meio de organização, comunicação e mediação dialógica, a apropriação de todos esses recursos” (BATISTA, 2012, p. 217). O segundo aborda o combate à cultura do sigilo, que pode ser explicada como forma de manutenção de estruturas de poder pautadas pelo binômio informação e poder, e, ao se compartilhar informações, esse “poder” seria dividido com os demais. A norma implica o investimento na preparação de agentes públicos para que sejam imbuídos pela cultura da transparência, a qual exige que gestores, representantes e servidores tenham a consciência não apenas de “que o cidadão está legitimado a ir além do mero acesso à informação: tem o direito de exigir transparência, exercer o controle social, apresentar demandas e receber respostas” (SILVA; HOCH e RIGHI, 2013, p. 495), com potencial para promover o reconhecimento dos atores sociais.

A Lei de Acesso à Informação produziu efeitos imediatos nas estruturas e planejamento da comunicação pública governamental, já que os órgãos públicos realizam

diariamente, diversas atividades que resultam em informações que podem ou não ser de interesse público. A legislação obrigou às assessorias responsáveis pela gestão da comunicação pública o investimento em portais e formatos que permitissem o acesso do cidadão às informações, como formulário para requisitar dados e atendimento da demanda, implicando no investimento em tecnologias voltadas principalmente ao governo eletrônico.

O dever de publicar, previsto pela Constituição Federal e regulamentado pela LAI, passou a estabelecer que a publicidade e a transparência da administração pública devem seguir uma via de mão dupla, ou seja, quando demandado (transparência passiva) e por iniciativa própria (transparência ativa), o que Silva (2009) denomina dupla situação de publicidade. Ao Estado caberia atender ao princípio da publicidade legal e à sociedade, oferecendo locais de debate e participação, o questionamento e a reivindicação dos anseios coletivos dos grupos ou até mesmo individuais, no qual “a publicidade (*está*) a serviço do poder político estabelecido, e o poder da publicidade (*é*) como uma instituição garantidora da transparência dos assuntos de interesse público num Estado democrático e republicano” (SILVA, 2009, p. 188).

A Lei 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, também prevê o direito à informação em alguns de seus dispositivos: promoção da autonomia e emancipação dos jovens; valorização e promoção da participação social e política, que pode ser direta ou por intermédio de representantes; reconhecimento do jovem como sujeito de direitos; promoção do bem-estar e desenvolvimento integral do jovem; respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva; promoção da vida segura, da cultura da paz, solidariedade e não discriminação; valorização do diálogo e convívio com as demais gerações. Especificamente sobre o direito à informação, os princípios que abordam a autonomia e emancipação do jovem, a valorização e promoção da participação social e política e o reconhecimento do jovem como sujeito de direito universais estão relacionados ao direito à informação, afinal, um jovem com acesso livre às informações que são de seu interesse pode exercer maior autonomia de suas ações, estar apto à participação social e política e estar ciente de seus direitos e deveres (BRASIL, 2013).

O Estatuto da Juventude determina que os agentes públicos devem incentivar a participação do jovem na implementação, formulação e avaliação de políticas públicas; estabelecer mecanismos que ampliem a gestão da informação e produção de conhecimento sobre juventude; garantir meios e equipamentos que promovam o acesso à produção cultural, prática esportiva, mobilidade e lazer; “proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados de serviços à população” (BRASIL,

2013). Tais diretrizes se relacionam ao papel das ações de comunicação pública governamental voltadas ao jovem no sentido de criar espaços de participação do jovem na elaboração e acompanhamento de políticas públicas; oferecer opções de acesso a produtos culturais, esportivos e de lazer, e oferecer informações que possam colaborar sobre a produção de conhecimento da, para e sobre a juventude.

Ainda no Estatuto da Juventude, a seção VII sobre o Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão determina que todo jovem tem direito à comunicação e à livre expressão e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. O documento cita como medidas para o atendimento a criação de programas educativos e culturais voltados ao jovem, ações que garantam a inclusão digital, a promoção de plataformas de comunicação entre os jovens.

A Lei de Acesso à Informação colocou em evidência a obrigatoriedade dos governos em estabelecer dispositivos para incentivar a transparência ativa e passiva de suas ações. A transparência passiva diz respeito ao direito de receber informações públicas de demandas apresentadas a órgãos que controlam tais dados, que pode ocorrer por meio de Serviço de Informação ao Cidadão ou por meio de e-Sic – Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão. A transparência ativa envolve a publicação de informações com quantidade, qualidade e regularidade, eliminando o investimento de pessoal e trabalho para o fornecimento de determinada demanda, além de evitar o acúmulo de pedidos sobre solicitações semelhantes.

O Artigo 8 da LAI determina que é dever das entidades públicas “promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011). O artigo elenca um rol de informações que devem ser contempladas em ações de transparência ativa, entre as quais, o registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e portais; registros de qualquer tipo de repasse de recursos financeiros; informações sobre processos que envolvem direito de menores de idade ou questão de família. Isso não significa que a administração pública não tenha o dever de municiar o cidadão com esse tipo de informação.

O Decreto 7.724 também regulamenta a transparência passiva, estabelecendo a obrigatoriedade dos órgãos em oferecer SIC – Serviços de Informação ao Cidadão; formas de solicitação de informações; procedimentos de acesso e recursos. O decreto também determina quais são as informações que podem ser classificadas em grau de sigilo, que dizem respeito a questões de segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação pode

representar riscos à segurança e soberania nacional; a segurança e a saúde da população; a estabilidade econômica e financeira; planos ou operações das Forças Armadas; projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico ou científico. O documento determina ainda como deve ser o procedimento para a classificação das informações como sigilosas, da desclassificação e reavaliação.

A Lei de Acesso à Informação no Brasil e outras legislações similares em mais de cem países representam um expressivo avanço com relação a dispositivos normativos que regulamentam o direito à informação, mas ainda existem lacunas com relação ao incentivo de mecanismos para a promoção da transparência ativa, considerado como um dos componentes centrais da democracia digital. O que se percebe é que existe uma distância sobre o que é determinado pela legislação e o que é colocado em prática pelas administrações públicas. Rothberg (2015) avaliou nove países latino-americanos que já possuem leis de acesso à informação. Em três países examinados – Argentina, Chile e Colômbia – a legislação sobre o acesso à informação não oferece subsídios suficientes para orientar autoridades públicas sobre a classificação de informações que podem ser divulgadas, bem como não existem ou não estão claras políticas ou diretrizes para tal especificação. Brasil, Equador e Paraguai determinam em suas legislações as classes de informações que devem ser divulgadas, mas não oferecem diretrizes ou políticas para gerir esse tipo de divulgação. No Peru e Paraguai as classes de informações que devem ser divulgadas estão claras na legislação, bem como há diretrizes e políticas específicas que também especificam as informações que devem ser divulgadas de forma ativa. No entanto, em nenhum dos países examinados foram encontrados órgãos de controle ou supervisão do atendimento aos requisitos da lei, o que seria considerado o estágio mais avançado. A falta de diretrizes e políticas específicas determinando as informações que devem ser divulgadas de maneira ativa poderia prejudicar o alcance, a objetividade e a precisão necessárias para promover a análise, o monitoramento e a formulação de políticas públicas.

Entre os benefícios da promoção da transparência ativa, Darbshire (2010) salienta o fortalecimento do regime democrático, a oferta de mecanismos de controle das ações do Estado e seus representantes; a divulgação de informações que capacitem o cidadão a fazer parte de processos de discussão e decisão sobre temas de seu interesse; a oferta de serviços necessários à população e, finalmente, a redução de custos de equipamento, tempo de trabalho e pessoal para o atendimento rotineiro de demandas apresentadas.

Darbshire (2010, p. 22) também acentua a dificuldade que os países ainda oferecem em apresentar padrões e diretrizes para garantir a transparência ativa das informações

públicas. A autora enumera quais são as classes de informações que devem ser divulgadas proativamente: informações institucionais, que dizem respeito ao funcionamento, leis e regras das instituições; informações organizacionais, que incluem nomes e formas de contato com representantes ou agentes públicos; informações operacionais, que dizem respeito a políticas, planos, procedimentos, estratégias, documentos e dados de suas formulações; decisões e atos, que incluem atos e decisões formalmente instituídas que afetam o público diretamente; informações de serviços públicos, que descrevem quais são os serviços oferecidos ao público; informações de despesas, todas as informações financeiras, passadas, atuais e futuras; informações sobre reuniões abertas, inclusive sobre como participar desse tipo de evento; participação e decisão compartilhada de políticas públicas; informações sobre subsídios, que incluem quem são seus beneficiários, objetivos, valores e implementação. Também devem ser divulgados de maneira proativa cargos e salários de agentes públicos; relatórios, planos estratégicos, resultados de supervisão interna e externa; orçamentos e planos de despesas, presentes e dos anos anteriores; formas de contratação, mensuração de desempenho e monitoramento; escala de salários, com valores fixos e variáveis; descrição detalhadas dos poderes e deveres dos cargos superiores (OAS, 2012).

Entre os princípios das transparência ativa ou divulgação proativa das informações públicas, é possível afirmar que as autoridades públicas deveriam prover o maior número possível de canais, aproveitando dessa forma as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação, tanto na disponibilidade de espaços como na oferta de mecanismos que facilitem o seu acesso; evitar empecilhos como custos excessivos, etapas desnecessárias ou tempo demandado para obter os dados desejados; e, finalmente, sempre que as informações forem atualizadas ou modificadas, o fato deve ser informado ao usuário sempre que possível, o que requer o investimento em diversas tecnologias de arquivamento, banco de dados, processamento, pessoal e equipamentos (OAS, 2012).

A transparência ativa de todas as informações de interesse público seria uma das demandas das ações de comunicação pública governamental, a qual deveria promover ações buscando não apenas divulgar informações, mas atuando para que elas sejam úteis e necessárias. Com relação às ações direcionadas aos jovens, os gestores devem ainda considerar questões como linguagem, formatos e temáticas que atraiam o interesse de um público tão específico.

2.2 Direito à Comunicação – avanços e desafios

Após delimitarmos o direito à informação e suas principais normas reguladoras, passamos a abordar o direito à comunicação, elencado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pelo Pacto de San José da Costa Rica, resultado da convenção americana de direitos humanos (1969). São tratados que, no rol de direitos e deveres contemplados, previam o direito à liberdade de expressão, de manifestação de pensamento, de crença e de acesso às informações.

Apesar de já ter sido previsto em tratados internacionais, ainda na década de 1980 era clara a falta da efetividade do seu cumprimento. O tema do direito à comunicação ganhou atenção dos organismos internacionais quando a Comissão MacBride elaborou o relatório do mesmo nome a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1983).

O relatório foi uma das primeiras tentativas de conceituar o direito à comunicação não apenas contemplando o direito de ser informado, “mas também o de contribuir de alguma forma para efetivar esta comunicação. Portanto, informar trata-se de repassar dados, enquanto comunicar é não só receber estes dados como respondê-los de maneira participativa” (ALCURI et al, 2012, p. 149). O documento elaborado pela Comissão MacBride é apontado por pesquisadores que se dedicam ao tema como uma das tentativas pioneiras de buscar uma consolidação do conceito sobre direito à comunicação sob a perspectiva de que o direito só se concretiza com a participação ativa de cidadãos em assuntos de interesse público.

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. [...] (UNESCO, 1983, p. 288)

Segundo Ramos (2005) o relatório é o documento mais completo sobre o direito à comunicação na contemporaneidade, mesmo já se passando mais de 30 anos de sua publicação, o que não impede que ainda seja citado como referência nos debates na área. A proposta do relatório MacBride é considerada uma obra referencial sobre o direito à comunicação por ter levantado o debate sobre a necessidade de descentralizar e democratizar

a informação, influenciando outras propostas que se seguiram nesse debate ainda não encerrado.

O conceito do direito à comunicação não deve ser tomado apenas como o direito de informar, de receber informações sobre algo de seu interesse e de expressar opiniões, mas vai além, compreendendo também o direito de indivíduos contribuírem no processo de comunicação de maneira participativa.

A Constituição Federal de 1988 já estipulava em diversos dispositivos, como veremos a seguir, direitos que podem ser abarcados pelo direito à comunicação. Napolitano (2009, p. 9) cita diversos direitos isolados cujo conjunto abrange o denominado direito à comunicação: “o direito à liberdade de expressão, a regulamentação quanto à pluralidade e diversidade dos meios de comunicação, a liberdade de imprensa, o direito de informação, a liberdade de opinião, os direitos relacionados à propriedade intelectual, entre outros”. São direitos previstos pela Constituição Federal de 1988, conforme a seguir:

- a) Artigo 5, inciso IV – “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”;
- b) Artigo 5, inciso V – “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem”;
- c) Artigo 5, inciso VI – “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos...”;
- d) Artigo 5, inciso IX – “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”;
- e) Artigo 5, inciso X – “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”; (BRASIL, 1988)

Há ainda, no capítulo V, do Título VIII, da Ordem social, determinações específicas para a Comunicação Social. A Carta Magna reconhece o direito à comunicação como um dos direitos fundamentais, pois são “reconhecidos e positivados no direito constitucional estatal” ao passo que os direitos humanos são previstos em tratados internacionais; “a atual constituição federal disciplinou os direitos relacionados ao direito à comunicação e reconheceu esse conjunto de direitos como um autêntico direito fundamental” (NAPOLITANO, 2009, p. 25).

Apesar da influência do relatório MacBride nos debates que envolvem o direito à comunicação, assim como em pesquisas que se debruçam sobre o tema, no Brasil a expressão “direito à comunicação” não parece ter sido incorporada no ordenamento jurídico brasileiro, haja visto que na própria Constituição Federal de 1988 não exista referência direta a ele.

O direito à comunicação no país ainda parece focado na relação de cima pra baixo, sem prever a relação igualitária e de diálogo que pode ser efetivada em dois polos da comunicação, prevendo a inclusão de indivíduos com interesses e aptos a fazer parte das discussões. A partir dessa perspectiva, o direito à comunicação poderia abranger “interações dialógicas entre o comunicar e ser comunicado, possibilitando uma forma mais efetiva de exercício da cidadania e da democracia, permitindo aos indivíduos participar ativamente de debates coletivos e das tomadas de decisões por parte do Estado” (PAULINO; GOMES, 2012, p. 72).

A falta de menção expressa do termo “direito à comunicação” na Carta Magna poder ser um dos fatores que ajudam a explicar a dificuldade teórica de uma definição consensual sobre o tema.

Os direitos de primeira geração surgiram nos séculos XVII e XVIII e foram os primeiros contemplados por dispositivos constitucionais, relacionados a direitos civis e políticos, como o direito à vida, à segurança, à justiça, à propriedade privada, à liberdade de pensamento; de voto, de expressão, crença, reunião, locomoção, por exemplo.

Os direitos de segunda geração são relacionados a questões sociais, econômicas e culturais, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, repouso, habitação, livre associação, greve, etc.

Os direitos de terceira geração dizem respeito a direito que buscam garantir a solidariedade e fraternidade entre os povos, como o direito à paz, ao meio-ambiente, à conversação do patrimônio histórico e cultural de uma Nação.

Houve posteriormente novas classificações, como os direitos denominados de quarta geração, resultantes da globalização dos direitos fundamentais, como o direito à informação, pluralismo e à democracia direta (NAPOLITANO, 2009; 2011; RAMOS, 2005; GENTILLI, 2012; GÓIS, 2008).

A explicação das várias gerações dos direitos tidos como universais é necessária para entendermos porque o direito à comunicação ainda não é um direito consolidado, nem sua classificação unânime.

Para Ramos (2005) e Brittes (2013), embora elencado entre os de terceira geração, o direito à comunicação possui relação com os direitos que dizem respeito à coletividade,

à comunicação social, como a liberdade de opinião, de expressão, liberdade de imprensa, por exemplo. Essa coletividade tornaria o direito à comunicação um direito social, pois indivíduos que se sintam excluídos da sociedade e que não se sintam aptos a exercer o direito à comunicação costumam a recorrer a movimentos coletivos para buscar a garantia de espaços para expressar suas demandas (GENTILLI, 2012).

Baseado no relatório de Brant e Kameoka (2005), Napolitano (2011) aponta o direito à comunicação como um conjunto de direitos isolados, considerados direitos fundamentais. Por tais relações, o direito à comunicação poderia estar relacionado aos direitos de liberdade de expressão, classificados como de primeira geração, mas também pode ser classificado como de terceira geração por estar relacionado às lutas sociais, à democracia e à cidadania.

Góis (2008, p. 02) também indica os vários direitos que se relacionam ao direito à comunicação, pois “a comunicação implica em direito à participação e auto-expressão, englobando o direito à informação – que, por sua vez desdobra-se em direitos fundamentais de informar, de informar-se e de ser informado”. Mas, por também atingirem todos os indivíduos, podem, segundo a autora, serem classificados como direitos de terceira geração, fruto de união por demandas específicas e de quarta geração, relacionado à cidadania e à democracia.

Além da falta de consenso sobre a classificação do direito à comunicação, os autores e pesquisadores que se dedicam à área afirmam que desde a divulgação do relatório MacBride pouco se avançou na consolidação de sua efetivação, pois as propostas contidas no documento parecem ter sido abandonadas ao longo dos anos pelas políticas públicas voltadas à área. Alcuri et al (2012) apontam dois possíveis motivos para essa situação: em primeiro lugar, o relatório pode ter falhado ao esclarecer a importância de sistemas de comunicação mais igualitários, o que pode ter contribuído para que o cidadão não entenda a relevância e os efeitos no seu dia a dia. Em segundo lugar, ocorreria uma falta de entendimento sobre a necessidade de esclarecer e preparar a população para o uso dos recursos representados pelas TIC com todo o potencial necessário a promover a democracia.

Ao vivermos em uma sociedade cada vez mais influenciada pelas tecnologias de informação e comunicação, seriam necessárias políticas públicas voltadas à democratização dos meios de comunicação, de forma a incentivar "capacidades de colher, receber e comunicar, buscando viabilizar a interação entre a coletividade e uma realidade cada vez mais dinâmica e inter-relacionada" (PAULINO; GOMES, 2012, p. 73).

Ramos (2005, 2007 e 2010) afirma que o direito à comunicação está relacionado às políticas públicas de comunicação social, que devem tratar não apenas dos aspectos de infraestrutura, mas também prever mecanismos que visem garantir a liberdade de expressão, de informação e de comunicação, conforme aponta o relatório MacBride (UNESCO, 1983). O direito à comunicação depende da democratização dos meios de comunicação, a partir da visão de que diferentes meios têm o potencial de oferecer um rol mais amplo e variado de informações, o acesso ao público aos meios de comunicação existentes, e de promover intercâmbio de informações entre diferentes grupos.

Em 1962, foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações. Durante o regime militar houve uma expansão nas políticas de comunicação, com a criação da Embratel em 1965, da Telebrás em 1972 e da Radiobrás em 1975. Apesar de investimentos em emissoras educativas estatais, a iniciativa privada foi a responsável pela expansão da radiodifusão brasileira, o que passou a ser cada mais presente com o fim do regime militar e o declínio no investimento estatal na infraestrutura das telecomunicações no país.

No regime militar foram promulgadas legislações referentes à radiodifusão, como a Lei de Imprensa (Lei 5.250, de 1967) e o Decreto Lei 972, de 1969, que estabelece prazos e condições para a obtenção do registro profissional de jornalista.

A censura estabelecida durante o regime militar afetou a liberdade de expressão e a liberdade da imprensa. Essa situação só mudou com a redemocratização do país e a promulgação, em 1988, da Constituição Federal, a qual consagrou a liberdade de expressão em seu artigo 5º e no artigo 220. Mas os avanços dos dispositivos constitucionais não foram acompanhados por mudanças nas leis que regem a comunicação de massa no país, tornando “mais difíceis para o Estado a formulação e a implementação de políticas que se refiram ao conteúdo informativo dos meios de comunicação” (PIERANTI; MARTINS, 2008, p.320), prevalecendo a presença de conglomerados de mídia e do coronelismo eletrônico, com a presença de grupos políticos como detentores das concessões de rádios e televisão, ainda que a prática seja proibida pela Constituição Federal e pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

A falta de atualização dos marcos legais prejudicaria o estabelecimento de políticas públicas para o setor, dificultando o acesso de fontes de informação diversificadas, plurais e que atendam ao interesse público, embora não sejam poucas as iniciativas que buscam reverter esse quadro. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação defende a democratização dos meios de comunicação há mais de 20 anos. Em 2012, ano em que o

Código Brasileiro de Telecomunicações completou 50 anos, o FNDC e demais entidades lançaram a campanha “Para Expressar a Liberdade”, cujo principal instrumento de luta é o projeto de lei de iniciativa popular denominado Lei da Mídia Democrática. Entre as propostas, está prevista a reserva de 33% dos canais ao sistema público, a criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública; a proibição de que partidos políticos e igrejas tenham canais de televisão; a limitação da propriedade cruzada; e a garantia de espaço para produção regional/local (INTERVOZES, 2015). O documento também prevê a responsabilização do Estado como principal agente na defesa do direito à comunicação, reduzindo as restrições econômicas e sociais que impedem o acesso de grupos minoritários aos meios de comunicação.

As políticas públicas de comunicação deveriam ser pensadas e elaboradas visando atender ao direito à comunicação, oferecendo oportunidade de diálogo entre interlocutores, para que aos cidadãos sejam fornecidas mais que informações escolhidas por terceiros, mas que tenham oportunidade de “interagir, participar e decidir com liberdade sobre as informações que desejam acessar e as opiniões que desejam emitir” (WIMMER, 2009, p. 147).

Assim, o direito à comunicação pode contribuir para a viabilização da cidadania, desde que não se limite à concepção de que compreenda apenas receber notícias de órgãos de comunicação, mas também sejam oportunizados espaços para “participação do cidadão como sujeito em todas as fases do processo de comunicação, tornando-se também, emissor” (DUARTE, 2012, p.106).

A partir da perspectiva que o público considerado na presente tese é o jovem, também precisamos abordar a importância do Estatuto da Juventude, Lei 12. 852/2013, documento que apresenta mais avanços na delimitação de dispositivos que buscam elencar direitos e deveres da juventude.

Composto por 48 artigos, o Estatuto da Juventude prevê o direito à cidadania, à participação social e políticas e à representação juvenil, à educação, à profissionalização, ao trabalho e a renda; à igualdade, à saúde, à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão; ao esporte e ao lazer; à cidade e a à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança pública e o acesso à justiça. Mas são os artigos 26 e 27 dizem respeito ao direito à comunicação e à liberdade de expressão:

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa; II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação; III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência; IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência (BRASIL, 2013).

Ainda no documento, outros capítulos importantes mencionam aspectos como a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, a valorização e promoção da participação social e política, a ampla participação juvenil na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, definindo ainda o que o documento considera como participação juvenil, conforme abordamos no Capítulo 5.

Se a história do direito à informação revela que a mudança da cultura do segredo para a cultura da transparência foi lenta e gradativa, alguns avanços nos últimos anos podem significar um quadro mais promissor aos ideais democráticos. A Lei de Acesso à Informação, que veio para regulamentar diversos dispositivos constitucionais que já tratavam do tema, procura contemplar o livre acesso à informação, tanto com relação à transparência ativa, como à passiva. Com relação ao direito à comunicação, o quadro atual revela mais desafios que avanços. Os desafios começam pela divergência ainda existente quanto ao conceito e quanto à classificação do direito à comunicação, além da necessidade de atualização da legislação vigente da área, principalmente diante das mudanças resultantes das novas tecnologias de informação e comunicação.

Conforme também discutimos nesse capítulo, a elaboração de leis que objetivem garantir o direito à comunicação do jovem registrou alguns avanços, como o Estatuto da Juventude, que apresenta em seus artigos diversos dispositivos que objetivam ampliar o acesso à informação e o direito à comunicação dos jovens.

O atendimento ao direito à comunicação e à informação vislumbraria um cenário no qual o cidadão pudesse exercer um papel que vai muito além de receber informações de cima para baixo, mas também apto a participar de trocas dialógicas em todas as fases do processo comunicativo, quer como emissor, quer como receptor. As ações de comunicação pública poderiam exercer papel de mobilizadoras, engajadoras e fomentadoras de espaços públicos

para o exercício do diálogo democrático a partir da garantia dos direitos fundamentais à informação e comunicação, oferecendo espaço para que os jovens não apenas obtenham informações de seu interesse, mas também possam elaborar seus próprios conteúdos e tornando-os aptos a participar em debates sobre tema de seu interesse.

3 CAPÍTULO 3 - DEMOCRACIA, DELIBERAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRACIA DIGITAL E JUVENTUDE

A comunicação pública governamental tem utilizado portais eletrônicos e redes sociais para a divulgação de suas ações e oferta de serviços públicos aos jovens. No entanto, é necessário considerar o potencial de tais plataformas para fomentar o debate democrático, além de ser um espaço para propiciar visibilidade das ações de secretarias, governos e respectivos representantes.

Para procurarmos investigar se as iniciativas de comunicação pública estão aptas a oferecer mecanismos para a garantia do direito à informação, expressão e comunicação que possam contribuir para o engajamento político e a participação social do jovem, é necessário analisar se as tecnologias de informação e comunicação podem propiciar novas ferramentas para a revitalização dos debates democráticos ou se elas acabam sendo espaços onde ecoam as práticas do dia-a-dia nas mídias sociais, como a visibilidade online da polarização das posições políticas, a ausência de diálogo e a falta de respeito e reciprocidade entre aqueles que debatem tópicos de interesse coletivo.

Na primeira parte do presente capítulo, debatemos alguns modelos de democracia que influenciam as práticas atuais. Se considerarmos que a qualidade democrática de um Estado dependeria da intensidade do debate, da qualidade das informações fornecidas pelos órgãos públicos, da transparência das ações de gestão pública e da participação dos cidadãos em temas do seu interesse, abordaremos também a deliberação pública. Sob a perspectiva de autores reunidos no presente capítulo, caberiam às estratégias e processos de comunicação pública governamental utilizar as potencialidades representadas pelas tecnologias de informação e comunicação para fomentar debates democráticos entre os jovens.

Também é necessário refletir sobre a utilização de redes sociais para ações que podem não contribuir para o debate democrático, o que faremos na segunda parte do presente capítulo. A utilização das mídias sociais para incentivar o narcisismo coletivo, a espetacularização do “eu”, a vitrine da polarização das posições políticas e a utilização das redes para manifestação de discursos de ódio e violência colocam em questão se tal quadro não dificultaria o avanço de espaços de conversação.

Os conteúdos reunidos no presente capítulo nos auxiliaram a refletir se as estratégias e práticas examinadas apresentam potencial para favorecer a participação democrática e o engajamento social dos jovens, atendendo aos pressupostos da comunicação pública

governamental, e se os espaços de conversação examinados apresentariam as características necessárias à deliberação pública.

3.1 Democracia e democracia deliberativa

Existe uma disputa de sentido para a democracia que pode ser resumida a duas arenas. A primeira concebe a democracia como um regime por meio do qual ocorrem eleições periódicas e livres, com respeito e garantias a direitos individuais e coletivos, o direito ao voto, a separação e independência dos poderes, que juntos tornariam efetivo o estado democrático de direito. A segunda arena envolveria outros espaços de deliberação e participação, onde aos cidadãos seriam oferecidas oportunidades para a expressão das ideias e opiniões que, debatidas livremente e em igualdade de condições, poderiam fundamentar deliberações e influenciar decisões públicas.

O modelo de democracia liberal democrático reivindica eleições livres, desafia o poder da Igreja e espera que os indivíduos sejam livres econômica e politicamente em um estado constitucional, com “propriedade privada e uma economia de mercado competitiva com mecanismos centrais aptos a coordenar os interesses dos indivíduos” (HELD, 2006, p. 97). Podemos considerar que um Estado liberal procura “garantir os direitos do indivíduo contra o poder político e, para atingir esta finalidade, exige formas mais ou menos amplas, de representação política” (MATTEUCCI, 1997, p. 690). Para Bobbio (1997), a única forma de democracia compatível com o Estado liberal é a representativa ou parlamentar, onde “a participação do poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizador do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto” (BOBBIO, 1997, p. 324).

A perspectiva liberal supõe que o indivíduo precede a sociedade política, onde os cidadãos se relacionam com o Estado por meio da representação política. Já os republicanos supõem que o cidadão deve buscar a construção de uma cidadania ativa, que ocorreria por meio da participação política, ou seja, não dependeria apenas da vontade de poucos representando muitos.

O modelo de democracia participativa está bastante próximo do modelo republicano, pois prevê a participação dos cidadãos na regulação das instituições, com influências na formação e funcionamento dos partidos políticos e a transparência das informações.

Já o modelo deliberativo prevê que a legitimidade das decisões políticas dependeria da troca racional de razões para se chegar a um consenso, “modificando opiniões particulares mediante um processo de deliberação a posições que podem suportar a segurança e o escrutínio público” (HELD, 2006, p 339). O autor elenca como vantagens do modelo deliberativo a possibilidade de o cidadão ser mais bem informado e compreender com maior abrangência a complexidade dos problemas da gestão pública. Entre os princípios que devem gerir a deliberação pública, a igualdade pode ser indicada como um dos mais importantes, pois as decisões políticas tomadas por processos de debate e que podem afetar a coletividade devem ocorrer em espaços nos quais os cidadãos possam “defender-se diante de todos os grupos afetados e partidos que participaram em pé de igualdade no debate público” (HELD, 2006, p.341)

Habermas (1997) aborda a democracia deliberativa a partir dos modelos liberal e republicano. Para o autor, a diferença entre os liberais e os republicanos estaria no processo democrático, sendo que na concepção liberal o processo prepararia o Estado para atender aos anseios da sociedade. Para isso, a política agregaria interesses sociais privados objetivando que o aparato administrativo trabalhe em prol de interesses coletivos. Na concepção republicana, a política deveria atuar como mediadora de cidadãos que se unem em prol de interesses coletivos, solidários, orientados para o bem comum. A partir dessa concepção, o espaço público, o político e a sociedade civil “têm a função de garantir a força integradora e autonomia da prática de entendimento entre cidadãos” (HABERMAS, 1997, p. 39).

Para os liberais, o processo político resultaria em uma batalha de vontades, pois o que se busca é obter ou conservar o poder, o que seria concretizado a partir da escolha do candidato de acordo com o número de votos, valendo critérios como a barganha, a troca por benefícios, por serviços, por benesses. Para os republicanos, o processo político se envolveria em estruturas “de uma comunicação pública orientada para o entendimento” (HABERMAS, 1997, p. 43) obtido por meio do diálogo, de argumentação racional, em um acordo que beneficie a maioria, legitimando as decisões.

Habermas (1997), em abordagem sobre o modelo deliberativo, sugere que o consenso público deve ser obtido a partir de uma pluralidade de formas comunicativas, “não somente pela via de uma autocompreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim, mediante justificações morais e exames de consciência jurídicos” (HABERMAS, 1997, p. 45), ou seja, um modelo centrado nas condições comunicacionais que podem gerar resultados racionais.

Na concepção liberal, a formação da opinião ocorreria por meio de troca de interesses; na republicana, pela autocompreensão ética; na deliberação, pelo consenso obtido em procedimento resultante do debate entre razões, baseadas em trocas de discursos e argumentos para se chegar a um entendimento. “A teoria do discurso não faz a realização de uma política deliberativa depender de uma cidadania coletivamente capaz de ação, mas sim da institucionalização dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos” (HABERMAS, 1997, p. 47), a partir de processos que podem ocorrer em instituições, em redes de comunicação ou espaços públicos, gerando formas de poder comunicativo na elaboração de leis e decisões mais legítimas. Para Habermas (1997), a esfera pública seria a geradora do poder legítimo, onde ocorreria o intercâmbio de discursos. E é exatamente sobre a legitimação dos processos democráticos que se debruça a teoria deliberativa. “Ao assumir uma forma legal, o princípio do discurso transforma-se no princípio da democracia” (HABERMAS, 1997, p. 51).

Fundada em parte sobre Habermas, a chamada virada deliberativa na teoria democrática inspirou reflexões sobre o fortalecimento da democracia a partir do poder comunicativo como peça importante na qualidade democrática, expandindo os direitos de participar, engajar e influenciar as decisões políticas.

Para Fishkin (2015), algumas distorções da democracia participativa poderiam ser sanadas por meio da democracia deliberativa, entre elas a igualdade nas condições de participação, pois “para combinar a igualdade política com a deliberação, é necessário que a deliberação ocorra em uma escala humana, uma escala de democracia cara a cara” (FISHKIN, 2015, p. 102).

Fishkin (2015, p. 50) define deliberação como “o processo pelo qual os indivíduos ponderam os méritos de argumentos conflitantes em discussões em grupo”. Entre as condições de um processo deliberativo de qualidade, o autor enumera a informação precisa, ampla e relevante sobre um assunto; o equilíbrio, que está relacionado à troca de argumentos; diversidade, que prevê a apresentação do maior número de pontos de vista que possam contribuir para o debate; a consciência, que requer que os participantes ponderem o mérito dos argumentos apresentados; e a consideração igualitária, “até que ponto os argumentos oferecidos por todos os participantes são considerados por méritos, independentemente de quais participantes os apresentaram” (FISHKIN, 2015, p. 50).

Para Habermas (1997), a legitimação do processo democrático ocorreria por meio da formação democrática da opinião e da vontade, que teria também o papel de monitorar o poder político, a elaboração e aplicação de políticas públicas.

Entre as dificuldades apontadas pelo autor para que o potencial da democracia deliberativa seja atendido estariam as diferentes capacidades cognitivas dos participantes; se e quanto tempo a pessoa está disposta a oferecer em processos deliberativos; o nível de interesse e o acesso às informações essenciais (HABERMAS, 1997). O autor também questiona a legitimidade das normas apresentadas nos sistemas deliberativos, além dos conflitos comuns em grupos onde o embate de diferentes vontades e pontos de vista são mais comuns que o consenso. O conceito de esfera pública envolve uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Fishkin (2015) apresenta como critérios da deliberação em esferas públicas: informação, na quantidade e qualidade necessárias para a formação de argumentos coerentes; equilíbrio substantivo entre os vários pontos positivos e negativos; diversidade de pontos de vista; consciência e consideração igualitária.

Ciente da dificuldade de concretizar uma única esfera pública, Fraser (1992) propõe a existência de uma multiplicidade de arenas públicas, onde podem atuar associações e outras formas de organização que procurariam ocupar e atender demandas ignoradas pelo Estado. As múltiplas esferas poderiam ter a potencialidade para promover a igualdade participativa, a autonomia, a independência e a legitimidade de suas ações, desde que corretamente delimitados os limites entre Estado, mercado e sociedade.

Outros autores defendem as potencialidades de espaços menos formais para o exercício da deliberação pública, como as conversações cotidianas, que embora nem sempre tenham o caráter deliberativo podem ser “uma parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se o cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem” (MANSBRIDGE, 2009, p. 207). São trocas entre cidadãos sobre temas de seu interesse que podem apontar caminhos para as decisões governamentais como leis, projetos e políticas públicas. Segundo Mansbridge (2009), os quatro princípios normativos do procedimento deliberativo se aplicariam nas conversações cotidianas, quais sejam: a liberdade, a racionalidade, a igualdade e a consensualidade.

As redes de múltiplos públicos e conversações cívicas são consideradas por Benhabib (2009) correlatos importantes de deliberação pública quando o que se pretende são formatos que privilegiam a liberdade e a racionalidade dos debates, porque tais debates incentivariam a troca de informações, abririam espaço para diversos pontos de vista e incentivariam resultados que são mais aptos a atender a maioria.

Para Avritzer (2000), os locais da institucionalização da deliberação pública podem ser fóruns, conselhos ou orçamentos participativos. Para serem considerados aptos a desenvolver experiências deliberativas exitosas, tais espaços deveriam reunir três características principais: primeira – o Estado cede o espaço decisório em favor da decisão resultante da participação, no qual minorias e majorias têm oportunidade de apresentar diferentes razões, na tentativa de se chegar a um consenso; segundo, que pretende a tornar públicas as informações relevantes para um processo de deliberação, tanto de maneira a municiar o cidadão com dados, como de receber informações que podem complementar os debates e auxiliar no exame dos problemas propostos; o terceiro refere-se à possibilidade de testar múltiplas experiências, pois “o elemento central dos arranjos deliberativos passa a ser a diversidade e não a sua unidade” (AVRITZER, 2000, p. 44).

Sampaio, Maia e Marques (2011), a partir da deliberação restrita e deliberação ampliada, sugerem uma terceira possibilidade, a deliberação integrada. A primeira é aquela realizada em espaços formais, sob a organização de instituições políticas, e a segunda envolveria situações informais de debate, as conversações cotidianas como citadas por Mansbridge (2009). Tanto em uma, como em outra critérios de deliberação como igualdade, respeito, publicidade, liberdade, justiça e reciprocidade deveriam ser considerados. Para que as decisões mantidas nas deliberações ampliadas também sejam consideradas relevantes para a formulação de políticas públicas, tal como acontece nas restritas, é necessário o estabelecimento de conexões entre os dois formatos, o que os autores denominam de deliberações integradas. Os autores sugerem a presença de minipúblicos como espaços aptos à deliberação pública, que reuniriam indivíduos em debates informais que podem ser ampliados para os meios de comunicação de massa. Esses minipúblicos poderiam gerar arenas discursivas com capacidade para intercâmbio de informações e de propostas. Os autores definem minipúblicos como “instituições criadas e mantidas pelo poder público com o intuito de discutir e resolver questões práticas em conjunto com atores da sociedade civil e cidadãos” (SAMPAIO, MAIA, MARQUES, 2011, p. 209). Atualmente, governos municipais apresentam formas de minipúblicos, principalmente em municípios que oferecem

propostas de orçamento participativo, conselhos de assistência social, de saúde, de educação, de desenvolvimento sustentável, de turismo, entre outros.

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação proporcionaram ferramentas que poderiam apresentar características aptas a fomentar potenciais espaços de deliberação, o que explicaria um certo entusiasmo pelo renascimento de uma sociedade civil mais interessada nos debates sobre temas públicos. E são exatamente os espaços tornados possíveis e visíveis pelas novas mídias os que mais despertam a atenção da população jovem. Movimentos como os de junho de 2013 e das Ocupações das Escolas Públicas Estaduais Paulistas em 2015 são exemplos de situações nas quais os jovens utilizaram as ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias, notadamente redes sociais como o Facebook, não apenas para mobilização de seus participantes, divulgação de vídeos de atividades realizadas, denúncias e organização de ações, mas também para o estímulo do debate sobre temas de seu interesse em espaços de conversação mantidos em tais redes. O potencial dos sites de redes sociais para a mobilização, participação política, engajamento social e deliberação será o tema da próxima seção.

3.2 Páginas web e sites de redes sociais – novos espaços para deliberação pública?

Pesquisas têm acentuado o potencial das tecnologias de informação e comunicação, notadamente os sites de redes sociais, para o desenvolvimento da participação online devido a características como descentralização, baixo custo, horizontalidade das relações e imediatismo. Mas também têm sido frequentes os trabalhos que apontam que fatores como falta de interesse, exclusão digital e pouca divulgação poderiam representar o afastamento de pessoas comuns das práticas participativas online.

É necessário considerar ainda que, graças às discussões estabelecidas nas redes sociais por ocasião das duas últimas eleições presidenciais, diversos trabalhos questionam se os usuários realmente apresentam interesse em utilizar tais espaços para propostas de participação, deliberação e engajamento.

Ainda não há um consenso entre os pesquisadores sobre as potencialidades da internet em revigorar a democracia. “Os efeitos da participação política, em geral, e da participação via internet, em particular, precisam ser compreendidos em suas especificidades em relação aos vários desígnios de democracia” (MAIA, 2011, p. 78).

Segundo Sampaio (2011), as pesquisas sobre deliberação online se dividem em três áreas: o primeiro grupo compara deliberações online com as presenciais, avaliando se as realizadas em ambiente virtual teriam as mesmas vantagens do presencial; o segundo grupo acredita que a internet não seja um meio isolado, sendo apenas uma das plataformas utilizadas, além das tradicionais, como rádio, tv, etc; o terceiro grupo analisa a deliberação por meio de iniciativas institucionais que disponibilizam fóruns e chats para verificar a qualidade da deliberação.

Maia (2011) indica que a internet não deve ser entendida como ferramenta isolada de participação e sim compreendida como instrumento a complementar as relações face a face ou as propostas presenciais, por exemplo. Os espaços de diálogo potencializados pelas novas tecnologias, como chats, fóruns, redes sociais, entre outros, podem ser uma alternativa para enfrentar situações que afastariam o cidadão de formas presenciais de deliberação, como assembleias e fóruns.

Organismos internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas e a OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico têm investido em pesquisas entre seus países membros para verificar os benefícios dos investimentos em tecnologias não apenas como espaço de divulgação das ações públicas, mas principalmente ofertando canais que permitam o estabelecimento de contato do cidadão com seus representantes e o debate público. O exame das práticas revela que os resultados mais exitosos são aqueles que permitem integrar ferramentas de prestação de serviços e fornecimento de informações, ampliando a transparência das ações da administração pública e o incentivo ao engajamento (ONU, 2012; 2014a).

Quando se pretende atingir o público jovem, o planejamento estratégico de propostas de comunicação pública governamental ganha ainda mais importância, pois a juventude apresentaria maior atração, domínio e capacidade de produção de conteúdo no ambiente online. No Brasil, tem crescido, nas duas últimas décadas, o número de portais e páginas oficiais em redes sociais com temáticas específicas de comunicação pública para os jovens, tanto em órgãos de esfera federal, como estadual e municipal. No entanto, ainda são pouco expressivas pesquisas que investigam se as estratégias e processos empregados em portais web de governos e sites de redes sociais voltados ao jovem apresentariam o potencial de incentivar o engajamento, a participação e a deliberação, lacuna explorada pela presente tese.

E é justamente na promoção do engajamento do público nas decisões da administração pública, do cidadão visto com parceiro e contribuinte ativo no debate e na

elaboração da agenda pública que se faz necessário abordar a democracia digital, pois as tecnologias podem representar o alargamento de espaços públicos para a deliberação e participação da esfera civil nos processos de decisão política.

Entre as definições sobre democracia digital poderíamos afirmar que se trata da utilização de dispositivos como celulares, *smartphones*, computadores, *tablets*, entre outros, como aplicativos e sistemas como fóruns, redes sociais, sites e portais eletrônicos, para “suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefícios do teor democrático da comunidade política” (GOMES, 2011, p. 27-28). No entanto, as iniciativas deveriam também permitir que tais ferramentas tenham potencialidade de fortalecer o poder do cidadão, aprimorar espaços para a transparência da gestão pública, promover a participação, orientar sobre direitos e deveres e estimular o debate sobre temas que podem fazer parte da agenda pública em espaços aptos a potencializar esferas públicas virtuais. A democracia digital utilizaria as inovações tecnológicas para proporcionar a melhoria e o aprimoramento das instituições democráticas, oferecendo aos cidadãos, por meio das inovações, oportunidades de participar ativamente das decisões de interesse público (FREITAS, 2016).

Entre os mecanismos facilitadores do engajamento público e de democracia digital, a OCDE (2003) cita três principais: *e-information* que compreende o fornecimento de informações, que pode ocorrer de forma passiva, quando a administração pública disponibiliza informações sob demanda, ou, ativa, quando as instituições oferecem amplo rol de informações que possam ser do interesse do cidadão; *e-consultation*, com a oferta de espaços onde os cidadãos podem ser consultados sobre políticas públicas de interesse da coletividade; e *e-decisionmaking*, com ações voltadas a engajar o público a participar mais ativamente no debate e implementação de políticas públicas, estabelecendo uma relação de parceria entre Estado e cidadão.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação vem acompanhado também do crescimento de estudos e pesquisas que envolvem o tema democracia digital. Entre os motivos apontados para o interesse no debate sobre democracia digital, tanto entre otimistas, quanto entre pessimistas e moderados, estão: a crise de legitimidade e confiança nas instituições democráticas e na política, o que daria à democracia digital uma certa “aura” de um novo modelo democrático que poderia reunir ações aptas a superar as deficiências dos atuais; o potencial das tecnologias para oferecer espaços mais amplos de participação, proporcionando relação direta entre representante

e representado; e a bidirecionalidade nos processos de comunicação, que poderia representar uma experiência renovada de democracia.

No Brasil, Rossini e Oliveira (2016) avaliaram a qualidade dos debates no portal da Câmara dos Deputados, especificamente no espaço denominado E-Democracia, cujo objetivo era incrementar a participação social no processo legislativo e aproximar representantes e representados. As autoras avaliaram como os cidadãos se engajaram nos debates sobre as propostas de reforma política resultantes das manifestações de junho de 2013. A pesquisa procurou observar a dinâmica das interações, a heterogeneidade e a civilidade das discussões. Segundo as autoras, os debates avaliados podem ser considerados como civilizados, cooperativos e dialógicos, com disposição de seus participantes em evoluir para a decisão política propriamente dita.

Conroy, Feezell e Gerreiro (2012) avaliaram páginas de discussão de grupos políticos no Facebook para investigar se a plataforma colabora ou prejudica o engajamento público. Para os autores, os sites de redes sociais podem contribuir para a diminuição do fosso entre cidadãos comuns e as instituições públicas graças ao potencial de suas ferramentas em promover a interatividade, as quais poderiam ser utilizadas para a oferta de fóruns de discussão, chats, compartilhamento de informações e rede de relacionamentos (CONROY, FEEZELL e GUERREIRO, 2012).

Em trabalho que examinou o uso do Facebook durante o movimento que ficou conhecido como Ocupação das Escolas Estaduais de São Paulo, Altheman, Martino e Marques (2017, p.89) analisaram o potencial deliberativo das conversações mantidas nas páginas administradas pelos participantes do movimento. “A conversação política no Facebook é entendida como forma de engajamento micropolítico dos jovens que mistura anonimato, confiabilidade, personalização e experimentação de linguagens”. Para os autores, o exame de tais espaços permitiu concluir que existe potencial político nas conversações informais online, as quais, podem estar articuladas “em torno dos processos deliberativos vinculados ao que seria uma ‘ética do discurso’ - muito mais intuída do que propriamente institucionalizada, mas não menos eficiente, no âmbito dos processos políticos, do que qualquer outra” (ALTHEMAN; MARTINO; MARQUES, 2017, p. 92)

Também tendo como objeto as ocupações das escolas estaduais, Rabin e Bacich (2018) afirmam que as redes sociais “foram usadas desde o começo para trocar informações, combinar estratégias e, acima de tudo, fortalecer uma rede que tomou proporções para ocupar, além do espaço digital, o espaço físico e político da escola.” (RABIN, BACICH,

2018, p. 41). O que o trabalho dos autores permitiu indicar é que o jovem tende a se engajar em causas que estão mais próximas de sua realidade.

Ao avaliar os comentários postados por usuários em blogs, YouTube e Facebook, Maia e Rezende (2015) afirmam que em espaços onde o anonimato era garantido, os posicionamentos pareceram ficar mais claros, com menos disposição para trocas argumentativas. Já no Facebook, as postagens analisadas revelaram que os indivíduos evitavam conflitos nos comentários, embora esboçassem claramente suas preferências. Tais análises são importantes se pensarmos se as redes sociais podem ser utilizadas como plataformas de incentivo ao diálogo e deliberação.

Apesar dos fatores que sugerem o quão podem ser promissoras as iniciativas que utilizam a potencialidade das TIC para o desenvolvimento da democracia digital, também é necessário indicar aspectos que podem arrefecer o entusiasmo dos mais otimistas. Como fatores negativos poderíamos apontar, a partir das reflexões de Gomes (2005), que o próprio sistema político não facilitaria o amplo e fácil acesso dos cidadãos às decisões públicas pelos sistemas tradicionais, como peticionamentos ou projetos de iniciativa popular, por exemplo; a falta de interesse por parte da população, que pode estar mais inclinada a utilizar as novas tecnologias para fins de consumo e lazer em detrimento de participar de oportunidades de debate; a falta de conhecimento das informações necessárias, amplas e plurais para tornar o cidadão apto a manifestar pontos de vista racionais; a falta de domínio das habilidades requeridas para participar; e, ainda, a ausência do *feedback* de como as possíveis contribuições da população em processos de decisão política podem influenciar o resultado final.

A multiplicidade de novos meios tornados possíveis pelas tecnologias de informação e comunicação pode sugerir cautela aos que apregoam o uso das redes sociais para fins de promoção da participação política, do engajamento social e da deliberação pública. O uso massivo dos novos meios tem revelado alguns aspectos que precisam ser examinados na presente seção: o uso dos sites de redes sociais como forma de passar o tempo e garantir popularidade estaria incentivando a espetacularização do eu e o narcisismo coletivo (MARICHAL, 2016; RÜDIGER, 2015; SIBILIA, 2008). Os algoritmos estabelecidos pelas grandes corporações responsáveis pelas mídias sociais mais populares poderiam estar influenciando a existência de filtros-bolha, os quais, por sua vez, reforçariam a divisão de posições políticas bastante acirradas nas redes sociais e a disseminação de discursos de ódio e violência, contrários ao ambiente profícuo para estimular os debates democráticos em processos de deliberação eficazes.

Segundo Rüdiger (2015, p. 33), apesar da crença inicial de que as redes sociais poderiam representar um novo flego a possibilidades de práticas mais democráticas, principalmente com seu amplo uso pelas estruturas de comunicação, o que se percebe atualmente é que elas se tornaram “passatempo articulado pela forma mercadoria, cujo conteúdo é estético e o sentido social é a popularidade”. Para obter popularidade, as pessoas acabam divulgando tudo o que fazem nas mídias sociais, dando prioridade, é claro, para os aspectos supostamente mais atraentes, o que o autor denomina culto ao indivíduo, estimulando o narcisismo coletivo. “O narcisismo coletivo que as movimenta se caracteriza por fazer de espelho os olhos alheios e, por isso, não exclui antes requer o voyeurismo” (RÜDIGER, 2015, p. 44), o que faria dos sites de redes sociais próteses sociotécnicas de inspiração narcisística, cujo uso, por sua vez, enfraqueceria a capacidade de ação coletiva e criativa, necessária para os debates democráticos.

A facilidade com que as pessoas acessam conteúdos e os espaços para a manifestação da opinião sobre o que leem geraria entre os usuários das mídias sociais um amplo poder de exercício da liberdade de expressão, o que, por sua vez, incentivaria o fetiche para quem publica de ser lido, curtido, compartilhado. Para Cardon (2016, p.302), embora o uso das mídias sociais tenha representado um avanço no exercício da liberdade de expressão, não se poderia acreditar que os conteúdos que se observam nas postagens e nas conversações possam revolucionar as formas de comunicação política, pois “espaços coletivos, que permitem articular preferências individuais agregando-as, são meramente procedimentais”.

Em ambientes virtuais onde todos falam, mas pouco ouvem, os sites de redes sociais funcionariam como arquibancada, onde o “comentário social segue rapidamente a cronologia dos eventos, enquanto eles estão se processando e as pessoas tomando posição a respeito dos fatos que estão acontecendo” (GOMES, 2016, p. 381). Os conteúdos de tais comentários podem ser considerados banais, amadores, recheados de preconceito e incivilidade, o que dificultaria a utilização de tais espaços para o debate político democrático.

Silveira (2016) afirma que os novos espaços apresentariam potencial para o debate democrático, o engajamento e a participação se fossem investidas ações para ampliar a “qualidade do debate, da deliberação e dos resultados democráticos, principalmente fazendo o Parlamento aceitar a montagem de uma ‘infraestrutura comunicativa’ que permita envolver os diversos coletivos e pessoas conectadas” (SILVEIRA, 2016, p. 364).

Para Penteado e Avanzi (2013, p. 20) os sites de redes sociais podem ser espaços de estímulo à obtenção de informações políticas, dada a abrangência, velocidade e o alcance que as postagens podem obter. No entanto, “os cidadãos internautas se utilizam do Facebook

para se manterem informados sobre os mais variados assuntos ou transmitindo as informações, mas não necessariamente se envolvendo de forma intensa nas questões expostas”. Tal situação poderia representar limitações na prática do jogo político, pois as experiências atuais revelariam que o seu uso não está sendo voltado para o debate de forma ampla, crítica e democrática.

As práticas centradas na popularidade e na necessidade de obtenção da visibilidade, com contribuições amadoras e de pouca qualidade como analisado pelos autores citados, nos leva a questionar se os sites de redes sociais poderiam propiciar espaços deliberativos conforme a concepção habermasiana. Indivíduos que apresentam contribuições centradas apenas de acordo com suas experiências e suas concepções de conduta ética tenderiam a impor seus pontos de vista, desconsiderando “condições de comunicação capazes de proporcionar o exame público e coletivo das perspectivas de cada um” (MARQUES, MAFRA e MARTINO, 2017, p.91).

Para Sibilia (2008, p. 36), os usuários dos sites de redes sociais estão interessados na espetacularização do eu, visando garantir visibilidade entre seus seguidores, amigos, usuários. “Aproveitando vantagens como possibilidade do anonimato, facilidade de acesso a diversos recursos oferecidos pela interatividade, os habitantes desses espaços montam espetáculos de si mesmos para exibir uma intimidade inventada”. Essa espetacularização do “eu”, com exacerbação do narcisismo, voyerismo e exibicionismo estimularia a “passividade e desinteresse por assuntos públicos e políticos” (SIBILIA, 2008, p. 76).

A utilização de sites de redes sociais como o Facebook estimularia a espetacularização do “eu” citada por Sibilia (2008) devido à sua arquitetura, que faz com que nos conectemos uns aos outros, divulgando o “eu” socialmente construído. “O Facebook facilita essa construção de si mesmo criando uma arquitetura de divulgação que incentiva os usuários a compartilharem informações sobre si mesmos” (MARICHAL, 2016, p. 7). Para o autor, embora o Facebook dê aos usuários a impressão de que estariam conectados a uma esfera pública, “ao mesmo tempo lhes permite apresentar-se a um público pré-selecionado, uma esfera inerentemente privada (MARICHAL, 2016, p. 33)”. Assim como Sibilia (2008), o autor avalia que essa situação estimularia a passividade social, pois o usuário evitaria se comprometer em causas públicas e teria dificultado o acesso a posicionamentos diferentes dos seus. “O grande perigo disso para a vida democrática é a ilusão de envolvimento pessoal, quando na realidade estamos nos envolvendo com públicos pré-selecionados; podemos ‘desligar’ e não estar realmente envolvidos na prática de ouvir” (MARICHAL, 2016, p. 156).

A influência da arquitetura de sites de redes sociais como a citada por Marichal (2016) potencializaria também o que os autores denominam filtros-bolha (ANTUNES, 2016; PARISER, 2011; RECUERO, ZAGO e SOARES, 2017). A partir da noção de que os sites de redes sociais nos possibilitariam produzir nossos próprios conteúdos, não estando mais à mercê das mídias industriais, os algoritmos utilizados pelas grandes corporações responsáveis pelas mídias sociais conduziriam os caminhos que percorremos na Internet. A partir de princípios como “popularidade automatizada (número de cliques) e conectividade (número de relacionamentos), as plataformas on-line tornam-se as artérias de um novo fluxo ‘on-line’ social - capacitando, promovendo, distribuindo e orientando os dados” (COULDRY, VAN DIJCK, 2015, p. 3). Esses algoritmos fariam com que recebêssemos mais do que vemos, pesquisamos, curtimos e compartilhamos, funcionando como agentes editoriais, “poderosos *gatekeepers*, que controlam uma cadeia verticalmente integrada de plataformas e algoritmos de busca, permitindo que eles definam as condições para o tráfego on-line” (COULDRY, VAN DIJCK, 2015, p. 4).

Por meio de algoritmos, as mídias sociais analisariam o perfil dos usuários, disponibilizando “conteúdos relacionados às suas preferências e descartando produtos, ideias e conhecimentos contrários a seus gostos (ANTUNES, 2016, p. 192), o que culminaria em bolhas de conhecimento ou filtros-bolha.

Recuero, Zago e Soares (2017, p. 7) afirmam que a combinação da filtragem feita pelos usuários com a realizada pelos algoritmos levaria ao consumo de conteúdos cada vez mais personalizados, o que muitas vezes é invisível aos usuários, potencializando as chamadas “câmeras de eco”. Embora os sites de redes sociais sejam considerados por muitos como novos ambientes democráticos, a “combinação de filtros sociais, algoritmos e preferências pessoais pode trazer obstáculos ao acesso a informações” (RECUERO, ZAGO e SOARES, 2017, p. 7)

Para que os espaços proporcionados pelas redes sociais tenham potencial de propiciar debates democráticos, seria preciso considerar a opinião do outro, o que seria prejudicado pelo efeito filtro-bolha. “A democracia requer uma confiança em fatos compartilhados; em vez disso, estão sendo oferecidos universos paralelos, mas separados” (PARISER, 2011, p.3). Para o autor, assim como os algoritmos orquestram os anúncios que recebemos pela internet, as informações compartilhadas nas mídias sociais também orquestrariam nossas vidas, no efeito filtro-bolha que criaria “único universo de informações para cada um de nós

- o que eu chamo de bolha de filtro - que altera fundamentalmente a maneira como encontramos ideias e informações” (PARISER, 2011, p.5).

Para Brugnago e Chaia (2015) a influência dos filtros-bolha comprometeria o recebimento de informações que estariam cada vez mais direcionadas conforme as tendências ideológicas, o que inviabilizaria oportunidades de debate em espaços de conversação. “A impressão que se cria é que a maioria está ao seu lado, e o seu lado é o lado que sabe a verdade. A militância do outro passa a ser encarada como fraca, quase inexistente, uma vez que você não a vê mais” (BRUGNAGO, CHAIA, 2015, p.123). Tal quadro também incentivaria a exposição de polarização e radicalização de posicionamentos políticos expressos nas redes. “As bolhas de conhecimento também impactam na ideologia política. Desse modo, não importa a veracidade da informação, mas, sim, o quanto ela conforta o usuário e o grupo no qual se insere” (ANTUNES, 2016, p.200).

A utilização dos sites de redes sociais para a espetacularização do eu, como prótese sociotécnica de inspiração narcisística e influência dos filtros-bolha evidenciariam, portanto, a polarização das posições políticas em tais espaços, que seriam utilizadas como locais de luta. “As redes sociais tendem a instituir o seu lugar absorvendo os conflitos, mesmo os cotidianos, sendo em essência um espaço de simulação do contraditório, muito mais do que da conscientização a seu respeito.” (RÜDIGER, 2015, p. 42).

Para Brugnano e Chaia (2015) os sites de redes sociais deram visibilidade a polarização das posições políticas também observadas em manifestações como as que tomaram as ruas das principais cidades do país em junho de 2013, tornando principal meio para proliferação das discussões política. “A sociedade foi dividida aos olhos das discussões ideológicas em dois grandes blocos: “coxinhas” e “petralhas”. Quem não se encaixa em um desses dois grupos se torna uma anomalia política, um alienado” (BRUGNANO; CHAIA, 2015, p.107). A influência dos filtros-bolha reuniu pessoas com interesses e ideologias partidárias semelhantes, perdendo-se a noção do contraditório. “A idealização de uma rede que iria compartilhar e gerar conhecimento e criar uma comunhão social de ideias esvaiu-se com a lógica de mercado que os conglomerados da informação, como o Google e o Facebook” (BRUGNANO; CHAIA, 2015, p.202).

Barros e Carreira (2016, não paginado) também evidenciaram em sua pesquisa que os grupos de discussão mantidos no Facebook acabariam por privilegiar grupos de pessoas que compartilham da mesma opinião, nos quais “os participantes reproduziram discursos *like-minded* a fim de manter o grupo mais homogêneo, criar resistência e manter distantes

opiniões contrárias”. No entanto, apesar de os espaços de conversação examinados pelos autores revelarem presença pouco expressiva de justificativa, respeito e reciprocidade entre seus autores, os sites de redes sociais ainda poderiam ser considerados espaços de socialização de temas políticos, funcionando “como arena para o teste das implicações políticas de determinados argumentos, opiniões e posições, bem como para o desenvolvimento das habilidades argumentativas e retóricas” (BARROS, CARREIRA, 2016, não paginado).

Ao investigar 250 grupos de debate político presentes no Facebook, Marichal (2013) afirma que poucas iniciativas conseguiram fomentar o diálogo, sendo utilizadas como espaços para dar visibilidade aos posicionamentos políticos, sempre pela lente do pessoal. Tal quadro levaria o jovem a “se afiliar a grupos que você apoia, mas não ajuda a encontrar instâncias que tenham conversas ‘transversais’ que, em última análise, levam a democracias mais vibrantes e mais saudáveis” (MARICHAL, 2013, não paginado).

O autor sugere que, embora o Facebook tenha sido considerado como espaço apto a divulgar conjunto de visões diversificadas sobre um determinado tema, o que se percebe é que a rede social tende a exacerbar a polarização entre posicionamentos políticos dos participantes de espaços de conversação. “Isso não acontece porque o Facebook restringe o acesso à visão dos outros, mas porque a arquitetura da divulgação é criada para incentivar mais divulgação e menos audição” (MARICHAL, 2016, p. 95).

Em pesquisa que também analisou o Facebook como espaço de discussões políticas, Penteado e Avanzi (2013) afirmam que os resultados indicam um baixo provimento de razões entre os participantes dos debates, falta de reciprocidade e falta de inclusão de pessoas com posicionamentos contrários à maioria. “Poderíamos dizer que as mensagens apresentam trocas simplórias de informação ou argumentação, evidenciando baixa qualidade do debate público” (PENTEADO, AVANZI, 2013, p. 19).

Para Rüdiger (2015), as redes sociais acabaram por ser utilizadas como vitrine das lutas políticas, tornando-se elemento de visibilidade das ideologias, em um quadro onde se revelariam manifestações de ódio e violência entre seus usuários, os quais também têm sido objeto de investigação (SILVA;SAMPAIO, 2017; MARQUES, MAFRA e MARTINO, 2017; RECUERO, 2013; 2015).

Ao avaliarem as publicações em páginas oficiais de senadoras da República do Partido dos Trabalhadores, Silva e Sampaio (2017, p. 104) afirmam que o discurso de ódio contra agremiações partidárias superou os do tipo misógino e sexista: “os dados mostram

que os usuários a favor do impeachment da presidente foram os mais odiosos”. Segundo os pesquisadores, os discursos de ódio manifestados nos comentários avaliados apresentaram argumentos agressivos, sarcásticos e irônicos.

Recuero (2015, p.1) sugere que a mídia social pode ser violenta porque é um meio de discurso, e o discurso está relacionado à violência simbólica, que aparece por meio da linguagem. “A violência simbólica naturaliza o discurso sobre as coisas e legitima o sistema de dominação. A violência é, portanto, também um produto do discurso, e seu efeito é a naturalização das relações de poder (e dominância). A mídia social, ao dar espaço para todos os tipos de discurso, abriria espaço também para a violência simbólica. A autora cita a polarização das discussões políticas observadas no Facebook durante as eleições de 2014, as quais revelaram “formas de violência online sem precedentes com grande repercussão na mídia em todo país” (RECUERO, 2015, p. 2). A autora considera o potencial que as mídias sociais para a promoção da democracia, por meio da troca de diferentes opiniões e a disseminação de informações que podem contribuir para a formação do cidadão. No entanto, questiona se a visibilidade da polarização das ideologias políticas manifestadas em redes sociais e observadas durante as eleições de 2014, com manifestações claras de falta de respeito, de civilidade e de reciprocidade entre seus autores, apresentaria potencial para a promoção da deliberação pública e do debate democrático.

Recuero (2013) salienta que a falta de respeito e reciprocidade entre os participantes de espaços de conversação estabelecidos em redes sociais poderia gerar frustração. A distância dos demais atores envolvidos no debate permitiria que a conversação fosse um espaço “frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e mesmo, pela propagação da violência” (RECUERO, 2013, não paginado). Essa situação de deslegitimação dos discursos, de falta de respeito e reciprocidade entre seus participantes poderia ocasionar um declínio do capital social em espaços onde as trocas efetivamente não se concretizam. “A conversação em rede, assim, pode vir constituir-se em um ponto fundamentalmente negativo para as redes sociais online” (RECUERO, 2013, não paginado).

Se a comunicação pública deveria ser caracterizada pela interlocução baseada em trocas dialógicas que apresentem reflexividade, respeito e reciprocidade entre seus participantes, fenômenos como o uso das redes sociais como próteses sociotécnicas de inspiração narcisística e para a espetacularização do “eu”, a arquitetura das redes sociais que induziria o usuário a receber informações a partir de critérios de divulgação induzidos por filtros bolha. A manifestação de polarizações políticas e discursos de ódio e violência nas

redes sociais nos levariam a questionar o potencial dos espaços representados pelos sites de redes sociais como viáveis para a constituição de esferas públicas.

Considerado o modelo habermasiano de democracia deliberativa, o qual prevê a busca de um entendimento “que seja livre de coerções e violências de toda sorte (racionalidade comunicativa), fundado na igualdade entre parceiros de interlocução que se atribuem reciprocamente o status de moralmente dignos de serem ouvidos e considerados” (MARQUES, MAFRA e MARTINO, 2017, p. 79) também refletimos se sites de redes sociais apresentariam potencial para a efetivação de espaços de deliberação pública democrática sobre questões de interesse coletivo.

Ao vivenciarmos um período de transformações tecnológicas cada vez mais rápidas, torna-se necessário o debate sobre o potencial das tecnologias de informação e comunicação nas práticas democráticas, principalmente considerando que o jovem parece apresentar intenso interesse pelas potencialidades proporcionadas pelas tecnologias, elegendo principalmente as redes sociais como um de seus canais preferenciais de comunicação.

Apesar do investimento em políticas públicas destinadas aos jovens nas duas últimas décadas e crescimento de estratégias e processos de comunicação pública em portais web de governo e páginas de redes sociais, é preciso investigar se as mídias sociais podem ser consideradas possibilidades de participação, engajamento e deliberação.

Se de um lado os pesquisadores elencados no presente capítulo sugerem que as redes sociais podem representar um despertar das possibilidades democráticas, outros colocam em xeque a potencialidade de tais espaços para o engajamento público, a participação política e a deliberação, dado o uso centrado no narcisismo coletivo, sujeito à influência dos filtros-bolha, à polarização das posições ideológicas e à manifestação de ódio e violência. Tal situação nos despertou o interesse para investigar se as estratégias e processos de comunicação pública governamental poderiam apresentar ações que pudessem contribuir para que os espaços de conversação atingissem os potenciais deliberativos.

4 CAPÍTULO 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A partir da perspectiva de que as ações e estratégias de comunicação pública governamental poderiam contribuir para o atendimento ao direito à informação e comunicação do jovem, se a ele fossem oferecidos espaços para o diálogo e a participação democrática em temáticas de seu interesse, há a necessidade de refletirmos quem é esse jovem e fazer uma retrospectiva das políticas públicas de juventude.

Na primeira parte deste capítulo, procuramos debater as diversas formas de se conceituar a juventude. A mais usual é aquela que classifica o indivíduo conforme a faixa etária. O Estatuto da Juventude, por exemplo, considera jovem pessoas entre 15 a 29 anos. Já organismos internacionais, como o ONU e a OMS, determinam a idade de 24 anos como limite para a classificação do jovem. Apesar dessa classificação ser a mais usual, o capítulo irá indicar que ela não tem conseguido responder a diversos aspectos que têm mudado as concepções de juventude, como as teorias que a consideram como um período de transição entre a infância e a vida adulta. As mudanças no mundo contemporâneo trouxeram questões que tornam cada vez mais complexo determinar quando começa e quando termina o período de tempo compreendido para que um indivíduo seja denominado jovem.

Na segunda parte, iremos apresentar quais foram os fatos internacionais que estimularam o debate e a implementação de políticas públicas de juventude no mundo e no Brasil. A retrospectiva histórica revela que as primeiras políticas públicas de juventude eram marcadas pela visão de marginalidade e vulnerabilidade social. Também consideramos necessário apresentar alguns conceitos sobre políticas públicas, as etapas que compreendem a elaboração, implementação e gestão, os critérios a partir dos quais as políticas públicas podem ser avaliadas em qualidade e abrangência necessárias para o atendimento ao direito à informação e comunicação.

O presente capítulo se faz necessário para avaliarmos de que forma o jovem deve ser pensado nas estratégias de comunicação pública governamental, investigando se as iniciativas de divulgação de políticas públicas hoje apresentadas para esse segmento colaboram ou não para que o jovem possa exercer o protagonismo como sujeito de direitos.

4.1 Jovem, juventude ou juventudes

No dia 13 de julho de 2010, o Congresso Nacional promulgou a emenda 65, que alterou o artigo 227 da Constituição Federal, inserindo o jovem no capítulo VII do Título

VIII, que passou a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

A Emenda Constitucional 65/2000 não apresentou uma delimitação da faixa etária a partir da qual os indivíduos são classificados como jovens, o que veio a ocorrer com o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei 12.852/2013, que define como jovens pessoas entre 15 a 29 anos, o que abrangeria, segundo dados do censo do IBGE (2010), cerca de 51 milhões de brasileiros.

Organismos internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas, a OMS – Organização Mundial de Saúde e a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura delimitam a idade entre 15 a 24 anos, faixa etária que iremos considerar para a pesquisa realizada. O intervalo entre 15 a 24 anos também é considerado por algumas instituições públicas, como o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Segundo o IBGE (2018), existem no Brasil 37.118.137 milhões de jovens, de um total de 208.494.900 milhões de brasileiros.

Tabela 1: Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade:

IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES
	208.494.900	101.971.173	106.523.727
15 a 19 anos	16.439.846	8.364.062	8.075.784
20 a 24 anos	20.678.291	10.408.159	10.270.132

Fonte: IBGE (2018)

No entanto, a delimitação das faixas etárias a partir das quais um indivíduo é classificado como jovem está cada vez mais diluída. Questões econômicas, sociais, culturais e políticas fazem com que muitos indivíduos ainda no início da juventude tenham tomado para si responsabilidades de um adulto e que outros que já estariam na classificação “idade adulta” ainda poderiam estar inseridos na classificação de jovem.

A Unesco (2005, p.23) declara que a juventude é o período de vida no qual o indivíduo passa da infância à fase adulta, quando “se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero”. Segundo o enfoque demográfico, o organismo afirma que tradicionalmente são definidos como jovem indivíduos entre 15 a 24 anos, mas que, quando se considera a região urbana, esse limite se estende para 29 anos. Sob o enfoque

biológico e psicológico “a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social” (UNESCO, 2005, p.25). Já sob perspectiva sociológica e política, devem ser consideradas as diferentes características de acordo com questões socioeconômicas, culturais, entre outras, por isso o documento prefere utilizar o termo juventudes, pois existiriam diferentes culturas juvenis. O documento cita cinco elementos para definir a condição juvenil, quais sejam:

i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central, iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização (UNESCO, 2005, p. 26).

O que parece ficar claro nos apontamentos da organização é que não podemos definir a juventude apenas conforme a faixa etária na qual os indivíduos estão inseridos, mas também a partir de perspectivas mais amplas, que envolveriam “um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade” (BOGHOSIAN; MINAYO, 2009, p. 413). Para Silva e Ojeda (2014, p. 40), na caracterização do segmento jovem deveriam ser considerados aspectos como “as trajetórias sociopolíticas e paradoxais, que surgiram neste confronto entre práticas, discursos juvenis e adulto-centristas presentes em uma temporalidade diacrônica, mas construída sobre uma série de ideias de caráter sincrônico”.

A dificuldade em apresentar uma definição estanque, delimitada sobre o que é ser jovem, também é um desafio aos gestores responsáveis pela elaboração de estratégias de comunicação pública de portais de governo e sites de redes sociais, que deveriam considerar diversas facetas, interesses e aspectos que envolveriam a delimitação da juventude, entendendo inclusive que o próprio jovem nem sempre se encaixa em tais definições.

A juventude envolveria a etapa do processo de socialização humana compreendida pelo período de afastamento do vínculo com os pais ou família de origem. Pode também compreender o momento a partir do qual o indivíduo passa a percorrer caminhos que o levam à independência financeira, obtenção do primeiro emprego e, em alguns casos, o estabelecimento de novos vínculos familiares.

Segundo Debert (2010, p.41), definir juventude a partir de faixas etárias pode não dar mais conta de responder a diferentes aspectos observados entre os jovens hoje. A juventude, embora seja mais valorizada nos dias atuais, parece ter perdido a “conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados”. A autora afirma que definições a partir de faixas etárias ou de características como independência financeira parecem não responder mais aos desafios da nossa sociedade, que assistiria a um processo de “adolescentização” (DEBERT, 2010, p. 52) ou uma infantilização da idade adulta. Uma das características apontadas pela autora para corroborar a visão da infantilização da idade adulta é a existência “de um número cada vez maior de homens e mulheres entre 20 e 35 anos que vivem ou voltaram a morar na casa dos pais” (DEBERT, 2010, p. 53). Um dos motivos para essa situação seria a dependência econômica, pois muitos jovens e adultos não teriam condições de levar uma vida independente. No entanto, ao avaliar também que o processo de infantilização atingiria adultos com mais de 30 anos, a autora destaca a contribuição da mídia, que tem retratado o jovem como “indivíduos muito dependentes da orientação dos pais ou como adultos prematuros empenhados em controlar a irresponsabilidade dos pais e lembrá-los de que é preciso amadurecer” (DEBERT, 2010, p. 55). A representação de diversos perfis de jovem, sob uma perspectiva de infantilização, contribuiria para a confusão das fronteiras entre as idades, que atingiria inclusive pessoas que já estão na faixa denominada terceira idade.

Quando debatemos quais são os aspectos que consideram um determinado segmento da sociedade apto a ser denominado juventude – idade, escolarização, trabalho, independência – devemos compreender que essa padronização seria pensada “como resposta às mudanças econômicas, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho” (DEBERT, 2010, p. 59). Para a autora, o que está acontecendo é um processo denominado de descronolização, em que “a ideia de papéis sequenciados, extremamente divididos por idades, não captaria a realidade de uma sociedade que atinge o nível de desenvolvimento tecnológico contemporâneo” (DEBERT, 2010, p. 59). Trata-se de uma realidade na qual a idade cronológica parece ser irrelevante, ou pelo menos flexibilizada. “Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas” (DEBERT, 2010, p. 64).

Embora exista um processo de valorização da juventude, ele ocorreria referente a estilos de vida e mercado de consumo e não à faixa etária. “A análise das categorias e dos grupos de idade é parte importante do fazer antropológico preocupado em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle dos recursos políticos e das representações sociais” (DEBERT, 1999, p. 72). A definição de faixas etárias também seria importante na definição de públicos de mercado de consumo. Para a autora, é preciso compreender “como se opera uma dissociação entre a juventude e uma faixa etária específica e a transformação da juventude em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados” (DEBERT, 1999, p. 72).

A autora questiona se essa divisão de categorias por idades captaria a realidade que hoje se desvela frente às mudanças tecnológicas que “fazem com que a relação entre as grades de idade e a carreira sejam obliteradas, à medida que conhecimentos anteriormente adquiridos frequentemente tornam-se obstáculos para a abertura e adaptação às inovações” (DEBERT, 1999, p. 73). No entanto, as idades seriam importantes para organização social, pois podem ser mecanismos de “criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos” (DEBERT, 1999, p. 76).

Sposito, Souza e Silva (2018) também acreditam num processo de desinstitucionalização das faixas usualmente utilizadas para definir quem estaria caracterizado como jovem. A falta de oportunidades no mercado de trabalho para alguns jovens, ou a necessidade de ocupação em subempregos para ajudar a família economicamente para outros, contribuiria para que as formas de se definir juventudes sejam outras, que devem considerar as trajetórias do indivíduo.

Para Pais (2009, p.371), embora os ciclos da vida sejam uma forma de segmentação das diferentes fases de vida de um indivíduo em anos, o que tem acontecido é o esmaecimento das fronteiras que separam tais fases, conforme já citado por Debert (1999, 2010). Segundo o autor, a idade cronológica é considerada uma forma de definir ciclos da vida por “legitimar o acesso dos indivíduos a direitos e deveres político-jurídicos, aparece como um importante marco de passagem de uma a outra fase de vida” (PAIS, 2009, p. 372), mas isso não significa que todos os indivíduos de determinadas faixas etárias se sintam representados pelos ciclos estanques que se apresentam. Tal quadro contribuiria para que as fronteiras entre as fases de vida estejam cada vez mais fluídas. “As trajetórias de vida são singulares, mas inscrevem-se em regularidades que têm marcas culturais. As fases de vida –

e as representações que delas se têm – são uma clara expressão dessas regularidades” (PAIS, 2009, p.374). O autor ainda sugere a troca do termo “ciclos de vida” por “cursos de vida”, isso porque os indivíduos cada vez mais tomam as rédeas de suas próprias trajetórias. Embora se reconheça a validade que as fases de vida sejam divididas conforme idades cronológicas pré-estabelecidas, onde “há um reconhecimento social dos marcadores de passagem de uma a outra fase de vida, também é certo que a realidade dos fatos questiona as normas que os tentam regular” (PAIS, 2009, p.379).

Outro argumento apresentado pelo autor português é que quando direitos são negados, como acesso à educação ou inserção no mercado de trabalho, por exemplo, os “sentimentos de pertença identitária se fragilizam. Se essas exigências vitais se frustram, surge uma propensão para a indolência, traduzida em alienação social (PAIS, 2009, p.380), o que poderia causar a falta de reconhecimento, a exclusão e a marginalização dos jovens. Esses ritos de impasse, que muitas vezes são marcados por manifestações com demonstrações de violência, envolveriam “jovens para os quais o futuro é ameaçador, daí que apostem em diferentes estratégias: ora vivendo o presente menosprezando o futuro; ora tateando oportunidades, numa lógica de «para o que der e vier»”(PAIS, 2009, p.380/381). Conforme abordamos no Capítulo 1, a falta de reconhecimento de determinados segmentos da sociedade, como o jovem, por exemplo, pode contribuir para o não florescimento de capital social na juventude.

As pesquisas realizadas na área também demonstram certa dificuldade em apresentar um conceito consolidado sobre juventude e até mesmo apresentar uma classificação etária para o jovem.

Zanella et al (2013) avaliaram a produção acadêmica entre 2002 e 2011 sobre jovem, juventude e políticas públicas, divulgada em períodos científicos que integram a base Scielo. Em um total de 58 artigos, evidenciou-se que os autores apresentam concepções diferenciadas sobre jovem e juventude. Para alguns, juventude compreenderia a fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. Outros concebem o período de preparo do indivíduo para assumir os compromissos para a vida adulta. Parte dos artigos considera como jovem a classificação etária proposta pela OMS – de 15 a 24 anos, já outros preferem a classificação proposta pela Política Nacional de Juventude, que considera como jovens indivíduos entre 15 e 29 anos.

Esteves e Abramovay (2007, p. 21) afirmam que esse quadro de incertezas deve-se ao fato da juventude ser uma construção social, “originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos,

momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc”.

Entre os critérios que podem ser utilizados além da divisão por idade, podem ser citados outros fatores, como a formação escolar, a colocação no mercado de trabalho, a autonomia do indivíduo em relação ao grupo familiar ao qual pertence, a formação de uma nova família e residência própria. Ou seja, a condição juvenil está relacionada a uma fase da vida em que o indivíduo vive a transição da situação de dependência familiar, preparando-se para a vida adulta, escolhendo a profissão que deverá seguir e muitas vezes até formando uma nova família. No entanto, essa “independência” familiar tem causado reflexões, pois questões como a dificuldade de entrar no mercado de trabalho, por exemplo, tem retardado a autonomia usualmente considerada para delimitar a condição juvenil.

Segundo dados do IBGE (2018), dos 48,5 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, 23% não estudavam ou trabalhavam em 2017. Tal dado é importante ao considerarmos que, conforme a Unesco (2005), a independência financeira seria uma das características da transição da juventude para a fase adulta.

Embora estudos comprovem a elevada participação de jovens entre 15 e 29 na população economicamente ativa, tal inserção seria marcada por “alta taxa de desocupação e alto nível de informalidade, maior rotatividade no emprego, desigualdade de gênero e, quando ocupados, baixa remuneração, sobretudo para as mulheres” (CACCIAMALI, TATEI, 2017, p. 1). Segundo os autores, outro fator seria o número de horas excessivas de trabalho, o que prejudicaria a continuidade da formação escolar, principalmente nos níveis médio e superior. Jovens desempregados teriam menos acesso à qualificação profissional, estariam mais sujeitos à exclusão social e à marginalidade.

Outro dado que pode contribuir para a dissolução das fronteiras entre as idades é a desocupação. De acordo com o IBGE (2018), 23% das pessoas entre 15 a 29 anos não estão nem trabalhando nem estudando. Segundo dados do IPEA, a taxa de desocupação dos jovens mantém-se acima das demais faixas etárias. Em publicação divulgada em 2018, o órgão alertava para o fato de os jovens serem o grupo mais afetado pelo desemprego.

Tabela 2: Taxa de desocupação dos jovens entre 18 a 24 anos nos anos de 2016/2017:

Período	Taxa desocupação – 18 a 24 anos (2016)	Taxa desocupação – 18 a 24 anos (2017)
1º trimestre	24,1%	28,8%
2º trimestre	24,5%	27,3%

Período	Taxa desocupação – 18 a 24 anos (2016)	Taxa desocupação – 18 a 24 anos (2017)
3º trimestre	25,7%	26,5%
4º trimestre	25,9%	25,3%

Fonte: Ipea (2018)

Para Cacciamali e Tatei (2017, p.66) a desocupação do jovem ou a inserção no mercado informal afetaria negativamente a ocupação e o rendimento na idade adulta. “Inversamente, podemos falar da importância de os jovens permanecerem no sistema educacional e não ingressarem precocemente no mercado de trabalho, a não ser de forma regular para não prejudicarem suas oportunidades ocupacionais futuras”. Tal situação exigiria o estabelecimento de políticas públicas de juventude que procurassem manter o jovem no ensino, o que reduziria os riscos de pobreza. “Entretanto, o desemprego juvenil no Brasil ainda se concentra em grupos específicos e o combate a esse fenômeno poderia ser aperfeiçoado por meio de intervenções públicas mais específicas” (CACCIAMALI, TATEI, 2017, p. 67)

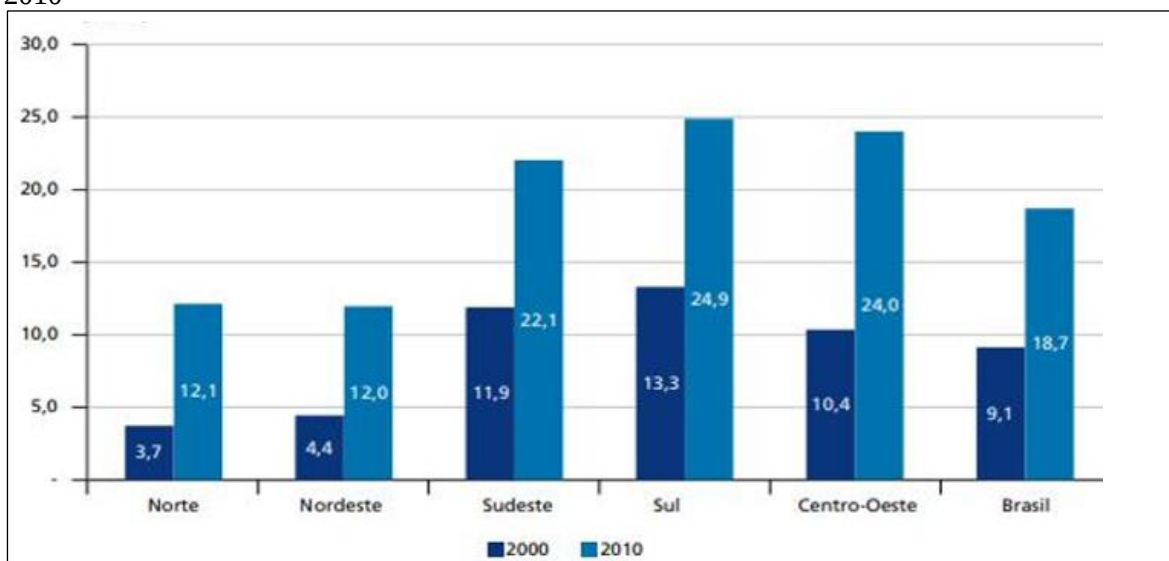
A publicação coordenada por Camarano (2006) vem ao encontro das considerações apresentadas por Debert (1999; 2010), Pais (2009) e Sposito, Souza e Silva (2018) que abordam as tênues fronteiras entre as fases cronológicas da vida que estariam prolongando a transição dos jovens para a vida adulta. Entre as questões que contribuíram para tal quadro, estaria o próprio prolongamento da vida, com a redução da mortalidade infantil e com a existência de idosos cada vez mais longevos. Há que se considerar também que a saída da escola tem sido cada vez mais tardia, o que levaria ao prolongamento do processo de transição para a emprego e a independência financeira, que caracterizariam a vida adulta. “Acredita-se que aceitar a ideia do prolongamento da juventude significa assumir uma sequência linear dos eventos, em que qualquer alteração possa implicar mudanças no calendário, o que não parece ser verdade” (CARRANO, 2009, p. 322).

Embora as pesquisas apontem o crescimento da escolarização dos jovens, tanto na rede básica, como no ensino superior, o que se pergunta é se ampliação do acesso “vai ser suficiente para garantir um processo de transição para a vida adulta que assegure uma inserção social adequada” (CAMARANO, 2006, p. 324).

Segundo dados do IPEA, o acesso à Educação Superior na faixa etária entre 18 a 24 anos dobrou no período de 2000 a 2010. “A proporção destes jovens que declararam ter tido acesso a este nível de ensino era de apenas 9,1% no ano inicial deste período, mas ao final atingia 18,7% do total” (CORBUCCI, 2014, p. 11).

O Gráfico1 apresenta o acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos em %.

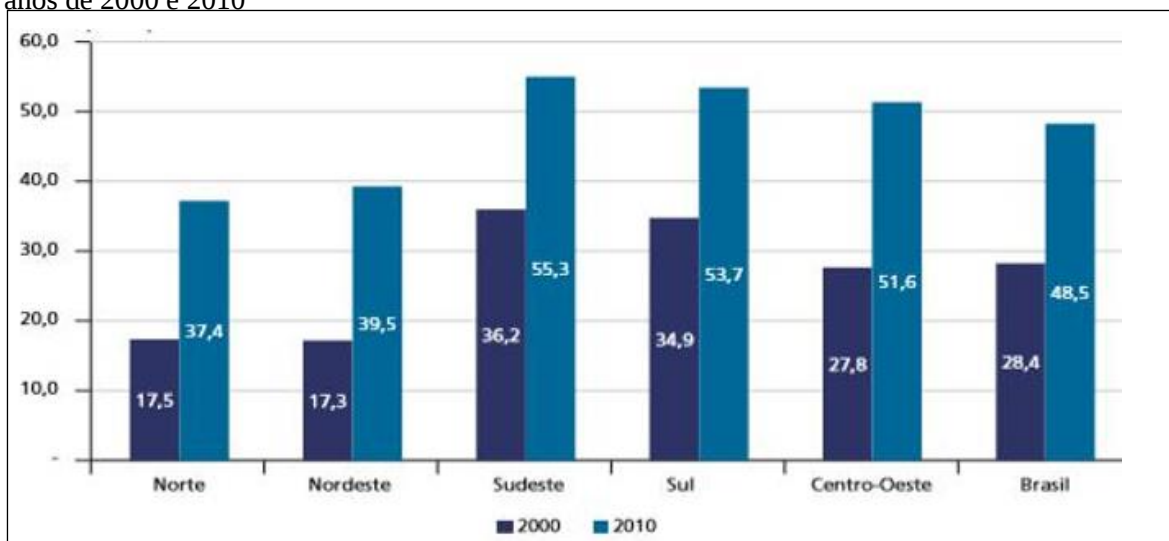
Gráfico 1: Acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos em % entre os anos de 2000 a 2010



Fonte: Corbucci (2014)

Os dados também indicariam avanços na proporção da população entre 18 e 25 anos que concluíram o ensino médio.

Gráfico 2: Comparativo da proporção da população de 18 a 25 anos com ensino médio completo nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Corbucci (2014)

Em outro documento, o Ipea (2018) apresentou um aumento do número de anos que um jovem permanece na escola. Em 2001, jovens entre 15 a 17 anos permaneciam em média 6,6 anos na escola. Em 2004, esse número subiu para 7,1 e em 2014 para 8,8. Entre 18 e 19 anos, o crescimento foi de 7,9 anos em média na escola em 2004 para 10,4 em 2014. Os jovens com idades entre 20 a 24 anos passaram de oito de escolaridade para 11, 1. Embora o número de anos que o jovem estuda tenha apresentado um crescimento expressivo, segundo dados do Ipea (2018), houve um decréscimo no número de matrículas no mesmo período no Ensino Médio. Em 2004, foram 9,2 milhões de matrículas. Em 2014, esse número caiu para 8,3 milhões (IPEA, 2018).

O que se pode afirmar é que existem duas linhas de representação do jovem: uma que considera o grupo social homogêneo determinando suas características de acordo com a faixa etária à qual pertence e outra que reconhece a multiplicidade de culturas juvenis, no que faz com que se utilize o termo juventudes, devido a diversos fatores que os segmentam, como etnia, situação socioeconômica, oportunidades, entre outros. Isso faz com que não exista uma única cultura juvenil, mas sim várias que ora convergem, ora divergem.

O que foi possível perceber a partir do debate sobre juventude acima apresentado é que existe certa dificuldade em apresentar definições fixas sobre o que é ser jovem ou o que significa a juventude ou juventudes. Tal debate parece ser necessário devido à elaboração de políticas públicas de juventude, pois se o critério for apenas a idade cronológica ou os limites da maioridade penal “parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 19).

O êxito das estratégias de comunicação pública voltadas ao jovem e as políticas públicas de juventude depende também de que as iniciativas considerem o jovem nas suas especificidades, levando em conta questões como gênero, etnia, nível educacional, orientação sexual, local onde residem, fase de vida, ocupação, entre outras características.

4.2 Políticas públicas, políticas públicas de juventude no Brasil e no mundo

As políticas públicas de juventude são recentes no país. Em 2005, o governo federal criou a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Projovem – Programa Nacional da Juventude. A Secretaria Nacional foi criada com o objetivo de potencializar programas e iniciativas voltadas aos jovens, promovendo ações que objetivem

reconhecer o jovem com sujeito político de direitos. Em 2016, o órgão foi vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República. O Conselho Nacional da Juventude, criado pela Lei 11.129 de 30 de junho de 2005, que também instituiu a Secretaria Nacional da Juventude tem, entre suas atribuições, formular e propor diretrizes para a elaboração de políticas públicas da juventude, sendo que 1/3 dos seus integrantes são representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, em um total de 60 membros. Já o Projovem é um programa sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que tem por objetivo destinar bolsas mensais para que os jovens que abandonaram a escola possam concluir sua escolarização, tanto na área urbana, quanto na rural.

Em 02 de fevereiro de 2014 entrou em vigor a Lei 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, o qual determina “quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro”(BRASIL, 2013), prevendo 11 direitos: direito à diversidade e à igualdade; direito ao desporto e ao lazer; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito à cultura; direito ao território e à mobilidade; direito à segurança pública e ao acesso à Justiça; direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à saúde; direito à educação; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente.

O recorte da juventude é bastante recente, não apenas no Brasil, mas também no mundo, pois “a “invenção” da juventude como particular “sujeito de direitos” – demandante de políticas públicas específicas – só emergiu na segunda metade dos anos 1980, momento em que a “exclusão social” de jovens tornou-se parte integrante da questão social” (NOVAES, 2012, p. 333).

O primeiro compromisso da ONU para a juventude data de 1965, quando foi divulgado o documento “Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos”. Vinte anos depois foi instituído o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, dando maior visibilidade à temática juventude entre os países membros. Em 1995, o organismo propôs uma estratégia internacional de enfrentamento dos problemas e desafios da juventude, fortalecendo a necessidade de que os signatários se comprometessem a investir em políticas nacionais da juventude. Em 2005 é divulgado o “Informe sobre a situação do jovem no mundo”, que embora reconhecesse os avanços, apontava problemas como epidemia de AIDS e pobreza (SILVA; ANDRADE, 2009, p.44). A partir de tais dados, a ONU recomendou que os jovens passassem a ter maior visibilidade e atenção nas políticas públicas de seus países membros,

as quais deveriam fugir dos estereótipos negativos relacionados ao jovem: delinquência, violência, drogas e inatividade.

O Ano Internacional da Juventude pode ser considerado como um dos eventos responsáveis pelo protagonismo do jovem na elaboração das políticas públicas, proclamado pela Assembleia Geral da ONU em 1985. Em 1992, durante a VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude foi constituída a Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ, uma organização internacional que tem como objetivo a inclusão e integração dos jovens por meio de políticas públicas.

Segundo relatório da Unesco (2005), as principais áreas de atuação de políticas públicas voltadas para o jovem são: educação e lazer; as mobilizações políticas; o investimento em capital humano; e inclusão no mercado de trabalho. O documento reconhece que há poucas iniciativas expressivas em práticas que incentivem a participação e o combate à violência.

Do ponto de vista jurídico, a primeira legislação direcionada para a infância e juventude no Brasil é o Código de Menores, instituído em 1927 e só revisto em 1979, quando recebeu a denominação de Novo Código de Menores. Em 1964 foi criada a Fundação do Bem Estar do Menor – Funabem, cujo objetivo era formular e implantar políticas públicas voltadas ao bem-estar do menor, criando a categoria “menor” “para aqueles que necessitavam de alguma assistência. Fossem os “abandonados”, fossem aqueles que cometiam algum ato infracional – os infratores, ambos eram taxados de “menores” (LOPES; SILVA; MALFITANO; 2006, p.117). Segundo os autores, tal relação explica por que, até hoje, ainda persistam representações do jovem como “menores” abandonados ou infratores.

Foi só na década de 1980 que proliferam no Brasil experiências que buscavam atender a criança, o adolescente e o jovem com um posicionamento diferenciado frente aos dois aspectos acima citados, a maioria fruto de iniciativas de organizações não governamentais. No entanto, “até fins da década de 80 do século XX, estava em vigor no Brasil uma doutrina social e legal que cindia a infância em dois universos distintos e que a compreendia como objeto da ação da família e do Estado” (LOPES; SILVA; MALFITANO; 2006, p.118).

Em 1988 foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, que se tornou um dos principais interlocutores da sociedade civil junto ao Congresso Nacional, influenciando, por exemplo, que a Constituição Federal de 1988 reconhecesse a criança e o adolescente como prioridades e dando ao Estado a obrigação de zelar pelos seus direitos. Em 1990 foi instituído

o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual não se referia mais a menores, e sim a crianças e adolescentes em todo território nacional, cujo principal marco é mudar a relação da criança e do adolescente de objeto para sujeito de direitos. “Introduziu-se, na cultura jurídica brasileira, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento” (LOPES; SILVA; MALFITANO; 2006, p.118).

Até a promulgação do ECA, as políticas públicas de juventude estavam relacionadas à visão de altos índices de periculosidade, sendo que “nos anos 20 do século passado, as prisões e os internatos tornam-se referências para a educação e a correção de comportamentos inadequados à ordem” (SILVA; LOPES, 2009, p. 99). A criação da Funabem na formulação e implementação de políticas públicas de juventude durante o regime militar, cuja política só viria ser atualizada em 1979, “formalizou a concepção “biopsicossocial” do abandono e da infração e explicitou a estigmatização das crianças pobres como “menores” e delinquentes em potencial através da noção de “situação irregular” (SILVA; LOPES, 2009, p. 99). Foi só com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que começaram a ser debatidas políticas públicas que valorizassem o indivíduo com sujeito de direitos e com medidas que garantissem sua proteção. Apesar dos avanços representados pela ECA, ainda prevalecem visões estigmatizadas do jovem, com debates frequentes pela diminuição da maioridade penal, por exemplo.

No entanto, como o ECA direcionava suas ações para o público compreendido até o limite de 18 anos, uma grande parcela dos jovens ficava à margem das políticas públicas, o que só começou a ser corrigido por meio de ações federais colocadas em prática a partir de 1997. Embora tais iniciativas revelassem certo protagonismo do jovem, o predomínio de ações na área de assistência social revelaria a prevalência da ligação do tema juventude a questões sociais como vulnerabilidade, violência e riscos, o que dificultaria a mudança de estereótipos. Tais políticas públicas promoviam uma visibilidade do jovem, principalmente adolescentes pobres, como “em situação de rua ou em conflito com a lei. Essa visibilidade, agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento da conduta desses jovens” (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006, p. 243).

Foi a partir de 2004 que iniciam os diálogos entre governos e movimentos ligados aos jovens para o estabelecimento de políticas mais efetivas, destacando-se a Conferência Nacional da Juventude organizada pela Comissão Especial da Juventude da Câmara dos Deputados; a criação de um grupo Interministerial ligado à Secretaria Nacional da Juventude,

que procurou elaborar um diagnóstico das condições de vida do jovem no país e dos programas existentes; o encaminhamento do projeto de lei propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007) e do projeto de lei que trata do Plano Nacional da Juventude (PL no 4.530/2004).

O trabalho realizado pelo grupo interministerial identificou “frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação” (SILVA; ANDRADE, 2009, p.50). O grupo ainda elaborou uma lista de desafios que deveriam pautar a política nacional da juventude, quais sejam: educação com qualidade; fim do analfabetismo; geração de trabalho e renda; promoção da vida saudável; acesso ao transporte, lazer, cultura e tecnologia de informação; promoção dos direitos humanos; estimular a cidadania e participação; melhorar qualidade de vida dos jovens nas áreas rurais.

Desde 2005, a Política Nacional de Juventude atuava nas seguintes frentes:
Secretaria Nacional da Juventude, cujas atribuições eram:

formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude (SILVA; ANDRADE, 2009, p.51).

Além da Secretaria Nacional da Juventude, foi implantado na mesma época o Conselho Nacional da Juventude, que tinha como objetivos formular e propor diretrizes de ação governamental e fomentar estudos e pesquisas; o Programa Nacional de Inclusão do Jovem, com ações para promover a escolaridade, a formação profissional e auxílio financeiro.

Embora a retrospectiva das políticas públicas de juventude reunida indique que houve um expressivo avanço no investimento de ações de governos voltadas ao jovem, também necessitamos debater a eficiência e o impacto nos investimentos públicos em programas sociais. Nesse debate, entra o papel da avaliação das políticas públicas, que teria por objetivo municiar os formuladores de programas com dados mais precisos para o estabelecimento de estratégias de ação.

Faria (2005) indica que a partir da década de 1990 houve um crescimento nos estudos sobre mecanismos e sistemas de avaliação de políticas públicas. As pesquisas eram voltadas para auxiliar no planejamento de seus formuladores, buscando apresentar mecanismos mais

eficazes, investigar se os programas primavam pela racionalidade na aplicação de recursos e se as propostas garantiam a legitimidade de suas ações.

A avaliação de políticas públicas parece ocupar lugar de destaque nos debates sobre a necessidade de reformas do setor público, sendo que “as avaliações de políticas passam atualmente por uma fase de críticas ao “gerencialismo” de suas concepções” (TREVISAN, BELLEN, 2008, p. 538).

Trevisan e Bellen (2008) indicam que existem três momentos específicos para as avaliações: momento antes da colocar uma política pública em ação, abordando questões como custo-benefício e custo-efetividade; avaliações intermediárias, realizadas durante a execução das políticas públicas para corrigir possíveis desvios de percursos; e avaliações posteriores, investigando a eficácia das políticas.

Outro aspecto necessário é a transparência na divulgação dos resultados das avaliações das políticas públicas, por questões como aprendizagem, demonstração dos benefícios, pois “as avaliações podem ser discutidas em uma arena pública, onde os cidadãos têm pleno acesso às informações, à metodologia empregada e aos resultados alcançados” (TREVISAN, BELLEN, 2018, p. 542).

Segundo os autores, as avaliações atuais têm privilegiado a metodologia de marco lógico, a qual considera que a elaboração de uma política pública deve envolver processos que articulam “os recursos que configuram a política pública, seus programas e projetos, e encadeiam as etapas de um mesmo programa, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção” (TREVISAN; BELLEN, 2018, p. 543-544).

O processo de avaliação requer que sejam estabelecidos alguns critérios, tais como: eficiência (menor relação custo/benefício para se atingir aos objetivos propostos); eficácia (para avaliar em que grau o programa atinge os objetivos propostos); efetividade (quais são os efeitos positivos proporcionados pelo programa); sustentabilidade (poder de continuidade do programa mesmo após seus objetivos serem alcançados); custo/efetividade (quando se comparam formas alternativas para atender o objetivo com baixo custo); satisfação do beneficiário; equidade (se a distribuição dos resultados está ocorrendo de maneira justa entre todos os envolvidos) (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 973).

Também são importantes nos processos de avaliação os indicadores, que são aplicados para identificar e quantificar os resultados, os quais podem ser variados, dependendo da área avaliada. Outro aspecto necessário em processos de avaliação são os padrões de referência, a partir dos quais é avaliado o desempenho dos programas, que podem ser absolutos (metas são consideradas os padrões); históricos (comparações com períodos

anteriores); normativos (comparação com programas similares); teóricos (estabelecidos pelo próprio programa a partir dos objetivos esperados e das ações implementadas); negociados ou de compromisso (entre quem recebe e quem realiza o programa).

Uma metodologia de avaliação de programas sociais envolve, então, a escolha de um conjunto de critérios e o uso de um elenco de indicadores (ou outras formas de mensuração) consistentes com os critérios escolhidos e que permitam efetuar um julgamento continuado e eficaz acerca do desempenho de um programa ou conjunto de programas, mediante o confronto com os padrões de desempenho anteriormente estabelecidos (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 973).

Entre as experiências de avaliação mais comuns podem ser citadas a avaliação de metas, a avaliação de impacto e a avaliação de processos. A avaliação de metas busca investigar se as metas estabelecidas no momento de realização do programa foram atingidas e requer que as medidas já tenham sido colocadas em prática. Podem ser citados como pontos negativos deste tipo de avaliação a dificuldade de precisar as metas; a existência de muitas metas estabelecidas e sobre quais serão avaliadas; e mudanças ao longo do programa. A avaliação de impacto investiga se as medidas colocadas em prática representaram mudanças na vida de um determinado grupo ou comunidade e se as mudanças atenderam ao que estava planejado, o que requer que ela seja realizada após o término do programa. “O problema central a investigar nesse caso é a efetividade do programa e, para conseguir esse intento, se recorrem a mecanismos que permitam estabelecer relações causais entre as ações de um programa e o resultado final obtido” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 980). A avaliação de processos pode ser aplicada durante a execução do programa, já que o objetivo é verificar se os procedimentos escolhidos são os mais corretos para que as demandas sejam atendidas, sugerindo, inclusive, novos caminhos, quando necessário.

O conteúdo textual disponível nos portais de juventude foram avaliados de acordo com literatura sobre avaliação de políticas públicas (ARRETCHE, 2003; COSTA e CASTANHAR, 2003; FARIA, 2005; SOUZA, 2003; TREVISAN & BELLEN, 2008), conforme detalhado no **Capítulo 6 - Materiais e Métodos**, pois consideramos que a oferta de informações com profundidade e abrangência, de acordo com categorias específicas de informações, são úteis para que o público possa entender o que motivou a elaboração de uma política pública (antecedentes e diagnóstico); quais são os objetivos e metas pretendidos; quais são os recursos e ações atuais e planejadas para colocar a política pública em ação; se a política pública foi eficiente e eficaz; qual foi o impacto obtido pela política pública; qual foi o custo-efetividade; se o jovem a quem a política pública foi destinada ficou satisfeito e

se houve distribuição justa dos benefícios pretendidos com uma determinada política pública entre os jovens.

As políticas públicas de juventude também têm inspirado a realização de pesquisas que avaliam sua eficiência, principalmente a partir da do final da década de 1990. Nesse período, “as políticas de juventude implantadas caracterizam-se por serem reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania nos jovens” (KERBAUY, 2005, p. 194). Nessas primeiras tentativas, não se considerava a importância de ações que promovessem a participação do jovem no debate sobre políticas públicas que fosse do seu interesse. A autora procurou traçar uma linha do tempo das políticas públicas destinadas ao jovens: na década de 1950 havia a primazia de iniciativas que incentivam a profissionalização, a ocupação do tempo livre e o estímulo à continuidade nos estudos; a partir de 1960 movimentos incentivam a participação e mobilização de jovens em movimentos de contestação política, colaborando para a construção de uma imagem do jovem de “como modelo ideal de participação jovem transformadora, idealista, inovadora e utópica, que vai se contrapor à imagem estereotipada dos jovens dos anos 80, como geração individualista, consumista, conservadora, indiferente e apática” (KERBAUY, 2005, p. 199). A autora pontua a necessidade que o debate sobre políticas públicas da juventude que rompam “com a visão estigmatizada ou utilitarista da condição juvenil, estimular uma melhor relação entre a sociedade civil e os jovens, promovendo a participação dos jovens na construção de sua cidadania” (KERBAUY, 2005, p. 201).

Apesar dos avanços e do relativo crescimento do investimento em políticas públicas nas esferas municipais e estaduais, pesquisas ainda indicam a carência de políticas públicas voltadas à educação, ao trabalho, à assistência social, os chamados direitos e bens sociais. Silva e Lopes (2009) indicam que as políticas públicas voltadas para os jovens são nas seguintes frentes: juventude como período preparatório; juventude como etapa problemática; o jovem como ator estratégico do desenvolvimento; o jovem como sujeito de direitos. Tais enfoques podem indicar a necessidade do investimento em políticas públicas de caráter universalista, que compreendam o jovem como protagonista e com aptidão para exercer um papel mais ativo.

No interior do aparelho de Estado, as políticas de juventude comportam uma diversidade de orientações e, assim, podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas. Podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos (SILVA, LOPES, 2009, p. 101).

Outro problema que pode ser citado é o desconhecimento generalizado por parte dos jovens sobre o significado da importância de agendas, estatuto, propostas, projetos de lei voltados à juventude. Esse desconhecimento sobre as políticas públicas pode prejudicar o desenvolvimento da noção da autonomia juvenil, de tornar o jovem apto a tomar suas próprias decisões, pois são as políticas públicas de juventude que apresentariam potencial de informar aos jovens sobre seus direitos e criar oportunidades de inserção social tanto pelo trabalho, como pela escola. “Para tanto, a circulação democrática de informações qualificadas é essencial, para que se possa acionar, usufruir, controlar e criticar tais políticas” (RIBEIRO, 2016, p. 306). Nesse sentido entraria o papel da comunicação pública governamental, a de oferecer espaço para a circulação de informações e para a conscientização do jovem sobre políticas públicas da juventude, potencializando a oferta de “canais e redes de debate e discussão sobre o tema poderá contribuir, sobremaneira, com a ampliação do universo de cidadania dos jovens brasileiros” (RIBEIRO, 2016, p. 306).

Para a Unesco (2005), uma das dificuldades das políticas de juventude na América Latina é que a elaboração das propostas ocorre predominantemente em nível federal, o que indicaria a necessidade do investimento em propostas também nos níveis estaduais e municipais. Entre os problemas apontados pela organização, o documento cita a falta de definição precisa das funções, o que levaria com que suas ações se confundam com outros ministérios, gerando conflitos e confusão dos papéis, sem contar problemas como falta de recursos, poder e legitimidade para colocar em prática suas decisões.

Ao avaliar as políticas públicas de juventude atualmente, Carrano (2012a) pontua que é necessário “formular, com clareza e com a máxima participação social, os objetivos das políticas, metas, os métodos e os tempos de execução, tornar públicos os orçamentos disponíveis, assim como as formas de avaliação e os critérios de seleção dos agentes que realizarão as avaliações” (CARRANO, 2012a, p. 240). Ele classifica as políticas públicas de juventude hoje como “políticas de gestão do presente” e que as voltadas para o futuro são mais escassas, como as que visam a formação educacional e profissional, a inserção no mercado de trabalho, a saúde pública, mobilidade e aquisição da casa própria.

Algumas reflexões são possíveis a partir da elaboração do presente capítulo, entre as quais: a necessidade de se considerar, na elaboração de estratégias de comunicação pública

digital voltadas ao jovem, a diversidade de público, de idade e de contextos da juventude brasileira. Há que se considerar também que as fronteiras das faixas etárias da juventude parecem cada vez mais diluídas. As estratégias não deveriam ser elaboradas pensando numa “juventude” e sim em “juventudes” com características, desejos e anseios próprios. Os autores abordados também sugeriram a necessidade de atrair o jovem para o debate de assuntos que dizem respeito à juventude na elaboração de políticas públicas. No entanto, o que parece também ter sido apresentado nesse capítulo é que a divulgação do que são políticas públicas, qual é a sua importância, como são elaboradas, implementadas e avaliadas ainda não é significativa. Tal situação pode conduzir à reflexão que é necessário o investimento em processos e estratégias de comunicação pública digital para fornecer informações sobre as ações de governo voltadas à juventude, mas principalmente a de conscientizar que ações são essas e quais são significados.

5 CAPÍTULO 5 - JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ENGAJAMENTO SOCIAL

Dados do TSE (2018) indicam a queda no número de títulos eleitorais de jovens entre 16 e 17 anos (faixa etária cujo voto é facultativo) nos últimos 20 anos e a redução no número de jovens até 24 anos que participaram nas eleições no mesmo período. No entanto, pesquisas elencadas no presente capítulo têm comprovado o interesse dos jovens por outras formas de participação política, como coletivos, associações, grupos religiosos, movimentos culturais e organizações não governamentais. Muitos desses movimentos, grupos ou associações têm utilizado as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas para divulgação de atividades, mobilização de participantes e engajamento em pautas de interesse comum.

Ciente da importância das tecnologias de informação e comunicação no dia-a-dia dos jovens e do amplo uso dos sites de redes sociais por esse público, iniciativas de comunicação pública governamental também têm investido espaços e estratégias em web portais e páginas ou perfis nas principais redes sociais. No entanto, ainda são escassas as pesquisas que avaliam as contribuições de tais iniciativas para o atendimento ao direito à informação e à comunicação e o incentivo à participação política e o engajamento social do jovem, ausência que motivou a presente pesquisa.

Na primeira parte do presente capítulo, a partir de dados que comprovariam o afastamento do jovem das formas tradicionais de participação política, examinamos os motivos que teriam levado o jovem a esse afastamento. Iniciativas insuficientes de ações que o considerem o jovem como participante ativo de debates sobre decisões públicas, que ofereçam canais de diálogo e que oportunizem informações com qualidade e abrangência são elencados como alguns desses motivos.

Na segunda parte, apresentamos o debate sobre o crescimento do interesse e da mobilização dos jovens por formas alternativas de participação política, como coletivos, ONGs, associações de cunho cultural, esportivo e religioso. As novas tecnologias têm representado importante papel, pois além de oportunizarem novas plataformas para a divulgação de agendas, atividades, eventos e propostas de atuação, apresentariam potencial de incentivo ao engajamento do jovem em debates sobre temas de interesse coletivo.

O objetivo do presente capítulo é refletir se os novos espaços como páginas web e sites de redes sociais podem apresentar potencial para incentivar o engajamento social e a

participação política ou se apenas representariam novas plataformas de divulgação e mobilização.

5.1 Participação política dos jovens

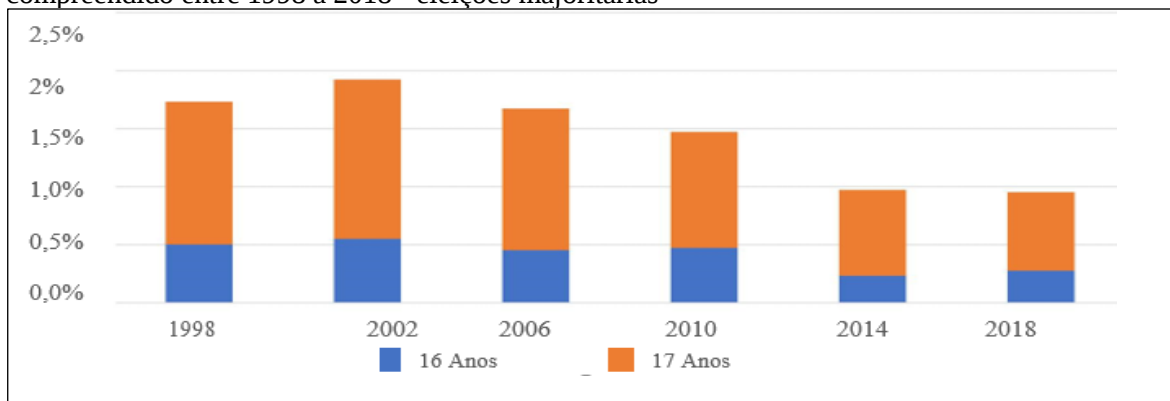
A participação política dos jovens tanto por meio de formas tradicionais, como votar, filiar-se a um partido político, candidatar-se num pleito eleitoral ou realizada em outros espaços, como manifestações, mobilizações, coletivos e organizações tem sido objeto de interesse de pesquisas de diversas áreas, como sociologia, psicologia e ciência política. Um dos principais temas que emergem de tais trabalhos é a constatação que, se de um lado há certo desinteresse e apatia dos jovens pelas formas tradicionais de fazer política, de outro tem crescido sua atração por formas alternativas.

Nos último 20 anos, os jovens eleitores brasileiros tiveram oportunidade de votar em 11 pleitos eleitorais. Em seis deles, a escolha foi entre candidatos à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado (1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018). Nas outras cinco eleições, os jovens eleitores entre 16 a 24 anos tiveram a oportunidade de votar em cinco ocasiões para escolher prefeitos e vereadores (2000, 2004, 2008, 2012 e 2016).

Apresentamos a seguir uma série histórica do número de eleitores entre 16 e 24 anos que possuem registro no Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com dados coletados no site da instituição.

Conforme o Gráfico 3, desde o pleito realizado em 2002 houve uma queda gradativa no número de jovens entre 16 e 17 anos que obtiveram o título de eleitor para participar das eleições majoritárias.

Gráfico 3: Número de jovens eleitores em % entre 16 e 17 anos com registro no TSE no período compreendido entre 1998 a 2018 - eleições majoritárias



Fonte: TSE (2019)

Nos pleitos que elegeram prefeitos e vereadores nos municípios brasileiros - anos de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 – os números apresentados foram um pouco melhores dos que os registrados nas eleições presidenciais. No entanto, percebemos a queda no número de títulos entre as eleições de 2004 e 2008; manutenção dos números entre 2008 e 2012 e a queda novamente no número em 2016.

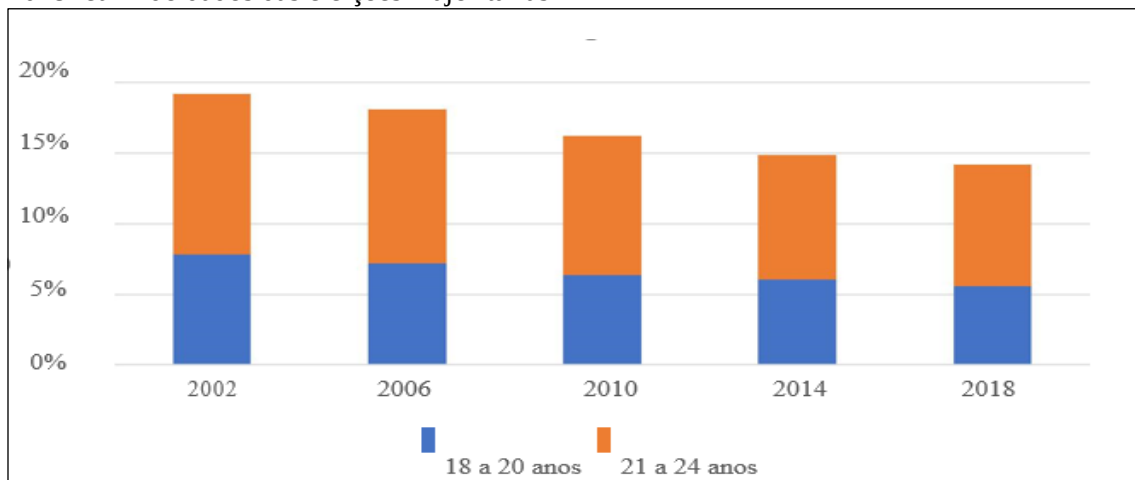
Gráfico 4: Número de jovens eleitores em % com 16 e 17 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições para prefeitos e vereadores



Fonte: TSE (2019)

Já com relação ao jovem eleitor que é obrigado a votar – 18 a 24 anos – os números também apresentaram queda expressiva no número de pessoas que votaram para as eleições majoritárias.

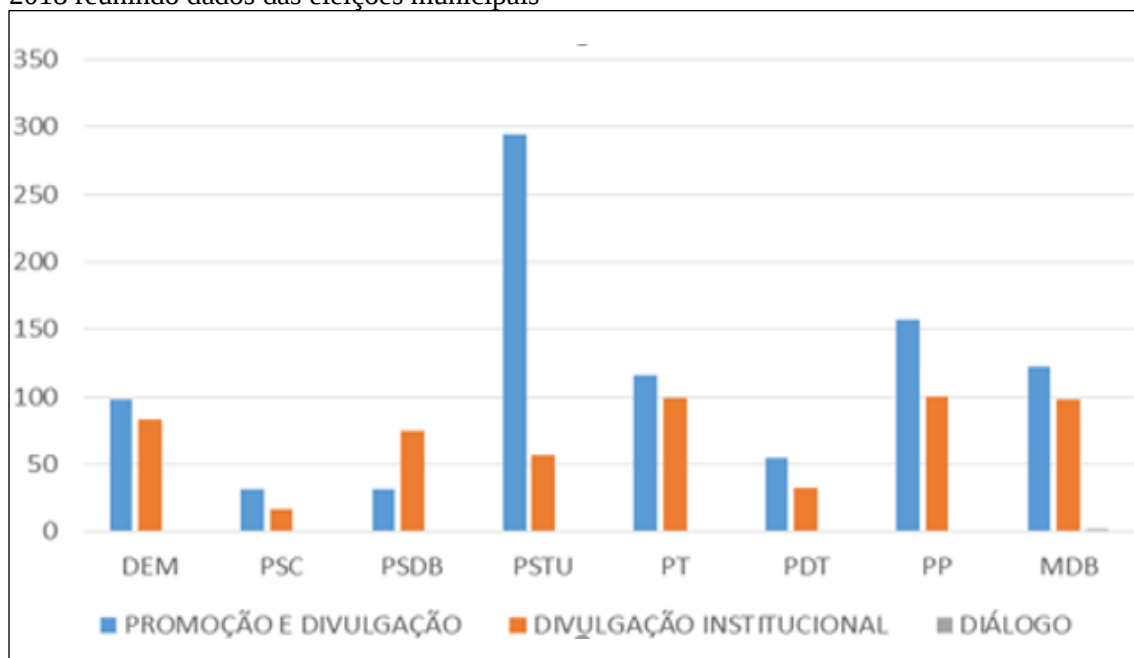
Gráfico 5: Número de jovens eleitores em % com 18 a 24 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições majoritárias



Fonte: TSE (2019)

A mesma queda foi registrada nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 para prefeitos e vereadores.

Gráfico 6: Número de jovens eleitores em % com 18 a 24 anos com registro no TSE entre 1998 a 2018 reunindo dados das eleições municipais



Fonte: TSE (2019)

Os números relatados podem vir ao encontro de resultados de pesquisas que têm avaliado a queda no interesse dos jovens em se engajar em formas tradicionais de participação política. Frenette e Vermette (2013) afirmam que o Brasil não é o único país que tem apresentado redução no número de jovens eleitores. Nos Estados Unidos, o número de jovens americanos que votaram caiu de 50% em 1964 para 32,3% em 2000. A realidade se repete em outros países como Japão, França e México, o que poderia indicar que há “um interesse menor na política tradicional, enquanto, ao invés, parecem apresentar maior tendência para participar em novas formas de envolvimento político como forma de fazerem ouvir a sua voz” (FRENETTE; VERMETTE, 2013, p.15).

Ao fazer um levantamento das pesquisas realizadas sobre a participação do jovem, Castro (2009) indica que os trabalhos apontam para o fato de os jovens preferirem exercitar outras formas de participação além do voto, sendo que há maior interesse por grupos ambientais ou religiosos.

Em pesquisa que englobou sete regiões metropolitanas brasileiras e o Distrito Federal, reunindo jovens entre 15 a 24 anos, com aplicação de cerca de oito mil questionários e grupos de diálogo com mais de 900 jovens, 28,1% dos entrevistados declararam ter algum tipo de experiência de participação em grupos. Sobre as atividades às quais tais grupos se

dedicavam, os investigados se identificaram com ações de cunho religioso (42,5%), esportivas (32,5%) e artísticas (26,9%). As atividades estudantis foram citadas por 11,7% dos jovens, comunicação por 6,3%, melhorias no bairro por 5,8% e questões ambientais por 4,5%. Grupos relacionados a temas político-partidários foram citados por 4,5% dos entrevistados. Ao serem questionados se já participaram de algum tipo de manifestação em busca de melhorias de condições de vida do bairro ou da cidade onde vivem, 18,5% afirmaram ter feito parte desse tipo de mobilização e 80,6% negaram. Ao serem indagados sobre como classificariam sua participação política, 8,5% dos jovens afirmaram que se consideram politicamente participantes; 65,6% disseram que procuram se informar, mas que não participam pessoalmente, e 24,7% disseram que não se informam, nem participam (IBASE/POLIS, 2013).

A Unesco realizou pesquisa de caráter semelhante, a qual revelou que 27,3% dos jovens declararam que já participaram ou participam de alguma forma de organização social, sendo que 81,10% dos entrevistados fizeram parte de movimentos de cunho religioso; 23,6% em associações esportivas, de lazer, socioambientais, culturais ou artísticas, 18,7% em atividades de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% em organizações partidárias. A pesquisa também procurou saber sobre o interesse do jovem em ter um papel mais ativo na política, sendo que 72% dos entrevistados revelaram interesse em participar das eleições do próximo pleito. No entanto, os resultados indicariam forte descrença dos jovens com relação a instituições políticas formais, sendo que 84,6% declararam não confiar nos partidos políticos, 76,7% não confiar no governo; 82% não confiam no Congresso Nacional e 79,9% não confiam em assembleias legislativas e câmara de vereadores (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006).

Como pudemos constatar a partir de tais pesquisas, são diversas as formas de participação, além das que tradicionalmente estão relacionadas à participação política, como votar e ser votado, ser filiado a um partido político, propor ou assinar processos de peticionamento, votar em plebiscito ou referendun, participar de assembleias de orçamentos participativos, fazer parte de conselhos, entre outras formas, pois a “participação é um processo e não apenas a aplicação isolada de atividades que implicam uma ação por parte dos cidadãos nas comunidades em que se inserem, sejam a nível local, nacional ou transnacional” (BRITES, 2015, p. 21). Para a autora, independente da forma escolhida pelo jovem, a participação pode contribuir para a redução de números como a abstenção em processos eleitorais, por exemplo, pois participar “implica a partilha de recursos, a

negociação de oportunidades e de vontades em processos de decisão” (BRITES, 2015, p. 21).

Segundo Bordenave (1983, p.12), o interesse das pessoas em participar se deveria à necessidade que o indivíduo teria de tomar conta de seu próprio destino, aliado ao fato de que existe um “descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e são decididos por poucos”. Para o autor, seria mais fácil entendermos o sentido do termo “participação” ao nos referirmos ao seu oposto, marginalização, ou seja, estar fora de alguma coisa, para que se entenda que a participação não compreenderia a “recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa da sua construção, o que é feito através da tomada de decisões e das atividades sociais de todos os níveis” (BORDENAVE, 1983, p.20).

Demo (1998, p.67) cita como objetivos da participação a autopromoção, ou seja “a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou pelo menos cogerir a satisfação de suas necessidades”; a realização da cidadania, quando são reconhecidos os direitos e deveres dos indivíduos; a implementação das regras democráticas do jogo, a partir das quais “aprendemos a eleger, a deseleger, a estabelecer o rodízio de poder, a exigir a prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade” (DEMO, 1998, p. 71). O autor cita ainda como objetivos o controle de poder, o qual não seria contemplado por medidas previstas por leis e regulamentos, mas também por ações da base; a negociação em oportunidades de debate para se atingir a um consenso e o desenvolvimento da cultura democrática, a partir da qual “o cultivo de direitos e deveres comuns se torna ingrediente típico de todas as relações sociais, emergindo em todas as formas de convivência, em todas as formas de instituições” (DEMO, 1998, p. 79). Entre os canais de participação elencados pelo autor, a escola teria papel de relevância, dado seu potencial de educação para a cidadania.

Castro (2009, p.479) afirma que na juventude ocorreria o processo de socialização política, por ser a juventude um período que antecede a vida política da fase adulta. Nesse processo o jovem deveria ser preparado “para assumir seu lugar ulterior de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos”. O exercício de assumir o lugar de cidadão pode ocorrer em ambientes como a escola e a família, os quais contribuiriam para a “aquisição do conhecimento, na formação de atitudes e no padrão de participação do jovem”. É na escola e no ambiente familiar que a criança e, posteriormente o jovem, teriam

oportunidade de aprender sobre política e adquirir conhecimento sobre a participação política e o engajamento social.

Segundo Fuks (2012, p. 89) as diversas pesquisas na área de engajamento cívico, educação cívica e participação política indicam que a escola e a família são os ambientes que podem contribuir para a “aquisição do conhecimento, na formação de atitudes e no padrão de participação do jovem”. O autor também procurou investigar como os jovens se tornam cidadãos participativos, sugerindo o estabelecimento de rotinas participativas em atividades conduzidas no ambiente escolar, a exposição a várias fontes de informação, que estimularia oportunidade de debate e de compartilhamento.

A importância da escola como incentivadora de espaços para a participação e também como “lócus” de mobilização pode ser indicada pelas manifestações organizadas pelos jovens do ensino médio das Escolas Estaduais Paulistas em 2015. Descontentes com a medida que propunha a reorganização de algumas unidades, os estudantes ocuparam escolas em várias cidades do Estado. O movimento utilizou o Facebook como principal plataforma de divulgação de suas atividades e de engajamento de seus integrantes, “articulando também nesses espaços táticas de produção de contra-narrativas, por meio da produção de vídeos, hospedados no youtube e circulantes nas redes sociais; ações que contribuíram para que produzissem uma narrativa visual sobre si mesmos” (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018, p. 60).

Como pudemos relatar, são diversos os locais que podem abrigar formas de participação, como também as teorias que procuraram traduzir seu significado.

Em documento elaborado pela ONU, Dolan e Brennan (2014) apresentam as cinco teorias principais relacionadas à participação do jovem: Primeira teoria: “cidadania engajada” considera que a cidadania, as identidades cívicas e as identidades políticas são ativadas por meio do engajamento e influenciariam a esfera pública. Para isso, seria necessário estimular a educação e as habilidades cívicas, focadas no exercício de direitos e deveres, no que entra o papel fundamental das escolas, por meio de atividades extracurriculares que envolvem toda a comunidade escolar. A segunda teoria, denominada “desenvolvimento positivo da juventude”, parte da proposta do desenvolvimento de atividades de engajamento cívico preventivas para evitar questões como abuso de drogas, por exemplo. A terceira teoria, a do “pertencimento e conectividade comunitários”, crê que o jovem pode fortalecer conexões com os locais onde vive e nos espaços onde interage, incluindo as redes sociais. A quarta teoria é denominada “cuidado e resiliência” e vê o engajamento cívico como forma de criar um ambiente acolhedor, empático e de apoio aos

jovens, principalmente os mais vulneráveis. A quinta teoria é denominada de “justiça social”, a partir da qual se busca o reconhecimento da realidade socioeconômica e seus efeitos entre os jovens, incluindo formas de apoio emocional e social, capacitando-os com habilidades sociopolíticas para conseguir participar de processos de articulação na resolução de problemas comuns.

O documento apresenta recomendações que poderiam contribuir para incentivar a participação política e o engajamento social do jovem, quais sejam: envolver os jovens em etapas da elaboração de políticas públicas a eles destinadas; apresentar conteúdos relevantes, do interesse e com a mesma forma de se comunicar utilizadas jovens; apresentar propostas que saiam do papel, ou seja, que motivem os jovens não apenas a debater e apresentar soluções, como também a executar as propostas; estimular entre os jovens a reflexão sobre as ações realizadas e seus resultados; e incentivar a parceria e troca de experiências entre adultos e jovens (ONU, 2014).

A partir das sugestões citadas, poderíamos sustentar que as estratégias de comunicação pública governamental em páginas web de governo ou páginas oficiais em redes sociais poderiam oferecer espaços promissores para o incentivo da cultura da participação. As ações implementadas em ambientes online e offline poderiam ser voltadas para incentivar o jovem a debater as políticas públicas de seu interesse, por meio de consultas e fóruns online, por exemplo. As novas plataformas também poderiam investigar entre os jovens quais são os conteúdos e quais são os formatos de divulgação de informações que despertariam mais o interesse desse público. Envolver os jovens em ações concretas como a realização de eventos, mobilizações e atividades onde eles possam conhecer a realidade de outros jovens e participar ativamente de medidas para a solução de problemas também pode contribuir para o estabelecimento de laços de confiança. Criar oportunidades de intercâmbio de experiências entre governos e jovens para que ações estejam mais próximas do público pretendido poderia estimular o sentimento de solidariedade e estimular a geração do capital social.

O documento também cita a importância dos conselhos consultivos de políticas públicas da área. O Brasil deu passos importantes no reconhecimento do jovem como sujeito de direitos a partir do ano 2000, com a intensificação de debates sobre a juventude, mobilizando para a discussão de uma Política Nacional da Juventude. Nos níveis estadual e municipal os movimentos em prol dos direitos do jovem e do adolescente potencializaram a

criação de secretarias e subsecretarias, coordenadorias e conselhos que, segundo relatório do Unicef, estão espalhados em mil municípios brasileiros e 25 estados.

No entanto, durante a pesquisa exploratória empreendida para a reunião da amostra a ser investigada na presente tese, não encontramos em nenhum dos espaços utilizados para a divulgação de políticas públicas de juventude: páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude e páginas oficiais de juventude de governos iniciativas com consultas, fóruns ou debates online sobre temáticas de interesse do jovem. Tal realidade poderia ajudar a compreender porque o jovem parece estar se afastando as instituições públicas formais.

Boghossian e Minayo (2009) procuraram investigar o distanciamento dos jovens das instituições democráticas, identificando baixo engajamento social e político dos jovens entrevistados em formas tradicionais. No entanto, os dados da pesquisa sugerem o crescimento do interesse por movimentos estudantis e organizações não governamentais em áreas diversas, como ativismo ambiental e ações culturais, por exemplo. As autoras também afirmam que as possibilidades representadas pelas tecnologias de informação e comunicação podem ser consideradas como um “fator significativo para a transformação das formas de engajamento político da juventude, fundando formas de comunicação e participação comunitária de grande originalidade” (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 419).

Entre as novas formas de engajamento social e participação política do jovem estão os movimentos culturais, que também podem oferecer espaço para ação política, que pode ser concretizada por meio de redes de sociabilidade, uso das novas tecnologias, produções estéticas, culturais e os denominados coletivos juvenis. A efervescência do movimento estudantil antes do regime militar deu lugar ao exercício do “fazer política” em outros espaços, ocorrendo “um deslocamento dos jovens dos espaços mais institucionalizados de ações políticas, para formas de subjetivações e aderência às micropolíticas do cotidiano, entre elas um eixo voltado para a inserção dos jovens nos grandes centros urbanos” (BORELLI; OLIVEIRA, 2010, p. 63), o que poderia indicar crise nas formas tradicionais de participação política. As autoras citam movimentos como o *funk*, *hip hop*, *darks* e *punks* como espaços usualmente escolhidos pelo jovem para se manifestar.

A partir da constatação de que existiria distanciamento do jovem das instituições ou formas tradicionais do fazer política, mas expressivo interesse por outras formas de mobilização e engajamento, surge a oportunidade de refletirmos se e como as estratégias de comunicação pública governamental voltadas ao jovem poderiam tentar contribuir para reverter o quadro de apatia e incentivar o engajamento.

Dayrell, Gomes e Leão (2010, p. 243) sugerem que os jovens parecem se sentir mais à vontade em outras formas de participação, como por exemplo as ações voluntárias, pois tais ações não representariam investimento de tempo, dinheiro e apresentariam resultados de curto prazo. As atividades voluntárias possibilitariam “níveis diferenciados de adesão. Outro aspecto é o fato deste tipo de ação produzir resultados imediatos e visíveis, além de ser o que possibilita um controle direto das ações” (DAYRELL, GOMES, LEÃO, 2010, p. 243). Para os autores, a preferência por formatos voluntários pode significar a escassez de canais por meio dos quais os jovens possam exercer formas de engajamento social mais efetivos, o que poderia indicar um campo de atuação para ações de comunicação pública governamental voltadas ao jovem.

O baixo engajamento político e social também pode ser resultado de questões socioeconômicas, pois torna-se difícil despertar o desejo da participação quando o jovem enfrenta problemas como desemprego, serviços de saúde precários e violência. Além disso, há poucas oportunidades “para o exercício e aprendizagem da vida coletiva e da participação social, experimentação essa que poderia levá-los a acreditar nos possíveis resultados de uma ação coletiva” (DAYRELL, GOMES, LEÃO, 2010, p. 249).

A falta de interesse dos jovens pela política pode ser motivada ainda por dois aspectos: a alienação e a falta de informação, pois quem não conhece um determinado assunto tende a não conseguir entendê-lo, gerando o afastamento e a falta de interesse, e, finalmente a rejeição política. Florentino (2008) realizou pesquisa entre jovens brasileiros para tentar entender como eles avaliam as principais propostas por meio das quais podem exercer a participação, apresentando aos investigados três formas: aquela que estaria relacionada ao engajamento em partidos políticos, organizações estudantis, conselhos, ONGs e movimentos sociais; a participação em atividades voluntárias; e, finalmente, em grupos culturais, esportivos, musicais, religiosos e de comunicação. O primeiro formato foi o mais citado entre investigados, que acreditam que tal tipo de participação provocaria mudanças mais expressivas e maiores chances de obter resultados. No entanto, os jovens entrevistados citaram como empecilhos aspectos como: “descrença nos políticos, vistos como incorretos; descrédito nos resultados das ações; a necessidade de trabalhar e ganhar dinheiro” (FLORENTINO, 2008, p. 219). Os voluntários entrevistados consideraram a participação em ações voluntárias como meios mais rápidos de se atingir os objetivos propostos. No entanto, como pontos negativos, os participantes indicaram a falta de valorização das ações e poucas possibilidades concretas de se alterar a realidade. Embora

considerem o terceiro formato o mais apto para a expressão cultural, os entrevistados consideraram que tais atos não têm a força política necessária para promover mudanças. A partir dos resultados, a autora cita como fatores que contribuem para a descrença e afastamento do jovem das instituições políticas formais as denúncias de corrupção que envolvem os representantes políticos, o que faria surgir sentimentos de ceticismo e rejeição, pois “o fenômeno da rejeição à política institucional ocorre intensamente com os jovens, pois estão ingressando agora como sujeitos na sociedade, ou seja, chegam estranhando um campo que parece muito longe, paralelo, que não lhes diz respeito” (FLORENTINO, 2008, p. 231).

Castro (2009, p. 486) também argumenta que a forma como hoje a política se apresenta – um espetáculo formal, abstrato e distante da vida real – faz com que o jovem se sinta melhor representado nos coletivos juvenis, onde encontra pessoas com demandas, realidades e problemas comuns. Para Corrochano, Dowbor e Jardim (2018, p.57), o deslocamento dos jovens das instituições políticas formais para formas alternativas de participação pode ser explicado pelo fato de que “as formas institucionalizadas de acesso ao Estado para levar adiante as causas, os projetos e as reivindicações – o sistema eleitoral-partidário e as Instituições Participativas – são ainda pouco permeáveis aos jovens”.

Em documento elaborado pela Unesco, Sloam (2014) afirma que a despeito da aparente apatia da juventude pelas instituições políticas formais, os jovens estariam interessados na política que se faz nas ruas, participando de mobilizações em busca de melhorias coletivas, fazendo parte de formas de engajamento alternativas, o que poderia indicar uma desconexão entre a política da juventude e a política eleitoral. Segundo o documento, a diminuição do número de jovens que se filiam a partidos políticos é uma realidade mundial. Entre os motivos apontados pelo autor, está a rejeição dos jovens à forma como funcionam os partidos políticos, que não falaria a mesma língua que os jovens. Outro fator que poderia contribuir para o afastamento seria o fato de os partidos serem comandados por pessoas mais velhas, o que explicaria a sub-representação de jovens nas casas legislativas de vários países, inclusive no Brasil. Sloam (2014) alerta que a falta de interesse pode ocasionar um círculo vicioso: jovens não votam, não escolhem quem os representa, os quais, por sua vez, não investem em ações e políticas públicas que poderiam atender aos jovens. “Há uma diminuição visível de engajamento de jovens e de mulheres em partidos políticos, o que pode explicar a diferença de números entre parlamentares homens e mulheres” (SLOAM, 2014, p. 78).

Outro obstáculo que pode ser citado é o fato de o jovem ser desconsiderado nos debates sobre políticas públicas de juventude. As pesquisas que abordam jovens e

engajamento político apontam que as políticas públicas destinadas aos jovens entre não contemplaram iniciativas que buscaram envolvê-los em processos de debate e participação. Silva e Lopes (2009) apontam que faltam espaços abertos para o diálogo, nos quais os jovens seriam municiados com “subsídios para políticas públicas cujo impacto se dê na direção de promover a diminuição da desigualdade, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria dos adolescentes e jovens no Brasil” (SILVA; LOPES, 2009, p. 104).

Ribeiro e Macedo (2017) afirmam que apesar de avanços como o Plano Nacional da Juventude a realização de conferências nacionais de juventude, a construção de programas, projetos e ações voltadas ao jovem não foram resultantes de diálogo, pois percebe-se “desconhecimento de problemáticas juvenis, ações irregulares e sem continuidade e total descompromisso com a construção de redes de possibilidades, acessos e oportunidades para a juventude” (RIBEIRO; MACEDO, 2017, p. 109).

A partir do referencial teórico reunido na primeira parte desse capítulo, parece evidenciado que se de um lado há um afastamento do jovem das instituições e das formas tradicionais de fazer política, ações alternativas de mobilização, como coletivos, associações e ongs têm atraído parcela expressiva da participação juvenil, utilizando amplamente as ferramentas proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação. No entanto, é necessário refletir se tais espaços oportunizariam novos canais de divulgação ou se poderiam promover oportunidades de debate e engajamento.

5.2 Sites de redes sociais – novas plataformas de divulgação ou novas formas de ativismo?

Entre os autores que se dedicam ao estudo da influência das tecnologias de informação e comunicação - notadamente os sites de redes sociais - para a participação política e o engajamento social é possível perceber a divisão entre aqueles que consideram as novas tecnologias apenas como novos espaços para a divulgação e novas ferramentas de mobilização, sendo auxiliares das atividades offline e aqueles que acreditam na sua potencialidade de promoção de espaços de debate democrático.

O número de pesquisas que se dedicam ao tema tem crescido expressivamente porque também tem crescido o número de jovens que utilizam as tecnologias de informação e comunicação como formas alternativas de participação e engajamento.

Segundo resultados de pesquisa que investigou a realidade de jovens do Canadá, França, México e Suécia, reunindo indivíduos de características sociais, culturais e políticas distintas, os entrevistados preferem utilizar a internet porque consideram que os espaços

virtuais permitem a livre expressão de suas identidades, experiências e interesses. No entanto, “embora a Internet proporcione oportunidades extraordinárias para as pessoas participarem na esfera pública, tal não significa que os estudantes universitários explorem constantemente, e na íntegra, o potencial deste meio” (FRENETTE; VERMETTE, 2013, p.27). As autoras também argumentam que apesar de estar claro o entusiasmo do jovem por formas alternativas de mobilização e engajamento proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação, é necessário oferecer suporte para que o jovem consiga relacionar tais espaços como formas off-line de engajamento.

Para Luvizotto (2016, p. 309), o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiria aos grupos a articulação de suas ações utilizando as ferramentas permitidas pelos novos meios, proporcionando “a comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de suas demandas políticas e sociais”.

Tais práticas configurariam práticas denominadas de netativismo, ciberativismo ou ativismo online, que podem ser definidos como a utilização dos recursos das TIC como ferramentas e como espaço para a realização de mobilizações. As ferramentas e plataformas poderiam ser empregadas tanto para a divulgação, compartilhamento e convocação de manifestantes para atividades off-line, abertura de canais e espaços para conversação e debate democrático.

Pereira (2011) sugere que a apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação pelos movimentos sociais tem favorecido algumas formas de ativismo por oferecerem maiores possibilidades de interação e facilitarem divulgação das atividades e ações. O autor cita duas formas de ativismo online: uma que funciona como apoio a determinadas pautas, por meio de e-mails, mensagens, criação de eventos em redes sociais; e outra que procura chamar a atenção de maneira mais subversiva, por meio de invasão de sites oficiais, por exemplo.

As TIC também apresentariam potencial para atrair pessoas que antes estavam à margem dos movimentos, por desconhecimento de suas pautas ou por falta de interesse, os denominados “militantes eventuais”, que poderiam ser atraídos para as mobilizações por meio de listas de discussão, convites e outros conteúdos que possam mantê-los informados sobre as demandas.

Tal quadro confirmaria a importância da internet como “ferramenta para disseminação de conteúdos informacionais de caráter político e social, bem como, como suporte para organizar ações coletivas” (LUVIZOTTO, 2016, p. 298).

Outra potencialidade do uso das ferramentas online, principalmente em sites de redes sociais, é o fato de que o usuário deixa de ter apenas um papel de receptor passivo, pois as TIC ofereceriam oportunidades de que cada pessoa produza seu próprio conteúdo, compartilhe, crie canais de debate ou conversação. A importância do ativismo online não seria apenas oferecer espaços para a divulgação das manifestações, mas também tornar mais abrangente a atuação dos movimentos sociais que podem unir as ações online e off-line (LUVIZOTTO, 2016).

Vasconcelos Filho e Coutinho (2016) dividem o ativismo digital em duas formas: o que utiliza as ferramentas online para organizar atividades e mobilizações off-line e o que utiliza as TIC não apenas como ferramenta, mas também como espaço de realização o ambiente online. As novas tecnologias teriam o potencial de oferecer espaço para tematizar, publicar e articular as demandas.

Simões e Campos (2016, p. 132) elencam oito categorias de uso das ferramentas online a participação política e o engajamento social: debate e reflexão; organização e logística; comunicação; recrutamento; mobilização; propaganda e representação pública do coletivo; redes sociais; e, eventos. “Podemos, então, afirmar que há uma avaliação pragmática e estratégica dos dispositivos, remetendo para os pontos fortes e fracos no que diz respeito à sua utilização, eficácia ou seu alcance” (SIMÕES, CAMPOS, 2016, p. 141).

No entanto, os autores admitem que o uso das novas tecnologias deve ser analisado com cautela para que não ocorra a sobrevalorização do ambiente online em detrimento do off-line, devido ao “caráter inconsequente e pouco comprometido de várias práticas digitais, sobretudo se não acompanhadas por mobilização e participação off-line” (SIMÕES, CAMPOS, 2016, p. 146).

...se, por um lado, tais ferramentas revelam potencialidades emancipadoras e participativas, permitindo concretizar o que seria a sua inclinação democrática, por outro lado, suscitam apreensões ao distanciarem-se da realidade das ruas, quer porque parecem gerar uma espécie de “mundo à parte”, de participação aparentemente fácil e inconsequente, quer porque incitam a profusão de informação cuja pertinência se torna difícil discriminar. O que leva a avaliar de forma crítica a integração desses recursos no que são procedimentos e formas de atuação já estabelecidas, pesando vantagens e desvantagens” (SIMÕES, CAMPOS, 2016, p. 148-149).

A atração dos jovens pelas redes sociais pode ser explicada por diversos fatores, entre eles a interatividade, a possibilidade de compartilhamento, a utilização de ferramentas

colaborativas e até a possibilidade de uso desses espaços para articulação política, organização e mobilização.

Em pesquisa que procurou verificar quais são os fatores determinantes nas modalidades de participação online e off-line nas capitais da região Sul do Brasil, Oliveira, et al (2016) afirmam que as TIC podem reforçar as atividades que já ocorriam no ambiente off-line, podem atrair pessoas que normalmente não fazem parte de movimentos, podem integrar dois ambientes (online e off-line), favorecer que determinado tipo de manifestação ocorra apenas no ambiente online.

...as características centrais da internet, de ser um novo repertório para os já ativos e um repertório possível para os inativos, e um ambiente que apesar de independente se integra ao off-line, leva a percepção da participação online como multidimensional e multidirecional, assim como a presencial (OLIVEIRA ET AL; 2016, p. 193).

Apesar dos diversos aspectos positivos elencados pelos autores acima do uso das tecnologias de informação e comunicação para a participação política e o engajamento social do jovem, há que se considerar também pesquisas que indicam aspectos negativos.

Halpern, Rosenberg e Cardini (2013) avaliaram experiências de ativismo online de jovens chilenos, afirmando que muitos dos movimentos podem ser definidos como “ativismo de poltrona”, devido ao baixo nível de comprometimento de seus participantes.

Em pesquisa que avaliou o uso do Facebook durante a ocupação do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, Silva e Gonzalez (2016) evidenciariam que a página criada pelos jovens moradores foi eficiente na divulgação de informações e denúncias. No entanto, as ações foram frágeis na promoção de discussões mais profundas. Embora a página possa ter apresentado potencial de se tornar um espaço de aprendizado político, os autores sugerem que tal situação só poderia se concretizar se houvesse interesse do usuário em se engajar.

Em relatório que procurou avaliar o engajamento jovem no mundo, a ONU (2014b) confirma que tem crescido o número de práticas de participação política potencializadas pelas TIC. No entanto, a organização admite que apenas jovens mais bem preparados para trabalhar com tais ferramentas poderiam transformar as prática democráticas ao produzir conteúdo e disseminá-lo. Entre as desvantagens do uso das tecnologias para a participação política dos jovens, o relatório da ONU indica que ainda há um grande número de jovens que se encontram excluídos de formas de participação cívica e política, cuja falta de acesso poderia torná-los ainda mais distantes de tais espaços. O documento sugere o investimento

em ações que proporcionem o amplo e completo acesso à internet, não apenas para a mobilização, mas também pra fins econômicos e educacionais, o que ainda não é uma realidade em muitos países. O relatório também sugere o investimento em estudos sobre ativismo online e ações de governo que procurem reverter a desconfiança e a falta de engajamento em formas políticas tradicionais por meio de iniciativas que visem à aproximação dos jovens tanto online quanto off-line. Isso diz respeito não apenas a criar canais eficientes de comunicação, mas também procurar reforçar a garantia de direitos básicos como a liberdade de expressão, reunião, imprensa e privacidade para que os jovens ativistas não sofram de limitações como censura, perseguições, violência e vigilância governamental e corporativa.

São sugestões que poderiam ser consideradas pelos espaços mantidos por iniciativas de comunicação pública governamental voltadas ao jovem em web páginas e páginas oficiais e perfis em redes sociais, não apenas para a divulgação de informações sobre políticas públicas de interesse do jovem, para o estabelecimento de canais de diálogo e oferta de espaços de conversação com características deliberativas.

Após o exame de diversas manifestações que mobilizaram milhões de pessoas em várias partes do mundo, Fuchs (2015, p. 54) salienta a importância das redes sociais em tais manifestações, onde “comunicação face-to-face, Facebook, e-mail, telefone, SMS e Twitter são as mídias mais importantes usadas por ativistas” (FUCHS, 2015, p. 54). No entanto, segundo o autor, o uso das tecnologias tornaria os movimentos mais vulneráveis ao controle corporativo e estatal, gerando “um antagonismo entre a comunicação de protesto na rede social, que cria esferas públicas on-line e off-line, e o particularismo corporativo e o controle estatal das mídias sociais, que limitam, feudalizam e colonizam essas esferas públicas” (FUCHS, 2015, p. 58).

A queda na participação eleitoral entre os jovens e os baixos níveis de engajamento em formas políticas tradicionais sugerem a necessidade de ações que procurem incentivar a participação política e o engajamento social do jovem. O interesse cada vez mais evidente por formas alternativas de engajamento, notadamente por meio de ações utilizando os potenciais das tecnologias de informação e comunicação, com destaque para os sites de redes sociais, pode representar um caminho de ação democrática.

Organismos internacionais como a ONU e pesquisas realizadas em diversas áreas apresentam um rol bastante expressivo de recomendações e reflexões de como o poder atrativo das TIC e das redes sociais pode ser usado para seduzir o jovem a participar

ativamente das decisões políticas de seu país. Tais propostas deveriam passar pelo debate de políticas públicas destinadas ao jovem que sejam aptas a entender e atender os anseios dessa parcela da população; aproximar as estruturas dos partidos políticos da realidade dos jovens, falando a sua língua e buscando atrair lideranças políticas já no ambiente escolar; fortalecer as estruturas educacionais que devem orientar para a importância do engajamento político e social; a abertura de canais para a promoção do diálogo com os jovens; a abertura de espaços onde o jovem possa apresentar, debater e decidir sobre políticas públicas de seu interesse; o incentivo ao acesso amplo a ferramentas, formação e acesso à internet, para que os jovens possam utilizar todas as potencialidades representadas pelas TIC e, finalmente, incentivar iniciativas públicas que ofereçam canais eficientes de comunicação e parceria, garantindo o amplo direito à liberdade de informação, expressão e comunicação.

Nesse cenário, iniciativas de comunicação pública digital por meio de portais eletrônicos, páginas e perfis em redes sociais voltadas exclusivamente ao jovem poderiam oferecer espaços para que as propostas citadas sejam efetivadas. Tais iniciativas deveriam ser construídas de maneira compartilhada com os seus principais destinatários, os jovens, desde que possam encontrar espaços para o diálogo, para o debate, para a informação e para a conscientização.

6 CAPÍTULO 6 – MATERIAIS E MÉTODOS

Nos Capítulos 1 a 5, utilizamos, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica, proporcionando os subsídios que nos auxiliaram a construir o referencial teórico utilizado na presente tese. Após a pesquisa bibliográfica, realizamos a análise exploratória que buscou investigar a presença de portais e páginas oficiais de governos e partidos políticos voltados ao jovem. De posse das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude de governos estaduais e municipais (capitais), páginas oficiais de governos voltadas ao jovem no Facebook e páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook, realizamos a pesquisa empírica conforme o relato a seguir.

A pesquisa empírica foi dividida em três etapas: a **Etapla 1 – Informações em portais web** corresponde ao objetivo específico (a), que busca avaliar a qualidade da informação sobre políticas públicas de juventude em portais web de governo de maneira a investigar se os conteúdos disponíveis oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação; a **Etapla 2 – Informações em rede social** corresponde ao objetivo específico (b), que busca investigar se processos e estratégias de comunicação pública empregados nas redes sociais oficiais favorecem o diálogo entre jovens e governos; a **Etapla 3 - Conversação em rede social** corresponde ao objetivo específico (c), que busca analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favorecem qualidades desejáveis à deliberação pública.

Após a coleta de dados realizada nas Etapas 1 e 2, realizamos uma sondagem com assessores de comunicação responsáveis pela elaboração dos conteúdos divulgados em páginas web e páginas oficiais de Facebook, na **Etapla 4 – Entrevistas com assessores de comunicação**.

6.1 Os portais e páginas oficiais no Facebook

O investimento em políticas públicas voltadas à juventude, principalmente pelo governo federal, como a criação da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude estimulou a oferta de canais de comunicação pública digital em outros níveis de governo. A presente pesquisa realizou uma análise exploratória buscando verificar a presença de endereços eletrônicos específicos para a juventude mantidos por governos estaduais e municipais de 26 estados,

suas respectivas capitais e Distrito Federal, encontrando um total de 16 portais, sendo selecionados apenas aqueles que enfocam especificamente as políticas de juventude, conforme conceituadas no Capítulo 4.

Na **Etapa 1 – Informações em portais web**, foram analisadas páginas web com informações sobre políticas públicas publicadas em 16 portais a saber: Paraná, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Cuiabá, Tocantins, Maranhão, Goiás, Goiânia, Ceará, Distrito Federal, Fortaleza, Rio de Janeiro (Estado), Rio Grande do Norte, São Paulo (Estado) e Sergipe.

Quadro 1: Relação de portais de governos estaduais cujas páginas web com informações sobre políticas públicas foram analisadas na **Etapa 1 – Informações em portais web**

Local	Órgão	Descrição	Endereço eletrônico
Paraná	Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude	Instituída em 2013 tendo por objetivo articular e garantir programas e projetos destinados ao público jovem. Possui website próprio	http://www.juventudeparana.pr.gov.br/
Goiás	Superintendência da Juventude	Responsável pelo planejamento e acompanhamento da execução de políticas públicas de juventude. Possui website próprio	http://www.juventude.go.gov.br/
Tocantins	Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude	As ações referentes a políticas públicas de juventude são coordenadas pela Secretaria Estadual de Esportes, Lazer e Juventude. Não possui website próprio.	http://esporte.to.gov.br/programas/estacao-juventude/

Local	Órgão	Descrição	Endereço Eletrônico
Maranhão	Secretaria Extraordinária da Juventude	Criada em janeiro de 2005 para articular políticas públicas de juventude do Estado do Maranhão. Possui website próprio.	http://www.juventude.ma.gov.br/
Distrito Federal	Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude	Incorporada à Secretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes em 2015. Não possui website próprio	http://www.crianca.df.gov.br/
Rio de Janeiro (estado)	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	Em 2016, a juventude foi incorporada à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Não possui website próprio.	http://www.rj.gov.br/web/seelje
Sergipe	Secretaria Estadual de Direitos Humanos	Incorporada à Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. Não possui website próprio.	http://juventudern.weebly.com/
São Paulo (estado)	Coordenadoria de Programas para a Juventude	As ações estão subordinadas à Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo. Não possui website próprio.	http://www.selj.sp.gov.br/

Fonte: elaboração própria (2019)

Quadro 2: Relação de portais de governos municipais cujas páginas web com informações sobre políticas públicas foram analisadas na **Etapa 1 – Informações em portais web**

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Curitiba	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	As ações referentes a políticas públicas de juventude da Prefeitura Municipal de Curitiba fazem parte das atribuições da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Não possui website próprio.	http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/
Porto Alegre	Coordenadoria Municipal De Juventude	Criada em 2005, suas ações são subordinadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte Esporte. Não possui website próprio.	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smj/

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Belo Horizonte	Coordenadoria Municipal de Juventude	Subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Não possui website próprio.	http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=juventude
Cuiabá	Secretaria Municipal de Juventude	Criada em 2012 para articular políticas públicas de juventude da Prefeitura Municipal de Cuiabá. Tem website próprio	https://sejuvcuiaba.wordpress.com/
Fortaleza	Coordenadoria Especial de Políticas para a Juventude	Criada em 2007 com o objetivo de desenvolver políticas públicas de juventude para Fortaleza. Possui website próprio.	https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-358
Goiânia	Secretaria Municipal de Direitos Humanos	As ações referentes a políticas públicas de juventude são coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Não possui website próprio	http://www.goiania.go.gov.br/portal/

Fonte: Elaboração própria (2019)

O conteúdo textual disponível nos portais web de juventude sobre políticas públicas foi avaliado conforme 14 categorias de análise, propostas por Rothberg (2014) com base na literatura sobre políticas públicas de Carvalho (2003), Costa e Castanhar (2003), Faria (2005) e Trevisan e Bellen (2008).

Na **Etapa 2 – Informações em rede social**, foram analisadas postagens em páginas oficiais voltadas à juventude no Facebook por governos estaduais e municipais, obtendo uma

amostra de 22 páginas, a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Aracaju, Ceará, Curitiba, Distrito Federal, Espírito Santo, Fortaleza, Manaus, Mato Grosso do Sul, Palmas, Paraná, Pernambuco, Piauí, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro (Estado), Rio Grande do Sul, São Paulo (Estado), São Paulo (capital) e Teresina.

Quadro 3: Relação das páginas oficiais de Facebook voltadas ao jovem de governos estaduais avaliadas na **Etapa 2 – Informações em rede social**

Local	Órgão	Descrição	Endereço eletrônico
Acre	Assessoria Especial de Juventude do Acre	Tem por objetivo Desenvolver, criar e mediar políticas públicas de juventude acreana. Possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/pg/JuventudeAcre/posts/?ref=page_internal
Alagoas	Secretaria de Esporte,	As ações e programas Estão subordinadas à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Governo de Alagoas. Não possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/secretariaesportealagoas/
Amazonas	Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer	Objetiva implementar políticas públicas para a juventude do Amazonas. Não possui Página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/sejeloficial/

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Ceará	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas da Juventude	Criada em 2007 com o objetivo de articular a execução de políticas públicas de juventude. Possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/pg/cojuvce/posts/?ref=page_internal
Distrito Federal	Conselho Estadual de Juventude	Incorporada à Secretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes em 2015. Não possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/SecretariadaCriancaDistritoFederal
Espírito Santo	Conselho Estadual de Juventude	Fundado em 2002, o Conselho Objetivo propor e elaborar políticas públicas de juventude do Governo do Espírito Santo. Possui página do Facebook própria.	https://www.facebook.com/CEJUVE.ES
Mato Grosso do Sul	Sub-Secretaria de Políticas Públicas para Juventude	Criada pela Lei nº 4.733/2015, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania. Possui Página própria no Facebook	https://www.facebook.com/pg/subjuvms
Paraná	Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude	Instituída em 2013, tendo por objetivo articular e garantir programas e projetos destinados ao público jovem. Tem página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/AEJPR

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Pernambuco	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude Pernambuco	Tem a responsabilidade de planejar, executar, coordenar e controlar políticas públicas voltadas para a criança e a juventude. Não possui página própria do Facebook.	https://www.facebook.com/SDSCJPernambuco/?fref=ts
Piauí	Coordenadoria da Juventude do Piauí	Atua na articulação de políticas públicas para a juventude junto aos demais órgãos do estado. Possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/pg/cojuvupi/about/?ref=page_internal
Rio de Janeiro (Estado)	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	Em 2016, a juventude foi incorporada à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Não possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/Seelje/?fref=ts
Rio Grande do Sul	Departamento de Políticas para Juventude	Criado para promoção do acesso à educação e cultura, redução da violência e incentivo ao protagonismo juvenil. Possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/dpijuventuders/?fref=ts
São Paulo (Estado)	Coordenadoria de Programas para a Juventude	As ações estão subordinadas à Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo. Possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/pg/juventude.sp

Fonte: Elaboração própria (2019)

Quadro 4: Relação das páginas oficiais de Facebook voltadas ao jovem de governos municipais avaliadas na **Etapa 2 – Informações em rede social**

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Aracaju	Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte	Objetiva implantar e executar políticas públicas para promoção de qualidade de vida e inclusão social do jovem. Possui página do Facebook própria.	https://www.facebook.com/SejespJuventudeEsporte
Curitiba	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	As ações referentes a políticas públicas de juventude da Prefeitura Municipal de Curitiba fazem parte das atribuições da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/SMELJPMC/
Fortaleza	Coordenadoria Especial de Políticas para a Juventude	Criada em 2007 com o objetivo de desenvolver políticas públicas de juventude para Fortaleza. Possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/juventudefortaleza/
Manaus	Secretaria Municipal De Juventude, Esporte e Lazer	Atende demandas da juventude desde 2009 por meio de Projeto de Lei 1314. Não possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/semjelmanaus/

Local	Orgão	Descrição	Endereço eletrônico
Palmas	Fundação Municipal De Juventude	Instituída pela Lei 2.298, que criou a Fundação Municipal de Juventude e o Fundo Municipal. Possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/pg/juventudepalmasto
Porto Alegre	Secretaria Municipal De Juventude	A Secretaria Municipal de Juventude de Porto Alegre foi criada em 2005 para voltar ações para a população jovem da capital gaúcha.	https://www.facebook.com/pg/JuventudesPOA/about/
Porto Velho	Departamento de Juventude	Criada para elaborar, desenvolver e implantar políticas públicas de juventude. Possui página própria no Facebook	https://www.facebook.com/depjuv/
São Paulo (capital)	Coordenação de Políticas Para Juventude	Subordinada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Possui página própria no Facebook.	https://www.facebook.com/coordenacaodejuventude
Teresina	Secretaria Municipal De Juventude	Tem por objetivo elaborar eventos, programas e ações para buscar a inclusão do jovem. Possui página no Facebook.	https://www.facebook.com/semju

Fonte: Elaboração própria (2019)

Na **Etapa 3 – Conversação em rede social** foram analisadas as postagens e as conversações mantidas nas páginas oficiais dos partidos políticos voltados ao jovem, a seguir relacionados: DEM, PSC, PSDB, PSTU, PT, PDT, PP e MDB.

Quadro 5: Relação das páginas voltadas ao jovem dos partidos políticos analisadas na **Etapa 3 – conversação em rede social**

Partido	Nome	Página no Facebook
DEM	Juventude Democratas Brasil	https://www.facebook.com/juventudedem/
PSC	PSC Jovem Nacional	https://www.facebook.com/PscJovemNacional/
PSDB	Juventude Nacional PSDB	https://www.facebook.com/jpsdb/
PSTU	Juventude do PSTU	https://www.facebook.com/rebeldiajuventude/
PT	Juventude do PT Nacional	https://www.facebook.com/JPToficial/
PDT	Juventude Socialista	https://www.facebook.com/pg/jsnacional/posts/?ref=page_internal
PP	Juventude Progressista	https://www.facebook.com/pg/Juventude-Progressista-1374704836112883/posts/?ref=page_internal
MDB	Juventude PMBD	https://www.facebook.com/jpmdbnacional15

Fonte: elaboração própria (2019)

6.2 Etapa 1 – Informações em Portais Web

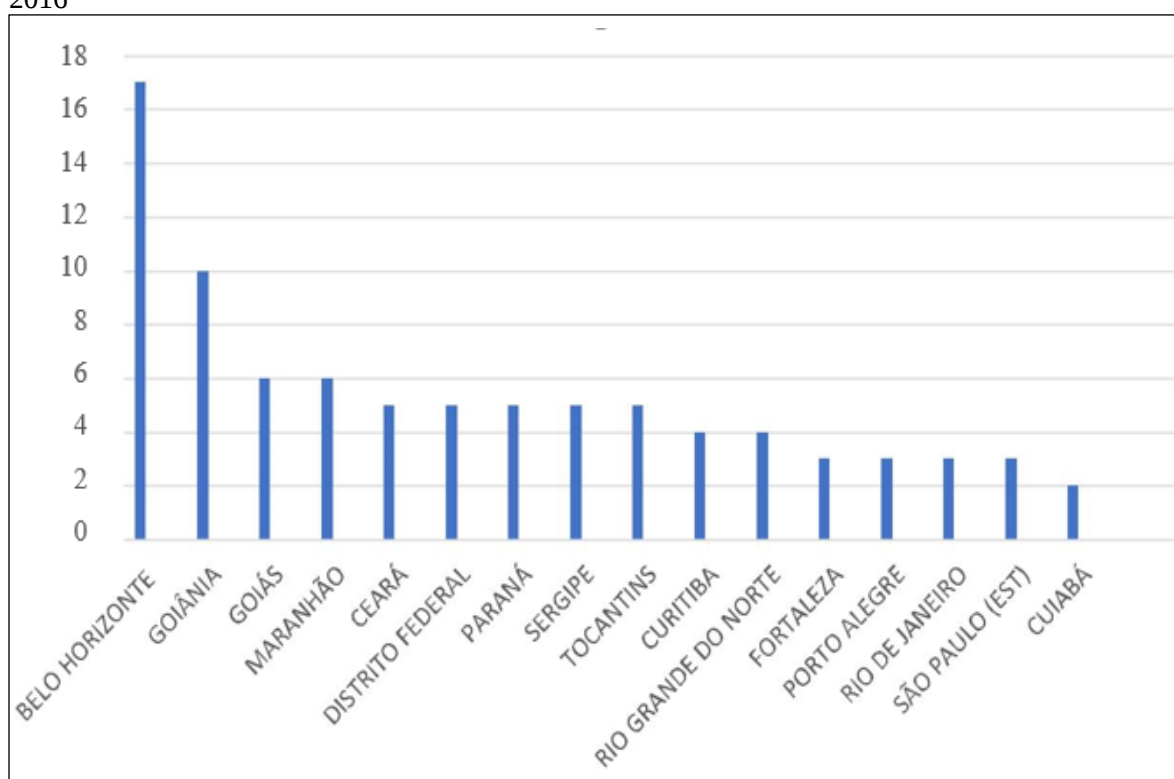
A **Etapa 1 – Informações em portais web** avaliou a qualidade das informações sobre políticas públicas de juventude publicadas em portais web de governo, para investigar se os conteúdos disponíveis oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação, o que corresponde ao objetivo específico (a).

A análise exploratória investigou a existência de páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude, seja em portais específicos ou seções de portais de governo, das 53 instâncias brasileiras de gestão: 26 Estados, 26 capitais e o Distrito Federal. A análise exploratória realizada em setembro de 2016 identificou a existência de 16 portais web de governo ou seções sobre políticas públicas de juventude nos seguintes Estados e capitais: Belo Horizonte, Ceará, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Goiás, Maranhão, Paraná, Porto Alegre, Rio de Janeiro (Estado), Rio Grande do Norte, São Paulo

(Estado), Sergipe e Tocantins. Esse número representa a totalidade de portais web de governo ou seções específicas com informações sobre políticas públicas de juventude encontrados na análise exploratória efetuada em setembro de 2016, em um universo possível de 53 unidades de pesquisa.

Com a amostra delimitada, buscamos apenas páginas web com informações de políticas públicas de juventude, conforme especificado na revisão de literatura, filtro que gerou um total de 86 páginas web, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7: Número de páginas web disponíveis em cada um dos 16 portais de governo de capitais e Estados brasileiros com informações de políticas públicas de juventude existentes em setembro de 2016



Fonte: elaboração própria (2019)

A **Etapa 1 – Informações em portais web** corresponde à análise de conteúdos textuais, excluindo-se conteúdo multimídia, como imagens, animações, gráficos, áudios e conteúdos produzidos para apresentação unicamente em arquivo pdf. A avaliação dos conteúdos textuais foi realizada conforme 14 categorias de análise, propostas por Rothberg (2014) com base na literatura sobre políticas públicas de Carvalho (2003), Costa e Castanhar (2003), Faria (2005) e Trevisan e Bellen (2008), de acordo com a **Tabela 3**.

Tabela 3: Categorias de análise dos conteúdos textuais de páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude utilizadas na **Etapa 1- Informações em portais web**

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Antecedentes	São classificadas nessa categoria informações que antecederam ou motivaram implementação da política pública;
Diagnóstico	São classificadas nessa categoria informações que abrangem os problemas e dificuldades enfrentados, descrevendo a política pública implementada, considerações gerais e decisões que motivaram sua implementação;
Objetivos	São classificadas nessa categoria informações que apresentam quais as finalidades que se desejam alcançar com a criação e implementação da política pública, mas sem a mensuração da expectativa dos resultados em números;
Metas	São classificadas nessa categoria informações que apresentam números, estatísticas ou projeções do que se objetivam atingir em termos de quantidade e num determinado prazo;
Recursos Atuais	São classificadas nessa categoria informações que apresentam quais são os recursos disponíveis para que uma determinada política pública seja aplicada;
Ações Atuais	São classificadas nessa categoria informações que apresentam quais são as ações colocadas em prática para que uma política pública seja implementada;
Recursos Planejados	São classificadas nessa categoria informações que apresentam quais são os recursos que estão previstos para que haja continuidade na implementação de uma política pública num futuro determinado;
Ações Planejadas	São classificadas nessa categoria informações que apresentam quais são as ações que estão previstas para que haja continuidade na implementação de uma política pública num futuro determinado;
Eficiência	São classificadas nessa categoria informações sobre o funcionamento interno de uma política pública, ou seja, a ligação entre os esforços despendidos com recursos aplicados e resultados obtidos;
Impacto	São classificadas nessa categoria informações que avaliam se uma determinada política pública obteve êxito ou fracasso, avaliando se as consequências foram positivas ou negativas, previstas ou não previstas;
Custo-efetividade	São classificadas nessa categoria informações que comparam as ações colocadas em prática e os resultados obtidos para avaliar as atividades que atenderam os objetivos com menor custo;
Satisfação-usuário	São classificadas nessa categoria informações que apresentam formações, sugestões e opiniões de usuários obtidas por meio de pesquisas de opinião ou declarações registradas, como comentários;
Equidade	São classificadas nessa categoria informações que se relacionam à distribuição justa dos benefícios, de acordo com as especificidades dos usuários.

Fonte: Elaboração própria com base em Rothberg (2014,2015).

A avaliação de determinada política pública se faz necessária para guiar os tomadores de decisões políticas, orientando-os sobre a continuidade ou necessidade de correção de rumos de determinadas ações e municiar o cidadão com informações mais abrangentes sobre todos os aspectos que envolvem a elaboração de uma política pública (COSTA, CASTANHAR, 2003). Nesse papel de guia e de fonte de informações, os critérios como os acima propostos são importantes também para medir o desempenho e avaliar os resultados obtidos, o que serão ainda úteis para a decisão da continuidade, ampliação ou encerramento de determinada ação (TREVISAN, BELLEN, 2008).

O conteúdo dos textos informativos publicados em páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude foi coletado e categorizado utilizando a análise de conteúdo. A categorização foi realizada em duas etapas, sendo que na primeira isolamos os elementos da amostra, ou seja, as páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude, para em seguida classificarmos as informações que foram distribuídas em “sistema de categorias, repartindo-se da melhor maneira possível à medida que vão sendo encontradas” (BARDIN, 2010, p. 147). Para a análise das informações sobre políticas públicas relacionadas às 14 categorias propostas, seguimos os critérios de Bardin (2010), tais como a exclusão mútua, pois um elemento não pode pertencer a mais de uma categoria; a homogeneidade, que objetiva apresentar um único princípio de classificação para governar a categoria; a pertinência, quando o sistema de categorias deve refletir as intenções do investigador, o que no nosso caso é encontrar em páginas web de políticas públicas características que ofereçam ao leitor informações com abrangência e profundidade; a objetividade e fidelidade, para que sejam obtidos resultados fieis e reproduzíveis.

A análise de conteúdo conforme Krippendorff (2004, p.44) é uma técnica que permite analisar dados “em vista dos significados, qualidades simbólicas e conteúdos expressivos que possuem e dos papéis comunicativos que desempenham”. As categorias de análise ajudam o pesquisador a encontrar expressões, palavras, frases ou trechos de textos, as unidades de registro, que são relevantes para a análise.

Após coletarmos e categorizarmos os conteúdos obtidos em páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude conforme a Tabela 3, classificamos o conteúdo das unidades de análise (páginas web) com o indicador “1”, que corresponde à presença de informações relacionadas a cada categoria, ou “0”, que corresponde à ausência de informações relacionadas. Assim, uma página web com o máximo de informações obteria 14 pontos (um ponto para cada uma das 14 categorias). O total de pontos efetivamente obtido

na avaliação de informações sobre cada política, quando considerado em relação ao máximo de 14 pontos, proporcionou um número percentual, indicando a abrangência das informações sobre políticas de juventude veiculadas pelos portais web de governo incluídos no estudo. Esse número foi nomeado IQI - Índice de Qualidade da Informação (ROTHBERG, 2015), indicador qualitativo da abrangência e profundidade das informações disponíveis.

A formulação do IQI se beneficia da literatura sobre o tema. Há uma diversidade de indicadores utilizados para medir a qualidade de informações disponibilizadas em portais web de governo. Em pesquisa que investigou portais de seis países latino-americanos, incluindo o Brasil, Murillo (2015) utilizou oito quesitos de avaliação das informações fornecidas por portais web de governo: se o país possui lei específica para a garantia da liberdade de informação; se disponibiliza os dados de maneira proativa; se atende com pontualidade os pedidos de informações efetuados; se oferece mecanismos para facilitar o acesso e a busca das informações; se os dados são apresentados com fidelidade à sua origem; se o formato oferecido é de fácil acesso, sem a necessidade de instalação de programas, por exemplo; e se são oferecidos formatos como áudios, vídeos, gráficos, infográficos que auxiliem no entendimento da informação. Khan (2015) avaliou as práticas de governo eletrônico e mídias sociais com sete categorias: (1) serviços em redes sociais, como Facebook e Twitter; (2) serviços de compartilhamento de multimídia, como YouTube; (3) fóruns de discussão; (4) blogs; (5) wiki; (6) portaisweb; (7) serviços de marcação social, codificadas pela presença ou ausência.

No Brasil e na América Latina, também há um grande número de pesquisas que buscaram mensurar a qualidade dos portais de governo. Braga (2007) apresentou uma proposta de um instrumento de análise de portais de órgãos legislativos da América do Sul para medir o “grau de informatização” de tais espaços, com o preenchimento de uma planilha específica com cerca de 190 itens empregados na coleta e sistematização dos dados. Silva (2011) examinou 24 portais das capitais brasileiras para detectar o grau de democracia digital apresentado, avaliando quesitos como grau informativo; teste de feedback informativo encontrado; a presença de documentos que incentivam a transparência da administração pública; fóruns online; existência de documentos legislativos sobre áreas específicas; manuais para facilitar o entendimento dos trâmites financeiros de operações com recursos públicos.

As 14 categorias de análise (Tabela 3) utilizadas para avaliação de páginas web de governo com informações sobre políticas públicas oferecem subsídios para avaliar a

abrangência e a profundidade das informações disponibilizadas em portais de governo. A partir dos resultados obtidos, no momento da interpretação dos dados coletados, estaremos aptos a avaliar se as propostas analisadas tem potencial para favorecer o entendimento de todos os aspectos que envolvem a elaboração, execução e acompanhamento de uma política pública pelo cidadão comum, essenciais para a participação democrática e o engajamento social. No entanto, a utilização de amplo rol de categorias sugeridas para a análise de uma página web com informações sobre políticas públicas de juventude pode não considerar aspectos como as práticas profissionais dos responsáveis pela elaboração dos conteúdos avaliados, notadamente profissionais das áreas de jornalismo e relações públicas, que podem replicar formatos utilizados pelo jornalismo comercial ou pelos modelos de relações públicas. Apesar dessa constatação, a oferta de informações com qualidade e abrangência deveria necessária para que o cidadão entenda as diversas etapas da elaboração, gestão e acompanhamento de uma política pública, o que nem sempre é atendido por meio dos modelos clássicos de redação jornalísticas e de assessoria de imprensa, o que nos leva a considerar as 14 categorias de análise que irão resultar no IQI acima detalhado um adequado método de avaliação das informações disponibilizadas.

6.3 Etapa 2 – Informações em rede social

A **Etapa 2 – Informações em rede social** avaliou se os processos e estratégias de comunicação pública empregados nas redes sociais oficiais favoreceram o diálogo entre jovens e governos, atendendo o objetivo (b) da tese.

Para a realização da **Etapa 2 – Informações em rede social**, realizamos a análise exploratória para investigar a existência de páginas oficiais no Facebook com informações sobre políticas públicas de juventude, das 53 instâncias brasileiras de gestão: 26 Estados, 26 capitais e do Distrito Federal, obtendo uma amostra de 22 páginas em setembro de 2017, a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Aracaju, Ceará, Curitiba, Distrito Federal, Espírito Santo, Fortaleza, Manaus, Mato Grosso do Sul, Palmas, Paraná, Pernambuco, Piauí, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro (Estado), Rio Grande do Sul, São Paulo (Estado), São Paulo (capital), Teresina. Essa foi a totalidade de páginas com temáticas voltadas ao jovem mantidas por governo encontradas no Facebook, excluindo-se aquelas com conteúdo insuficiente aqui considerado como menos de 10 atualizações num período de 12 meses de avaliação, compreendido entre setembro de 2016 a agosto de 2017, o que resultou 22 páginas oficiais de um universo possível de 53.

Na **Etapa 2 – Informações em rede social**, foram utilizadas duas técnicas de pesquisa. No âmbito da aqui denominada Técnica 1.1, as postagens foram classificadas conforme a Tabela 4. No âmbito da aqui denominada Técnica 1.2, as postagens foram classificadas conforme a Tabela 1: já apresentada na **Etapa 1 – Informações em portais web**.

Na Técnica 1.1, as postagens apresentadas no período de um ano – setembro de 2016 a agosto de 2017 – foram investigadas a partir de categorias elaboradas com base em Barrichelo (2011), Corrêa (2011); Grunig, Ferrari e França (2011).

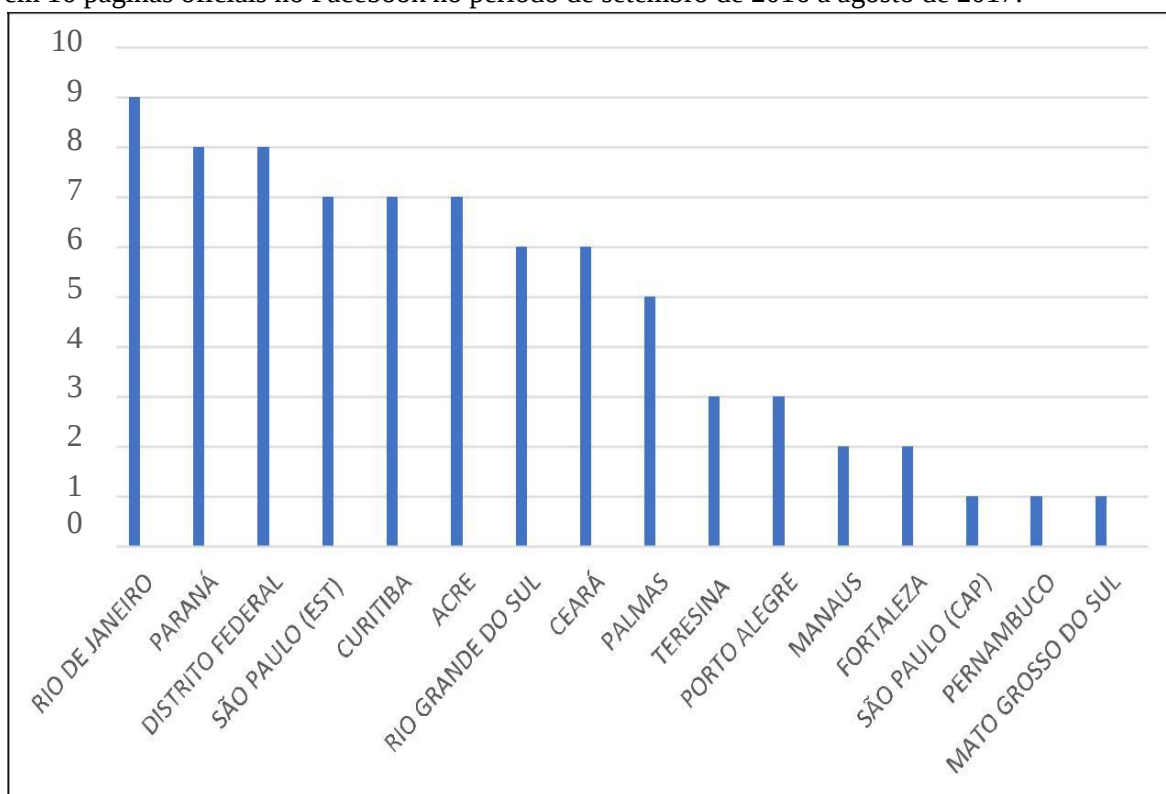
Tabela 4: Categorias de análise dos conteúdos textuais publicados em páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook na **Etapa 2 – Informações em rede social**.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Promoção e/ou divulgação	São classificadas nessa Categoria informações relacionadas a campanhas ou prestação de serviços de ações administração municipal, estadual federal, denominada como Informação pública ou assessoria de imprensa;
Divulgação Institucional	São classificadas nessa Categoria postagens que reúnem informações sobre as ações da secretaria, agendas e eventos, cujo objetivo é obter publicidade favorável para a organização;
Políticas Públicas	São classificadas nessa Categoria postagens que apresentam Informações sobre políticas públicas de juventude, que remetem a páginas web de governo;
Diálogo com o usuário	São classificadas nessa Categoria postagens que apresentam alguma forma de conversação com o público jovem por iniciativa da página.

Fonte: Elaboração própria com base em Grunig, Ferrari e França (2011).

A partir dos dados coletados conforme as quatro categorias apresentadas na Tabela 4, foi possível investigar qual a estratégia de comunicação que prevaleceu nas postagens realizadas nas páginas oficiais de Facebook. Na Técnica 1.2, as postagens classificadas na categoria **políticas públicas** (Técnica 1.1), foram avaliadas conforme as categorias apresentadas na Tabela 1. De um total possível de 22 páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook encontradas na análise exploratória da **Etapa 2 – Informação em rede social**, 16 páginas possuem informações sobre políticas públicas de juventude.

Gráfico 8: Número de páginas web disponíveis com informações sobre políticas públicas postadas em 16 páginas oficiais no Facebook no período de setembro de 2016 a agosto de 2017:



Fonte: Elaboração própria (2019)

As páginas web de políticas públicas encontradas na **Etapa 2 – Informações em rede social** foram submetidas às 14 categorias de análise já relatadas na Etapa 1. O índice aplicado na Técnica 1.2 da **Etapa 2 – Informações em rede social** também corresponde ao valor “0” – ausência de informações e “1” presença de informações, o que significaria que uma página web com o máximo de informações registraria 14 pontos, a exemplo da **Etapa 1 – Informações em portais web**.

Nas Técnicas 1.1 e 1.2 da **Etapa 2 – Informações em rede social** também foi utilizado o método da análise de conteúdo, como descrito na **Etapa 1**.

Com a etapa da coleta e classificação dos dados concluída a partir das Técnicas 1.1 e 1.2 da **Etapa 2 – Informações em rede social**, pudemos determinar quais foram as estratégias de comunicação utilizadas nas páginas oficiais voltadas ao jovem na amostra investigada e analisar a qualidade e abrangência das informações sobre políticas públicas de juventude.

6.4 Etapa 3 – Conversação em rede social

A **Etapa 3 – Conversação em rede social** buscou analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favorecem qualidades desejáveis à deliberação pública, atendendo ao objetivo (c) da tese.

No momento da elaboração da proposta do projeto de pesquisa, em maio de 2016, verificava-se a existência de redes sociais e portais de governo que apresentavam consultas públicas, entre os quais o Participatório (participatorio.juventude.gov.br) e o Portal da Juventude da cidade de São Paulo (www.juventude.sp.gov.br), o que justificou a delimitação do corpus de análise incluindo tais iniciativas.

O Participatório é uma plataforma online lançada em 2013 pelo governo federal com o objetivo de criar um espaço de participação, produção, conhecimento e mobilização entre os jovens, no contexto dos protestos de junho do mesmo ano. No período de coleta de dados previsto pelo projeto para a realização da etapa em questão - novembro de 2017 a abril de 2018, o endereço acima conduzia à página do Portal da Juventude do governo federal, que apresenta as políticas públicas voltadas ao jovem. Conforme trabalho realizado por Rothberg, Luvizotto e Vanzini (2014), havia na plataforma 740 postagens no fórum “debates”, 505 comunidades, 91 postagens na seção “blog” e 9.439 membros ativos. Segundo Bertoli Filho e Carrasco (2017), o Participatório foi criado como uma proposta participativa para “fomentar a comunicação e a interação entre os atores sociais jovens ou não que tenham como causa a juventude”. No entanto, no momento da coleta dos dados para a presente pesquisa, no período compreendido entre novembro de 2017 a abril de 2018, a plataforma não oferecia mais tais características, como também não disponibilizava os resultados das consultas públicas e fóruns realizados.

O Portal da Juventude da cidade de São Paulo, lançado em agosto de 2015, teve por objetivo aproximar jovens de diferentes bairros do capital paulista, que podiam acompanhar notícias e participar de debates. No momento da coleta de dados da presente pesquisa, no período compreendido entre novembro de 2017 a abril de 2018, o endereço do Portal da Juventude não foi mais encontrado. Em março de 2018, no momento do encerramento da coleta dos dados da amostra, as ações voltadas ao jovem estavam sendo divulgadas na página da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude, que não apresenta consultas ou fóruns de discussão de temáticas jovens.

Outras iniciativas similares foram sondadas em análise exploratória que aplicamos sobre os portais abrangidos pela **Etapa 1 – Informações em portais web** e **Etapa 2 –**

Informações em rede social. Verificamos que elas não apresentam registro de conversação, e nem consultas ou fóruns com conteúdo que permitisse a avaliação pretendida pela Etapa 3, no âmbito do **objetivo (c)** da tese. Nesse sentido, a consecução do **objetivo (c)** do projeto – analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favorecem qualidades desejáveis à deliberação pública – exigiu a substituição das unidades de análise. Consideramos, desta forma, para o atendimento do **objetivo (c)**, a inclusão de espaços de natureza similar que apresentassem potencial de conversação de instituições políticas formais, como partidos políticos.

Assim, sondamos em análise exploratória, as páginas jovens oficiais mantidas por partidos políticos no Facebook que haviam declarado interesse em apresentar candidatura própria à Presidência da República em 2018 no período da coleta de dados, entre novembro de 2017 a abril de 2018. A delimitação da amostra considerou um universo possível de 21 partidos – Podemos (Álvaro Dias); PDT (Ciro Gomes); PPS (Cristovam Buarque); PSDC - Eymael, PTC - Fernando Collor; PRB/PP (Flávio Rocha); PSDB (Geraldo Alckmin); PSol (Guilherme Boulos), PSL (Jair Bolsonaro); Novo (João Amoêdo); PPL (João Vicente Goulart); PRTB (Levi Feliz); PT (Luiz Inácio Lula da Silva); PCdoB (Manuela D'Ávila); Rede (Marina Silva), DEM (Rodrigo Maia); PMN (Valéria Monteiro); Solidariedade (Aldo Rebelo); MDB (Henrique Meirelles); PSC (Paulo Castro); PSTU (Vera Lúcia).

Neste universo, identificamos a existência de oito páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook, a saber: DEM, MDB, PDT, PP, PSC, PSDB, PSTU e PT. Para a definição das páginas que fizeram parte da amostra da **Etapa 3 – Conversação em rede social**, foram desconsideradas páginas que apresentassem menos de 10 atualizações num período de 12 meses de avaliação, entre março de 2017 a fevereiro de 2018, sendo assim obtidas as oito páginas oficiais de um universo possível de 22.

A **Etapa 3 – Conversação em rede social** apresenta duas técnicas de pesquisa. A Técnica 2.1 classificou as postagens coletadas da amostra mediante as seguintes categorias apresentadas na Tabela 5:

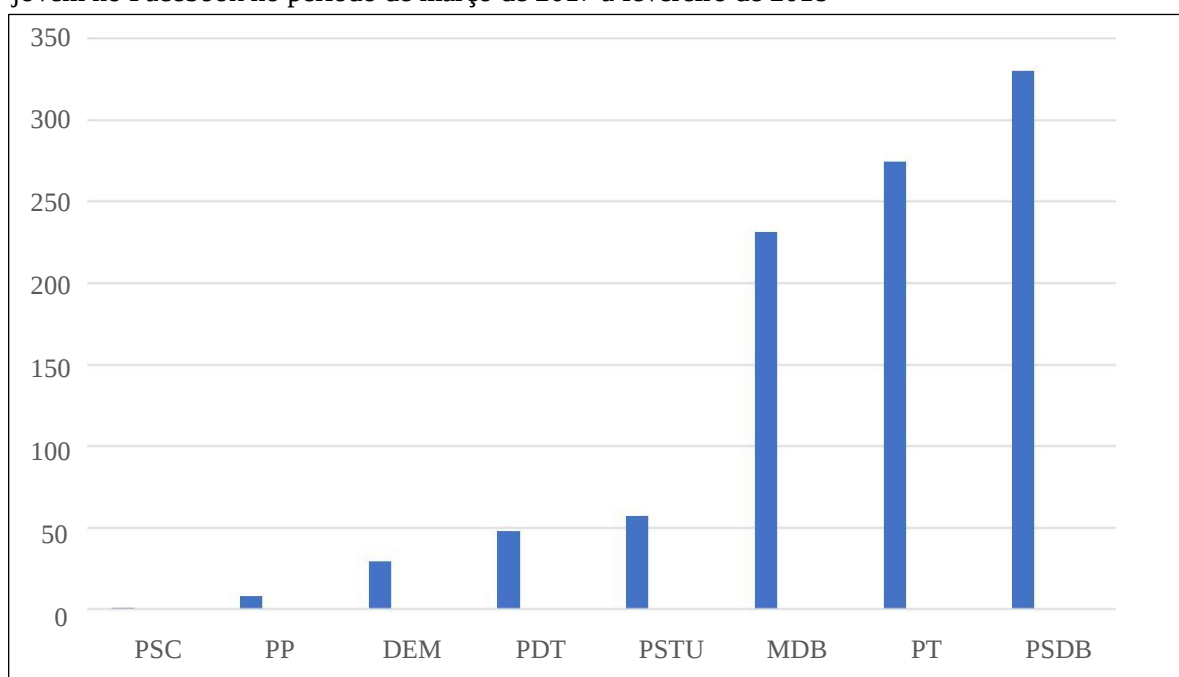
Tabela 5: Categorias de análise de conteúdos publicados nas páginas oficiais de partidos políticos destinadas ao jovem no Facebook

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Promoção e/ou divulgação	São classificadas nessa categoria informações relacionadas a campanhas ou prestação de serviços de ações da página, denominada de informação pública ou assessoria de imprensa;
Divulgação Institucional	São classificadas nessa categoria postagens que reúnem informações sobre as ações, agendas e eventos, cujo objetivo é obter publicidade favorável para a organização;
Diálogo com o usuário	São classificadas nessa categoria postagens que apresentam alguma forma de conversação com o público jovem por iniciativa da página.

Fonte: Elaboração própria.

Na Técnica 2.2 da **Etapa 3 – Conversação em rede social**, selecionamos as postagens que renderam comentários nas páginas avaliadas, sendo encontrados 977 comentários, que correspondem à totalidade dos comentários encontrados, distribuídos conforme exibido pelo Gráfico 9.

Gráfico 9: Número de comentários distribuídos por páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook no período de março de 2017 a fevereiro de 2018



Fonte: elaboração própria (2019)

Para a análise da amostra de 977 comentários, aplicamos quatro categorias construídas com base na literatura especializada revisada por Sampaio, Barros e Morais (2012), de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6: Categorias e subcategorias de análise para avaliação dos comentários apresentados nas postagens no Facebook em páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem, conforme Técnica 2.2 da Etapa 3- Conversação em rede social

Categoria	Descrição	Subclassificação
Justificação	Avalia se a proposta colocada em debate apresenta fundamentação objetiva que possibilite a argumentação racional e lógica	(a) Ausência (b) Testemunhos pessoais (c) Valores morais (d) Fontes externas
Reciprocidade	Quando o Debate procura reconhecer a opinião de terceiros na tentativa ou construção de um consenso	(a) Ausência (b) Presença
Respeito	Pretende Investigar se os comentários oferecidos pelos usuários são considerados independente da concordância ou discordância com o ponto de vista consensual	(a) Ausência (b) Presença
Informação	Que há a oferta de informações complementares, que podem ser Em formatos tecnológicos diferenciados, para compreensão e enriquecer os debates realizados	(a) mídias industriais – que reúnem matérias publicadas em sites noticiosos, canais, blogs e outras mídias de grupos de comunicação; (b) publicações de autoria de fundações ou instituições partidárias; (c) publicações de autoria de mandatários ou líderes políticos; (d) publicações que trazem informações baseadas em leis, regulamentos, normas e artigos da Constituição Federal; (e) páginas de governo, órgãos Legislativos federal, estaduais ou municipais e demais instituições públicas.

Fonte: Elaboração própria com base em Sampaio, Barros e Morais (2012)

6.5 Etapa 4 – Entrevistas com gestores

Na Etapa 4, realizamos entrevistas com gestores responsáveis pelos conteúdos publicados em páginas web com políticas públicas de juventude e páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook.

Antes de enviarmos o formulário criado no aplicativo *Google Forms*, estabelecemos contato telefônico com cada secretaria/departamento de governo voltado ao jovem. Conseguimos a resposta imediata de oito de um total possível de 24 assessorias de comunicação. Para aumentar o número de respostas aos questionários, fizemos novas solicitações por telefone, havendo a necessidade de várias rodadas de ligações e diversos

novos encaminhamentos. Obtivemos o retorno de mais nove questionários, resultando em 18 entrevistas de 24 possíveis.

Este é o conteúdo do e-mail enviado aos responsáveis pelas assessorias de comunicação de governos responsáveis pela elaboração de conteúdos divulgados em páginas web e páginas oficiais no Facebook:

A pesquisa acadêmica “Portais de juventude e redes sociais: iniciativas de comunicação pública como meio de engajamento e participação” é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Bauru (SP), com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A realização da pesquisa tem por objetivo produzir conhecimento científico sobre a adequação de estratégias de gestão da comunicação em portais web de governo e redes sociais oficiais em relação a seu potencial de atendimento do direito à informação e expressão sobre políticas públicas e incentivo ao engajamento social e à participação democrática dos jovens. Por isso, solicitamos sua valiosa contribuição no preenchimento deste questionário, preferencialmente até dia 30 de dezembro, que não lhe tomará mais que três ou quatro minutos. Este sistema de formulário não permite a identificação da origem das respostas. Portanto o anonimato está garantido. Asseguramos ainda que os resultados da pesquisa serão de acesso aberto, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre a relevância da comunicação pública no aprofundamento da democracia. Antecipadamente agradecemos por sua disponibilidade e nos colocamos à disposição para acrescentar eventuais esclarecimentos. Cordialmente,

Kátia Viviane da Silva Vanzini – katiavanzini@gmail.com

Danilo Rothberg - danilo@faac.unesp.br

Programa de Pós-graduação em Comunicação

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Unesp - Universidade Estadual Paulista

www.faac.unesp.br

1. Nome (opcional)

2. Órgão que atua (secretaria/departamento/órgão)

3. Formação acadêmica

a) Jornalismo

b) Administração

c) Curso superior de Tecnologia

d) Rádio e TV

e) Técnico profissionalizante

f) Relações Públicas

g) Ciências Sociais

h) Outro

4. Sobre a responsabilidade dos conteúdos divulgados nas plataformas (sites, Facebook, Twitter, etc) escolhidas pela secretaria/departamento/órgão, você:

a) É responsável por coletar os dados, redigir, editar, abastecer a plataforma, monitorar e responder a comentários, e-mails, mensagens inbox e outras formas de contato;

- b) É responsável somente por coletar os dados e redigir o conteúdo que é divulgado;
- c) É responsável somente por editar o conteúdo elaborado por outros coloca e abastecer a plataforma;
- d) É responsável somente por monitorar as plataformas respondendo a comentários, e-mails, mensagens inbox e outras formas de contato.

5. A gestão, produção, elaboração e divulgação das informações da secretaria/departamento/órgão nas plataformas escolhidas seguem prioritariamente:

- a) Diretrizes estabelecidas por política de comunicação da área de juventude ou de governo, composta por considerações gerais sobre o que e como comunicar
- b) Diretrizes e orientações estabelecidas por plano de comunicação elaborado pela gestão da secretaria/departamento/órgão ou de governo, composto por ações detalhadas e cronograma de execução
- c) Pautas diárias que atendem as demandas surgidas no dia a dia da secretaria/departamento/órgão;
- d) Demandas surgidas no dia a dia das diversas mídias.

6. A internet pode servir a finalidades distintas e cada vez mais complexas, como disseminar informações sobre políticas públicas, prestar serviços, coletar opiniões e criar meios de debate, como fóruns virtuais. Em seu trabalho, você atua prioritariamente para:

- a) Disseminar informações sobre as ações da secretaria/departamento/órgão e ações de prestação de serviços;
- b) Disseminar informações sobre o secretário/chefe/diretor do órgão e dados institucionais da secretaria/departamento/órgão;
- c) Disseminar informações sobre políticas públicas de juventude, acompanhando todas as suas etapas, como elaboração, execução e avaliação;
- d) Disseminar informações e criar espaços para o debate entre o jovem e os governos; monitorando as participações e respondendo as demandas apresentadas pelos usuários;

7. A comunicação pública serve ao interesse público e atende o direito à informação. Por isso, não se destina necessariamente a fazer propaganda de um mandatário. O comunicador deve ter liberdade e autonomia para fazer seu trabalho com responsabilidade. Em sua atuação no dia a dia, você:

- a) Tem suficiente liberdade e autonomia para servir ao interesse público e atender o direito à informação;
- b) Tem pouca liberdade e autonomia para servir ao interesse público e atender o direito à informação;
- c) Raramente tem liberdade e autonomia para servir ao interesse público e atender o direito à informação;
- d) Não tem liberdade e autonomia para servir ao interesse público e atender o direito à informação.

8. A qualidade da informação online facilita a compreensão das funções de governo pelo público. As políticas públicas de juventude podem ser bem conhecidas se forem divulgadas com amplitude e abrangência, reunindo informações como os objetivos, públicos beneficiados, resultados, ações e recursos envolvidos, ações e recursos planejados, metas, satisfação do usuário, num trabalho que envolve a gestão das informações em todas as etapas. Em seu trabalho cotidiano, você avalia que:

- a) É capaz de caracterizar com grande abrangência e profundidade todas as etapas que envolvem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude;

- b) É capaz de caracterizar com moderada abrangência e profundidade todas as etapas que envolvem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude;
- c) É capaz de caracterizar com limitada abrangência e profundidade todas as etapas que envolvem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude;

7 CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Apresentamos os resultados obtidos nas Etapas 1- Informações em portais web; Etapa 2 – Informações em rede social; e Etapa 3 – Conversação em rede social, conforme detalhado no 6. CAPÍTULO 6 - Materiais e métodos.

7.1 Resultados Etapa 1 – Informações em portais web

Na **Etapa 1 - Informações em portais web** foram encontradas páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude em 16 portais: Belo Horizonte, Ceará, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Goiás, Maranhão, Paraná, Porto Alegre, Rio de Janeiro (Estado), Rio Grande do Norte, São Paulo (Estado), Sergipe e Tocantins.

O conteúdo textual disponível nos portais web com informações sobre políticas públicas de juventude foi avaliado conforme 14 categorias de análise, construídas por Rothberg (2014) com base na literatura sobre políticas públicas de Carvalho (2003), Costa e Castanhar (2003), Faria (2005) e Trevisan e Bellen (2008), conforme **Tabela 3**.

O indicador utilizado poderá variar entre “0” (ausência das informações), e “1” (presença de informações), o que significaria que uma página web com o máximo de informações obteria 14 pontos. O total de pontos efetivamente obtido na avaliação de informações sobre cada política, quando considerado em relação ao máximo de 14 pontos, proporcionou um número percentual, indicando a abrangência das informações sobre políticas de juventude veiculadas pelos portais web de governo incluídos no estudo. Esse número foi nomeado IQI - Índice de Qualidade da Informação (ROTHBERG, 2014).

Quadro 6: Resultados das informações relacionadas às categorias de informações investigadas e dos Índices de Qualidade de Informação - IQI obtidos na **Etapa 1 – Informações em portais web**

Site	Número de páginas web	Resultados	IQI
Juventude Paraná	Cinco páginas web	Antecedentes (1) Diagnóstico (2) Objetivos (5) Metas (1) Ações atuais (2) Ações planejadas (1) Eficiência (2) Impacto (2)	24%

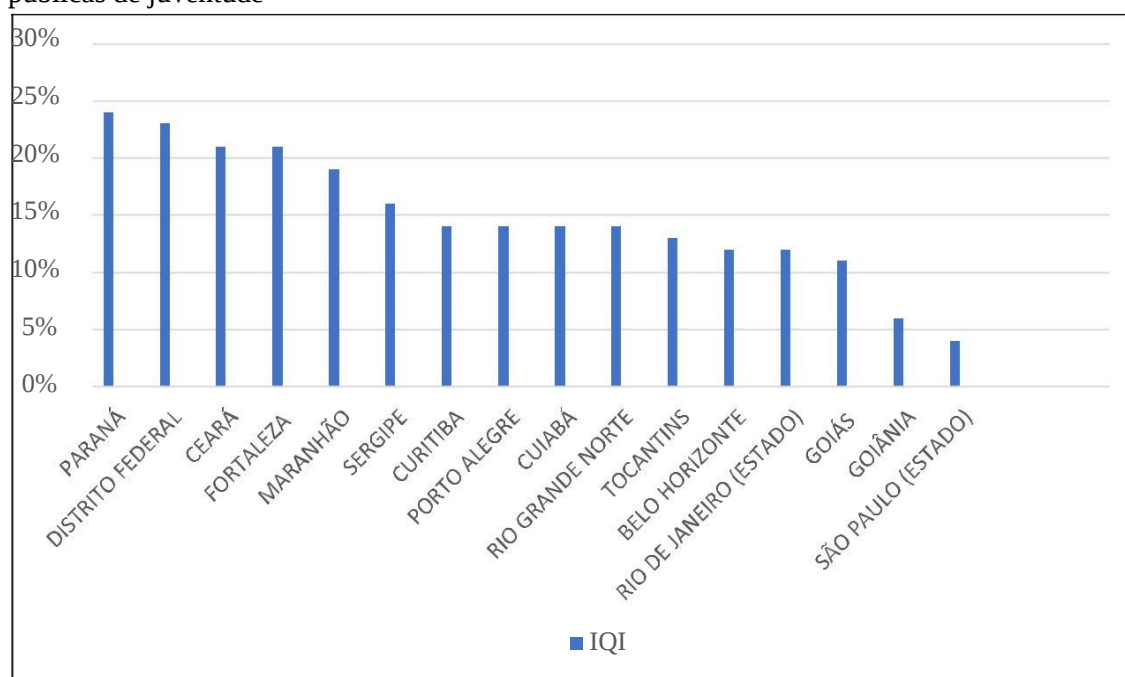
Site	Número de páginas web	Resultados	IQI
Juventude Curitiba	Quatro páginas web	Antecedes (1) Diagnóstico (1) Objetivos (2) Metas (1) Ações atuais (2) Recursos atuais (1)	14%
Juventude Porto Alegre	Três páginas web	Antecedes (1) Objetivos (3) Eficiência (2)	14%
Juventude Belo Horizonte	Dezessete páginas web	Antecedes (4) Objetivos (15) Recursos atuais (3) Ações atuais (5) Eficiência (2)	12%
Juventude Cuiabá	Duas páginas web	Diagnóstico (1) Objetivos (5) Metas (1) Recursos atuais (1) Ações atuais (1)	11%
Juventude Goiás	Seis páginas web	Diagnóstico (1) Objetivos (5) Metas (1) Recursos atuais (1) Ações atuais (1)	11%
Juventude Goiânia	Dez páginas web	Antecedentes (1) Objetivos (6) Ações atuais (1)	6%
Juventude Tocantins	Cinco páginas web	Objetivos (5) Metas (5) Recursos atuais (5)	13%
Juventude Ceará	Cinco páginas web	Objetivos (5) Metas (5) Recursos atuais (5)	21%
Juventude Maranhão	Seis páginas web	Objetivos (6) Metas (2) Recursos atuais (1) Ações atuais (2) Ações planejadas (2) Eficácia (2) Eficiência (1)	19%
Juventude Rio Grande do Norte	Quatro páginas web	Antecedentes (1) Diagnóstico (1) Objetivos (4) Recursos atuais (1) Ações atuais (3) Ações planejadas (1)	14%
Juventude Sergipe	Cinco páginas web	Objetivos (5) Metas (2) Ações atuais (2) Ações planejadas (1) Eficiência (1) Eficácia (1)	16%

Site	Número de páginas web	Resultados	IQI
Juventude São Paulo (Estado)	Três páginas web	Diagnóstico (1) Objetivos (1) Ações atuais (1)	4%
Juventude Rio de Janeiro (Estado)	Três páginas web	Antecedes (1) Objetivos (3) Eficiência (2)	14%
Juventude Distrito Federal	Cinco páginas web	Antecedentes (2) Objetivos (5) Recursos atuais (1) Ações atuais (3) Recursos planejados (2) Ações planejadas (1) Eficiência (1)	23%
Juventude Fortaleza	Três páginas web	Objetivos (3) Metas (1) Recursos atuais (2) Ações atuais (2) Impacto (1)	21%

Fonte: elaboração própria (2019)

As 86 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude publicadas nos portais web de governo avaliados conforme a metodologia prevista obtiveram, em média, 14,5% do total de dados que seria possível atingir caso todas as políticas públicas avaliadas apresentassem informações em todas as categorias de análise, ou seja, se cada página web de política pública atingisse o IQI de 14 pontos, um ponto para cada categoria formulada (Gráfico 10).

Gráfico 10: Índice de Qualidade de Informação de portais web com informações sobre políticas públicas de juventude

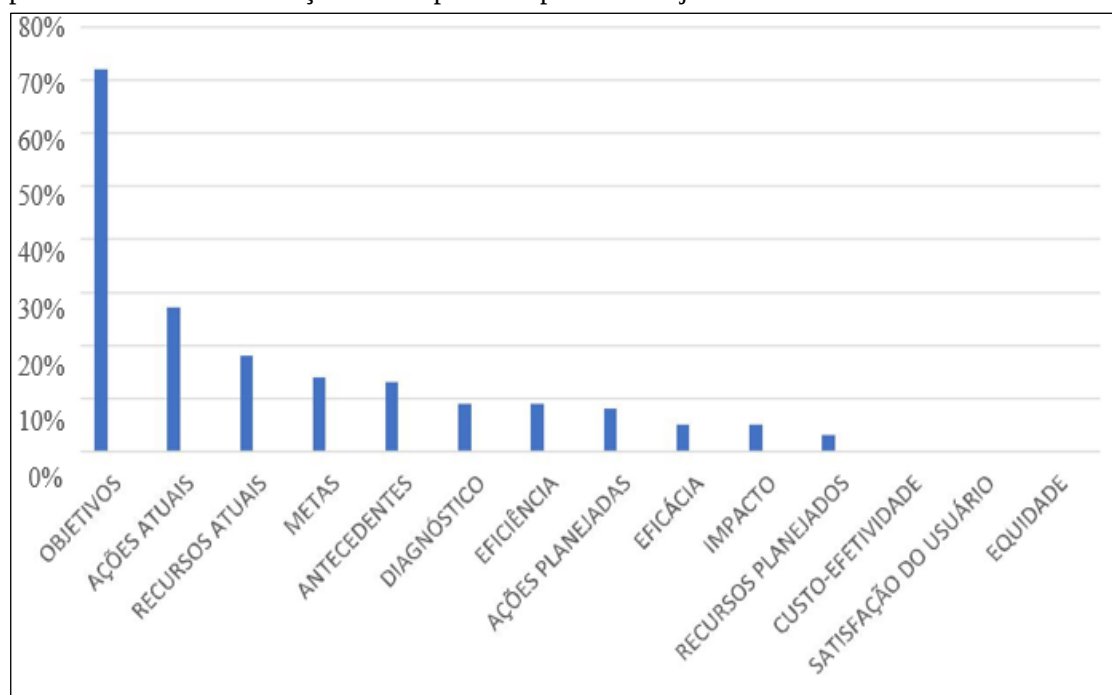


Fonte: Elaboração própria (2019)

O resultado sugere que há insuficiência de dados nos textos avaliados de acordo com o que seria ideal sob a perspectiva de oferta de informações com abrangência e profundidade necessárias à caracterização completa da uma política pública da área, conforme os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa.

Conforme o Gráfico 11, houve a prevalência de dados básicos nas categorias objetivos (72% das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude analisadas apresentam informações nessa categoria); ações atuais (27%); recursos atuais (18%); metas (14%); antecedentes (13%); diagnóstico (9%); eficiência (9%); ações planejadas (8%); eficácia (5%); impacto (5%) e recursos planejados (3%). Não houve informações possíveis de serem classificadas nas categorias custo-efetividade, satisfação do usuário e equidade.

Gráfico 11: Percentuais de informação por categorias de análise de conteúdo observados em 16 portais web com informações sobre políticas públicas de juventude



Fonte: elaboração própria (2019)

As categorias que registraram mais informações e as relacionadas (objetivos, ações atuais, recursos atuais e metas) podem ter obtido resultados mais expressivos porque reuniriam informações possivelmente consideradas essenciais, sobre os propósitos das políticas públicas e ações que serão colocadas em prática, com características episódicas e imediatas.

Entre os portais web analisados, o melhor desempenho foi dos portais da juventude do Paraná, Distrito Federal e Ceará, com resultados de IQI de 24%, 23% e 21% respectivamente.

As páginas “Rede Jovem” (Paraná); “Projeto Tour Jovem Cidadão (Maranhão); “Academia Enem” foram as que obtiveram melhores resultados. No portal web destinado ao jovem pelo governo do Paraná, a página web “Rede Jovem” apresentou informações classificadas em cinco categorias: diagnóstico, objetivos, ações planejadas, eficiência e impacto. A página web “Projeto Tour Jovem Cidadão” publicada no portal web voltado ao jovem do governo do Maranhão apresentou informações em cinco categorias: objetivo, metas, ações planejadas, eficiência e eficácia. A página web “Academia Enem”, publicada no portal web voltado ao jovem do governo de Fortaleza apresentou informações em cinco categorias: objetivos, metas, recursos atuais, ações atuais e eficiência.

No Quadro 7 relacionamos alguns exemplos de dados coletados de páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude relacionados às categorias de informações utilizadas para a investigação.

Quadro 7: Quadro demonstrativo dos dados coletados referentes às categorias de informações utilizadas na **Etapa 1 – Informações em portal web**

Categoria	Informações coletadas
Antecedentes	“A Roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo IPHAN no ano de 2009” ¹
Diagnóstico	“O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (...) corresponde ao universo dos 399 municípios paranaenses que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010” ²
Objetivos	“As Conferências Livres de Juventude são ações estimuladas pela Secretaria Municipal da Juventude de Cuiabá, com o intuito de fomentar as políticas participativas de juventude” ³
Metas	“Que podem contemplar até 62 projetos, 260 estudantes e 65 professores” ⁴
Ações atuais	“São realizados testes de glicemia, pressão arterial, índice de massa corpórea, além de atividades físicas e aulas de ritmos variados” ⁵
Ações planejadas	“O processo de transferência acontecerá num período aproximado de um ano, dividido em três etapas...” ⁶
Recursos atuais	“Os recursos destinados são da ordem de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), em projetos de até R\$ 14.560,00 (quatorze mil quinhentos e sessenta reais)” ⁷

¹ <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=1738&m=2580>

² <http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

³ <http://juventudecuiaba.blogspot.com/>

⁴ <http://www.juventude.ma.gov.br/2017/04/07/projeto-geracao-ciencia-2/>

⁵ <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=1738&m=2579>

⁶ <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/juventude/casa-do-estudante/>

⁷ <http://www.juventude.ma.gov.br/2017/04/07/projeto-geracao-ciencia-2/>

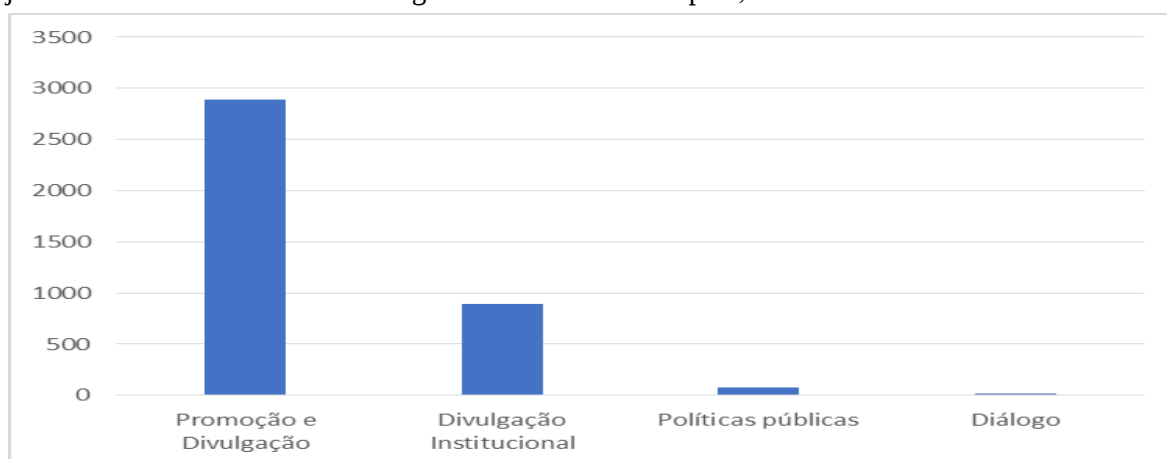
Categoria	Informações coletadas
Recursos planejados	“Para a execução do programa, será adquirido um ônibus adaptado que percorrerá localidades do interior e da zona rural do Tocantins”. ⁸
Eficiência	“proporcionando aos estudantes conhecerem mais sobre a história de São Luís, realizando um verdadeiro turismo educativo pelos principais equipamentos culturais públicos da capital maranhense”. ⁹
Eficácia	“A escolinha beneficia mais de 200 crianças por ano”. ¹⁰
Impacto	“O Programa é inovador porque fortalece o(a) jovem como indivíduo, de forma flexível e personalizada, na construção de seu projeto de vida”. ¹¹

Fonte: Elaboração própria (2019)

7.2 Resultados Etapa 2 – Informações em rede social

Conforme apresentado no **6. CAPÍTULO 6 - Materiais e métodos** a propósito da **Etapa 2 – Informações em rede social**, investigamos e classificamos as postagens publicadas em páginas oficiais voltadas ao jovem a partir de duas técnicas. Na **Técnica 1.1**, as postagens foram avaliadas conforme quatro categorias, conforme a **Tabela 2** (Páginas 115/116). No período avaliado (setembro de 2016 a agosto de 2017) foram encontradas 3.874 postagens, distribuídas conforme indica o Gráfico 12:

Gráfico 12: Classificação das postagens publicadas em 22 páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook conforme categorias de análise da Etapa 2, Técnica 1.1



Fonte: elaboração própria (2019)

⁸ <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/juventude/estacao-juventude>

⁹ <http://www.juventude.ma.gov.br/2017/04/07/projeto-tour-jovem-cidadao-3/>

¹⁰ <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/juventude/escolinha-nilton-santos/>

¹¹ <http://www.rj.gov.br/web/seelje/exibeconteudo?article-id=2441123>

A categoria promoção e divulgação teve o maior número de postagens registradas no período da pesquisa, com um total de 2885 postagens, que equivalem a 74% do total. A categoria divulgação institucional registrou 895 informações a ela relacionadas, que correspondem a 23% do total. A categoria políticas públicas registrou 76 postagens a ela relacionadas, que correspondem a 2,2%.

Na categoria diálogo, foram classificadas 18 postagens, que correspondem a 0,8% do total de 3.904 postagens. Nesta categoria foram classificadas postagens que representaram iniciativas de diálogo criadas pelos gestores das páginas, que buscaram, por meio de questionários e enquetes, receber respostas do público. Nesta categoria, não foram incluídas postagens de iniciativa dos usuários, contendo perguntas, em geral na busca de informações de prestação de serviço, como endereço, horários de funcionamento etc.

Também identificamos a presença de iniciativas de diálogo em postagens publicadas nas páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook que partiram do usuário. São perguntas, sugestões ou comentários registrados nas postagens publicadas pela página. Ao todo, na amostra reunida, identificamos 110 postagens que apresentaram comentários publicados por usuários e pelos próprios administradores da página em respostas a eles. Trata-se de iniciativa de diálogo estabelecida de modo passivo, sob demanda dos seguidores da página, registrados em 3% das postagens avaliadas no período proposto.

Na **Técnica 1.2** as 76 postagens classificadas na categoria “políticas públicas” foram avaliadas conforme as 14 categorias de análise utilizadas na **Etapla 1 – Informações em portais web**.

Estas postagens são provenientes dos seguintes portais web de governo web com informações sobre políticas públicas de juventude: Acre, Ceará, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Manaus, Mato Grosso do Sul, Palmas, Paraná, Pernambuco, Porto Alegre, Rio de Janeiro (estado), Rio Grande do Sul, São Paulo (capital), São Paulo (estado) e Teresina.

Após a seleção das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude e sua classificação conforme as categorias acima propostas, submetemos as unidades de análise a um indicador, que pode variar entre “0” (ausência das informações), e “1” (presença de informações), o que significaria que uma página web com o máximo de informações obteria 14 pontos. O total de pontos efetivamente obtidos na avaliação de informações sobre cada política, quando considerado em relação ao máximo de 14 pontos, proporcionou um número percentual, indicando a abrangência das informações sobre políticas de juventude veiculadas pelos portais web de governo incluídos no estudo. Esse número foi nomeado IQI - Índice de Qualidade da Informação (ROTHBERG, 2014).

Quadro 8: Resultados das informações relacionadas às categorias de informações investigadas e dos Índices de Qualidade de Informação - IQI obtidos na **Etapa 2 – Informações em rede social, Técnica 1.2**

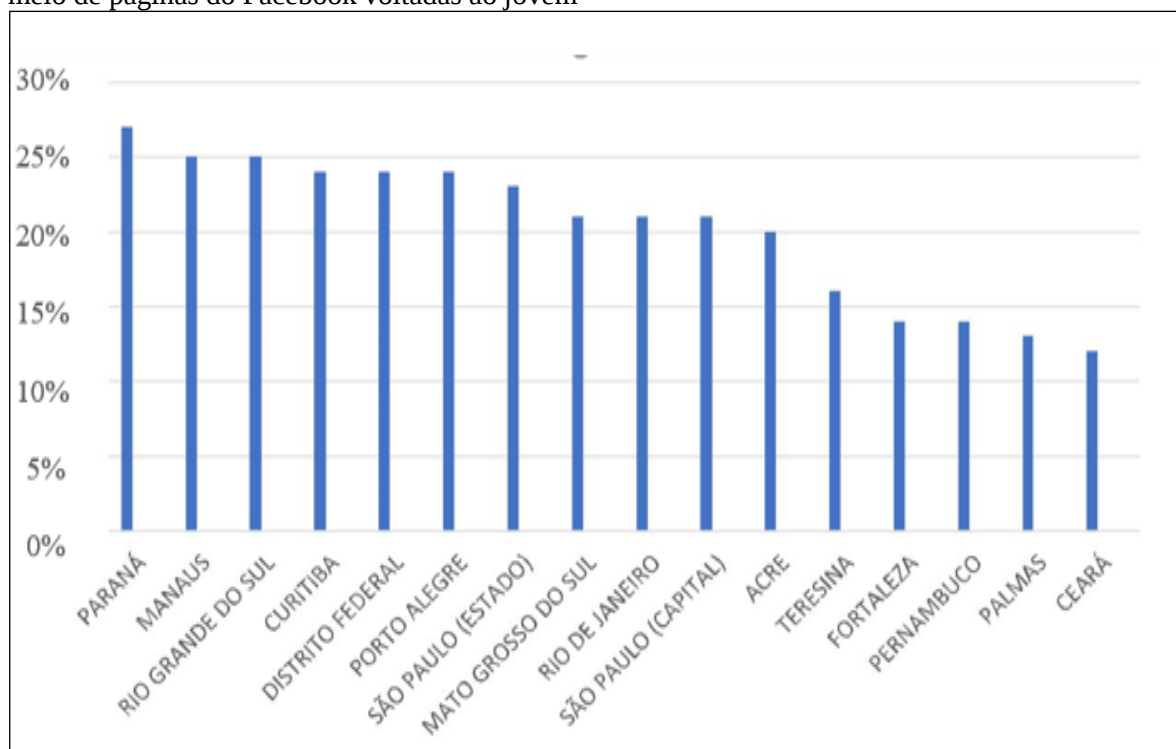
Página no Facebook	Número de postagens que remetem a páginas web	Resultados	IQI
Juventude Acre	Sete páginas web	Antecedentes (2) Diagnóstico (1) Objetivos (5) Metas (2) Ações atuais (2) Recursos planejados (2) Ações planejadas (1) Eficiência (2) Eficácia (1)	20%
Juventude Ceará	Seis página web	Objetivos (6) Metas (3) Ações atuais (1)	12%
Juventude Curitiba	Sete páginas web	Antecedes (2) Diagnóstico (1) Objetivos (7) Metas (3) Ações atuais (4) Recursos atuais (1) Recursos planejados (2) Eficiência (1) Eficácia (3)	24%
Juventude Distrito Federal	Oito páginas web	Antecedentes (3) Diagnóstico (1) Objetivos (6) Metas (4) Recurso atuais (1) Ações atuais (6) Ações planejadas (1) Recursos planejados (2) Eficiência (1) Eficácia (2)	24%
Juventude Fortaleza	Duas páginas web	Objetivos (1) Metas (1) Ações atuais (1) Eficiência (1)	14%
Juventude Manaus	Duas páginas web	Antecedentes (1) Objetivos (1) Metas (1) Ações atuais (1) Ações planejadas (1) Eficácia (2)	25%
Juventude Mato Grosso do Sul	Uma página web	Diagnóstico (1) Objetivos (1) Ações planejadas (1)	21%
Juventude Palmas	Cinco páginas web	Objetivos (5) Metas (2) Recursos atuais (2)	13%

Página no Facebook	Número de postagens que remetem a páginas web	Resultados	IQI
Juventude Paraná	Oito páginas web	Antecedentes (2) Diagnóstico (2) Objetivos (8) Metas (3) Ações atuais (5) Recursos atuais (2) Ações planejadas (5) Recursos planejados (2) Eficiência (1) Eficácia (1)	27%
Juventude Pernambuco	Uma página web	Ações atuais (1) Eficiência (1)	24%
Juventude Porto Alegre	Três páginas web	Antecedentes (2) Diagnósticos (1) Objetivos (6) Metas (3) Recursos atuais (2) Ações atuais (5) Ações planejadas (2)	25%
Juventude Rio Grande do Sul	Seis páginas web	Antecedentes (2) Diagnósticos (1) Objetivos (6) Metas (3) Recursos atuais (2) Ações atuais (5) Ações planejadas (2)	25%
Juventude Rio de Janeiro (Estado)	Nove páginas web	Antecedentes (3) Objetivos (9) Metas (2) Recursos atuais (2) Ações atuais (5) Ações planejadas (1) Eficiência (2)	21%
Juventude São Paulo (capital)	Sete páginas web	Objetivos (6) Metas (2) Recursos atuais (4) Ações atuais (2) Recursos planejados (1) Ações planejadas (1) Eficiência (2) Eficácia (2) Impacto (2)	23%
Juventude Teresina	Três páginas web	Objetivos (3) Metas (1) Ações atuais (2) Recursos planejados (1)	16%

Fonte: Elaboração própria (2019)

As 76 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude referidas por postagens em páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook obtiveram, em média, 21% do total de dados que seria possível atingir caso todas as políticas públicas avaliadas apresentassem informações em todas as categorias de análise, ou seja, se cada página web de política pública atingisse o IQI de 14 pontos, um ponto para cada categoria formulada (Gráfico 13).

Gráfico 13: Índice de Qualidade da Informação de páginas web disponíveis em portais web de governo oficiais de governo com informações sobre políticas públicas de juventude acessadas por meio de páginas do Facebook voltadas ao jovem

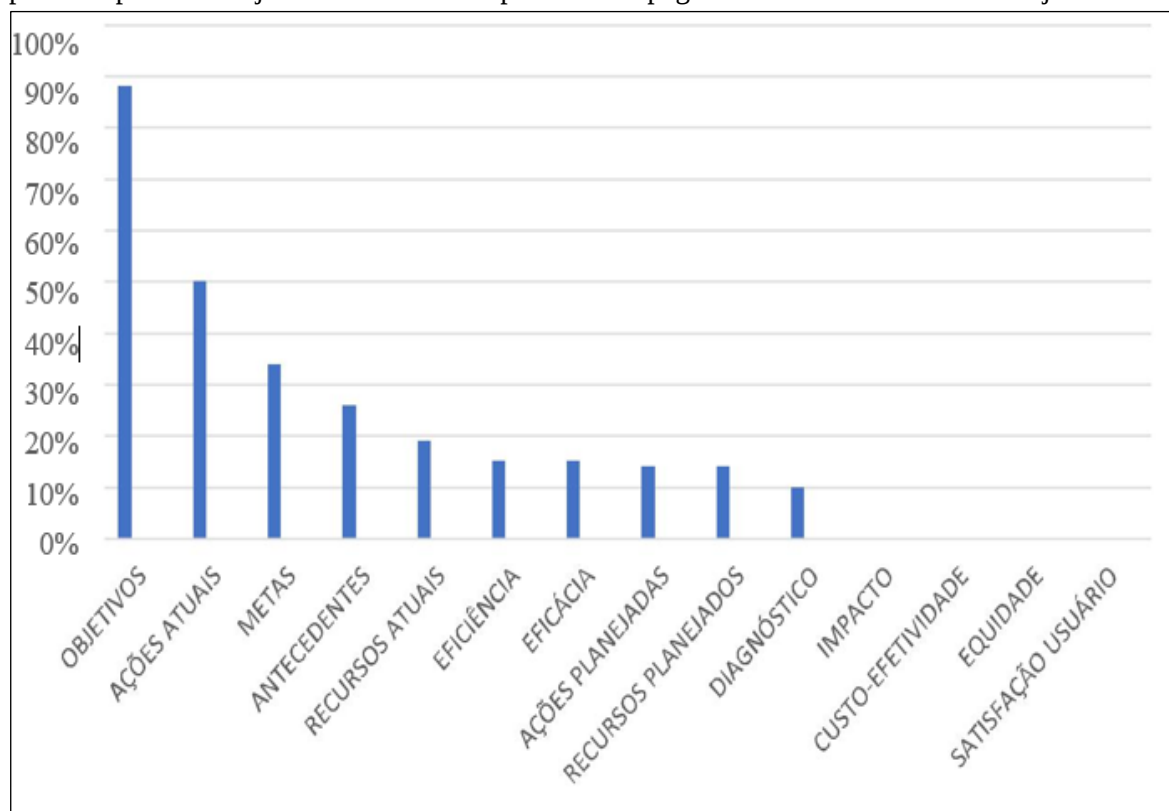


Fonte: elaboração própria (2019)

Os portais web que obtiveram maiores valores de IQI foram: Paraná (27%); Manaus e Rio Grande do Sul (25%); Curitiba e Distrito Federal (24%). Os portais web que obtiveram menores valores de IQI foram: Ceará (12%); Palmas (13%) e Pernambuco (14%).

Conforme o Gráfico 14, as informações encontradas na amostra de 76 páginas web foram classificadas majoritariamente nas categorias objetivos (88% páginas web apresentaram informações relacionadas), ações atuais (50%), metas (34%) antecedentes (26%), eficiência (15%); eficácia (15%); recursos planejados (14%); ações planejadas (14%); diagnóstico (10%). Não foram encontradas informações que pudessem ser classificadas nas categorias impacto, custo-efetividade, equidade e satisfação do usuário.

Gráfico 14: Percentuais de informação por categorias de análise de conteúdo observados em 76 páginas web disponíveis em portais web de governo oficiais de governo com informações sobre políticas públicas de juventude acessadas por meio de páginas do Facebook voltadas ao jovem



Fonte: elaboração própria (2019)

Duas páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude obtidas a partir de links compartilhados em página oficial de governo do Paraná voltada ao jovem no Facebook apresentaram o melhor desempenho da amostra. A página web “combate à violência contra adolescentes” registrou a presença de informações nas categorias objetivos, metas, recursos atuais, ações atuais, recursos planejados e ações planejadas. A página web “governo incentiva a contratação de adolescentes” obteve informações relacionadas às categorias antecedentes, diagnóstico, objetivos, recursos atuais, ações atuais e ações planejadas.

No Quadro 9, relacionamos alguns exemplos de dados coletados de páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude relacionados às categorias de informações utilizadas para a investigação.

Quadro 9: Demonstrativo dos dados coletados referentes às categorias de informações utilizadas na Etapa 2 – Informações em rede social

Categoria	Informações coletadas
Antecedentes	“A Associação Comunitária Rural Ebenézer (Acre) foi fundada em setembro de 1991, atualmente, mais de 300 pessoas moram no local” ¹²
Diagnóstico	“Segundo o instituto, em 2010 a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio era de 55% entre os brancos e 41% entre os negros” ¹³
Objetivos	“Como objetivo geral, o projeto vai trabalhar a questão da violência doméstica, com meninos e meninas, adolescentes e jovens mulheres e homens” ¹⁴
Metas	“Reunir aproximadamente 600 adolescentes e jovens, entre 15 a 29 anos, de todas as zonas da cidade, inclusive da zona Rural”. ¹⁵
Ações atuais	“Até agora já foram realizadas 18 audiências públicas” ¹⁶
Ações planejadas	“Através de uma campanha educativa, palestras nas escolas e ações pontuais, visando melhorar e ampliar as relações sociais de gênero, violência doméstica e masculinidade” ¹⁷
Recursos atuais	“Para isso, foram investidos R\$ 29,4 milhões (US\$ 9,16 milhões) oriundos do contrato de operação de crédito com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento”. ¹⁸
Recursos planejados	“os vencedores vão ganhar R\$7 mil para aplicar em seus projetos” ¹⁹
Eficiência	“Desde 2011, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social entregou para municípios 24 Centros da Juventude em todo Estado” ²⁰
Eficácia	Em dois anos, 540 adolescentes de todo Paraná já participaram do projeto, que recebeu um investimento de R\$ 693 mil do governo estadual” ²¹

Fonte: Elaboração própria (2019)

¹² <http://semjel.manaus.am.gov.br/prefeitura-leva-debate-sobre-plano-municipal-a-zona-rural/>

¹³ <http://www.pc.ms.gov.br/?p=19058>

¹⁴ <http://www.pc.ms.gov.br/?p=19058>

¹⁵ <http://semjel.manaus.am.gov.br/juventude-tem-encontro-neste-sabado-para-ultimo-debate-sobre-o-plano-municipal/>

¹⁶ <http://semjel.manaus.am.gov.br/juventude-tem-encontro-neste-sabado-para-ultimo-debate-sobre-o-plano-municipal/>

¹⁷ <http://www.pc.ms.gov.br/?p=19058>

¹⁸ <http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=500&tit=Campanha-do-Governo-do-Estado-incentiva-contratacao-de-adolescentes>

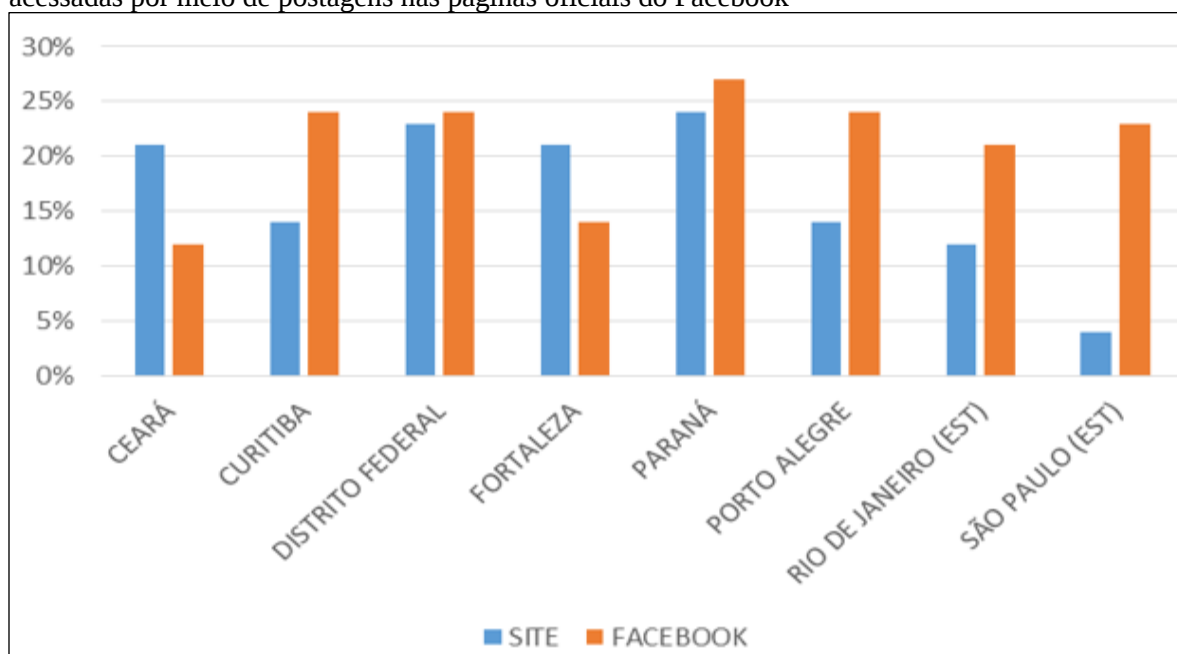
¹⁹ <http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=372&tit=Desafio-Parana-premia-jovens-empresendedores-paranaenses>

²⁰ <http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=516&tit=Centros-da-Juventude-tem-projetos-sociais-desenvolvidos-por-adolescentes>

²¹ <http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=516&tit=Centros-da-Juventude-tem-projetos-sociais-desenvolvidos-por-adolescentes>

Na comparação dos resultados obtidos da **Etapa 1 – Informações em portais web** com a **Etapa 2 – Informações em rede social**, é possível estabelecer algumas considerações. Dos 16 portais web analisados na **Etapa 1 – Informações em portais web**, encontramos páginas oficiais voltadas ao jovem na Etapa 2 em quatro Estados: Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, em três capitais: Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e uma página do Distrito Federal. O Gráfico 15 apresenta os resultados obtidos na comparação de páginas web com informações sobre políticas públicas publicadas em portais e por meio de links em postagens nas páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook.

Gráfico 15: Comparativo dos Índices de Qualidade da Informação obtidos por amostras de análise: portais web oficiais com informações sobre políticas públicas de juventude e páginas web oficiais acessadas por meio de postagens nas páginas oficiais do Facebook



Fonte: elaboração própria (2019)

As páginas web com informações de políticas públicas sobre juventude encontradas em portais específicos voltados ao jovem do Ceará e de Fortaleza obtiveram resultados de IQI mais expressivos do que os registrados nas postagens em páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook: Ceará – IQI de 21% na Etapa 1 e 12% na Etapa 2; Fortaleza – IQI de 21% na Etapa 1 e 14% na Etapa 2.

As páginas web com informações de políticas públicas publicadas por meio de links em postagens no Facebook obtiveram melhores resultados de IQI em seis das 8 páginas analisadas. As páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo (Estado) apresentaram avanços expressivos se comparados com os resultados de IQI obtidos na análise das páginas web com informações

sobre políticas públicas analisadas na Etapa 1: São Paulo (estado) – IQI de 4% na Etapa 1 e 23% na Etapa 2; Rio de Janeiro (estado) – IQI de 12% na Etapa 1 e 21% na Etapa 2; Porto Alegre – 14% de IQI na Etapa 1 e 24% de IQI na Etapa 2; Curitiba – 14% de IQI na Etapa 1 e 24% na Etapa 2. O Paraná, que obteve 24% de IQI na Etapa 1 registrou um IQI de 27% na Etapa 2 e o Distrito Federal, que obteve 23% de IQI na Etapa 1, registrou um IQI de 24% na Etapa 2.

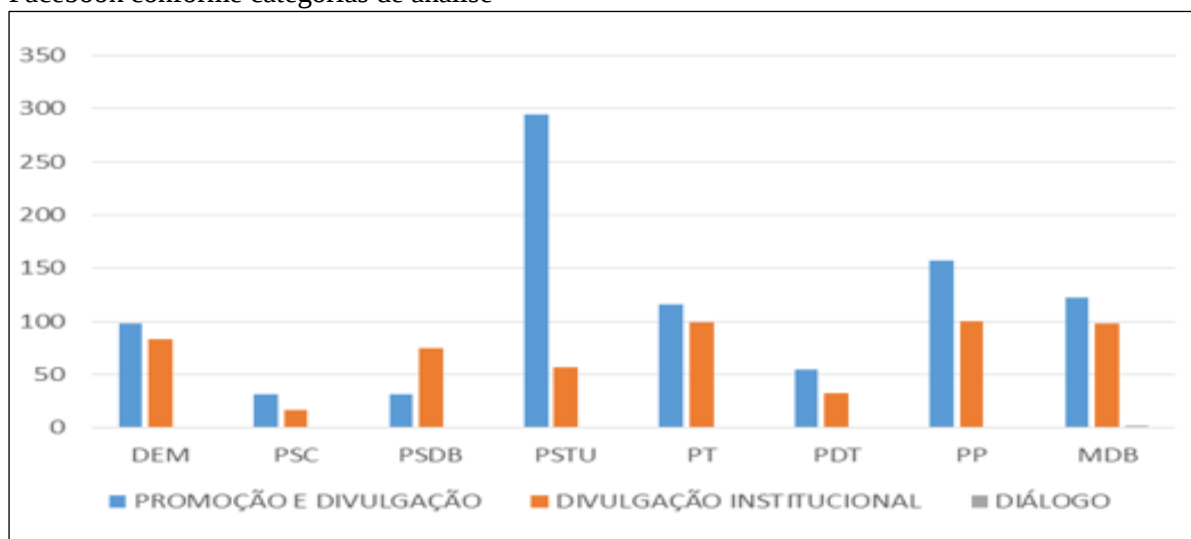
7.3 Resultados Etapa 3 – Conversação em rede social

A **Etapa 3 – Conversação em rede social** foi realizada a partir de duas técnicas. Na **Técnica 2.1** as postagens realizadas nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem foram classificadas em três categorias conforme a

Tabela 3:, conforme 6. CAPÍTULO 6- Materiais e métodos.

Durante o período de coleta de dados nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook foram analisadas 1471 postagens avaliadas no período de março de 2017 a fevereiro de 2018, distribuídas conforme o Gráfico 16:

Gráfico 16: Classificação das postagens de páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook conforme categorias de análise



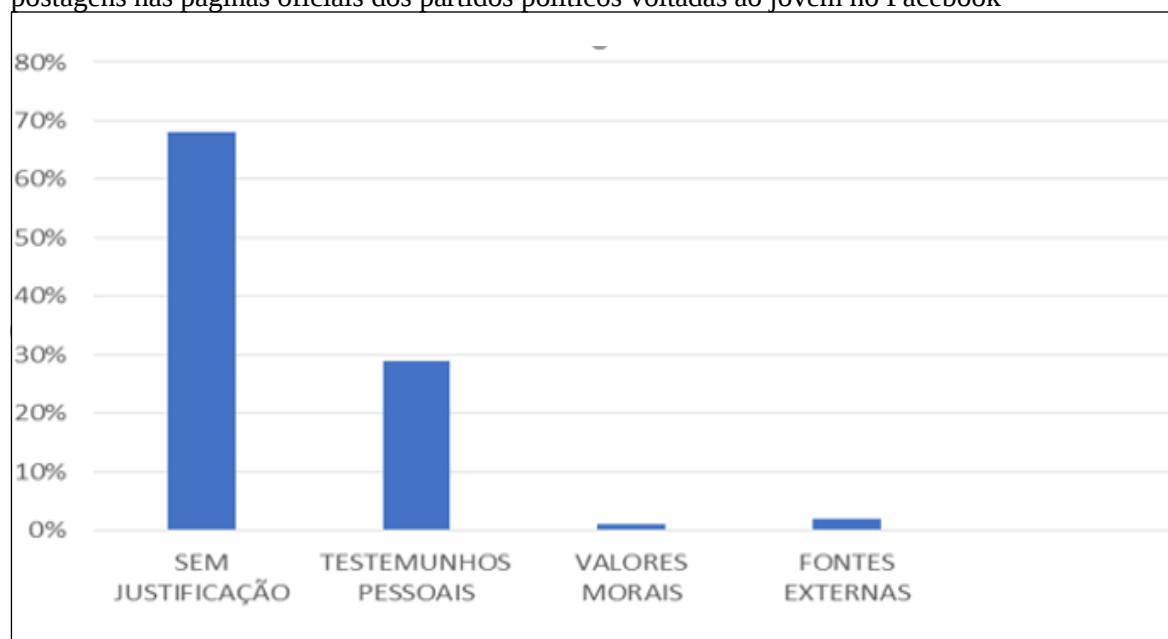
Fonte: Elaboração própria (2019)

Houve um predomínio das postagens registradas na categoria promoção e divulgação, correspondendo a 61% das publicações. As postagens classificadas na categoria divulgação institucional correspondem a 38,7% das postagens. As publicações que procuraram estabelecer algum tipo de diálogo com os usuários foram de 0,3% do total das postagens publicadas pelas páginas oficiais dos partidos voltadas ao jovem. Os resultados

indicam que a estratégia de comunicação das páginas analisadas privilegiou informações classificadas na categoria promoção e divulgação, que se assemelha às ações de assessoria de imprensa, utilizado para divulgação informações sobre campanhas, eventos, prestação de serviços que possam despertar o interesse do jovem. As postagens que procuram divulgar as ações das agremiações jovens dos partidos analisados também foram registradas, correspondendo à comunicação institucional, cujo objetivo é obter publicidade favorável à organização. O número pouco expressivo de postagens que buscaram estabelecer um canal de diálogo com os seguidores da página assemelha-se aos resultados obtidos na **Etapa 2 – Informações em rede social**, o que indicaria que não houve, no período analisado, investimento em postagens que procuraram estabelecer um canal de diálogo ou conversação com o público seguidor da página.

Na **Técnica 2.2**, foram coletados os comentários apresentados em postagens publicadas nas páginas oficiais dos partidos voltadas ao jovem, em categorias conforme a **Tabela** conforme detalhado no 6. CAPÍTULO 6 - Materiais e Métodos. Conforme o Gráfico 17, a categoria justificação, 68% do total dos comentários analisados não apresentaram qualquer tipo de fundamentação objetiva que possibilite a argumentação lógica e racional. Entre as 308 postagens que apresentaram algum tipo de justificação, 281 (29%) apresentaram testemunhos pessoais; 6 (1%) valores morais e 21 (2%) fontes externas. Destas fontes externas, todas remetem a mídias industriais.

Gráfico 17: Distribuição dos resultados obtidos na categoria “justificação” nos comentários das postagens nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook

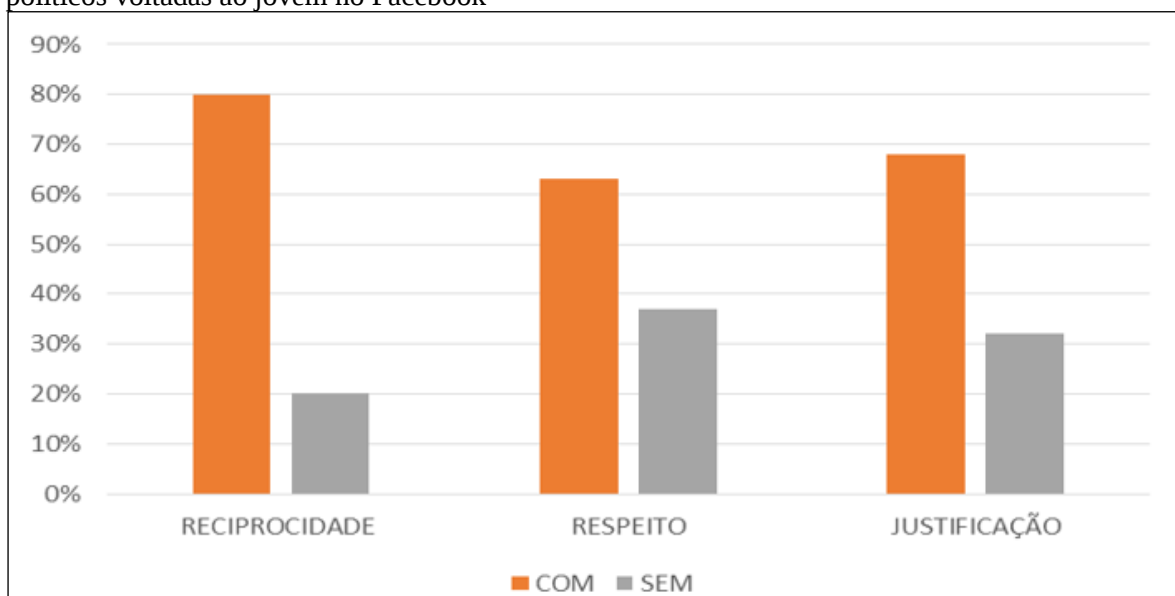


Fonte: Elaboração própria (2019)

De acordo com o Gráfico 18, na categoria reciprocidade, 786 comentários do total (80%) não procuram reconhecer a opinião de terceiros para tentar ou construir um consenso, sendo que 191 comentários (20%) dos comentários procuram fazer tal reconhecimento.

Na categoria respeito, 619 (63%) comentários oferecidos pelos usuários são considerados, mesmo que não haja concordância recíproca entre os autores dos comentários analisados. Um total de 358 comentários (37%) não parecem considerar os comentários feitos por outros usuários, com manifestação de falta de respeito por posições diferentes.

Gráfico 18: Classificação dos comentários registrados em postagens nas páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook



Fonte: Elaboração própria (2019)

Os resultados podem indicar que os usuários das páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem, ao tecer comentários em postagens publicadas em tais espaços, não procuram apresentar algum tipo de fundamentação objetiva para contribuir no processo de argumentação e, quando o fazem, preferem apresentar aspectos de cunho pessoal, como experiências e sentimentos particulares. Os comentários analisados também indicam que os usuários não procuram reconhecer a opinião de terceiros na tentativa do estabelecimento de um consenso nos processos de debate. Os usuários procuram respeitar os demais no momento da elaboração dos comentários.

No Quadro 10, relacionamos alguns exemplos de dados coletados nos espaços de conversação analisados das páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem.

Quadro 10: Demonstrativo dos comentários coletados em espaços de conversação mantidos em postagens de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook

COMENTÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
“Eu trabalhei em um Ciep a época do segundo governo Brizola no Rio, era um sonho tornando-se realidade, crianças que não tinham nada estudando em período integral” (AB) – postagem de usuário comentando homenagem a Leonel Brizola.	Justificação – Testemunho pessoal
“Confio que Deus irá colocar as pessoas certas para presidir nossos jovens” (GM) postagem sobre eleições para o MDB Jovem	Justificação – Valores morais
“Arcebispo Dom Fernandes Saburido critica reforma da previdência FSP” (SA) – usuário publica link em comentários que debatem a reforma da previdência.	Justificação – fontes externas Informações mídias industriais
“O triste é ver que chegamos a um ponto que não ter filiados indiciados é exceção” (YY) “Concordo, ainda que discorde diametralmente da ideologia do PDT, ainda fazem parte da esquerda que é possível dialogar” (MPP)	Reciprocidade
“A hora de cada criminoso chegará. Independente de ser A ou B. Tenho certeza que serão punidos se acharem crimes cometidos...” (WB) “Wallace Brito não acredito nisso, penso que certos indivíduos estão imunes ao ordenamento jurídico” (RB) – comentários sobre postagem de julgamentos de envolvidos na Lava Jato	Respeito
“Blá, blá, blá...emprega 1 e desemprega centenas com o desemprego do “desgoverno” Temer (PR) – comentário feito sobre postagens da Juventude do PSDB que divulga programa do incentivo ao emprego entre os jovens do Governo de São Paulo.	Ausência de reciprocidade
“Guardem bem esta cara aí. Estes golpistas que cheiram o peido de Temer vão todos chorar lágrimas de sangue, do vampiro Temer, pois ele é o pior satã, usurpador, crápula do mundo” (IL) – comentário sobre postagem do MDB Jovem sobre a reforma trabalhista.	Ausência de respeito

Fonte: elaboração própria (2019)

O significado dos resultados coletados nas Etapas 1, 2 e 3, à luz do diálogo com a literatura especializada sobre o potencial de espaços como as redes sociais para estabelecer situações de debate e deliberação serão conduzidos no **Capítulo 8 – Chaves de Interpretação**, onde também buscaremos atender ao **objetivo específico (d)**, apresentando propostas de aprimoramento que possam contribuir para que as realizações de comunicação pública digital examinados possam favorecer a participação democrática e o engajamento social.

8 CAPÍTULO 8 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos resultados obtidos nas **Etapas 1 – Informações em portais web**, **Etapa 2 – Informações em rede social** e **Etapa 3 – Conversação em rede social**, detalhados no Capítulo 7, realizamos no presente capítulo a análise dos resultados e a interpretação à luz do referencial teórico reunido nos Capítulos 1 a 5 da presente tese.

Dividimos a interpretação dos resultados utilizando três chaves de interpretação. Na primeira chave, procuramos analisar e interpretar os resultados dos dados coletados na **Etapa 1 – Informações em portais web** e na **Etapa 2 – Informações em rede social** (Técnica 1.2). Os resultados pouco expressivos dos Índices de Qualidade de Informação obtidos na Etapa 1 (14,5%) e na Etapa 2 (21%) sugerem que as informações disponibilizadas em páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude priorizaram o caráter episódico, imediato e os aspectos mais visíveis das informações, num quadro que poderia indicar a influência das práticas profissionais do jornalismo. A divulgação de informações sobre políticas públicas examinadas na amostra poderia ser aprimorada a partir de formação específica para profissionais sobre as características da comunicação pública democrática e pelo estabelecimento de políticas públicas de comunicação que incentivem a utilização de tais espaços de forma a atender ao direito à informação e comunicação.

Na segunda chave de interpretação, analisamos e interpretamos os resultados dos dados coletados na **Etapa 2 – Informações em rede social** (Técnica 1.1) e na **Etapa 3 – Conversação em rede social** (Técnica 2.1). A partir do referencial teórico, procuramos compreender por que as estratégias e processos de comunicação investigados priorizaram a divulgação de ações das secretarias e seus respectivos representantes, sendo pouco expressivas as iniciativas de estabelecimento de canais de diálogo com o cidadão. O que pudemos afirmar, a partir do exame dos dados coletados, é a necessidade de que as políticas públicas de comunicação prevejam ações voltadas a reconhecer o jovem como integrante ativo em oportunidades de interação e diálogo, procurando estabelecer laços para aprimorar a confiança e aproximar as ações da administração pública da juventude.

Na terceira chave de interpretação, analisamos e interpretamos os resultados obtidos na **Etapa 3** (Técnica 2.2) - **conversação em rede social**, que buscou avaliar se os espaços de conversação investigados em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook apresentaram qualidades desejáveis à deliberação. Os resultados dos dados coletados mediante a literatura especializada sugerem que os espaços investigados

replicaram práticas comuns de sites de redes sociais, como a busca da visibilidade por meio de curtidas e comentários, numa forma de espetacularização do “eu”, onde as redes sociais são utilizadas como próteses sócio técnicas de narcisismo coletivo; a presença expressiva de polarização de posições políticas; a influência de filtros bolha e manifestação de discursos de ódio e violência por meio de comentários. Tal quadro, aliado à ausência de atividades de moderação por parte dos administradores das páginas dificultaria o estabelecimento de características aptas a desenvolver processos de deliberação. A oferta de atividades que possam estimular o aprendizado para a deliberação e moderação das propostas colocadas em páginas oficiais poderia contribuir para que os espaços de conversação apresentassem resultados mais próximos dos ideais deliberativos.

A utilização das chaves de interpretação para a análise dos resultados obtidos nos ajudarão a responder às questões de pesquisa e construir a síntese final da contribuição da tese que será apresentada na Conclusão.

8.1 Predomínio valores-notícia das mídias industriais

As estratégias e processos de comunicação pública empregados parecem ser influenciados por valores-notícia do jornalismo das mídias industriais, com sua preferência pelo dado imediato e episódico. A escassez de normas ou orientações regulamentadoras que orientem ações de comunicação pública democrática, por meio de políticas públicas de comunicação que estabeleçam regras e critérios dos processos e ações, também contribui para que a amostra examinada tenha apresentado distância em relação a aspectos normativos da comunicação pública. A influência dos valores-notícia do jornalismo que permitiriam a oferta de informações sobre políticas públicas de juventude a partir de enquadramento episódico e a escassez de normas e orientações regulamentadoras, pode não contribuir positivamente para o processo de aprendizagem, conhecimento e troca de informações, o que afetaria a afirmação do direito à informação.

As páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude encontradas na **Etapa 1 – Informações em portais web** e na **Etapa 2 – Informações em rede social** (Técnica 1.2) foram avaliadas conforme 14 categorias específicas de informações (Tabela 3). Tais categorias foram construídas de acordo com o referencial teórico que considera a necessidade de apresentação de informações com qualidade e abrangência para que o cidadão, e, no nosso caso, o jovem cidadão, esteja apto a compreender todos os aspectos

relacionados à elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de uma política pública. Cada página web com informações sobre políticas públicas de juventude atingiria o valor máximo de 14 pontos caso apresentasse informações relacionadas a todas as categorias investigadas. O número de categorias obtidas por cada página avaliada em relação ao máximo possível foi denominado IQI – Índice de Qualidade de Informação.

Os resultados do Índice de Qualidade de Informação, após a análise de 86 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude na **Etapa 1** e 76 páginas web com informações de políticas públicas de juventude na **Etapa 2** foi de 14,5% e 21% respectivamente. Tais resultados indicariam que as estratégias e processos de comunicação pública empregados nas páginas web avaliadas não apresentaram informações com qualidade e abrangência necessárias para a oferta de mecanismos que garantam o direito à informação.

No entanto, é necessário refletirmos sobre os motivos que levaram a resultados tão pouco expressivos. Ao avaliarmos individualmente cada página web com informações sobre políticas públicas de juventude e as categorias que tiveram o maior número de informações a elas relacionadas, pudemos constatar que houve um predomínio da presença de informações relacionadas às categorias **objetivos, ações atuais, recursos atuais e metas**, as quais dizem respeito a questões mais urgentes, imediatas e visíveis na elaboração de uma política pública.

A presença pouco expressiva de informações relacionadas às categorias **antecedentes, diagnósticos, recursos planejados, ações planejadas, eficiência, eficácia e impacto** corrobora a avaliação de que as páginas priorizaram fatos mais imediatos e episódicos na elaboração e implementação de políticas públicas, pois a coleta e elaboração de informações relacionadas a essas categorias exigiriam dos responsáveis pelos conteúdos divulgados o acompanhamento e a divulgação de informações de etapas anteriores e posteriores à implementação de uma política pública.

A ausência de informações relacionadas às categorias **satisfação do usuário, equidade e custo-efetividade** nas páginas web analisadas indica que não houve a divulgação sobre o feedback dos destinatários de políticas públicas de juventude; não foram apresentadas informações se os gestores das políticas públicas buscaram avaliar se os benefícios foram distribuídos de maneira equilibrada entre os participantes (**equidade**); se os gestores procuraram avaliar se os recursos aplicados atingiriam os objetivos propostos com o menor custo possível (**custo-efetividade**). Informações relacionadas a essas três categorias demandariam dos responsáveis pela elaboração dos conteúdos o

acompanhamento das informações referentes às avaliações sobre os resultados das políticas públicas.

Os resultados nos levam a indicar o primeiro aspecto que nos ajudou a construir a presente chave de interpretação: as estratégias e processos de comunicação pública empregados nas páginas avaliadas podem ter sido influenciados pelos **valores-notícia do jornalismo das mídias industriais**, com sua preferência pelo dado imediato e episódico.

Os valores-notícia do jornalismo das mídias industriais (TRAQUINA, 2005; WOLF, 2003) podem ser definidos como valores utilizados pelos jornalistas para selecionar o que será divulgado diante de um quadro variado de informações disponíveis. Nessas escolhas, influenciam critérios substantivos, a partir dos quais os jornalistas determinam se um acontecimento é importante para ser noticiado; os critérios contextuais, que dizem respeito ao contexto no momento da produção da notícia; e os critérios de construção, que influenciam a elaboração da notícia. Segundo Wolf (2003, p.195), os valores-notícia buscam saber “quais acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”, sendo valores que influenciam não apenas no momento da seleção do que vai ser publicado, mas durante toda a etapa de produção e publicação dos conteúdos.

Percebemos nos resultados coletados na presente pesquisa, a influência dos valores-notícia critérios como a brevidade e a limitação da notícia aos seus elementos mais óbvios, o que explicaria a presença mais expressiva de informações relacionadas às categorias **objetivos, metas, ações atuais e recursos atuais**. Outro valor notícia que pode explicar a presença mais expressiva em determinadas categorias é atualidade, pois quanto mais atual é a notícia, mais ela despertaria a atenção, o que poderia explicar porque que as informações sobre políticas públicas divulgadas em páginas web de governo priorizaram o episódico, o atual.

Os resultados da pesquisa indicam que as categorias que registraram maior número de informações a ela relacionadas são aquelas que se referem a aspectos que parecem ser mais visíveis e imediatos na elaboração de uma política pública. São questões que atendem demandas de respostas mais urgentes por parte de governos e assessorias, principalmente quando determinada política pública é implantada após a constatação de uma questão ou situação a ser resolvida por parte da gestão pública. As páginas web com informações sobre políticas públicas investigadas podem ter priorizado aspectos mais visíveis das políticas públicas, como a importância da ação implementada para o público pretendido; a novidade,

o tempo (atualidade) e a notabilidade, ou seja, o que a destaca. A simplificação das notícias para o entendimento do público em geral, a amplificação dos fatos noticiados com o objetivo de atingir a um público cada vez maior e a personalização, no caso a ênfase a ações de secretários, também foi observada.

A presença mais expressiva de informações sobre políticas públicas relacionadas às categorias **objetivos, metas, ações atuais e recursos atuais** parece vir ao encontro dos processos de filtragem usualmente escolhidos pelas mídias industriais e também buscam despertar a atenção do público para possibilitar maior visibilidade às ações de secretários e obter espaços nas agendas dos meios de comunicação, numa tentativa de “adaptar-se aos seus modos operatórios e aos formatos de diferentes veículos” (MAIA, 2006, p. 27).

Os conteúdos das páginas web examinados priorizaram os acontecimentos, definidos por Sousa (1999, não paginado) como, “ocorrências singulares, concretas, observáveis e delimitadas, quer no tempo, quer no espaço, quer em relação a outros acontecimentos”, o que faz com que os fatos precisem ser comunicáveis para despertar a atenção da imprensa. Embora existam os verdadeiros acontecimentos, como catástrofes e acidentes, por exemplo, existem os eventos “fabricados” ou provocados, como coletivas de imprensa para a divulgação da implementação de uma política pública, os quais também podem ser chamados de mediatizados, pois são “programados e planejados para se tornarem notícia, mas que ocorreriam mesmo sem a presença dos meios de comunicação” (SOUSA, 1999, não paginado).

Entre as características que influenciam o que vai ser ou não notícia, Souza (1999) salienta a influência dos canais de rotina, entre os quais as assessorias de comunicação pública de governos de diversas esferas, o que também influenciaria por sua vez o conteúdo elaborado pelas estratégias e processos utilizados para despertar a atenção do jornalista e ganhar prioridade na seleção das pautas do dia.

Percebemos que os resultados obtidos após a avaliação das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude também podem ser comparados com as formas de enquadramento utilizadas pelo jornalismo das mídias industriais. Alguns aspectos observados na divulgação das informações em páginas web, com prevalência de informações em determinadas categorias, nos leva a concluir que os assessores de comunicação parecem estar seguindo “procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer” (ROTHBERG, 2010, p. 54).

Há que se considerar também outras questões que influenciam o trabalho do jornalismo das mídias industriais e que podem também exercer o mesmo efeito nas rotinas dos assessores de comunicação responsáveis pela elaboração dos conteúdos divulgados nas páginas web investigadas, como o efeito denominado *priming*. O *priming* destaca ou não determinados aspectos na seleção dos conteúdos que irão ser divulgados, o que influenciaria a forma como o público consome as informações. No caso da divulgação das políticas públicas nas páginas aqui investigadas, as informações parecem sofrer a tendência ao enquadramento episódico, com por meio da divulgação de conteúdos “que mal tocam nas questões propriamente políticas do fato, ligadas à complexidade das escolhas envolvidas em determinada opção a ser adotada ou rejeitada pela gestão pública, e apenas acentuam aspectos circunstanciais dos fatos enfocados” (ROTHBERG, 2010, p. 56). Tais escolhas poderiam interferir na assimilação que o cidadão faz das informações oferecidas, pois há dados que parece adquirir mais relevância em detrimentos de outros.

A interferência das práticas do jornalismo das mídias industriais nos processos e estratégias de comunicação pública empregados nas páginas examinadas na presente tese já foi examinada em outras áreas, como o jornalismo ambiental. Comfort e Blankenship (2018, p.1), em estudo que investigou as práticas dos profissionais responsáveis pelos conteúdos de organizações não governamentais voltadas às questões ambientais, relatam que os jornalistas responsáveis usualmente utilizam “normas e práticas do jornalismo comercial tradicional e que o campo das Ongs pode estar tomando emprestado as práticas culturais do campo jornalístico que é mais poderoso”. Os pesquisadores entrevistaram 46 jornalistas responsáveis pela elaboração de conteúdos de publicações de Ongs voltadas ao meio ambiente. Eles foram convidados a descrever os diversos aspectos que envolvem elaboração dos artigos publicados pelos entrevistados, desde a seleção das histórias a serem contadas, o processo de reportagem e de redação final, além de aspectos bastante comuns nas práticas jornalísticas, como precisão, equilíbrio, transparência e objetividade. “Os resultados indicam que as práticas dos jornalistas que escrevem para veículos que defendem pautas ambientais apresentam mais características comuns às práticas do jornalismo comercial tradicional” (COMFORT, BLANKENSHIP, 2018, p. 13). Para investigar a influência das práticas jornalísticas na elaboração dos conteúdos das páginas web investigadas, fizemos uma sondagem junto aos assessores de comunicação responsáveis pelos conteúdos divulgados

nas páginas investigadas, conforme relatado no Capítulo 6 – Materiais e Métodos. Do total possível de 26 secretarias/departamentos, recebemos o retorno de 18 respondentes.

Dos 18 assessores de comunicação que responderam ao questionário, cinco afirmaram possuir equipes de assessoria de comunicação próprias. Os demais – treze – dependem do trabalho de assessorias de governo, que também são responsáveis pelos conteúdos digitais elaborados para outras pastas. Cerca de 80% (14) dos responsáveis pelos conteúdos de comunicação digital analisados em páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude declararam possuir formação acadêmica em jornalismo. O maior número de jornalistas responsáveis pela elaboração de conteúdos divulgados nas páginas web investigadas pode ter influenciado os resultados obtidos na amostra. A presença de informações relacionadas a determinadas categorias em detrimento de outras pode indicar que os profissionais responsáveis pela elaboração dos conteúdos deram mais ênfase a aspectos mais visíveis e imediatos de uma política pública (importância, novidade e notabilidade). A simplificação das informações também pode ser compreendida ao analisarmos que categorias como objetivos, metas, recursos e ações atuais tiveram resultados mais expressivos. A centralidade nos acontecimentos pode explicar porque aspectos anteriores e posteriores da elaboração das páginas web com informações sobre políticas públicas podem ter sido ignorados. As categorias que obtiveram resultados mais expressivos na investigação também indicam a prevalência na divulgação conforme enquadramentos que favorecem aspectos episódicos e que buscam destacar informações específicas, buscando dar visibilidade às ações da secretaria/departamento e ao seu representante.

Se os processos e estratégias empregados nas páginas investigadas considerassem aspectos mais abrangentes relacionados à elaboração, desenvolvimento e avaliação de uma política pública, como, por exemplo, as categorias de informações escolhidas para a presente pesquisa, as ações poderiam contribuir para a construção de referenciais que permitiriam um conhecimento mais amplo sobre os aspectos que podem contribuir para a aprendizagem, conhecimento e troca de informações.

Nas categorias com informações relacionadas em pouco mais de um décimo da amostra, os resultados indicam que informações que poderiam oferecer ao cidadão dados mais acurados sobre os motivos que levaram à elaboração de uma política pública (**antecedentes e diagnóstico**); a **eficiência** e a **eficácia** das ações implementadas; os **recursos** e **ações planejadas** para a continuidade das iniciativas parecem ser pouco expressivas nas estratégias de comunicação de políticas públicas avaliadas. Com relação

às categorias **eficiência e eficácia**, tais informações são mais presentes em situações em que a política pública já foi implantada e que já passou pela avaliação dos resultados obtidos, o que demandaria por parte das estratégias e mecanismos de divulgação de tais ações o acompanhamento da política pública em todas as suas etapas e não apenas no momento de sua implementação.

Com relação às categorias **recursos planejados e ações planejadas** podemos afirmar que estão mais presentes em políticas públicas que contemplem ações de longo prazo, para as quais seriam necessários correções e complementos no decorrer da gestão.

Categorias que não obtiveram informações a ela relacionadas - **custo-efetividade, equidade e satisfação do usuário** nas **Etapas 1 e 2** sugerem que informações posteriores, que envolvem a análise dos acertos e erros de uma determinada política pública, demonstram ter sido ignoradas nos dois espaços.

A ausência de informações relacionadas à categoria **satisfação do usuário** sugere ainda que os responsáveis pela comunicação dos mecanismos e planos de ações de divulgação de políticas públicas parecem desconsiderar o *feedback* de quem é o destinatário das políticas públicas: o jovem cidadão.

Embora as estratégias e processos de comunicação pública empregados em tais espaços apresentassem conteúdos com o objetivo de construir uma agenda pública de debate sobre os direitos e deveres dos jovens, como Semana da Juventude ou Mês da Juventude, por exemplo, não constatamos na amostra a presença de iniciativas aptas a viabilizar uma das principais características da comunicação pública: o estímulo para o engajamento da população no debate sobre as políticas adotadas (BRANDÃO, 2012). A ausência de informações na categoria **satisfação do usuário** indicaria que não houve a divulgação sobre o feedback do público alvo das políticas públicas implementadas.

Os resultados que avaliaram a qualidade das informações públicas de juventude disponibilizadas em páginas web examinadas nas **Etapas 1 e 2** também indicam que aos jovens foram oferecidas informações que apresentaram lacunas em diversas categorias de informações que impediriam condições equânimes para a reflexão, o debate e a apresentação de possíveis ações públicas.

Embora os autores citados salientem o potencial da comunicação pública em criar o ambiente de intercâmbio no qual Matos (2012; 2009) sugere ser possível o florescimento do capital social, os processos e estratégias de comunicação utilizados nos portais e redes sociais podem não indicar a configuração de tais ambientes.

Um dos problemas apontados por Sousa (2003) e indicado pelos resultados da presente pesquisa é que parece haver um “profundo fosso entre o sentir dos cidadãos representados e as medidas políticas tomadas pelos seus representantes, normalmente traduzidas na produção de legislação” (SOUSA, 2003, p. 5). Em nenhuma das páginas web com informações sobre políticas públicas destinadas ao jovem houve indícios da participação do jovem em seus processos de discussão e elaboração.

A presença de informações em determinadas categorias em detrimento de outras também corrobora a percepção de que as estratégias e processos de comunicação parecem priorizar a visibilidade das ações dos mandatários políticos, resultando na midiaticização específica da política, que poderia contribuir para “degradação da qualidade do debate público, pois esvaziaram-no dos seus valores substantivos e permitiram o triunfo da forma sobre o conteúdo” (SOUSA, 2003, p.6). Tal prevalência dos conteúdos midiáticos no fazer político predisporia os assessores de comunicação a divulgar informações que supostamente atrairiam mais a atenção do público, resultando no declínio do debate político e das formas de participação do cidadão.

A presença de informações em algumas categorias em detrimento de outras também pode ser avaliada a partir de uma necessidade que a mídia tenderia de impor aos representantes políticos a reconfiguração dos discursos e a relação entre representantes e representados, pois a mídia “estabelece um padrão complexo de interações com seu ambiente externo – com outras instituições e atores sociais – para configurar bens simbólicos – repertório de discursos, enunciados, expressões, ideias opiniões, imagens e produtos” (MAIA, 2006, p. 20).

Ao examinarmos os resultados das páginas web com informações sobre políticas públicas nos questionamos também se os assessores de comunicação responsáveis pela elaboração dos conteúdos digitais reúnem conhecimento amplo e abrangente sobre quais são os aspectos que envolvem a elaboração, execução e acompanhamento de uma política pública. Os resultados da entrevista encaminhada aos responsáveis pela elaboração dos conteúdos investigados indicam que 53,3% (8) dos entrevistados declararam conhecer com grande abrangência e profundidade as informações que fazem parte de uma política pública e 40% (6) com moderada abrangência.

No entanto, a partir dos resultados obtidos em nossa investigação, com IQI de 14,5% na **Etapa 1** e 21% na **Etapa 2** é possível sugerir que as informações sobre políticas públicas de juventude não foram apresentadas com abrangência e profundidade em todas as suas etapas.

A assimetria entre as respostas obtidas nas entrevistas e os resultados da amostra pode ser explicada pelo fato de os jornalistas apresentarem uma autoimagem bastante favorável à sua prática profissional. No jornalismo industrial isso também se repete, como revelou pesquisa organizada pela Unesco que investigou as visões de qualidade dos jornalistas. Em trabalho que entrevistou 179 jornalistas atuantes em veículos de comunicação em todo país, os entrevistados declararam possuir uma autoimagem “excepcionalmente positiva e talvez reflita certa idealização de suas condições de trabalho, produzida em função da necessidade de se oferecer uma resposta adequada a uma pesquisa associada a uma organização multilateral” (ROTHBERG, 2010, p. 26). Conforme os resultados da entrevista realizada em nossa pesquisa, os assessores de comunicação afirmaram compreender de maneira ampla ou de forma moderada a abrangência das informações sobre política públicas. No entanto, os resultados da avaliação da qualidade e abrangência das informações publicadas em páginas web investigadas indicariam que a elaboração dos conteúdos examinados não levou em consideração todos os aspectos que envolvem a elaboração, implementação e gestão de uma política pública.

Outro aspecto que deve ser examinado na construção da primeira chave de interpretação é se as estratégias e processos de comunicação pública empregados nas páginas web sobre políticas públicas de juventude avaliadas seriam beneficiadas caso seguissem normas e critérios estabelecidos mediante uma política de comunicação pública, a qual “quando conduzida de forma ética e responsável, tem a possibilidade de promover e consolidar o engajamento ativo dos cidadãos nas definições e implantações de políticas públicas” (NOVELLI, 2006, p. 88).

Podemos definir políticas de comunicação como “conjunto integrado de orientações de práticas comunicacionais em harmonia com um conjunto coerente de princípios e normas direcionados a guiar a conduta das instituições” (Alfonso, 1998, p. 24). Quando pensamos em políticas públicas de comunicação de instituições democráticas, como as investigadas na presente pesquisa, devemos conceber que tais diretrizes devem prever processos horizontais de comunicação, por meio dos quais os cidadãos sejam incentivados a compartilhar com os governos experiências e conhecimentos, participar de maneira livre e democrática de processos de participação e diálogo (BELTRÁN, 2015; DUARTE, 2009; LÓPEZ, 2012).

Uma política nacional de comunicação pode ser definida como sendo a intervenção do Estado através de normas, decretos, resoluções, etc, com o objetivo de regular determinada atividade. Tais atividades “podem ocorrer em diferentes níveis do Estado, vale dizer, federal, estadual e municipal ou ainda envolver formas mistas, como, por exemplo,

uma política pública federal em parceria com uma unidade da federação” (LIMA, 2012, p. 58). Duarte (2009, p.69) destaca a importância de políticas formais de comunicação pública governamental, que devem ser “definidas como o conjunto integrado, explícito e duradouro de definições, parâmetros e orientações, organizadas em um corpo coerente de princípios norteadores de atuação aplicáveis aos processos de comunicação”. Na elaboração de tais documentos, que devem conter regras explícitas sobre as informações públicas, é necessário considerar as possibilidades resultantes das tecnologias de informação e comunicação, notadamente as redes sociais (CAETANO, 2012). A elaboração de políticas de comunicação pública deveria considerar que os “processos deliberativos são fundamentais e se aproximariam mais das relações públicas comunitárias do que da comunicação governamental tradicional. Isso libertaria a comunicação pública – que “é a que se dá na esfera pública” (LÓPEZ, 2012, p.64).

As políticas públicas de comunicação são mecanismos norteadores de práticas e processos de comunicação pública governamental. Os planos de comunicação, que abrangem programas e projetos que irão nortear as estratégias e ações das assessorias de comunicação, devem incluir temas como objetivo, justificativa, público-alvo, linguagem, estrutura do conteúdo, recursos, formatos, tempo, equipes, cronogramas, verbas e resultados esperados (TORQUATO, 2006). Nas entrevistas submetidas aos assessores de comunicação, 35,3% (7) afirmaram que atuam conforme políticas de comunicação; 29,5% (5) afirmaram seguir planos de comunicação. No entanto, não são conhecidas as políticas e planos estabelecidos nos respectivos departamentos/secretarias investigados. Entre os demais entrevistados, 17,6% (3) afirmaram que as ações e estratégias estabelecidas seguem pautas conforme programação semanal, e 17,6% (3) que o trabalho atende às demandas apresentadas diariamente.

O que se poderia concluir a partir do exame dos resultados da presente pesquisa diante do referencial teórico utilizado e as reflexões sugeridas na chave de interpretação ora apresentada, é que as páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude não apresentaram a abrangência e qualidade almejadas por processos e estratégias de comunicação pública que busquem a garantia do direito à informação.

A presença de informações em categorias que supostamente proporcionariam maior visibilidade, aliado ao imediatismo e caráter episódico de tais informações indicariam que os responsáveis pela elaboração de conteúdos podem estar sob a influência das práticas do jornalismo da mídia industrial.

Também percebemos na amostra uma tendência de valorização dos dados imediatos e episódicos de uma política pública, dificultando o acesso a informações mais amplas e abrangentes. Embora os assessores de comunicação entrevistados tenham afirmando que os processos e estratégias empregados seguem políticas e/ou planos de comunicação previamente estabelecidos, não são conhecidos políticas públicas e planos de comunicação das secretarias/departamento investigados.

Ao concluirmos a primeira chave de interpretação - **predomínio de valores notícia das mídias industriais** – também refletimos de que forma as ações e estratégias investigadas na presente amostra poderiam se aproximar dos aspectos normativos da comunicação pública e apresentar o potencial de favorecer a participação democrática e o engajamento social. Essa reflexão faz parte do **objetivo específico (d)**, qual seja, diante dos resultados obtidos, interpretados à luz da literatura especializada, refletir se as realizações de comunicação digital têm potencial para favorecer a participação democrática e o engajamento social dos jovens, além de apresentar recomendações para seu aperfeiçoamento.

A partir dos resultados obtidos nas **Etapas 1 e 2**, que tiveram por objetivo avaliar a abrangência e a qualidade das páginas web com informações sobre políticas públicas, apresentamos duas propostas que poderiam ser colocadas em prática a fim de oferecer informações de forma ampla e abrangente que possam contribuir para a aprendizagem, conhecimento e troca de informações: o investimento na formação e capacitação dos profissionais que atuam em estruturas de assessorias de comunicação de governos e a elaboração de políticas públicas de comunicação governamental específicas para secretarias/departamento de juventude.

A primeira sugestão – formação e capacitação dos profissionais de assessoria de comunicação – deveria ser voltada a avaliar os conteúdos que os futuros jornalistas, relações públicas, publicitários e outros profissionais recebem em sua formação acadêmica. Tais conteúdos deveriam primar pelos aspectos normativos da comunicação pública de forma que suas ações não sofram a influência das mídias industriais, tais como valores notícia do jornalismo e o enquadramento episódico, imediato e superficial. A formação dos futuros profissionais e a capacitação dos que já atuam na área deveriam seguir pressupostos da comunicação pública, quais sejam, o interesse geral e a utilidade pública, assim como centrar os conteúdos conforme os modos ou competências citados por Zemor (2012): a comunicação de informações devidas; de informações necessárias; a prestação de contas; a troca de informações; a prestação de serviços; a valorização das instituições e a comunicação que

estímulo a discussão e o debate público. Ou seja, conteúdos que preparem os profissionais a atuar nas diversas vertentes da comunicação pública, como a comunicação política, a comunicação midiática, a comunicação estatal e a comunicação organizacional (LÓPEZ, 2012, p. 255).

A formação dos profissionais que irão atuar em assessorias de comunicação e a capacitação daqueles que já atuam deveriam seguir os aspectos normativos da comunicação pública governamental podem ser necessárias dada à crescente migração dos profissionais que antes atuavam em mídias industriais para a área de assessoria de comunicação governamental. Embora as diretrizes curriculares para a graduação em jornalismo (MEC, 2013) apregoem a necessidade de preparar os futuros profissionais para o exercício em diversos tipos de assessoria, o que os resultados indicam é que há a necessidade um investimento maior em aspectos analíticos necessários à construção de informações públicas com abrangência e qualidade (ROTHBERG, 2012). A formação dos futuros profissionais e a capacitação dos que já atuam poderiam ser beneficiadas com por meio de disciplinas que tornassem os graduandos aptos a entender as práticas de comunicação pública governamental conforme consideramos na presente tese. Os futuros profissionais deveriam estar aptos a produzir e elaborar conteúdos que pudessem proporcionar informações que possam contribuir para a aprendizagem, conhecimento e troca de informações; que pudessem facilitar iniciativas aptas a viabilizar o engajamento no debate de políticas públicas; que fossem voltados para sanar lacunas na oferta de informações e condições equânimes para a reflexão e o debate democrático.

A segunda sugestão passa pela elaboração, implementação e publicação de políticas públicas de comunicação específicas para juventude. Tais documentos deveriam estabelecer normas, estratégias, planos e critérios de forma que as ações implementadas visem promover e incentivar o engajamento do jovem (NOVELLI, 2006), norteando as práticas e processos da comunicação pública governamental implementadas em portais web de governo e sites de redes sociais. Os planos de comunicação que irão compor os programas e projetos devem considerar aspectos normativos da comunicação pública, de forma a ir além de divulgar as ações de secretarias e departamento de maneira imediatista, superficial e episódica, conforme observamos na presente pesquisa.

A elaboração de política pública de comunicação governamental dos portais investigados deveria ainda incentivar o reconhecimento do jovem como detentor de

direitos e deveres, desenvolvendo sentimentos como confiança, cooperação e solidariedade. A proposta é que tais políticas públicas de comunicação estabeleçam planos e estratégias visando criar o ambiente de intercâmbio no qual Matos (2012) sugere ser possível o florescimento do capital social.

As políticas públicas de comunicação de juventude podem estabelecer planos de comunicação a partir dos quais o jovem pudesse ser incentivado a ocupar lugar de protagonismo nas ações implementadas em páginas e sites de redes sociais. As tecnologias de informação e comunicação trazem como uma das principais características a possibilidade de tornar o usuário produtor de seus próprios conteúdos, por meio de fotos, vídeos, games, entre outras possibilidades. Esse quadro ofereceria oportunidades para que os sites e páginas de redes sociais incentivassem o jovem a contribuir na produção de conteúdos da página, desde a sugestão dos tópicos que gostariam que fossem abordados, até a oferta de oportunidades de divulgação conteúdos em diversos formatos feitos pelos próprios seus usuários. Ao invés de utilizar o vídeo de um secretário de juventude convidando para aulas gratuitas preparatórias para o Enem, por exemplo, os jovens poderiam gravar seus vídeos opinando sobre as disciplinas em que têm mais dificuldade, o que gostariam de aprender nas aulas, assim como depoimentos apresentando o feedback após a conclusão da atividade.

Implementar estratégias e processos de comunicação pública governamental a partir do reconhecimento do jovem como integrante ativo na produção de conteúdos divulgados e no debate das políticas públicas a ele destinadas poderiam ser formas de aperfeiçoar suas ações para o atendimento ao direito à informação e comunicação.

8.2 Predomínio de ações de comunicação governamental

As estratégias e processos de comunicação pública empregados em páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook de governos e de partidos políticos aproximam mais suas ações da comunicação pública governamental e institucional ao dar visibilidade às instituições e seus representantes. A midiaticização das ações das secretarias/departamentos de juventude nas publicações das páginas de Facebook avaliadas não favorece necessariamente a qualidade do debate público e a participação ao não ofertarem oportunidades efetivas para a troca dialógica entre governos e jovens. As poucas iniciativas apresentadas foram marcadas pela superficialidade e alcance restrito. As estratégias e ações de comunicação pública empregadas nos espaços investigados tratam as ações voltadas ao jovem como destinatário passivo das políticas, ao invés de agente social. As estratégias e processos implementados nas páginas investigadas podem não contribuir para que o jovem

se reconheça como cidadão, dificultando, desse modo, o atendimento ao direito à comunicação.

As postagens publicadas em 22 páginas oficiais de governo voltadas ao jovem no Facebook foram avaliadas conforme quatro categorias: **promoção e divulgação**, **divulgação institucional**, **políticas públicas** e **diálogo**, para que pudéssemos verificar se as estratégias e processos de comunicação pública empregados em tais espaços procuraram favorecer o diálogo entre governos e jovens. Na Etapa 2 (Técnica 1.1), a prevalência de postagens classificadas na categoria **promoção e divulgação** (74% das publicações), seguida por divulgação institucional (23%), políticas públicas (2,2%) e diálogo (0,8%) indicam que as estratégias utilizadas nas páginas oficiais privilegiaram as ações relacionadas à assessoria de imprensa, voltadas para a divulgação informações sobre campanhas, eventos, prestação de serviços que possam despertar o interesse do jovem. Houve presença expressiva de postagens classificadas na categoria divulgação institucional, que busca divulgar favoravelmente a imagem das instituições. No entanto, as postagens classificadas na categoria **divulgação institucional** investigadas procuraram apresentar informações sobre as ações dos detentores da pasta, como agendas dos secretários, visitas e entrevistas, dando maior ênfase à pessoa e não à instituição.

O registro de menos de 1% das postagens publicadas como propostas de diálogo entre instituições e jovens indica que as estratégias utilizadas apresentaram poucas iniciativas de estabelecimento de canais de diálogo com o seguidor da página. A presença de comentários apresentados pelos usuários em 3% das postagens publicadas no período avaliado em 22 páginas oficiais, sugere ainda que a iniciativa dos jovens em estabelecer o diálogo com a página foi maior que a iniciativa dos gestores de promover tais espaços.

Para 64,7% (11) dos assessores de comunicação entrevistados na Etapa 4, os recursos e estratégias utilizados nas páginas do Facebook devem ser voltados para disseminar informações sobre as secretarias, agendas, atividades realizadas e prestação de serviços. A utilização das postagens para divulgar favoravelmente a instituição foi citada como prioridade nas postagens por 5,9% dos assessores de comunicação entrevistados. Assim como nos resultados da nossa amostra, os assessores de comunicação revelaram que a prioridade nas estratégias e processos de comunicação implementados em páginas oficiais no Facebook analisadas é a promoção e divulgação.

Pouco mais de 12% dos entrevistados declararam que as postagens devem divulgar informações sobre políticas públicas voltadas ao jovem e 11,8% afirmaram que as postagens

devem estimular o diálogo. No entanto, ao analisarmos os dados da amostra, as estratégias e processos utilizados nas páginas oficiais investigadas não priorizaram propostas de diálogo com o jovem usuário na página e foram pouco expressivas as postagens voltadas à divulgação de políticas públicas.

Ainda com o objetivo de avaliar se os processos e estratégias de comunicação pública empregados nas redes sociais favorecem o diálogo, investigamos as postagens das páginas oficiais de partidos políticos destinadas aos jovens conforme três categorias: **promoção e divulgação, divulgação institucional e diálogo**. A presença mais expressiva de postagens classificadas na categoria **promoção e divulgação** (61% das publicações), seguida por divulgação institucional (38,7%) e diálogo (0,3%) vem ao encontro dos resultados obtidos na **Etapa 2 – Informações em rede social** (técnica 1.1), corroborando a avaliação de que as estratégias utilizadas nas páginas oficiais privilegiaram ações de assessoria de imprensa, utilizadas para a divulgação informações sobre campanhas, eventos e prestação de serviços. A presença ainda expressiva de postagens classificadas na categoria **divulgação institucional** sugere que as estratégias também favoreceram ênfase publicitária de divulgação da imagem da instituição. O registro de 0,3% das postagens publicadas para estabelecer alguma forma de diálogo entre jovens e partidos repete os resultados obtidos pelas páginas oficiais de governo voltadas ao jovem avaliadas na Etapa 2, de que as estratégias utilizadas apresentaram iniciativas pouco expressivas com o objetivo de buscar o estabelecimento de diálogo entre jovens e partidos políticos por meio das publicações.

Ao avaliarmos os resultados relatados contatamos que os processos e estratégias de comunicação pública empregados nas páginas oficiais no Facebook voltadas ao jovem, tanto por iniciativa de governos, como por iniciativa de partidos políticos, indicam a preferência pela prática da chamada comunicação governamental/institucional, do que iniciativas que poderiam ser classificadas como as de comunicação pública conforme apregoam autores como Brandão (2009), Matos (2009), Duarte (2009), Kunsch (2012) e Nascimento (2012).

Na reflexão sobre as atribuições das comunicação dita pública na concepção desses autores, que apresentamos no levantamento bibliográfico da presente tese, podemos afirmar que uma de suas responsabilidades seria estabelecer fluxos de informações e diálogo entre Estado e cidadão, reconhecendo este cidadão, e, no nosso caso, o jovem, como integrante ativo nas decisões públicas, atendendo ao direito à informação e à comunicação (KUNSCH, 2012; DUARTE, 2011). No entanto, as práticas examinadas podem não favorecer o estabelecimento de tais fluxos ao não oferecer igualdade de condições de momentos de

negociação entre seus interesses e as políticas implementadas pelos governos (RABIN e BACICH, 2018; SILVA e NUNES, 2017; ALTHEMAN; MARQUES e MARTINO, 2017). Ao privilegiarem a divulgação de serviços e a as ações de cunho institucional, as postagens não contribuiriam para que tais espaços se tornem locais de interlocução entre Estado, Governo e sociedade civil (FRASER, 1992; MARQUES, 2015).

Tais resultados também podem explicar porque pesquisas realizadas por autores como Carrano (2012a), Dayrell, Gomes e Leão (2010) e Sloam (2014) indicam a falta de participação do jovem em processos que envolvem a elaboração de políticas públicas de seu interesse, o que repercutiria também no afastamento e falta de credibilidade do jovem nas instituições públicas criadas para representá-lo. Silva e Lopes (2009) e Sousa (2003) destacaram que faltam espaços abertos para o diálogo que possam colaborar na oferta de subsídios para políticas públicas que se comprovem eficientes. Na nossa pesquisa não encontramos exemplos que poderiam fomentar espaços para o diálogo e o debate sobre políticas públicas.

Os resultados obtidos na **Etapa 2** (Técnica 1.1) e **Etapa 3** (Técnica 2.1) estão relacionados à chave de interpretação 2: a elaboração dos conteúdos favorece a construção de enfoques de comunicação governamental, com a promoção de governos, em detrimento de uma visão de gestão pública de longo prazo.

Se, para Duarte (2012), as estratégias de comunicação pública deveriam privilegiar o interesse público; centralizar o processo no cidadão; propor ações que vão além do fornecimento de informações; tornar os instrumentos acessíveis a todos e tratar a comunicação como um único processo, percebemos que as estratégias e processos utilizados nas páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook centraram seus esforços no fornecimento de informações. São postagens e publicações voltadas à prestação de serviços, esclarecimento sobre dúvidas, divulgação de atividades da secretaria, convites, eventos e agendas. O conteúdo das postagens de divulgação institucional sugere que houve ênfase na publicação de ações e atividades dos secretários, em detrimento da divulgação institucional focada na instituição.

Embora os processos e estratégias de comunicação pública examinados em páginas oficiais no Facebook voltadas ao jovem e mantidas por governos e partidos políticos ofereçam informações de interesse geral, como a realização de atividades como festivais de música, cursos gratuitos preparatórios para vestibular, palestras sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ações de preparação para o mercado de trabalho, agenda de manifestações e reuniões partidárias, as publicações analisadas podem ser insuficientes no

cumprimento de um requisito da comunicação pública: a interlocução entre representantes e representados. A amostra examinada na **Etapa 2** e **Etapa 3** se aproxima mais das definições de comunicação governamental, que é aquela que trata dos fluxos de informações entre governo e sociedade e da comunicação institucional, que tem por objetivo posicionar a organização/instituição diante dos cidadãos, num trabalho de valorização dos “aspectos corporativos ou institucionais que explicitam o lado público das organizações” (KUNSCH, 2012, p.21/22). Ou seja, os resultados da presente amostra aproximam mais as ações investigadas da comunicação governamental e se diferencia dos aspectos normativos da comunicação pública democrática.

As práticas aqui examinadas vêm ao encontro da reflexão empreendida por Gil e Matos (2012), que questionam sobre qual foi e ainda é o papel do cidadão nos modelos de comunicação pública forjados no país nos últimos anos. Os resultados das páginas examinadas indicam que as estratégias e processos utilizados investiram em iniciativas que buscam a legitimação dos gestores e não proporcionaram mecanismos que poderiam colaborar para a construção ou recuperação dos espaços para debates sobre políticas públicas que favorecem o interesse coletivo (GIL, MATOS, 2012, p. 159). Nas postagens avaliadas em páginas oficiais de governos voltadas ao jovem no Facebook não encontramos publicações que aptas a estabelecer vínculos entre os usuários, incentivando-os a debater sobre tópicos apresentados.

Os resultados encontrados na presente pesquisa parecem mais próximos do conceito de comunicação de “natureza publicitária, de divulgação de suas ações na mídia, ou seja, com o foco principal do relacionamento com a mídia/jornalistas, e em menor grau com o cidadão” (NASCIMENTO, 2012, p. 304).

Os resultados sugerem que os espaços investigados pareceram “mascarar e subverter ações de interesse privado, entendido este como privilegiando determinados governantes e seus dependentes familiares e políticos” (WEBER, 2017, p. 24). Ao priorizar ações de assessoria de imprensa, que tem por objetivo divulgar eventos e produtos, o “público-alvo é pouco investigado e ainda menos escutado – o que interessa é propagandear alguma coisa, por vezes sem respeito pela verdade e pela realidade” (SOUZA, 2003, p.14).

As poucas iniciativas encontradas de estabelecimento de canais de diálogo entre jovens e governos/partidos políticos nas páginas de Facebook examinadas – 0,8% e 0,3% respectivamente, foram marcadas por temáticas superficiais, como enquetes sobre o que os jovens pretendem fazer nas férias; qual o humorista de sua preferência; qual a brincadeira de

infância que mais sente saudades; para citar algumas. Mesmo assim, tais postagens tiveram retorno pouco expressivo por parte dos usuários, muitas delas sem o registrado de nenhuma resposta.

Na avaliação das postagens da Etapa 2, registramos a presença de comentários – 3% - por parte dos usuários demandando informações da secretaria, o que definimos que iniciativa de diálogo passivo. No entanto, o conteúdo de tais comentários foi para a resolução de dúvidas sobre serviços oferecidos por meio das postagens, como perguntas sobre horários de atendimento, formas de acesso ao serviço, questionamento sobre bairros atendidos.

Tais espaços de trocas de comentários estabelecidos nas páginas investigadas não podem ser relacionados a ações de comunicação pública aptas a fomentar espaços que poderíamos denominar esferas públicas.

O papel da comunicação pública como mobilizadora de espaços públicos não foi efetivado por não registrarmos a “troca argumentativa paritária e pela justificação recíproca entre diferentes instâncias, atores e instituições” (MARQUES, 2015, p.89).

Se a cooperação deliberativa necessita que os parceiros das trocas dialógicas mantidas em espaços de conversação “se vejam como parceiros igualmente relevantes e moralmente dignos de respeito, tendo seus pontos de vista considerados e encampados pelo processo deliberativo” (MALVA, 2011, p. 227) a ausência de iniciativas que busquem promover o diálogo entre governos e juventude dificultaria que os jovens se reconheçam como integrantes de uma cultura cívica de participação, tão pouco podem considerar outros jovens como igualmente aptos a fazer parte de tais trocas.

Conforme abordamos no Capítulo 1, as ações de comunicação pública governamental poderiam apresentar potencial para incentivar a cultura cívica de participação, fomentando espaços onde os jovens poderiam realizar trocas sobre temáticas de seu interesse, estimulando dessa maneira o reconhecimento social. No entanto, as estratégias e processos investigados na presente pesquisa revelam uma assimetria nos canais de diálogo entre governos e jovens, o que pode não contribuir para a valorização e o reconhecimento. Segundo Salomão (2011), o reconhecimento é parte essencial do processo de estabelecimento da solidariedade social. Essa, por sua vez, requer a abertura de canais de diálogo que viabilizem o exercício de escutar os diferentes atores que fazem parte dos processos, incentivar o debate em igualdade de condições e estimular que os resultados atendam ao interesse geral, o que não ocorreu nos espaços investigados.

Se um dos desafios de comunicação pública seria promover ações que aproximem o jovem das instituições públicas, estimulando dessa forma a confiança, a cooperação e a

participação, a ausência de canais de diálogo nas práticas investigadas poderia prejudicar ações aptas a desenvolver o capital social entre os jovens. Os espaços de diálogo oferecidos nas postagens investigadas não foram voltados para oferecer formas de engajamento e participação política online, o que não favoreceria as variáveis do capital social, ou seja, a “confiança, cooperação e participação grupal não estão sendo favorecidas pelo processo de socialização política vigente o que, por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença” (NAZZARI, 2006, p. 137).

As estratégias e ações de comunicação pública podem ir além do que a utilização de tais espaços meramente para divulgação das ações das secretarias/departamentos, prestação de serviços e valorização da imagem das instituições. A inclusão de jovens em processos de debates sobre assuntos de seu interesse pode representar ganhos no processo de reconhecimento do jovem e na geração do capital social, “o que envolve uma prática política de natureza empoderadora que vai além dos canais convencionais de política institucionalizada” (BAQUERO; BAQUERO, 2011, p. 251).

A comunicação pública governamental poderia utilizar suas ações como facilitadores da geração de capital social, pois “o capital social, entendido como engajamento cívico, no sentido de cooperação e participação, de formação de uma cultura associativa e da promoção das relações de confiança e reciprocidade, é mesmo a causa, e paradoxalmente também a consequência da comunicação pública” (MATOS, 2009, p. 130).

A ausência de iniciativas aptas a promover o diálogo entre jovens e governos por meio de postagens nas páginas oficiais do Facebook pode contribuir para o não atendimento ao direito à comunicação, que prevê a existência de interações dialógicas entre o emissor e o receptor, de forma a permitir o cidadão a participação em espaços democráticos (PAULINO; GOMES, 2012). O direito à comunicação está diretamente relacionando à coletividade, o que o torna um direito social, já que ele só é efetivado quando seu atendimento permite aos indivíduos possam apresentar suas demandas e receber o retorno por parte das instituições públicas (RAMOS, 2005; BRITTES, 2003; GENTILLI, 2002).

As potencialidades proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação trouxeram novas plataformas a partir das quais o cidadão pode ser atendido em suas demandas relativas ao direito à comunicação. Portais de governos e sites de redes sociais apresentam um leque de possibilidades que podem tornar mais fácil o acesso às informações para atender o direito de informar e ser informado, além de colaborar em processos de debate sobre temas de seu interesse, como fóruns e consultas online por exemplo. “Os novos meios

digitais como as redes sociais produzem diálogos que abrangem o cenário emissor e receptor, possibilitando a existência de uma interação instantânea entre os internautas e de um debate público” (ALCURI et al, 2012, p. 162).

Essa prevalência dos novos meios e das novas tecnologias no dia-a-dia da população e nas práticas de comunicação pública digital torna ainda mais urgentes a elaboração de legislações e normas para a efetivação do direito à comunicação, de forma a incentivar "capacidades de colher, receber e comunicar, buscando viabilizar a interação entre a coletividade e uma realidade cada vez mais dinâmica e inter-relacionada” (PAULINO; GOMES, 2012, p. 73).

Nessa perspectiva, o atendimento ao direito à comunicação poderia ser aprimorado por meio do uso dos novos espaços para a incentivar a participação e o engajamento do jovem em temáticas do seu interesse. No entanto, como pudemos observar nos resultados obtidos nas Etapas 1 e 2 da presente pesquisa, a presença de 0,8% e 0,3% de propostas de diálogo nas páginas investigadas e nos resultados da entrevista realizada com os gestores de tais páginas, as ações e estratégias de comunicação pública ainda não estão sendo empreendidas com o objetivo de oferecer ao jovem espaços de expressão de suas demandas, de debate de assuntos de seu interesse e, numa última instância, no exercício da cidadania (DUARTE, 2012).

O exame das páginas web e páginas oficiais do Facebook da presente pesquisa também nos levou a questionar se os aspectos legais relacionados ao direito à comunicação do jovem estão sendo atendidos.

Nos últimos 15 anos, houve um incremento expressivo com relação ao reconhecimento do jovem como portador de direitos e deveres. Entre tais dispositivos, podemos citar a inserção do termo jovem no artigo 227 da Constituição Federal; o Plano Nacional da Juventude, que tramita no Congresso Nacional; e, por fim, o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) que pode ser considerado o dispositivo legal com avanços mais expressivos na garantia dos direitos e deveres do jovem.

O artigo 26 do Estatuto da Juventude determina que o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção do conteúdo individual e colaborativo e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. Já o artigo 27 determina que os órgãos públicos adotem medidas como o incentivo a programas educativos e culturais voltados aos jovens; a promoção da inclusão digital; a promoção de redes e plataformas de comunicação; a criação e manutenção de equipamentos públicos e a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas.

Conforme os resultados obtidos na análise das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude e das postagens de páginas oficiais de governos voltadas ao jovem, podemos afirmar que embora as postagens que divulgaram a oferta de serviços, informações de interesse geral e institucional sejam expressivas, há lacunas referentes à utilização de tais espaços para a produção e compartilhamento de conteúdos feitos pelos próprios usuários, conforme prevê o artigo 26. Embora a presença de sites e páginas oficiais possa representar um avanço, o número de sites e páginas oficiais que carecem de atualizações, de acompanhamento e monitoramento, conforme observamos durante a análise exploratória realizada para a determinação da amostra, indicaria a necessidade de maiores investimentos pelas estratégias e processos de comunicação pública voltados ao jovem.

O documento ainda cita a importância de ações de autonomia e emancipação do jovem, de valorização e promoção da participação social e política e da ampla participação juvenil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. No entanto, a ausência de iniciativas aptas a desenvolver o diálogo nos espaços investigados pode indicar que as tecnologias de informação e comunicação estão sendo centradas na promoção de ações e atividades de governo e na valorização institucional de secretarias e departamentos.

Os dados coletados na **Etapas 2 e 3** revelaram que as estratégias e processos de comunicação pública empregados privilegiaram a promoção e divulgação, com ações de assessoria de imprensa, e as ações de divulgação institucional. Apesar dos conteúdos examinados atenderem aos princípios da comunicação pública – interesse geral e utilidade pública – a ausência do feedback do público pretendido, não levando em consideração opiniões e expectativas do jovem, sugere que não houve o estabelecimento de formas de diálogo entre jovens e governos.

Se um dos desafios das iniciativas de comunicação pública voltadas ao jovem é a promoção de ações que busquem diminuir a apatia e a indiferença da juventude com relação às instituições públicas, podendo contribuir para o estabelecimento de formas alternativas de associativismo, cooperação e participação que pudessem estimular os sentimentos de confiança, cooperação e solidariedade, tão caros ao capital social, podemos afirmar que as estratégias e processos de comunicação pública empregados e examinados na presente pesquisa podem não apresentar potencial para o estabelecimento de canais de diálogo entre jovens e governos.

A prevalência de postagens para tornar públicas atividades das secretarias, para a prestação de serviços e para a divulgação das agendas dos responsáveis pela pasta em detrimento do estabelecimento de canais de diálogo com o jovem cidadão pode não

contribuir para a efetivação do direito à comunicação. Embora tenhamos relatado nos resultados da pesquisa que existiram iniciativas para buscar a interatividade com o jovem, a superficialidade das propostas e a falta de retorno por parte dos usuários nos faz questionar se redes sociais como o Facebook são espaços aptos a promover o debate conforme os ideais de esfera pública habermasiana. Os resultados da pesquisa sugerem que a necessidade do investimento em ações e estratégias aptas a incentivar o debate público.

Os resultados acima relatados e a reflexão por meio da presente chave de interpretação que buscou relacioná-los ao referencial teórico empreendido nos primeiros cinco capítulos, nos suscita a necessidade de, ao procurarmos atender ao **objetivo específico (d)**, apresentar propostas de aprimoramento que possam contribuir para que as realizações de comunicação pública digital examinados possam favorecer a participação democrática e o engajamento social.

Mais uma vez, nossas sugestões são divididas em duas frentes: a primeira está relacionada à formação dos futuros profissionais e a capacitação dos profissionais que já atuam em assessorias de comunicação.

O profissional que atua em assessorias de comunicação pública governamental deveria ser orientado e preparado para o fato de que suas ações são diferentes do mercado, cujo objetivo é divulgar a marca, a pessoa ou a instituição. Se os aspectos normativos da comunicação pública democrática são o interesse geral e a utilidade pública, a presença expressiva de postagens com o objetivo de divulgar favoravelmente a instituição, com destaque para secretários e demais representantes, além de não contribuir para a participação democrática e o engajamento social, não atenderia a um dos princípios da administração pública, a impessoalidade.

A formação acadêmica e a capacitação dos profissionais deveriam contribuir para o entendimento da importância da abertura de canais de diálogo entre governos e cidadãos, para que o jovem se sinta reconhecido e municiado com mecanismos de atendimento ao direito à comunicação (KUNSCH, 2012; DUARTE, 2011). As estratégias e processos de comunicação devem ser orientadas para o estabelecimento de fluxos de interlocução entre Estado, Governo e sociedade (FRASER, 1992; MARQUES, 2015) e não como vitrine das ações das secretarias e seus respectivos representantes.

No entanto, os resultados da pesquisa em tela nos fazem questionar, assim como Gil e Matos (2012), sobre qual deve ser o papel do cidadão nas estratégias e processos de comunicação. Essa questão também deve ser debatida e estudada nos locais de formação dos futuros profissionais que irão atuar em estruturas de assessoria de comunicação. Seria

necessário que os profissionais estejam preparados a investigar e escutar o público-alvo de suas ações, a fim de mobilizar espaços públicos que permitem trocas argumentativas entre governos e jovens (MARQUES, 2015).

A segunda sugestão que apresentamos com o objetivo de atender ao objetivo específico (d) volta a citar a necessidade do estabelecimento de políticas públicas de comunicação governamental específicas para a juventude. Nesses documentos, o público alvo, o jovem, deve ser considerado em todas as etapas dos processos e estratégias de comunicação pública empregados. A utilização de espaços como portais e sites de redes sociais como forma de conferir visibilidade aos detentores da pasta deveria ser coibida com rigor, mesmo porque pode ferir o princípio da impessoalidade.

A análise das postagens que procuraram estabelecer algum tipo de diálogo com o jovem – 0,8% na Etapa 2 e 0,3% na Etapa 3 revelaram resultados pouco expressivos, tanto na quantidade de postagens, quanto pelo retorno dos usuários. Uma das possibilidades de incentivar resultados mais profícuos de diálogo por meio de redes sociais seria o levantamento de temáticas que aparentemente despertaram mais a atenção do jovem, por meio da análise da repercussão das postagens entre seus usuários.

Os conteúdos escolhidos para o debate precisam ser relevantes, que despertem o interesse do jovem e que sejam apresentados com a mesma forma que os usuários se comunicam (ONU, 2014). Escolhida a temática, os planos de comunicação deveriam estabelecer ações e estratégias que incentivassem o jovem a debater sobre a temática sugerida. Os próprios jovens usuários das páginas poderiam ser convidados a estimular os debates, cabendo aos gestores das páginas apenas a moderação das colaborações. Mais uma vez, cita-se a importância do registro dos resultados da participação, para que o jovem saiba que sua opinião pode contribuir para o debate apresentado, o que requer o estabelecimento de ações de monitoramento e gestão das contribuições.

As políticas públicas de comunicação governamental voltadas ao jovem deveriam conceber suas estratégias e processos como formas de garantir o direito à comunicação, prevendo a abertura de canais de diálogo que viabilizem o exercício de escutar o outro, de considerar suas demandas e de oferecer o retorno. A elaboração de espaços de diálogo em sites de redes sociais só atenderia ao potencial de engajamento e participação política se fossem estabelecidos de forma a gerar confiança, cooperação e solidariedade, para que os jovens possam ser incluídos em processos de debate de temáticas de seu interesse.

8.3 Uso de sites de redes sociais como prótese sociotécnica de inspiração narcisística

Os comentários investigados nas páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook revelam três situações: a polarização dos comentários entre os usuários; a ausência de diálogo entre seus participantes; e a falta de reciprocidade e respeito em postagens mais polêmicas. Tais resultados podem indicar o uso da rede como prótese sociotécnica de inspiração narcisística, tornando-se “passatempo articulado pela forma mercadoria, cujo conteúdo é estético e o sentido social é a popularidade” (RÜDIGER, 2015, p. 33). Há que se considerar também que a arquitetura de plataformas como sites de redes sociais permitiria o efeito filtro-bolha nos conteúdos que recebemos e compartilhamos (PARISER, 2011; COULDRY, VAN DIJCK, 2015). O que os resultados da presente investigação sugerem é que as redes sociais, ao invés de terem se constituído como espaços de conversação e troca de ideias, têm reforçado e conferido visibilidade ao acirramento de posições políticas divergentes; a superficialidade das contribuições; a necessidade de impor o ponto de vista de quem publica e desconsiderar o ponto de vista do outro. O fato de as redes sociais, notadamente o Facebook, serem exploradas como prótese sociotécnica para construção narcisística, enfraqueceria as oportunidades de participação e de engajamento entre os jovens nesses espaços, tornando rarefeitas as possibilidades de diálogo e de deliberação.

Para atendermos o **objetivo específico c**, que buscou verificar se os espaços de conversação encontrados nas redes sociais apresentam características que possam favorecer o debate e a deliberação, analisamos, na **Etapa 3** (Técnica 2.2) os comentários publicados em postagens das páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem. Ao todo, num período de doze meses de análise e oito páginas investigadas, coletamos 977 comentários publicados, os quais foram avaliados mediante as seguintes categorias: **justificação** (testemunho pessoal, valores morais e fontes externas); **reciprocidade, respeito e informação** (Tabela 6).

Os resultados obtidos na análise dos 977 comentários coletados em espaços de conversação mantidos em postagens de páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem, indicam que 68% dos comentários nas postagens publicadas não procuraram apresentar fundamentação objetiva para que seja possível a argumentação lógica e racional entre os participantes desse tipo de conversação; 29% de comentários que apresentaram algum tipo de justificação foram interpretados como de testemunho pessoal,

com características testemunhais e 1% valores morais. Os comentários que apresentaram algum tipo de fonte externa (2%) ofereceram, predominantemente, informações provenientes de mídias tradicionais, o que indicaria que, apesar da quantidade de novos espaços que as tecnologias de informação e comunicação podem oferecer ao usuário para acesso às informações, os autores dos comentários analisados demonstraram preferir utilizar como fonte extra de informações - vídeos, matérias, fotos e ilustrações, oriundos de sites de mídias industriais.

Os 977 comentários publicados nas postagens avaliadas em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem também foram investigados na categoria **reciprocidade**, sendo que 20% dos comentários avaliados atenderam às características de reciprocidade, o que indicaria que 80% dos comentários analisados não consideraram a opinião do outro, o que dificultaria o entendimento mútuo, a troca racional de argumentos para a construção de um consenso.

Os 977 comentários apresentados nas postagens avaliadas em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem foram avaliados ainda na categoria **respeito**. Dos comentários avaliados, o desrespeito pelo comentário de outro usuário da página foi registrado em 37% dos conteúdos investigados, com comentários ofensivos, revelando principalmente a polarização entre os seguidores de partidos de direita e de esquerda. Os comentários com maior expressividade de falta de respeito e até demonstração de discursos de ódio entre seus usuários foram encontrados em publicações que abordam denúncias de corrupção de representantes políticos, gerando repercussão bastante expressiva.

A análise dos espaços de conversação mantidos em postagens nas páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem na **Etapa 3**, Técnica 2.2, vêm ao encontro de resultados de pesquisa e reflexões apresentadas por autores como Rüdiger (2015), Couldry e Van Dijck (2015), Couldry et al (2014), Brugnago e Chaia (2015), Marichal (2013, 2016), Sibilia (2008) e Recuero (2017, 2015, 2013, 2009). Embora considerem as novas mídias sociais, notadamente o Facebook, como importante plataforma para compartilhamento de informações, divulgação de ações e atividades políticas, esses autores argumentam que os sites de redes sociais têm evidenciado debates que parecem fortalecer o dissenso ao invés de contribuir para o consenso, dada a intensa polarização de opiniões. Há que se registrar ainda que, assim como os resultados evidenciados na presente pesquisa, os trabalhos empreendidos por esses pesquisadores indicam também a

falta de respeito e reciprocidade entre aqueles que participam de espaços de conversação mantidos nas redes sociais.

Os resultados das análises dos comentários investigados nas páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem, com ausência de justificção fundamentada na apresentação dos argumentos - 68% dos comentários não apresentaram qualquer justificção - revelaria uma tendência à superficialidade, conforme salienta Rüdiger (2015, p. 41). Isso se dá, conforme o autor, porque as redes sociais estariam sendo utilizadas como forma de conferir banalidade às ações, uma forma de “passatempo articulado pela forma de mercadoria, cuja novidade em relação a outros é o cunho de exercício individual; o conteúdo imediato é estético; e o sentido social é a busca de prestígio sob a forma de popularidade” (RÜDIGER, 2015, p. 42). O objetivo dos comentários registrados seria obter um número expressivo de curtidas e comentários para promover o autor, numa espécie de narcisismo coletivo, que se de um lado busca-se a popularidade por meio de quem produz os conteúdos, quem interage com tais publicações também o faz em busca da mesma popularidade. “A fantasia não se sustenta sem gratificação: esta, nas redes sociais, provém do fato de olhar e pretender-se olhado, de seguir e possuir seguidores, de postar e receber postagens, de granjear aplauso, etc.” (RÜDIGER, 2015, p. 44). A presença bastante expressiva de discursos de ódio em postagens que geraram maior repercussão em detrimento de publicações que apresentaram temas mais complexos, como a discussão sobre a redução da maioridade penal por exemplo, revelaria que os autores dos comentários registrados não buscaram estabelecer relações de troca, confiança e solidariedade para a obtenção de um consenso, o que indicaria que “os aparatos, por si só, não têm como frear o enfraquecimento de nossa capacidade de agir coletiva e criativamente no plano concreto.” (RÜDIGER, 2015, p. 48). Se para muitos autores as redes sociais permitiram a visibilidade a muitos excluídos, para o Rüdiger (2015) é mais preocupante que tal visibilidade esteja baseada na banalidade dos usos das redes sociais.

Em pesquisa que investigou espaços de diálogo estabelecidos entre professores e estudantes universitários por meio de sites de redes sociais, Couldry et al (2014) afirmam que os sites de redes sociais colocaram em evidência um quadro da mudança das questões políticas gerais e coletivas para interesses políticos mais específicos e individuais, além do fortalecimento do declínio da confiança nas instituições públicas e a fronteira tênue entre o público e o privado. As experiências examinadas pelos pesquisadores indicam que há uma tendência ao individualismo dos usuários de sites de redes sociais, principalmente entre os jovens.

Para Conroy, Feezel e Gerreiro (2012) há que se considerar a falta de qualidade no conteúdo dos comentários normalmente registrados em mídias sociais, pois as trocas parecem apenas reforçar pontos de vista, com pouca capacidade de educar, oferecer conhecimento político que tornem os jovens aptos a participar. Quando comparamos os resultados obtidos na presente pesquisa, a utilização de testemunhos pessoais pelos autores de comentários e a falta de apresentação de fontes alternativas de informações para o enriquecimento do debate nos leva a questionar se os espaços de conversação examinados poderiam contribuir para o conhecimento político, para a formação e para a preparação do jovem para participar.

Ao avaliar 250 grupos de debate político no Facebook, Marichal (2013) concluiu que poucas iniciativas investigadas conseguiram fomentar o diálogo, sendo utilizados tão somente para favorecer determinado posicionamento político. Segundo o autor, o Facebook é hoje mais um espaço para a expressividade dos usuários, visualizando o político apenas pela lente do pessoal, o que também foi indicado em nossa amostra.

Os resultados obtidos na **Etapla 3** (Técnica 2.1) vem ao encontro da análise do trabalho que avaliou o uso do Facebook como espaço de discussão política online por meio das publicações da página de Marina Silva sobre a aprovação do Novo Código Florestal. Embora o uso da página tenha sido bastante expressivo no sentido de tentar uma proximidade da candidata com os seguidores, ampliando também sua visibilidade política, a relação estabelecida é volúvel e distante, numa “comunicação que dificilmente é verdadeiramente de mão dupla - há a criação de novos laços entre os indivíduos desconhecidos, mas ligações que tanto dentro como fora do âmbito da internet se apresentam como frágeis” (PENTEADO, AVANZI, 2013, p. 19).

O que os autores argumentam que sites de redes sociais são mais um espaço para estimular a hipertrofia do “eu”, garantir a presença nas redes sociais, sair do anonimato, diminuindo dessa forma as fronteiras entre o público e privado. “A privatização dos espaços públicos é outra característica da crescente visibilidade do privado” (SIBILIA, 2008, p. 28), encaminhando-se a cada dia para o espetáculo do “eu”. Essa espetacularização do “eu” seria uma das razões para que haja passividade e desinteresse dos usuários por temas públicos.

Para Marichal (2016, p. 7), nas redes sociais “nós nos conectamos apresentando uns aos outros o “eu” socialmente construído. O Facebook facilitaria essa construção de si mesmo ao criar uma arquitetura de divulgação que incentiva os usuários a compartilharem informações sobre si mesmos”, o que explicaria a hipótese indicada por Rüdiger (2015) de que as redes sociais seriam utilizadas como próteses sociotécnicas de inspiração narcisística.

Embora os sites de redes sociais apresentem potencialidades para o incentivo ao engajamento, oferecendo oportunidades de troca e compartilhamento de informações, também podem exacerbar os sentimentos e as emoções subjetivas. Esse uso privado/público das potencialidades das redes sociais ocorreria porque o Facebook “dá aos usuários a impressão de uma esfera pública, ao mesmo tempo que lhes permite apresentar-se a um público pré-selecionado, uma esfera inerentemente privada” (MARICHAL, 2016, p. 33).

Percebemos também em nossa amostra a presença expressiva de comentários em postagens sobre temáticas mais polêmicas, o que Gomes (2016, p. 381) denomina de efeito “arquibancada”, quando o “comentário social segue rapidamente a cronologia dos eventos, enquanto eles estão se processando e as pessoas tomando posição a respeito dos fatos que estão acontecendo”. Assim como o observado nos comentários investigados em nossa pesquisa, as contribuições analisadas pelo autor demonstraram banalidade, amadorismo, algumas revelando preconceito e falta de civilidade. Ou seja, quem comenta nem sempre leva em consideração a qualidade de sua contribuição, muitas vezes apresentando apenas testemunhos pessoais para justificar seus argumentos. “Os novos públicos do comentário social são os que são, apenas com novos meios e oportunidades de publicar opiniões e de sentir a reação dos outros à opinião que publicam” (GOMES, 2016, p. 384).

A falta de provimento de razões, de reciprocidade entre os que participam dos debates por meio de comentários publicados em redes sociais, a ausência de respeito pelo comentário do outro também foram identificados em pesquisa empreendida por Penteado e Avanzi (2013), os quais afirmam que as mensagens apresentam trocas simplórias de informação ou argumentação. “Os cidadãos internautas se utilizam do Facebook para se manterem informados sobre os mais variados assuntos ou transmitindo as informações, mas não necessariamente se envolvendo de forma intensa nas questões expostas” (PENTEADO, AVANZI, 2013, p. 20), o que dificultaria o uso de tais espaços para a ampliação do debate político de forma crítica e democrática.

O uso dos sites de redes sociais como prótese sociotécnica de inspiração narcisística (RÜDIGER, 2015) e a espetacularização do “eu” (SIBILIA, 2008; MARICHAL, 2016), a superficialidade das contribuições dos participantes de espaços de conversação por meio de comentários (RÜDIGER, 2015; GOMES, 2016; CONROY, FEEZEL e GUERREIRO, 2012), com falta de provimento de razões, de reciprocidade e de respeito (COULDRY et al, 2004; PENTEADO e AVANZI, 2013, MARICHAL, 2016) estimularia o que também percebemos na análise dos espaços de conversação estabelecidos nas páginas de partidos

políticos voltadas ao jovem: a visibilidade da polarização política dos comentários registrados, principalmente em postagens de temática mais polêmica.

A avaliação dos comentários investigados nas postagens oficiais de páginas de partidos políticos voltadas ao jovem indicou que tais espaços estão sendo utilizados como vitrine para posicionamento e expressividade política de seus autores. Tal situação seria motivada porque, conforme Rüdiger (2015), Sibilia (2008) e Marichal (2016), os espaços proporcionados pelos sites de redes sociais funcionariam como vitrine, na qual os usuários validariam sua identidade. O usuário utilizaria as redes sociais não para debater e buscar novas perspectivas sobre uma temática, mas para encontrar pessoas que também pensam como ele.

Para Brugnago e Chaia (2015, p. 102), se as manifestações de junho de 2013 foram consideradas por muitos autores como um sopro de otimismo contrário à ideia de que a apatia sobre as questões públicas do país impera entre os jovens, elas também evidenciaram a polarização entre esquerda e direita no país. Essa divisão pareceu ainda mais evidenciada nas discussões em sites de redes sociais durante as eleições de 2014 e 2018, notadamente o Facebook, considerado pelos autores um dos principais meios de proliferação de discussões políticas.

Ao analisarmos os comentários em postagens publicadas nas páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook percebemos que houve uma clara divisão dos usuários em dois grandes blocos: “coxinhas” e “petralhas”. Isso ocorreria porque sites de redes sociais, e em especial do Facebook, podem se tornar elementos de viabilização de ideologias. “Nas últimas eleições, pudemos ver as ideologias se construindo por meio de um novo e muito poderoso dispositivo: as redes sociais” (BRUGNAGO. CHAIA, 2015, p. 118). Os posicionamentos acirrados que pudemos perceber nas trocas estabelecidas em espaços de conversação registrados nos comentários das postagens das páginas analisadas podem não colaborar para o entendimento mútuo necessário à deliberação pública.

Marichal (2016) também acentua o potencial de redes sociais como o Facebook conferirem visibilidade às divisões de posições políticas. Segundo o autor, a arquitetura do Facebook estimularia a divulgação e não a troca de ideias, onde tendemos a seguir, compartilhar e concordar com visões semelhantes às nossas, pois “vemos essas performances como confiáveis quando compartilhamos sentimentos semelhantes a elas. em vez de permitir que pontos de vista dissonantes desafiem os nossos, muitos de nós “dobram” as nossas crenças originais” (MARICHAL, 2016, p.96), podendo estimular níveis mais altos de passividade social.

Além da passividade social, há que se considerar também que os sites de redes sociais oportunizaram espaço para expressividade e visibilidade de demonstração de desrespeito, ataques pessoais e até mesmo demonstração de ódio entre os usuários. Quando observamos as postagens que tiveram o maior número de comentários, pudemos perceber que os usuários participantes das trocas nos espaços de conversação apresentam informações e opiniões bastante divergentes em dois grandes grupos. Um grupo demonstrou ser favorável às investigações que culminaram na prisão de diversos líderes políticos. Outro grupo apresentou posicionamento bastante cético com relação aos resultados das investigações, relatando críticas e acusações de má conduta por parte dos responsáveis pelas investigações e julgamentos. Em tais situações, as trocas examinadas raramente ocorreram de forma respeitosa. Foram comuns palavras como “ladrões”, “corja”, “quadrilha”, “vendido”, “juiz corrupto”, entre outros exemplos, além de diversos comentários depreciativos com relação às atividades partidárias, como manifestações de ironia e repúdio em caso de divulgação de agendas de manifestações e protestos.

A falta de reciprocidade em 80% dos comentários investigados sugere que os usuários utilizaram os sites de redes sociais como forma de reforçar sua opinião e não para buscar o debate e construir o consenso. A ausência de respeito em 37% dos comentários analisados também reflete a tendência dos usuários de sites de redes sociais de se sentirem mais livres para deixar sua agressividade exposta, pois “a radicalização se torna convidativa. Os limites da radicalização são elevados pela rede, ao permitir uma libertação da moral conhecida publicamente como agressiva” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 123). Contribuiria para tal radicalização das opiniões a necessidade que os usuários apresentam de exercer o poder da liberdade de expressão, alimentando o fetiche pelo “eu” (SIBILIA, 2008; RÜDIGER, 2015; MARICHAL, 2016) numa realidade onde o “radicalismo toma conta, pois este chama mais a atenção do que os comentários moderados. A tendência que a política enfrenta é a de radicalização das ideologias políticas e potencial crescimento da base de discussão” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 126).

Nos comentários onde a ausência de reciprocidade e a demonstração de desrespeito pelo comentário do outro foi mais evidente não percebemos ações dos administradores das páginas de forma a interferir na gerência de conflitos, já que a comunicação pública de inspiração habermasiana pretenderia criar situações onde seja possível assumir temporariamente o lugar do outro, identificação por meio da empatia e solidariedade (MARQUES; MAFRA; MARTINO, 2017).

Na análise dos comentários que não apresentaram respeito pelo comentário do outro usuário, percebemos a presença expressiva de discursos de ódio contra determinadas agremiações políticas ou respectivos representantes. Segundo Recuero (2015), a mídia social é violenta porque é um meio de discurso e o discurso está relacionado à violência simbólica, que aparece por meio da linguagem. “A violência simbólica naturaliza o discurso sobre as coisas e legitima o sistema de dominação. A violência é, portanto, também um produto do discurso, e seu efeito é a naturalização das relações de poder (e dominância)” (RECUERO, 2015, p. 1). A autora afirma que a polarização das discussões políticas observadas no Facebook durante as eleições de 2014 revelaram “formas de violência online sem precedentes com grande repercussão na mídia em todo país” (RECUERO, 2015, p. 2). A autora questiona se a divisão entre as opiniões que foi bastante evidenciada em sites de redes sociais como o Facebook colocaria em dúvida o potencial de tais espaços em promover troca de diferentes opiniões e a disseminação de informações que podem contribuir para a formação do cidadão.

Em outro artigo, Recuero (2013) também afirma que, quando ocorre alguma forma de desrespeito ou falta de reciprocidade na troca entre usuários em espaços de conversação online, o indivíduo sente-se frustrado, pois na troca os usuários pretendem que suas opiniões sejam legitimadas pelos pares. Segundo a autora, a conversação só atinge os objetivos esperados quando ocorre de maneira organizada e coerente. Como pudemos observar na análise dos comentários, o fenômeno da hiperconexão pode ter dificultado a presença do respeito e reciprocidade entre os usuários, ocorrendo então conflitos e até mesmo discursos violentos. A distância dos demais atores envolvidos no debate permitiria que a conversação seja um espaço “frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e mesmo, pela propagação da violência” (RECUERO, 2013, não paginado). Essa situação de deslegitimação dos discursos, de falta de respeito e reciprocidade entre seus participantes pode ocasionar um declínio do capital social em espaços onde as trocas efetivamente não se concretizam. “A conversação em rede, assim, pode vir constituir-se em um ponto fundamentalmente negativo para as redes sociais online” (RECUERO, 2013, web).

Outra característica que pode explicar os resultados da análise dos comentários investigados na presente pesquisa é a influência dos denominados filtros-bolhas. Sites de redes sociais como o Facebook sofrem interferência de grandes corporações midiáticas, pois as plataformas atuais “projetam algoritmos que conectam simultaneamente os usuários ao conteúdo e aos anúncios, maximizando assim a eficácia da atenção do globo ocular”

(COULDRY, VAN DIJCK, 2015, p. 3). Essa prática, baseada em princípios como popularidade, medida por meio de cliques; conectividade e número de relacionamentos; capacita, promove, distribui e orienta os dados, fazendo com que o usuário receba mais daquilo que curte, comenta e compartilha, conteúdos esses influenciados por algoritmos que servem como agentes editoriais e publicitários. “O Google e o Facebook, como dois dos mais poderosos gatekeepers, controlam uma cadeia verticalmente integrada de plataformas e algoritmos de busca, permitindo que eles definam as condições para o tráfego on-line” (COULDRY, VAN DIJCK, 2015, p. 4). Esse controle das plataformas e algoritmos poderia contribuir para que as divergências percebidas nos comentários analisados se acentuem ao invés de se encaminharem para a troca de argumentos visando a um consenso.

Recuero, Zago e Soares (2017, p. 7) afirmam que a combinação da filtragem feita pelos usuários com a realizada pelos algoritmos levaria ao consumo de conteúdos cada vez mais personalizados, situação que seria dificilmente percebida pelos usuários, o que por sua vez poderia potencializar as chamadas “câmeras de eco”, comuns nas conversações e revelada na análise por nós realizada. As “câmeras de eco” dariam uma noção equivocada de que as mídias sociais estimulam a efetivação de ambientes democráticos, “pois ainda que supostamente todos possam fazer circular informações, a combinação de filtros sociais, algoritmos e preferências pessoais pode trazer obstáculos ao acesso a informações”. Os autores afirmam que nos grupos de conversação política no Twitter, circularam discursos que refletiam a posição política de seus membros, o que ocasionaria que “as redes a que os usuários são expostos acabam sendo afetadas por uma série de fatores, como afinidade na escolha quanto quem seguir, algoritmos de seleção fornecidos pelos próprios sites, e filtragem de conteúdos por outros usuários” (Recuero, Zago e Soares, 2017, p. 26).

Para Pariser (2011), os filtros-bolha fazem com que o que acessamos na internet funcionem como um espelho unidirecional que refletiria nossos próprios interesses, o que dificultaria que os espaços de conversação existentes nas redes sociais resultem em debates democráticos, pois ao estarmos envolvidos em nossos próprios filtros-bolha temos dificuldades em ver o ponto de vista do outro. Segundo o autor, a geração de filtros promovida pela internet criaria um “único universo de informações para cada um de nós - o que eu chamo de bolha de filtro - que altera fundamentalmente a maneira como encontramos ideias e informações” (PARISER, 2011, p. 5)

Podemos afirmar que, apesar da presença de um número expressivo de comentários investigados – 977 – postados por usuários de páginas oficiais de partidos políticos voltadas

ao jovem, cujas trocas consideramos como espaços de conversação, a análise das participações mediante as categorias já relatadas indicam a existência de um ambiente voltado mais para a publicação de opiniões do que para a troca dialógica propriamente dita.

A divergência de opiniões exacerbada e observada nos comentários registrados em postagens com maior repercussão coloca em dúvida o potencial de tais espaços em encorajar a participação individual na esfera pública, pois a falta de reciprocidade dos comentários registrados pode dificultar o incremento do capital social necessário para a ocorrência de um debate democrático. Considerando que 37% dos comentários registrados não respeitaram o comentário do outro, questionamos também se os espaços de conversação mantidos em sites de rede sociais como o Facebook podem proporcionar vínculos entre seus participantes, para que então sejam estimulados a fazer parte de processos de engajamento para pautas comuns.

Os comentários observados nas postagens da presente pesquisa nos indicam que tais espaços potencializam a expressão de ideias, mas não a troca de argumentos visando à construção de um consenso, o que seria necessário para que o jovem pudesse aumentar sua capacidade de ação política. Embora as redes sociais ofereçam um leque bastante diversos de canais de informações, os resultados da pesquisa indicam que as mídias tradicionais ainda são as fontes usuais de informações para os participantes das conversações analisadas, o que pode indicar que os usuários parecem confiar em instituições historicamente consolidadas, como a imprensa, do que fontes alternativas de informações e até mesmo instituições políticas ou normas jurídicas.

Os espaços de conversação observados nas postagens das páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem sugerem, portanto, um afastamento dos ideais aptos a desenvolver em tais espaços ações deliberativas, com troca de razões justificadas, onde o comentário do outro é considerado e com a oferta de subsídios que possam enriquecer o debate estabelecido. O que se observou em tais espaços foi uma aproximação da definição de conversação cotidiana, descompromissada, evidenciando a divergência de opiniões entre seus participantes, situação que apresenta distanciamento dos ideais deliberativos de um discurso racional e aproxima-se mais da utilização dos espaços de conversação oferecidos em sites de redes sociais como canais de divulgação de interesses e expectativas particulares de seus participantes.

Como indicação de aprimoramento das práticas de comunicação pública investigadas na presente amostra, atendendo ao **objetivo específico (d)**, sugerimos que as estratégias e

processos de comunicação pública governamental elaborem exercícios que objetivem fomentar habilidades necessárias à deliberação.

Uma das possíveis estratégias para incentivar exercícios de deliberação seria a oferta de propostas que unissem espaços offline o online. A partir de temáticas específicas, elencadas mediante pesquisa de opinião e análise de postagens que geraram maior repercussão, os gestores dos conteúdos poderiam escolher alguns temas que parecem ter despertado a atenção dos jovens. Eleito o tópico a ser debatido, com a presença ativa de moderadores, as páginas poderiam oferecer espaços para o debate sobre o assunto, aliado a atividades offline que motivassem a participação, como o agendamento em reuniões em escolas, atividades culturais e esportivas que incentivassem a mobilização do jovem. Os moderadores teriam que atuar de maneira expressiva, podendo, inclusive, criar grupos específicos para os debates das temáticas. A partir de regras bem claras de conduta de tais espaços, os moderadores poderiam orientar os participantes a apresentar justificações, oferecer respeito e reciprocidade aos comentários dos outros, coibindo e até excluindo os autores que fugissem às regras de deliberação.

Tal atividade de moderação, por sua vez, também iria requerer a preparação de profissionais aptos a exercer a atividade, cientes das características dos ambientes deliberativos de modo que suas intervenções servissem apenas para fomentar o diálogo e o debate, estimulando o atendimento ao direito à informação e à comunicação, sem que a intervenção pudesse cercar o direito à livre expressão.

O monitoramento e a gestão dos comentários apresentados nas postagens que geraram maior repercussão poderiam permitir a condução dos debates de forma a incentivar que o usuário procure compreender a posição do outro, refletir sobre o conteúdo dos comentários e propiciar oportunidades mais amplas de debate, incentivando a empatia e solidariedade entre os participantes, o que por sua vez poderia contribuir para o incremento do reconhecimento e do capital social. As páginas poderiam também incluir regras de publicação, com alertas para os participantes de que discursos de ódio e manifestação de desrespeito pela postagem do outro não seriam permitidas.

CONCLUSÕES

Desde 2005, o jovem, a juventude ou as juventudes passaram a ocupar o lugar de protagonismo nas políticas públicas no país. Em 2010, o artigo 227 da Constituição Federal foi alterado e incluiu o jovem no Capítulo VII do Título VIII, que passou a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Jovem”. Três anos depois, foi promulgada a Lei 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude. Além dos dispositivos legais, a criação da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional da Juventude e do Programa Nacional da Juventude (2005) foram ações do governo federal que acabaram influenciando a implantação de secretarias e departamentos específicos para juventude em estados e municípios em vários lugares do país. Aliado ao quadro de crescimento no investimento de dispositivos legais e políticas públicas destinadas ao jovem, também cresceu expressivamente a presença de estratégias e processos de comunicação pública governamental específicas para a juventude.

O desenvolvimento veloz e as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação há muito têm sido considerados por alguns autores apresentados na presente tese como possibilidades de oferta de novas ferramentas de atuação de assessorias de comunicação pública governamental (NASCIMENTO, 2012; DUARTE, 2012; CORRÊA, 2005). Os avanços não dizem respeito apenas às plataformas de divulgação de ações a atividades de governos, mas principalmente o potencial que tais tecnologias ofereceriam de abertura de canais de interlocução entre cidadão e estado, viabilizando conteúdos mais democráticos de comunicação. Acreditam esses autores que as novas tecnologias possibilitariam ao cidadão ferramentas mais democráticas não apenas para o acesso à informação, mas também para falar e ser ouvido, aproximando o ideal de uma sociedade democrática que respeita os direitos à expressão, à comunicação e à informação (DUARTE, 2012; BRANDÃO, 2012; RABIN e BACICH, 2018; SILVA e NUNES, 2017; ALTHEMAN, MARQUES e MARTINO, 2017).

A partir das potencialidades representadas pelas tecnologias de informação e comunicação para as realizações de comunicação pública governamental, como portais de governo e páginas de redes sociais, o norte do nosso trabalho foi investigar se as estratégias e processos empregados podem promover fluxos de comunicação, diálogo e debate entre cidadãos e governos, atendendo o direito à informação e comunicação, incentivando o engajamento social e a participação democrática dos jovens.

No entanto, a partir dos resultados da presente investigação, cuja amostra reuniu páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude, páginas oficiais de governos e páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook, defendemos a tese de que as estratégias e processos de comunicação pública empregados em portais web de governo, páginas oficiais de governos e de partidos políticos voltados ao jovem devem ser aperfeiçoados em busca do desenvolvimento da comunicação democrática.

Para chegarmos a esse resultado, o trabalho foi dividido em três etapas de investigação, utilizando como método a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo: **Etapas 1 – informações em páginas web**, que investigou páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude de portais de governos; **Etapas 2 – informações em rede social**, que investigou conteúdos das postagens das páginas oficiais de governo e de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook; e **Etapas 3 – Conversações em rede social**, que investigou os espaços de conversação estabelecidos em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem.

Os resultados da investigação empreendida nas Etapas 1, 2 e 3 foram obtidos ao procurarmos atender aos objetivos apresentados no momento da elaboração do projeto de pesquisa aprovado pela Fapesp. Os objetivos procuraram responder às seguintes questões de pesquisa: as informações disponibilizadas nos portais são apresentadas com abrangência e profundidade, de forma a esclarecer os diversos desafios enfrentados pelas políticas públicas que buscam atender, em particular, direitos sociais da faixa entre 15 e 24 anos de idade? Os diversos mecanismos e planos de ação estabelecidos por aquelas políticas são comunicados adequadamente? As estratégias e processos de comunicação pública empregados pelas redes sociais oficiais têm o potencial de incentivar o diálogo entre jovens e governos? Os processos oficiais de escuta são consequentes, incluindo o mapeamento das questões em jogo e a adoção de formas de feedback? Os espaços de conversação nas redes sociais oficiais incentivam qualidades desejáveis à deliberação pública?

Para atendermos ao **objetivo específico (a)** - avaliar a qualidade da informação sobre políticas públicas da juventude em portais web de governo e verificar se os conteúdos disponíveis oferecem subsídios abrangentes de acordo com categorias específicas de informação, foram investigadas páginas web com informações de políticas públicas de portais web de governos estaduais e municipais (capitais) voltadas ao jovem. Essas categorias foram construídas conforme referencial teórico que considera a

necessidade de apresentação de informações com qualidade e abrangência para que o jovem cidadão possa compreender os aspectos relacionados a todas as etapas de uma política pública. O número de categorias obtidas por cada página avaliada em relação ao máximo possível – 14 - foi denominado IQI – Índice de Qualidade de Informação. Na Etapa 1, que avaliou 86 páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude, o IQI foi de 14,5%. Na Etapa 2, que avaliou 76 páginas web com informações de políticas públicas de juventude, o resultado obtido foi de 21%. Os resultados obtidos nas duas etapas de investigação revelaram que as informações sobre políticas públicas de juventude não estão sendo divulgadas com abrangência e qualidade necessárias para municiar o jovem cidadão com informações necessárias para que ele possa participar, em igualdade de condições, de oportunidades de debate em decisões públicas de seu interesse.

A análise das categorias que obtiveram maior registro de informações relacionadas revela ainda que houve a preferência pelo caráter episódico e imediato das informações. Tal prática contribuiria para a oferta superficial e incompleta dos aspectos que envolvem as decisões, medidas e alterações que são necessárias à implementação de políticas públicas. A preferência por enquadramentos episódios e imediatos pode ser resultado da influência dos valores notícia do jornalismo, já que 80% dos assessores de imprensa entrevistados por meio de formulário online afirmaram ter formação em jornalismo. Os resultados também podem revelar a preferência sobre dados que chamariam mais a atenção do público, como objetivo, metas, recursos e ações atuais e pouca atenção a aspectos anteriores – antecedentes e diagnósticos e posteriores à implementação de uma política pública – custo-efetividade, equidade e feedback do destinatário. As estratégias e processos de comunicação pública examinados em páginas web com informações de políticas públicas de juventude fugiriam dos aspectos normativos da comunicação pública democrática, não favorecendo o atendimento ao direito à informação, sugerindo a tese de que as estratégias e processos de comunicação pública empregados em portais web de governo, páginas oficiais de governos e de partidos políticos voltados ao jovem devem ser aperfeiçoados em busca do desenvolvimento da comunicação democrática.

Para atendermos ao **objetivo específico (b)**, verificar se processos e estratégias de comunicação pública empregados em redes sociais favorecem o diálogo entre jovens e governos, as postagens publicadas em páginas oficiais de governo e de partidos políticos voltados ao jovem foram examinadas conforme categorias específicas de informações. À

luz do referencial teórico, na **Etapla 2 – Informações em rede social** (Técnica 1.1) examinamos postagens de páginas oficiais de governo no Facebook verificando se o conteúdo prioriza as informações sobre ações e atividades das secretarias e departamentos, se valoriza aspectos institucionais das instituições, se oferece espaços para o diálogo ou se utiliza as publicações para a divulgação de políticas públicas de juventude. Na **Etapla 3 – Conversação em rede social** (Técnica 2.1) examinamos postagens de páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem no Facebook, verificando se o conteúdo prioriza as informações sobre ações e atividades das agremiações, se valoriza aspectos institucionais ou se oferece espaços para o diálogo. Os resultados revelaram que as estratégias e processos de comunicação pública aplicados nas páginas oficiais de governo e páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook privilegiaram a utilização de tais espaços para dar visibilidade às ações de secretarias/coordenadorias/departamentos e seus respectivos representantes. As estratégias e processos empregados nas páginas avaliadas em nossa amostra favoreceriam a mediação e não o debate público, pois foram pouco expressivas as oportunidades de diálogo estabelecidas em tais espaços – 0,8% e 0,3% respectivamente. O exame dos resultados das postagens mediante referencial teórico e metodologia de análise de conteúdo nos permite afirmar que as ações implementadas não ofereceram oportunidades para que o jovem cidadão seja ouvido em suas demandas, não incentivaram as interações entre jovens e governos/partidos, dificultando o atendimento ao direito à comunicação. As ações examinadas não promoveram, tampouco, oportunidades para o debate e negociação entre temas de interesse do jovem. As poucas iniciativas que buscaram estabelecer alguma forma de diálogo com o usuário das páginas foram marcadas por temas superficiais que tiveram pouca repercussão. O número de postagens nas quais o jovem tentou estabelecer alguma forma de contato com os gestores da página – 3% – foi mais expressivo do que as iniciativas de diálogo empreendidas pelas publicações.

Para atendermos ao **objetivo específico (c)**, analisar se os espaços de conversação existentes nas redes sociais oficiais favoreceram qualidades desejáveis à deliberação pública, avaliamos se os espaços de conversação mantidos em páginas oficiais de partidos políticos voltados ao jovem apresentaram características que podem favorecer a deliberação pública democrática. Os resultados obtidos indicam que as trocas realizadas nos espaços de conversação não contribuíram para o estabelecimento de diálogo e da deliberação pública.

Nas trocas examinadas em tais espaços – sendo avaliados no período de um ano 977 comentários – percebemos a visibilidade da polarização política de seus autores, principalmente em postagens mais polêmicas. Os espaços de conversação examinados não foram utilizados para troca de ideias, para o debate e para a construção de consensos entre propostas diferentes e sim para dar visibilidade aos posicionamentos individuais, marcados pela superficialidade das contribuições e falta de reciprocidade pela opinião do outro. Os espaços de conversação foram utilizados com prótese sociotécnica de inspiração narcisística (RÜDIGER, 2015), o que impossibilitaria que tais espaços oferecessem oportunidades de engajamento social e participação política, não favorecendo assim como a utilização de estratégias e processos de comunicação pública governamental para fins democráticos. Há que se considerar também a superficialidade dos comentários, comprovada pela ausência de justificativa racional em 68% dos textos analisados. Nos 32% comentários que apresentaram algum tipo de justificativa, esta foi baseada em testemunhos pessoais, que reforçaria a superficialidade das contribuições, situação que dificilmente contribuiria para o compartilhamento de novos conhecimentos. Os comentários que citaram outras fontes de informação foram predominantemente de origem das mídias industriais. A falta de justificativa dos comentários e de fontes alternativas de informações reforçariam que tais espaços são usados para publicar experiências e conteúdos produzidos apenas pela lente do pessoal ou dos conteúdos midiáticos massificados (MARICHAL, 2013).

Os comentários analisados na Etapa 3 – Conversação em rede social, revelaram também a visibilidade da polarização política de seus autores, muitos deles com apresentação de falta de respeito pelo comentário do outro e discursos de violência e ódio. Os espaços de conversação, ao invés de serem utilizados como oportunidades de debates, parecem ser vitrines para posições políticas e para manifestação de repúdio a quem pensa diferente da maioria. Visto que a deliberação pública necessita de parceiros dispostos a promover trocas dialógicas, reconhecendo o outro como parceiro digno de respeito, considerando seus comentários para se chegar à troca de razões, o quadro acima indica que os espaços de conversação existentes nas redes sociais não favoreceram a deliberação pública democrática. Se o jovem é incapaz de reconhecer no outro o direito de exercício da opinião, de respeitar a opinião do outro, pode não estar apto a integrar experiências cívicas de participação e engajamento.

Por fim, ao concluirmos a presente investigação, acreditamos que atendemos ao objetivo geral, que buscou produzir conhecimento científico sobre a adequação das

estratégias de gestão da comunicação em portais web de governo e redes sociais oficiais em relação a seu potencial de atendimento do direito à informação e expressão sobre políticas públicas e incentivo ao engajamento social e à participação democrática dos jovens.

Indicações de aperfeiçoamento e trabalhos futuros

Para atender ao **objetivo específico (d)**, apresentamos recomendações para que as ações e estratégias de comunicação pública governamental atendam aos pressupostos da comunicação pública democrática.

- 1) Para que as informações sobre políticas públicas disponibilizadas em portais de governos e páginas de redes sociais oficiais ofereçam subsídios de forma a esclarecer os diversos desafios enfrentados pelas iniciativas de governo que buscam atender jovens entre 15 a 24 anos, nossa primeira sugestão de aprimoramento é o estabelecimento de políticas públicas de comunicação específicas para a juventude. Tais documentos norteadores das práticas, processos e estratégias de comunicação pública deveriam ser voltados para o atendimento ao direito à informação, à comunicação, à promoção da participação política e o engajamento social do jovem. Para isso, a oferta de informações sobre políticas públicas de juventude deveria ocorrer de forma ampla e abrangente, a fim de municiar o jovem com informações que possam capacitá-lo a participar em igualdade de condições de debates sobre temas de seu interesse. A participação do jovem também deveria ser estimulada, tanto no momento do debate sobre a implementação, quando no acompanhamento e do feedback dos resultados esperados. As estratégias e processos de comunicação pública governamental também deveriam seguir diretrizes que possam priorizar a utilização dos espaços democráticos representados pelas redes sociais para permitir o diálogo e a interlocução entre governo e jovem, para que o cidadão seja considerado cidadão ativo e agente social de sua própria realidade. As políticas públicas de comunicação também deveriam prever o uso de suas plataformas para incentivar o exercício da deliberação, utilizando para isso a função de mediadores não apenas

aptos a administrar as postagens e seus comentários, assim como intermediar possíveis conflitos, incentivando o respeito, a reciprocidade e a apresentação de justificação nos argumentos registrados. Também são necessárias iniciativas que facilitem o diálogo, a escuta e o feedback das questões que podem vir a ser apresentadas pelos jovens. A realização de atividades online com eventos offline poderia contribuir para a qualidade do debate em espaços de conversação estabelecidos em redes sociais.

- 2) Dado o crescimento das estruturas de comunicação pública de instituições de diversas esferas de governo e a atuação de profissionais de comunicação em tais espaços, principalmente de jornalistas, recomendamos que a formação dos futuros profissionais e a capacitação dos que já atuam nas estruturas sejam voltadas a atender os aspectos normativos da comunicação pública democrática, quais sejam: o interesse geral, a utilidade pública, o atendimento ao direito à informação à comunicação e o uso de tais espaços para a promoção de oportunidades de participação democrática, engajamento e deliberação sobre tópicos do interesse do jovem. Os profissionais precisam compreender que as estratégias e processos de comunicação deveriam dar visibilidade ao destinatário das políticas públicas de juventude ao invés de priorizar a mediatização de secretarias e seus respectivos representantes, o que desde já fere ao princípio da impessoalidade da administração pública. Na perspectiva de colocar o jovem como protagonista das ações em sites de redes sociais, as estratégias e processos poderiam oferecer oportunidades para que o jovem expresse suas demandas, por meio de pesquisas de opinião, campanhas que promovam eventos em escolas, agremiações e Ongs com o objetivo de aproximar as ações da secretaria e a utilização de recursos proporcionados pelas TIC para se aproximar mais da realidade do usuário. Os profissionais que atuam nas estruturas de comunicação também deveriam compreender o interesse do jovem por diversos formatos de divulgação, como vídeos, fotos, jogos online, entre outros, para criar conteúdos que possam despertar a atenção e envolver o jovem no compartilhamento das informações.
- 3) As informações sobre políticas públicas de juventude deveriam contemplar uma variedade de aspectos que envolvem ações de governo destinadas ao jovem. Os antecedentes de determinada situação que motivaram a elaboração de uma política pública; o diagnóstico da situação que motivou a ação, que permitiria ao jovem

compreender os problemas e dificuldades relacionados à política pública; as finalidades e propósitos dos governos com a implementação de determinada política pública; os resultados em números, estatísticas e projeções esperados; os recursos destinados para todas as etapas da implementação, inclusive prevendo aportes futuros; as ações necessárias para a implementação, previstas em curto, médio e longo prazos. Os jovens também precisam receber informações relacionadas à eficiência das ações empreendidas, as quais irão estabelecer a ligação entre os esforços despendidos e os recursos aplicados; precisam receber informações sobre o êxito da implementação de uma política pública, com números que comprovem os resultados obtidos; compreender o impacto que a implementação de um política pública obteve no pública pretendido; avaliar se os resultados obtidos foram alcançados com menor custo possível; se os usuários contemplados tiveram oportunidades de manifestar sua opinião, sugestão ou reclamação; e se os recursos investidos foram distribuídos de forma justa de acordo com as especificidades de cada usuário. O que fica claro é que as informações sobre políticas públicas de juventude publicadas em espaços de comunicação pública governamental não podem estar focadas apenas em momentos episódicos e imediatos de sua implementação, mas que os responsáveis por seus conteúdos devam estar aptos a acompanhar, entender e produzir informações de todas as etapas acima citadas.

Durante todo o processo de pesquisa bibliográfica empreendida na presente pesquisa, encontramos diversas orientações e conceitos do que a comunicação pública deveria ser: apta a promover espaços que estimulem a cidadania, que promovam o atendimento ao interesse público, que ofereçam oportunidades para interlocução entre governantes e governados, que potencializem ações que promovam o engajamento social e a participação política, ou seja, uma comunicação pública democrática.

No entanto, durante o processo de coleta e análise de dados empreendida a partir do próprio referencial teórico aqui reunido e da metodologia empregada, encontramos na amostra investigada exemplos do que ela não deveria ser.

Ao consideramos que as informações públicas precisam ser amplas, completas, abrangentes e relevantes para que o jovem cidadão esteja municiado com todos os dados que podem torná-lo apto a participar de debates sobre temas públicos de seu interesse, as páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude apresentaram quadros que ofereceram uma visão episódica e superficial das ações voltadas ao jovem, com destaque

para o que chama mais a atenção e dando visibilidade aos responsáveis por secretarias e departamentos. Os conteúdos das páginas web com informações sobre políticas públicas de juventude deveriam ser aperfeiçoados a fim de possibilitar o conhecimento de todas as etapas da elaboração, implementação e gestão de uma política pública.

Embora seja inegável o papel de sites de redes sociais como o Facebook para a oferta de informações necessárias ao jovem, como divulgação de cursos preparatórios para vestibular, campanhas de vacinação, palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, além de tornar conhecidas as secretarias e departamentos responsáveis pelas ações voltadas à juventude, as ações de promoção de canais de diálogo oferecidos em tais espaços se mostraram insuficientes na exploração do potencial das redes sociais em considerar o usuário indivíduo ativo e apto a exercer seu papel social, apresentar suas demandas, ouvir e ser ouvido. Observamos exemplos de uma comunicação de mão única, de cima para baixo, sem o estabelecimento de processos de mapeamento de questões do interesse do jovem e feedback de possíveis contribuições apresentadas, o que apresentaria diversos obstáculos ao atendimento ao direito à comunicação.

Por fim, ao observamos que os espaços de conversação se tornaram “octógonos” virtuais de disputas de posição política, de manifestações de desrespeito, ódio e violência, de falta de reciprocidade frente ao comentário do outro, de publicação de informações superficiais, sempre pela ótica do pessoal, cujo objetivo é obter visibilidade, likes, curtidas e compartilhamentos, concluímos que as estratégias e processos de comunicação pública empregados foram insuficientes na exploração de ferramentas para promover o engajamento, o debate e a deliberação. Para o desenvolvimento de práticas que pudessem oferecer o aprendizado à deliberação, a realização de eventos online e offline poderia contribuir para o estabelecimento de laços de confiança mais fortes entre seus participantes, o que poderia representar resultados mais próximos dos ideais deliberativos. Além disso, seria necessário a interferência de equipes de moderação e regras claras de publicação para que os conteúdos apresentados não fugissem dos propósitos deliberativos.

Se ao terminarmos o presente trabalho defendendo a tese de que as estratégias e processos de comunicação pública empregados em portais web de governo, páginas oficiais de governos e de partidos políticos voltados ao jovem devem ser aperfeiçoadas para o desenvolvimento da comunicação democrática, não podemos encerrá-la sem refletirmos a necessidade do aprofundamento de pesquisas em outras temáticas. Resta-nos sugerir, para agenda futura de investigação, estudos mais avançados sobre a influência das políticas públicas de comunicação nas práticas de comunicação governamental; a importância da

formação específica de profissionais de comunicação sobre as estratégias e processos empregados na comunicação pública democrática, assim como o desenvolvimento de habilidades de deliberação entre os jovens, para que os espaços de conversação possam propiciar contornos mais democráticos. São questionamentos e lacunas que precisam ser respondidas para que plataformas como portais de governos e sites de redes sociais possam ser iniciativas de comunicação pública como meio de engajamento e participação democrática.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Coords.) **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006.
- ABU-EL-HAJ, J. **O debate em torno do capital social: uma revisão crítica**. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 47, p. 65-79, 1º semestre, 1999.
- ALCURI, G.; LUGON, J. CARVALHO, L.; ZÔRZO, N. **O relatório MacBride – história, importância e desafios**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas – 2012. Disponível em: <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>. Acesso dez. 2016. Acesso jun.2015.
- ALFONSO, A. Las políticas de comunicación en América Latina como inspiración de Luis Ramiro Beltrán. In: MARQUES DE MELO, J.; BRITTES, J. G. (Orgs.). **A trajetória comunicacional de Luiz Ramiro Beltrán**. São Bernardo do Campo: Editora UESP, p.21-30, 1998
- ALTHEMAN, F.; MARQUES, A.C.S.; MARTINO, L.M.S. Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo. **Esferas**, ano 6, nº10, p. 82-94, jan/jun 2017.
- ANTUNES, B. A Internet de Pessoas: a Web 3.0, a Exposição dos Usuários nas Mídias Sociais e a Polarização de Ideias na Rede. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, ano 20, n.20, p. 191-203, jan/dez. 2016.
- AVRITZER, L. Teoria democrática e a deliberação pública. **Lua Nova**, número 49, p.25-46, 2000.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública** (Campinas), v.14, n.2, p.380-413, 2008.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R.V.A. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: Um Estudo com Jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 1 Semestre, p. 47-64, 2007.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R.V.A. Capital social e empoderamento como construtores de cidadania plena em sociedades em desenvolvimento. In: MARQUES, A.;MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus, p. 231-255, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa:70, 2010.
- BARRICHELO, E. Apontamentos sobre as estratégias de comunicação mediadas por computador. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. 2. ed, p. 337-357, São Paulo: Saraiva, 2011.

BARROS, S.; CARREIRA, R. O Facebook como plataforma para o comentário de notícias: uma análise da deliberatividade em cinco temas. In: MENDONÇA, R.F.; SAMPAIO, R.C.; BARROS, S.A.R. **Deliberação online no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação**. Salvador, EDUFBA. 2016. (não paginado)

BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, n.26, p. 204-222, jul. 2012.

BATISTA, C. L **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Revista Latinoamericana de ciências de la comunicación**. São Paulo, ano 12, número 23, p.136-158, julho/dezembro 2015.

BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A.C.S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas (textos fundamentais)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 109-142, 2009.

BERTOLI FILHO, C.; CARRASCO, V. A política nas telas: os protestos de junho de 2013. In: NAPOLITANO, C.J.; MAXIMILIANO, M.V.; SOARES, M.C. **Comunicação e cidadania política**. São Paulo, Cultura Acadêmica, p.161-180, 2017.

BOBBIO, N. Democracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário da política**. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 9ª edição, p. 319-329, 1997.

BOBBIO, N.; VIROLI, M. **Diálogo em torno da República**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOGHOSSIAN, C.O. MINAYO, M.C.S. Revisão Sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORELLI, S. H. S., & OLIVEIRA, R. C. A. Jovens urbanos, cultura e novas práticas políticas. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Ano 15, No. 50, p.57-69, 2010.

BRAGA, S.S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos da América do Sul. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 1, p.1-50, 2007.

BRANDÃO, E.P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas. 3ª edição, p. 01-33, 2012.

BRANT, J.; KAMEOKA, M. (coord.). **Direito à comunicação no Brasil**. Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, junho de 2005. Disponível em: www.scribd.com/doc/5619429/Direito-a-comunicacao-no-Brasil-Intervenções. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso dez.2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto número 592, de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso jan. 2017.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília. Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/117/1/guiajuventude1.pdf>. Acesso: jun.2016.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o acesso a informações públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso jul.2016.

BRITES, M.J. **Jovens e culturas cívicas**. Por entre formas de consumo noticioso e participação. Covilhã, LabCom Books, 2015.

BRITTES, J. G. Direito à Comunicação, Democracia e Ausências nas Políticas Públicas. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/index.htm>. Acesso em: dez. 2016.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015.

BUCKLAND, M. K. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CACCIAMALI, M.A.; TATEI, F. **Impacto do Desemprego e da Informalidade sobre a Empregabilidade e a Renda Futura do Jovem**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Brasília: Ipea, 2017.

CAETANO, L.M. A comunicação pública e a rede: podemos o que queremos? In: MATOS, H. (Org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**, p. 97-114. São Paulo: ECA/USP, 2012.

CAILLÉ, A. Capital social, reconhecimento e dádiva. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus, p.19-38, 2011.

CAMARANO, A.A. Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição. In: CAMARANO, A.A. (Org.), p.319-330. Rio de Janeiro: Ipea (2006).

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/C%C3%A1tia/Downloads/54-730-1-PB.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

CARDON, D. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, R.F.; PEREIRA, M.A.; FIGUEIRAS, F. (Orgs.) **Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.287-306, 2016.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (Orgs.) **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. p. 228-243 São Paulo: Petrópolis, 2012.

CARRANO, P. A participação social e política dos jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão** - Ano XV, nº 27, p.83-100, 2012.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003.

CARTEL CENTER. **Declaração de Atlanta**. 2008. Disponível em: https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/atlanta_declaration_unofficial_portuguese.pdf. Acesso em: nov. 2016.

CASTRO, E.D. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (Orgs.) **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, p.273 - 298.2012.

CASTRO, L. R. Juventude e Socialização Política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 25 n. 4, p. 479-487, Out/Dez 2009.

CGU. **Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: 2011.

CGU. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf.

CIDH. **Relatório especial sobre a proteção e promoção do direito à liberdade de opinião e de expressão**. 2002. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=87&lID=4>. Acesso em: dez. 2016.

CIDH. **Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão**. 2000. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>. Acesso em: dez. 2016.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology** (Chicago), v.94, Supplement: Organizations and institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure, p.S95-S120, 1998.

COMFORT, S. E.; BLANKENSHIP, J. Curated journalism: A field theory approach to journalistic production by environmental non-governmental organizations. **Sage Journals**, p. 1-18, 2018.

CONROY, M.; FEEZELL, J.; GUERRERO, M. Facebook and political engagement: a study of online political group membership and offline political engagement. **Computers in Human Behavior**, Amsterdam, v. 28, p. 1535-1546, 2012.

CORBUCCI, P.R. **Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil. Texto para discussão**. Brasília; Rio de Janeiro; Ipea: 2014.

CORRÊA, E.S. Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com os públicos. *Organicom*, ano 2, número 3, p.94-111, 2005.

CORRÊA, E.S. Comunicação digital e as novas mídias institucionais. *In*: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. 2. Ed, v. 1, p. 317-336. São Paulo: Saraiva, 2011.

CORROCHANO, M.C.; DOWBOR, M.; JARDIM, F.A.A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.1, p.50-66, jan./abr, 2018.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 962—992, 2003.

COULDRY, N.; VAN DIJCK, J. Researching social media as if the social mattered. **Social Media + Society**, 2015, volume 1, p. 1-7, número 2.

COULDRY, N.; STEPHANSEN, H.; FOTOPOULOU, A.; MACDONALD, R.; CLARK, W. E DICKENS, L. Digital citizenship? Narrative exchange and the changing terms of civic culture, *Citizenship Studies*, 18:6-7, p. 615-629, 2014.

DARBISHIRE, H. **Proactive Transparency: The future of the right to information**. World Bank. Washington, 2010.

DAYRELL, J.; N. L. GOMES; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, 38, p.237-252, 2010..

DEBERT, G.G. A dissolução da vida adulta e a Juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

DEBERT, G.G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, p. 70-83, ago. 1999. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28456>>. Acesso dez.2018.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1998.

DOLAN, P.; BRENNAN, M. **Civic Engagement: an overview**. In: ONU. Young Civic Engagement. World Youth Report. p. 17-24. New York, 2014.

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K.(Org.) **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP, 1ª edição, p. 121-134, 2011.

DUARTE, J.. Instrumentos da Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas. 3ª edição, p. 59-71, 2012.

DUARTE, M.Y.M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas. 3ª edição, p. 95-115, 2012.

DURSTON, J. El capital social em seis comunidades campesinas de Chile: adelantos e desafios de una investigación en marcha. In: DURSTON, J.; MIRANDA, F. (Org.) **Capital social e políticas públicas en Chile** – Investigaciones recientes. Santiago de Chile, p. 39-52, 2001. Disponível em:
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6014/S0110807_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In ATRIA, Raúl et all. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma**. CEPAL, Michigan State University, p. 147-202, 2003.

ESTEVES, L.C.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L.C. (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; p. 19-54. Unesco, 2007.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FERNANDES, M.M.G. Capital social e o reconhecimento na saúde. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**, p.273-292. São Paulo: Summus, 2011.

FISHKIN, J. **Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública**. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FLORENTINO, R. Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre os jovens. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, p.205-235, 2008.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. **Habermas and the Public Sphere**, MIT Press, p.109-142, 1992.

FRENETTE, M.; VERMETTE, M. Os jovens adultos e a esfera pública digital: uma perspectiva intercultural. **Comunicação e Sociedade**, vol. 23, p.14-35, 2013.

FREITAS, C.S. Mecanismos de dominação simbólica nas redes de participação política digital. In: SILVA, S.P.; BRAGATTO, R.C.; SAMPAIO, R.C. (Orgs.) **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**, p. 111-136. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

FUCHS, C. **Social media: a critical introduction**. Londres: Sage, 2014

FUCHS, C. Mídias sociais e esfera pública. Social Media and Public Sphere. **Revista Contracampo**, v. 34, n. 3, ed., p. 5-80.dez/2015-mar/2016. Niterói: Contracampo, 2015.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil políticos dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 88-108, 2012.

GENTILLI, D. L. Direito à Informação e direito à comunicação: o percurso do jornalismo na constituição da cidadania. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/index.htm>. Acesso em: dez. 2016.

GIL, P.G.; MATOS, H. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, H. (Org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**, p. 141-168. São Paulo: ECA/USP, 2012.

GÓIS, V. S. Informação Jornalística e suas possíveis garantias: contornos acerca de um direito constitucional. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/index.htm>. Acesso em: dez. 2016.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**, p. 19-46. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, W “Nós somos a rede social!” MENDONÇA, R.F.; PEREIRA, M.A.; FIGUEIRAS, F. (Orgs.) **Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político**, p. 367-390. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. In: GRUNIG, J. E. **Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 2 ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade**. Volume 2, p. 09-129. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. In: HABERMAS, J A inclusão do outro, p.277-292. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

HALPERN, D.M.; ROSENBERG, A.; CARDINI, E.A. Who are those Green Guys? Understanding Online Activism in Chile from a Communicational Perspective. **Palavra Clave**, vol.16, no.3 Chia set./dez. 2013. p. 729-759.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Madri: Alianza Editorial. 2006. 3ª edição.

HONNETH, A. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBASE/PÓLIS. **Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis (relatório sul-americano)**. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 130 p, 2008.

IBASE/PÓLIS. **Comunicação e juventudes em movimento: novas tecnologias, territórios e desigualdades**. Pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro: Ibase, 2013. Disponível em: http://issuu.com/ibase/docs/ibasejuventude_issuu. Acesso em agosto de 2015.

IBASE/PÓLIS. **Relatório Final Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas**. 2005. Disponível em: www.idrc.ca/uploads/user-S/11340655531ibase_relatorio_juventude.pdf.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade**. 2018. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12> Acesso jan.2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pnad contínua: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano**. Agência de Notícias. Editoria Estatísticas Sociais. Maio de 2018.

ICRPI - Internacional Conference on the Right Public Information. February, 27-29, 2008. **Declaração de Atlanta e plano de ação para o avanço do direito de acesso à informação**. Disponível em: http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/atlanta_declaration_unofficial_portuguese.pdf . Acesso em: 23 jul. 2013

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Educação Básica. A Obrigação da Reforma Ampla. In: **Desafios da Nação**. Brasília, 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de conjuntura / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões. – (dez .2007)- . Rio de Janeiro : Ipea. Dimac, 2007

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil – como combater as ilegalidades no rádio e na tv.** São Paulo, 2015.

KERBAUY, M. T. M. Políticas da Juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, p.193-203,2005.

KHAN, G. F. The Government 2.0 utilization model and implementation scenarios. **Information Development**, v. 31, n. 2, p. 135-149, 2015.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis** – An Introduction to its Methodology. 2ª edição, Califórnia (USA), Sage Publications, 2004.

KUNSCH, M.M.K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.** São Paulo: ECA/USP, p.13-32, 2012.

KUNSCH, M.M.K. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**, [S.l.], v. 18, n. 33, p. 13-24, nov. 2018. ISSN 2183-5462. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/6020>. Acesso em: 08 fev. 2019.

LIMA, V. Políticas de mídia e cidadania. In: SOARES, M. C. (org.); VICENTE, M. M. (org.); NAPOLITANO, C. J. (org.); ROTHBERG, D. (org.) **Mídia e Cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 57-68, 2012.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Unicamp, v. 23, p.114-130, 2006.

LÓPEZ, J. C. J. Advocay: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania.** Série Pensamento e Prática, v.4. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011..

LÓPEZ, J. C. J. Proposta geral de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** São Paulo: Atlas. 3ª edição, p. 246-267, 2012.

LUVIZOTTO, C.K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, vol. 30, p. 297-312, 2016.

MACEDO, S. C. Juventude brasileira em clima de novas conquistas. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (Orgs.) **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Petrópolis, p. 221-227, 2012.

MALVA, R. B. O papel da cooperação humana no processo de deliberação online. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**, p. 215-228. São Paulo: Summus, 2011.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modos de abordagem; In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. **Mídia, esfera pública e identidades**, p.11-48. UFMG, 2006.

MAIA, R.C.M. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**, p. 47-94. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAIA, R.C.M.; REZENDE, T. A. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 492-512, set./dez. 2015.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A.C.S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas (textos fundamentais)**, p. 207 -238. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARICHAL, J. Political facebook groups: micro-activism and digital front stage. **First Monday**, Copenhagen, v. 18, n. 12, 2013.

MARICHAL, J. MARICHAL, J. **Facebook democracy : the architecture of disclosure and the threat to public life**. Nova Iorque, Routledge, 2016.

MARQUES, A.C.S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas (textos fundamentais)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 109-142, 2009.

MARQUES, A.C.S. Comunicação pública e constituição de cenas de dissenso em contextos constitucionais. **ORGANICOM** , ano 12, nº 22 , 1º. Sem, p. 78-91. 2015.

MARQUES, F. P. J. A. Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canis participativos presentes nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**, p. 95-122. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, A.; MAFRA, R.; MARTINO, L.M.S. UM OUTRO OLHAR SOBRE A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. *Revista Dispositiva*, v 6, n 9, p. 76-92, 2017.

RIGHIMARTINS, P. L. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**: Rio de Janeiro, 2011

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação – interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MATOS, H. O declínio do capital social e comunicacional na terceira idade e a ausência de reconhecimento dos idosos. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**, p. 39-64. São Paulo: Summus, 2011.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**, p. 47-58. São Paulo: Atlas. 3ª edição, 2012.

MATTEUCCI, N. Liberalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário da política**. Vol. 2, 9 ed, p. 686-705. Brasília: Editora UnB, 1997.

MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2.ed. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>. Acesso em: out. 2016.

MENDONÇA, R.F. A dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**, p.65-81. São Paulo: Summus, 2011.

MEC.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em jornalismo**. Resolução número 1, de 27 de setembro de 2013.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova** (São Paulo), n.65, p.71-94, 2005.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública** (Campinas), v.11, n.1, p.33-63, 2005.

MURILLO, M.J. Evaluating the role of online data availability: The case of economic and institutional transparency in sixteen Latin American nations. **International Political Science Review**, vol. 36(1), p. 42-59, 2015.

NAPOLITANO, C. J. Direito fundamental à comunicação. In: VICENTE, M. M. (org.). **Comunicação e cidadania**. Bauru: EDUSC, p.11- 26, 2009.

NAPOLITANO, C. J. A Regulação Jurídica da Comunicação Social na Constituição de 1988. In: **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/index.htm>. Acesso em: dez. 2016.

NASCIMENTO, L.L. Comunicação pública nas redes sociais digitais. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**, p. 199-212. São Paulo: ECA/USP, 2012.

NAZZARI, R. K. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Revista Unisinos**, p. 145-154, mai/agos 2005.

NAPOLITANO, C. J. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social: teoria e prática**, p. 123-142. Ijuí, RS: Rio Grande do Sul. UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul, 2006.

NOVAES, R. Entre juventudes, governo e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (Orgs.) **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**, p. 332-356. São Paulo: Petrópolis, 2012.

NOVELLI, A.L.C.R. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. *Organicom*. Ano 3, n 4, 1º semestre, p. 77-89, 2006.

OAS – Organization of American States. **Model Inter-American Law on Access to Public Information and its implementation guidelines**. Washington, DC, 2012.

OCDE. **Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement**. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2003. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/9;11;35176428.pdf>

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, de 7 de março de 2011. O direito de acesso à informação no marco jurídico interamericano. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/docs/publicaciones/20140519%20-%20port%20unesco%20%20el%20derecho%20de%20acceso%20a%20la%20informacion%202a%20edicion%20adjusted.pdf> . Acesso jan. 2017.

OLIVEIRA, R. A.; AYRES, C.S.; HANSEN, J.R.; BORBA, J. Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 189-222 set/dez, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

ONU. **Convenção das Nações Unidas contra a corrupção**. 2009.

ONU. **E-Government Survey 2012. E-Government for the People**. New York, Organização para as Nações Unidas, 2012. Disponível em: Acesso ago. 2013.

ONU. **E-Government Survey 2014. E-Government for the People**. New York, Organização para as Nações Unidas, 2014a. Disponível em: <http://unpan3.un.org/egovkb/>

ONU. **Young Civic Engagement**. World Youth Report. New York, 2014.

PAIS, J.M. A Juventude como Fase da Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde Sociedade**, vol. 18, n. 3, p. 317-381, 2009.

PARISER, E. **The Filter Bubble**. New York: The Penguin Press, 2011.

PAULINO, F. O.; GOMES, P. Lei e direito à comunicação: padrões normativos e judiciais no Brasil. In: SOARES, M. C. (org.); VICENTE, M. M. (org.); NAPOLITANO, C. J. (org.); ROTHBERG, D. (org.) **Mídia e Cidadania**, p.69-84. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PENTEADO, C.; AVANZI, C. Redes sociais e participação política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no Facebook. In: **CONGRESSO DA COMPOLÍTICA**, 5. Anais da Associação Brasileira de Pesquisa em Comunicação Política, p.1-23. Curitiba. 2013.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. **Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. 2011. Retirado de http://www.compolitica.org/home/?page_id=485#gt4.

PIERANTI, O. P.; MARTINS, P.E.M. Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 42 (2), p. 303-325, 2008.

PUTNAM, R. D. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. **PS: Political Science and Politics** (Washington), v.28, n.4, p.644-683, 1995.

RABIN, M. L. R; BACICH, L. O protagonismo juvenil na era digital. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, Edição Especial, p. 40-54, abr. 2018.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J. (org.); SATHLER, L.(org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

RAMOS, M. C. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, M; SANTOS, S. **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**, p. 17-47. São Paulo: Paulus, 2007.

RAMOS, M. C. Possibilidade de uma nova agenda para as políticas públicas de comunicação na América Latina. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.4, nov., p.20-28, 2010.

RECUERO, R. Um estudo do capital social gerado a partir das Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs. **Revista Famecos** (Porto Alegre), n. 28, p. 88-106, 2005.

RECUERO, R **Redes sociais na Internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECUERO, R. Atos de Ameaça a Face e a Conversação em Redes Sociais na Internet. In: Alex Primo. (Org.). **Interações em Rede**. 1ed.Porto Alegre: Sulina, v. 1, p. 51-70, 2013

RECUERO, R. Social Media and Symbolic Violence. **Social Media + Society**, v. 1, p. 1-10, 2015.

RECUERO, R; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

RECUERO, R. ZAGO, G. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero** – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 81-94, dez. de 2009.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F.B. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 06 a 09 de junho de 2017.

RIBEIRO, E. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens. In: In: NOVAES, R.; VENTURI, G.; RIBEIRO, E.; PINHEIRO, D. **Agenda juventude Brasil**. Leituras sobre uma década de mudanças, p. 287-303. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 31, n.º 42, 2018. p. 107-126.

ROLANDO, S. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K.(Org.) **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP, 1ª ed., p. 23-38, 2011.

ROSSINI, P.G.C.; OLIVEIRA, V.V. E-democracy and collaborative lawmaking: the discussion of the political reform in Brasil. **International Journal of Communication** vol.10, p.4620–4640, 2016.

ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CRISTOFOLETTI, R. (Org.). Vitrine e vitraço. **Crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã: LabCom Books, p. 53-68, 2010.

ROTHBERG, D. Democracia digital e redes sociais: Twitter como filtro de informação política. **ECompós**, v. 17, n 1, p. 1-16, 2014.

ROTHBERG, D. **Democracia Digital e leis de acesso à informações: avanços e insuficiências em países latino-americanos**. In: DOMINGUES, J.; MORAIS FILHO, I. **Sobre a mídia que queremos: comunicação pública, direitos humanos e democracia**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire; Fundação Ford, 2016, p. 117 a 135.

ROTHBERG, D. Jornalismo, educação profissional e diretrizes curriculares. In: In: SOARES, M.C.; VICENTE, M.M.; NAPOLITANO, C.J.; ROTHBERG, D. **Mídia e Cidadania**, p. 217-235. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ROTHBERG, D.; LUVIZOTTO, C.K.; VANZINI, K.V.S. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude. **Liinc em revista**. v.10, n1, p. 227-240, 2014.

ROTHBERG, D.; VANZINI, K. V. S. Contribuições à análise de qualidade do jornalismo na comunicação pública digital. **Conexão: Comunicação e Cultura**, v. 12, p. 97-113, 2013,

RÜDIGER, F. As redes e a armação: da cultura do narcisismo ao fetichismo tecnológico. In: LOPES, M. I. V.; KUNSCH, M. M. K. (orgs.) **Comunicação, cultura e mídias Sociais**, p. 33-54. São Paulo: ECA-USP, 2015

SALOMÃO, D. Desigualdades sócias na área da saúde: terceira idade, reconhecimento e capital social. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Orgs.) **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**, p.293-316. São Paulo: Summus, 2011.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S.A.R; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n 2, p. 470-489, nov 2012.

SAMPAIO, R.C. Quão deliberativas são as discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**, p.197-230. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAMPAIO, R.C.; MAIA, R.C.M.; MARQUES, F.P.J.A. Deliberações ampliadas ou restritas - Perspectivas de integração. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Paulo, Ano 32, nº 55, p.203-229, 2011.

SCHERER, M.E.G. **O fazer jornalístico na comunicação institucional: um debate acadêmico necessário**. Anais do 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Palhoça, SC. Novembro, 2016.

SIBILIA, P. **La intimidad como espectáculo**. Buenos Aires: Fonde de cultura econômica. 2008.

SILVA, A. B. P.; OJEDA, K. H. Enfoques sobre o estudo da juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas. In: UNESCO. **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe**: Escola Regional Most Unesco Brasil/coordenação de Valéria Vianna Labrea; Pablo Vommaro. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, p. 38-50, 2014.

SILVA, A.P.; GONZALEZ, W. Facebook e participação política: o que dizem os jovens do #OcupaAlemão. **Horizontes**, v. 34, n. 1, p.159-172, jan./jul. 2016.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e Políticas Públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p. 87-106, jul-dez 2009.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C.C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. IN: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (Orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**, p.41-70. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, L. M. Publicidade do Poder, poder da publicidade. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público**, p.180-191. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, L.R.L.; SAMPAIO, R.C. Impeachment, Facebook e discurso de ódio: a incivilidade e o desrespeito nas fanpages das senadoras da república. **Esferas**, ano 6, n10, p. 95-107, jan/jun 2017.

SILVA, L.V.S.; NUNES, M.V. Mídias negras: um espaço de produção do ativismo da juventude negra Kalunga através do uso das novas tecnologias. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. RIF, Ponta Grossa/ PR, v 15, n 35, p.63-86, dez 2017.

SILVA, R. L. HOCH, P. A.; RIGHI, L. M. Transparência pública e atuação normativa do CNJ. **Revista Direito GV**. São Paulo. p. 489-514. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v9n2/a05v9n2.pdf> Acesso dez. 2016.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 11, n.2, p. 450-468, 2011.

SILVEIRA, A.F. Empoderamento e a constituição do capital social entre a juventude. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí, RS: Rio Grande do Sul. UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul, p.159-175, 2006.

SILVEIRA, S.A. Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção. MENDONÇA, R.F.; PEREIRA, M.A.; FIGUEIRAS, F. (Orgs.) **Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político**, p.345-365. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SIMÕES, J.A.; CAMPOS, R. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 13, n. 38, p.130-150, set./dez 2016.

SLOAM, J. **Participação eleitoral jovem**. In: ONU. Young Civic Engagement. World Youth Report, p. 68-81. New York, 2014.

SÓLIO, M. B. Jornalismo Organizacional (produção e recepção). Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2008.

SOUSA, J. P. **As notícias e seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais do media jornalísticos**. In: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>

SOUSA, J.P. Planeamento da comunicação (na perspectiva do relações públicas). Universidade Fernando Pessoa, Porto, fev. 2003. www.bocc.ubi.pt

SOUZA, C. ‘Estado do campo’ da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, M.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set a dez, p. 16-39, 2003.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H.H.C.; SOUZA, N.A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 248-267, 2006.

SPOSITO, M.P.; SOUZA, R.; SILVA, F.A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e170308, 201, 2018.

SUNKEL, G. La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas. In ATRIA, Raúl et all. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**, p. 303-338. CEPAL, Michigan State University, 2003.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, V I: Porque as notícias são como são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP – Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas do eleitorado por sexo e faixa etária. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso janeiro 2019.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO. 2005

UNESCO. **Modelo curricular para o ensino do jornalismo**. Brasília, 2010.

UNICEF. **Participação cidadã de adolescentes e jovens**. Brasília, 2014.

VASCONCELOS FILHOS, J.M.; COUTINHO, S. **O ativismo digital brasileiro**. Coleção O que Saber. São Paulo: Fundação Abramo, 2016.

WEBER, M.H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, M.M.K.(Org.) **Comunicação pública, sociedade e cidadania**, 1ª ed., p.101-119. São Caetano do Sul, SP, 2011

WEBER, M.H. Nas redes de comunicação pública, as disputas de poder e visibilidade. In: WEBER, M.H.; COELHO, M.P.; LOCATELLI, C. (Org.) **Comunicação Pública e Política: pesquisas e práticas**, p. 23-58. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

WIMMER, M. O direito à comunicação na Constituição de 1988: o que existe e o que falta concretizar. **Revista ECO-PÓS**, v.11, n.1, p.146-165, jan/jul 2008.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ZANELLA, A.V.; GROFF, A. R.; SILVA, D.O.B.; MATTOS, L.K.; FURTADO, J. R.; ASSIS, N. Jovens, juventudes e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Estudos de Psicologia**, 18 (2), p. 327-333. abr-jun 2013.

ZÉMOR, P. As formas de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas. 3ª edição, p. 214-24, .2012.

ANEXOS

Os anexos com as planilhas utilizadas para a investigação das Etapas 1, 2 e 3 podem ser acessados via Google Drive pelo link:

<https://drive.google.com/drive/folders/17MTL1MMamnmuz2YHnn2f436OzhjnPHG5?usp=sharing>